



LOCUS
revista de história

Vol.30 n.1
2024

DOSSIÊ

**HISTÓRIA DIGITAL:
Tecnologia e fazer
historiográfico entre
teoria e prática**

Programa de Pós- graduação em História
Universidade Federal de Juiz de Fora



LOCUS
revista de história

Capa e concepção gráfica:
Jessica Marques Toledo

e-ISSN: 2594-8296

Equipe Editorial

Editora

Profa. Dra. Hebe Mattos
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Editor Assistente

Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Conselho Editorial

Profa. Dra. Ágnes Judit Szilágyi
Universidade Eötvös Loránd, Hungria

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo
Universidade Federal do Pará, Brasil

Prof. Dr. Álvaro Garrido
Universidade de Coimbra, Portugal

Profa. Dra. Armelle Enders
Universidade de Paris 8, França

Profa. Dra. Barbara Weinstein
Universidade de Nova Iorque, EUA

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Prof. Dr. Carlos Manuel Dias Fernandes
Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Profa. Dra. Cláudia Viscardi
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Prof. Dr. Ernesto Bohoslavsky
Universidad Nacional de General Sarmiento,
Argentina

Prof. Dr. James Green
Universidade Brown, EUA

Prof. Dr. Leandro Duarte Rust
Universidade de Brasília, Brasil

Profa. Dra. Maraliz Christo
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Prof. Dr. Vitor Izecksohn
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Profa. Dra. Wlamyra Albuquerque
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Gerentes Editoriais

Alina dos Santos Nunes
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Ana Amélia Gimenez Dias
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Chrigor Augusto Libério
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Joyce Mirella Alves de Souza
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Assistentes Editoriais

Amanda Pimentel Lira Cruz
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Bruna Giovanna da Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Danielle Aparecida Arruda
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Gabriel Benedito Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Giovana de Andrade Figueira
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Guilherme Abizaid David
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Gyovana de Almeida Félix Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Jessica Marques Toledo
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Laíza de Oliveira Rodrigues
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Lucas Oliveira Ribeiro
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Luís Roberto da Silva Cruz
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Mayara de Oliveira Jardim
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Nilciana Alves Martins
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Tatiana Olegário da Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Vitória Almeida Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Wazime Mfumukala Guy Baudouin
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Yuri Alan Maciel Tesch
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Conselho Consultivo

Profa. Dra. Alda Saúte Saíde
Universidade Pedagógica de Maputo,
Moçambique

Profa. Dra. Amélia Polónia
Universidade do Porto, Portugal

Profa. Dra. Ana Maria Mauad
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Profa. Dra. Angela de Castro Gomes
Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. António Costa Pinto
Instituto de Ciências Sociais da Universidade
de Lisboa, Portugal

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Antônio Montenegro
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Prof. Dr. Benjamin Arthur Cowan
Universidade da Califórnia em San Diego, EUA

Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Prof. Dr. Charles Monteiro
Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul, Brasil

Prof. Dr. Federico Finchelstein
New School for Social Research, EUA

Prof. Dr. Fernando Londoño Torres
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Brasil

Prof. Dr. Francisco Javier Dosil Mancilla
Universidade Michoacán de San Nicolás
de Hidalgo, México

Prof. Dr. Gerardo Caetano
Universidade da República, Uruguai

Profa. Dra. Helena Hisako Toida
Departamento de Estudos Luso-Brasileiros
/ Universidade Sophia (上智大学), Japão

Profa. Dra. Heloisa Starling
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof. Dr. Henrique Espada Lima
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Prof. Dr. Ismael Saz
Universidade de Valência, Espanha

Prof. Dr. Jean Gormo
Universidade de Maroua, Camarões

Prof. Dr. Jens R. Hentschke
Universidade de Newcastle upon Tyne, Reino Unido

Prof. Dr. Juan Carlos Ruiz Vasquez
Universidade de Rosário, Colômbia

Prof. Dr. Juan Pan-Montojo
Universidade Autônoma de Madri, Espanha

Prof. Dr. Júlio Cláudio Silva
Universidade do Estado do Amazonas, Brasil

Prof. Dr. Marcelo Casals
Universidade Adolfo Ibáñez, Chile

Profa. Dra. Maria Dolores Lorenzo
Universidade Nacional Autônoma, México

Profa. Dra. Maria Inácia Rezola
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Profa. Dra. Maria Lígia Prado
Universidade de São Paulo, Brasil

Profa. Dra. Marina Franco
Universidade Nacional de San Martín, Argentina

Prof. Dr. Mario Sznajder
Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel

Prof. Dr. Matteo Pasetti
Universidade de Bolonha, Itália

Prof. Dr. Olivier Compagnon
Universidade Sorbonne Nouvelle, França

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Prof. Dr. Peter Blasenheim
Colorado College, EUA

Prof. Dr. Roger Griffin
Oxford Brookes University, Reino Unido

Profa. Dra. Regina Horta Duarte
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Profa. Dra. Solange Pereira Rocha
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Profa. Dra. Sônia Gomes Pereira
Escola de Belas Artes da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Stefan Rinke
Universidade Livre de Berlim, Alemanha

Prof. Dr. Xosé Manoel Núñez Seixas
Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Índice

Editorial: Locus e a excelência do PPGH-UFJF 01
Hebe Mattos

Dossiê

Apresentação: História Digital: tecnologia e 03
fazer historiográfico entre teoria e prática

Anita Lucchesi e Mônica Ribeiro de Oliveira

Modulações da História na Cultura Digital : 12
Considerações sobre uma história da História
Digital

Luiz Filipe Correia

A lepra e a tarkat: uma representação da 36
doença e do doente nos jogos eletrônicos

Leonardo Dallacqua de Carvalho

O diálogo com a Comunicação na construção 63
de narrativas históricas digitais em jogos: a
cultura do povo indígena Huni Kuin

Camila Escudero e Helena Schiavoni Sylvestre

Estratégias e Desafios na Divulgação 79
Científica em História: a problemática
indígena no estudo de caso entre métricas e
linguagens

Maria de Fátima Barbosa Pires

Poésie Grande Guerre: como a história digital
desafiou cânones no centenário da Primeira
Guerra mundial 94

Julia Ribeiro S. C. Thomaz

“Anos Tenebrosos”: a luta armada na obra
da Brasil Paralelo 114

Murilo Prado Cleto

Entrevistas

“CTRL+F História”. Entrevista com
Tiago Gil 138

Anita Lucchesi e Mônica Ribeiro de Oliveira

Sobre uma história que não poderia ser feita à
mão. Entrevista com Keila Grinberg 159

Anita Lucchesi e Mônica Ribeiro de Oliveira

Seção Livre

Infância, Raça e Classe Social: As Políticas de
Assistência a Menores no Brasil (1920-1960) 175

Fabiola Amaral Tomé de Souza

Cirurgiões militares e seus requerimentos à
esfera régia: o uso dos regimentos militares
como espaço de mobilidade social na
capitania de Minas Gerais (1771/1807) 201

*Ana Paula Pereira Costa e Pâmela Campos
Ferreira*

Resenhas

Os ecos dos movimentos estudantis latino-americanos

221

Danielle Barreto Lima

Locus e a excelência do PPGH-UFJF

Locus and excellence of PPGH-UFJF

Locus y la excelencia de PPGH-UFJF

Hebe Mattos

<https://orcid.org/0000-0001-2345-6789>

A presente edição da Locus: Revista de História comemora a reparação do equívoco cometido na última avaliação da revista, com a correção do conceito da mesma para A 2. É o reconhecimento de um trabalho de excelência que completa três décadas, juntamente com o Programa de Pós-Graduação em História da UFJF.

É uma alegria e uma responsabilidade assumir a edição da revista neste momento de celebração. Neste trigésimo volume, Mônica Ribeiro (Universidade Federal de Juiz de Fora) e Anita Luchesi (Universidade de Luxemburgo/Fundação Getúlio Vargas) organizam o dossiê intitulado História Digital: tecnologia e fazer historiográfico entre teoria e prática, que certamente irá marcar época. A apresentação das organizadoras discute a consolidação da história digital como campo historiográfico, com problemas, fontes e metodologias específicas. Esta consolidação se reflete em seis instigantes artigos inéditos, comentados pelas organizadoras, que nos brindam também com duas excelentes entrevistas com pioneiros da história pública digital no Brasil, Tiago Gil e Keila Grinberg.

O volume traz ainda dois artigos avulsos. Fabíola Amaral Tomé de Souza analisa a construção da categoria “menor” no Brasil da primeira metade do século XX, em *Infância, Raça e Classe Social: As Políticas de Assistência a Menores no Brasil (1920-1960)*. Ana Paula Pereira Cruz e Pâmela Campos Ferreira abordam os cruzamentos entre carreira militar e práticas médicas como estratégia de ascensão social no império colonial português no texto *Cirurgiões militares e seus requerimentos à esfera régia: o uso dos regimentos militares como espaço de mobilidade social na capitania de Minas Gerais (1771/1807)*. Resenha do livro de Nicolás Dip, *Movimientos*

estudiantiles en América Latina: Interrogantes para su historia, presente y futuro, escrita por Danielle Barreto Lima fecha o volume.

Está aberta a chamada de artigos para o próximo dossiê (volume 30:2), Patrimônios imateriais afro-indígenas na América Latina: invisibilidades, história, lutas por direitos e novas epistemologias. Da concepção do dossiê aos artigos avulsos e resenhas aceitos para a publicação, a revista passa a dialogar a partir deste número com as novas linhas de pesquisa do PPGH/UFJF: — história da arte, patrimônio, cultura e sociabilidade; — história global, micro história e diálogos epistêmicos; — política, cultura e usos do passado. As três linhas de pesquisa do PPGH têm aspectos de suas preocupações abordados no dossiê com a chamada em aberto, com destaque para as noções transversais de patrimônio, diálogos epistêmicos e usos do passado.

Organizado por Jeremias Brasileiro (Universidade Federal de Uberlândia, GTEP-MG/UFJF) e Christine Douxami (Université de Franche-Comté, IMAF/IRD-BRÉSIL), a proposta dialoga diretamente com os seminários mensais da rede Patrimônio Imaterial Afro-indígena e Políticas Públicas na América Latina, coordenada por Christine Douxami na IRD – INSTITUT DE RECHERCHE POUR LE DEVELOPPEMENT (www.ird.fr/bresil), desde maio de 2022 e com o Projeto Patrimônios e Memórias negras e afro-indígenas em Minas Gerais, da rede de pesquisa Passados Presentes - LABHOI/UFF/UFJF e do Grupo de Pesquisa Emancipações e Pós-abolição em Minas Gerais, com sede no PPGH/UFJF, do qual Jeremias Brasileiro é pesquisador destacado. Em breve divulgaremos a chamada para os dossiês de 2025.

Esta edição não seria possível sem o apoio do antigo editor, neste número editor assistente, Odilon Caldeira Neto. A manutenção da qualidade da revista durante o período difícil do recurso à CAPES foi, sobretudo, mérito pessoal dele. Como se isso fosse pouco, Odilon me ensinou todos os segredos da plataforma da revista em tutoriais que estou arquivando para os editores que me sucederão. A excelência do trabalho por ele realizado só aumenta minha responsabilidade em sucedê-lo.

Faço aqui, também, um agradecimento especial à equipe de pós-graduandos que carrega a revista nos ombros. Agradeço a todos, em nome dos gerentes editoriais Alina Nunes, Ana Amélia Gimenez Dias, Chrigror Liberio, Gabriel Machado e Joyce Mirella.

Por fim, ressalto mais uma vez minha alegria em assumir a editoria da revista na celebração dos seus 30 anos e faço um pequeno comentário onomástico. Tenho muitos nomes na minha carteira de identidade e os formulários oficiais da UFJF gostam muito de reproduzi-los todos, mas profissionalmente prefiro assinar como nos livros.

A todos, desejo boa leitura.

Hebe Mattos, editora.

Apresentação

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2024.v30.45716>

História digital: tecnologia e fazer historiográfico entre teoria e prática

Digital History: technology and historiography between theory and practice

Historia Digital: tecnología e historiografía entre la teoría y la práctica

Anita Lucchesi*

<https://orcid.org/0000-0002-8523-111X>

Mônica Ribeiro de Oliveira**

<https://orcid.org/0000-0001-7168-7653>

A oportunidade e espaço aberto pela *LOCUS – Revista de História* da Universidade Federal de Juiz de Fora para abrir uma chamada e compor um dossiê com o tema que intitula este artigo – “História digital: tecnologia e fazer historiográfico entre teoria e prática” – não é fruto de uma escolha casual. Ora, é bem verdade que em uma atividade editorial poucas escolhas serão casuais, mas o que pretendemos chamar atenção aqui é que esta publicação se tornou possível pela compreensão de que existia (e persiste para além do presente número) uma demanda gigantesca para realizarmos uma reflexão mais detida sobre as tensões metodológicas e epistemológicas das práticas de pesquisas atuais, atravessadas pelas interferências e condicionamentos do componente digital. O desejo manifesto de organizar um número da revista dedicado à História Digital, buscando ativamente contribuições que conjugassem *teoria e método*, aponta também para um olhar peculiar do corpo editorial que, ao fazê-lo, distinguiu-se da maior parte das coletâneas dedicadas às Humanidades Digitais de forma geral, que acabam por privilegiar as questões métodos, as ferramentas e o *como* fazer.

* Pesquisadora na Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), onde coordena um projeto de divulgação científica com podcasts. É também co-investigadora do software de gestão de fontes primárias digitalizadas, Tropy. Área de atuação: Teoria da História, História da Historiografia e Ensino de História, com ênfase em História Pública Digital.

** Professora titular de História do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. É docente do PPGHistoria/UFJF e pesquisadora da Fapemig. Área de atuação: história de família, sociedades agrárias nos séculos XVIII e XIX e micro-história.

Esta longa ênfase nos modos de fazer métodos digitais em constante atualização é uma tendência compreensível, dada a novidade e necessidade de descrever, documentar e explicar tais métodos aos seus pares. Algo também sintomático de um momento de afirmação e interrogação do que viriam a ser as tais humanidades digitais, um esforço coletivo de definição e compartilhamento de novos repertórios de práticas. Entre leituras mais favoráveis e abertas às experimentações com as novas tecnologias e posturas mais resistentes, notou-se, porém, que para abandonar o que Franco Moretti criticou como a “longa infância” das humanidades digitais, era preciso deixar de lado algumas perspectivas dicotômicas (Moretti *apud* Dinsman 2016). Ao invés de seccionar, buscar conciliar tradição e novidade, teoria e método, reflexões sobre riscos e possibilidades, poderia se mostrar – e este dossiê se entende como um exercício nesta direção – um caminho para, como sugeriu Dilton Cândido Maynard, deixar de ser simplesmente contra ou a favor do digital (ou da Internet, como escrevera originalmente), para buscar analisar qualitativamente as mudanças que ele produz no nosso ofício (Mayard 2011, 42). Trata-se, como Melvin Kranzberg já enunciara há quase quatro décadas, de reconhecer e ativamente lembrar, de tanto em tanto, que “a tecnologia não é boa, nem má e também não é neutra” (Kranzberg 1986, 545-46, tradução nossa)¹.

Entre teoria e prática, neste dossiê buscamos dar a ler uma diversidade de abordagens mediadas pelo digital, trazendo contribuições que em conjunto refletem um movimento na direção de abrir espaço para que reflexões sobre o *hack and yack* da pesquisa na Era Digital possam ocupar o mesmo lugar no seio de uma publicação para toda a comunidade historiadora². Embora cada texto favoreça um pouco mais um aspecto que outro, como veremos, nossa editoria se animou com a expressão de teorias e práticas aplicadas em trabalhos que avançam a discussão historiográfica e deslocam os marcadores da reflexão acerca do digital daquele discurso outrora tautológico sobre o que são ou deixam de ser a história digital ou as humanidades digitais, para trazer argumentos originais. Complementam esta perspectiva cruzada as entrevistas com especialistas que com seu trabalho contribuíram justamente para o aprofundamento e avanço das discussões sobre o tema no Brasil, ampliando um pouco mais a camada meta-reflexiva do conjunto de trabalhos aqui reunidos.

¹ Citação originalmente publicada em língua inglesa: “Technology is neither good nor bad; nor is it neutral.”

² O início dos anos 2000 foi marcado por uma certa querela “prática vs. teoria” nas Humanidades Digitais referindo-se à aparente dualidade, ou prerrogativa da aplicação prática de ferramentas digitais e o debate teórico sobre suas implicações. Bethany Nowviskie argumenta que ambas são essenciais, destacando a importância de equilibrar o desenvolvimento técnico (“hack”) com a reflexão crítica (“yack”) para o avanço da área (Nowviskie 2014).

Tendo contemplado brevemente os bastidores desta edição, podemos dizer que este dossiê é sobretudo sobre as pesquisas que hoje fazemos. Quem consegue mais conduzir uma investigação sem o auxílio de um banco de dados por menor que seja e leitura de fontes digitalizadas por horas intermináveis e solitárias frente a um computador? Mas será disso que estamos tratando? Se no passado, a microfilmagem se justificava pela certeza da conservação dos documentos a longo prazo e a crença de que os microfilmes sobreviveriam a uma guerra nuclear e se tornariam o testemunho da humanidade, hoje, por diferentes motivos, a digitalização tornou-se o caminho. Um caminho que dialoga com a atual rapidez, fluidez e dimensão que as informações podem alcançar. Inovações se sobrepõem gerando incertezas quanto ao futuro. Será suficiente e seguro? Ou é um poderoso recurso para recuperação, preservação e acesso às informações, mantendo sua autenticidade e confiabilidade? Estas questões emergem na ciência da informação e arquivologia, por seus objetivos e processos comuns e convoca a todos a uma revisão em todos os procedimentos de conservação e disponibilização de fontes. O suporte de qualquer pesquisa realizada pelo historiador se assenta sobre esse trabalho anterior, realizado por novos profissionais, novos gestores e curadores de dados e informações. Então, voltando à pergunta inicial – se é disso que estamos tratando – respondemos que não. O historiador ao se beneficiar das fontes digitalizadas não está fazendo História Digital.

Refazendo novamente a questão, questionamos se é possível produzir novos argumentos em pesquisa e, concomitantemente, realizar a transferência de conhecimentos sobre esse passado que não poderiam ser acessados sem a dimensão de uma história digital? (Lucchesi e Burge 2024). A discussão proposta centra-se na produção do conhecimento histórico condicionada pelo componente digital, com perguntas, problemas e preocupações metodológicas, com o enfrentamento da incerteza e imprecisão dos dados, que precisam ser validados e checados, reconhecendo que a incerteza histórica permanece uma constante dos tempos pré-digitais ao agora. Mas como lidar criticamente com o incerto diante dos constrangimentos do determinismo tecnológico? A tecnologia pode, pelo seu potencial, oferecer técnicas, ampliar recursos, minerar dados e fontes e, de fato, descortinar novas formas de leitura, novas variáveis, novas escalas e novas questões. Vamos entender então como os autores desse dossiê se beneficiaram dessa virada tecnológica, contribuíram com novas perspectivas e oferecem as melhores práticas de produção do conhecimento.

O artigo *Modulações da História na Cultura Digital- Considerações sobre uma história da História Digital* de Luiz Filipe Correia, nos apresenta uma valiosa análise de como as transformações técnicas resultantes do desenvolvimento da cibernética e da informática no contexto do neoliberalismo,

geraram a cultura digital dos dias de hoje. Com essa motivação, na primeira parte do artigo, Correia realiza um levantamento historiográfico, analisando repetições e a persistência de temas, além das implicações teórico-metodológicas e desafios impostos à prática historiográfica pela popularização das tecnologias digitais. Para ele, as repercussões na disciplina História induzem a descoberta de novas fontes, objetos, métodos, ferramentas, mas também novas epistemologias. Por outros caminhos, o autor colabora com a questão formulada por nós, quando evidencia que a escolha que os historiadores realizam em sua investigação, tanto de suas fontes, como de seus métodos, vão influir diretamente em seus resultados. Portanto, a incorporação de procedimentos da história digital possibilita produzir um conhecimento antes não possível pelas formas analógicas, o que se alinha com a proposição inicial desse dossiê. Na segunda parte de seu texto, Correia faz outras escolhas de obras e respectivos conceitos como o de modulação e alternância de Deleuze, o presentismo nas Ciências Humanas e História de Hartog e conclui com uma proposição otimista de um futuro público do passado e o papel das universidades nesse compromisso ético. De fato, uma excelente contribuição ao debate aqui proposto.

Em *A lepra e a tarkat: uma representação da doença e do doente no jogo eletrônico Mortal Kombat 1 (2023)*, Leonardo Dallacqua de Carvalho, propõe uma análise inovadora e interdisciplinar ao investigar a representação da doença no contexto dos jogos eletrônicos, especificamente no *reboot* mais recente da franquia Mortal Kombat. Este estudo se insere no campo da história digital ao tratar os jogos eletrônicos como fontes históricas relevantes, explorando como a doença fictícia *tarkat* é utilizada para construir narrativas que ressoam com a história e as representações sociais de doenças reais, como a lepra. O trabalho destaca a importância das mídias digitais na formação da memória coletiva e na sensibilização do público em relação a temas complexos como a doença e o estigma social. Ao integrar conceitos de História Pública e retórica processual, o artigo contribui significativamente para o dossiê ao ilustrar como o componente digital pode ser instrumental na reinterpretação de fenômenos históricos e sociais, trazendo uma contribuição original e relevante para o avanço das pesquisas no campo da História da Saúde e das Doenças, ao mesmo tempo que, enriquece as discussões sobre as novas possibilidades metodológicas e teóricas na era digital.

Os dois próximos artigos, por meio de diferentes formas, versam sobre a relação entre tecnologias e comunicação e perpassam sobre a questão indígena. O primeiro artigo discute a história da cultura e identidades do povo indígena Kaxinawá – ou Huni Kuin, uma etnia da fronteira brasileira-peruana da Amazônia, partindo da relação entre tecnologias, comunicação e fazer historiográfico. Já o segundo busca conectar práticas digitais com teorias de comunicação científica em História pelo Youtube em cima da questão Yanomâmi.

No artigo de Camila Escudero e Helena Schiavoni Sylvestre, *O diálogo com a Comunicação na construção de narrativas históricas digitais em jogos: A cultura do povo indígena Huni Kuin*, vemos um diálogo entre os campos da História digital e da Comunicação para a Transformação Social por meio da análise de um jogo eletrônico e construção de uma narrativa audiovisual ambientada em espaços virtuais e estruturada em diversas regras.

As autoras destacam que o jogo eletrônico “Huni Kuin: Yube Baitana” foi desenvolvido com o intuito de preservar a memória do povo indígena Kaxinawá, resgatando elementos de suas identidades culturais, ao mesmo tempo em que tenta promover o intercâmbio desses conhecimentos por meio da linguagem dos videogames. São representados cantos, grafismos, mitos e rituais desse povo, possibilitando uma circulação desse conhecimento por uma rede mais ampla. Não só os elementos identitários desse grupo indígena ganham visibilidade, mas a própria investigação histórica ganha outra dimensão por meio da intersecção entre comunicação, tecnologias e práticas socioculturais. A construção do game acaba por desafiar conceitos tradicionais de narrativa histórica e abre novas possibilidades de representação e disseminação do conhecimento histórico em ambientes digitais comunicacionais. O debate torna-se ainda mais profícuo quando consideramos o campo da educação e seu diálogo com outras áreas, além da disseminação de conhecimentos sobre temas da cultura brasileira.

Já em *Estratégias e Desafios na Divulgação Científica em História no Youtube: A problemática indígena no estudo de caso entre métricas e linguagens* de Maria de Fátima Barbosa Pires introduz ao debate a relação entre as novas mídias e o Ensino de História, um campo altamente relevante e repleto de desafios. Especificamente, a autora explora a divulgação científica em História como uma importante ferramenta de ensino, concentrando-se na problemática indígena, com ênfase nos Yanomamis e a lógica de recomendação no YouTube.

A questão respondida pela autora objetiva compreender como tais plataformas podem contribuir para a ressonância de narrativas historicamente “invisibilizadas”; quais as estratégias promissoras para ampliar o debate a partir dessa plataforma, e como utilizar o algoritmo a serviço dessas reparações históricas. Sua investigação destaca a necessidade de adaptação constante às demandas do público e à lógica algorítmica e a importância da didatização, engajamento e respeito à diversidade de perspectivas na comunicação histórica, bem como estratégias de promoção de conteúdos mais aprofundados no YouTube. Revelou também que os vídeos curtos e bem ranqueados podem atrair um público não só extenso, como também diverso.

O artigo nos oferece uma outra dimensão da questão formulada para esse dossiê: ele já parte do pressuposto que, não obstante a lógica de mercadológica das novas mídias, por meio de

diferentes estratégias é possível produzir conteúdo relevante e de qualidade para a sociedade, bem como dar visibilidade a grupos socialmente marginalizados e sub representados. Nessa perspectiva, é possível pensar em novos cenários de pesquisa e produção da cultura digital para a história pública.

Os artigos de Escudero e Sylvestre, bem como o de Pires, apresentam duas boas práticas da era digital e atestam a interconexão entre a historiografia acadêmica e a história pública facilitada pelos meios digitais e constituem exemplos instigantes do potencial que a cultura digital pode ofertar.

O próximo artigo, *Poésie Grande Guerre: como a história digital desafiou cânones no centenário da Primeira Guerra Mundial*, é de autoria de Julia Ribeiro S. C. Thomaz e examina como as ferramentas e práticas das humanidades digitais permitiram a construção de uma nova compreensão sobre a poesia da Primeira Guerra Mundial, desafiando cânones literários estabelecidos e promovendo uma abordagem interdisciplinar que questionou a suposição de que “não existe poesia da Primeira Guerra mundial na França”, como destaca na introdução do texto. Através da análise do projeto *Poésie Grande Guerre*³, que criou e disponibilizou online uma base de dados abrangente sobre poetas e suas experiências durante a guerra, Thomaz revela como o componente digital foi crucial para tirar do esquecimento um corpus significativo de obras poéticas, permitindo uma visão mais inclusiva e diversificada da produção literária do período. O artigo se encaixa perfeitamente no dossiê ao demonstrar como a história digital pode reconfigurar nossa compreensão de fenômenos históricos e culturais, contribuindo para a dissolução de hierarquias tradicionais e promovendo uma poética histórica pública e acessível.

Ao enfatizar como o uso de ferramentas digitais não apenas permite a preservação, mas também pavimenta o caminho para novos achados e perspectivas de análise, como a abordagem prosopográfica da base de dados, o trabalho de Thomaz aponta como o digital pode viabilizar novas interpretação para velhos problemas, através de serendipidades outras, capazes de engendrar novos argumentos para a historiografia. Pode-se considerar um trabalho dedicado *faire taire les canons* (Thomaz 2024, 7) dos céticos da técnica e lançar luz à validade dos métodos digitais.

Fechando a seção de artigos do dossiê, Murilo Prado Cleto *Anos Tenebrosos: a luta armada na obra da Brasil Paralelo* explora a complexa relação entre História Pública Digital e a construção de narrativas revisionistas no contexto contemporâneo brasileiro. Através da análise do documentário “1964 - O Brasil entre armas e livros”, produzido pela Brasil Paralelo, o texto examina como essa

³ Disponível em: <https://pgg.parisnanterre.fr>

produção audiovisual, alinhada a um revisionismo ideológico, busca reinterpretar o papel da luta armada durante a ditadura militar. O estudo oferece uma reflexão crítica sobre os desafios éticos e metodológicos enfrentados pela historiografia digital, particularmente em um cenário onde a produção de conhecimento histórico está cada vez mais sujeita a manipulações por atores políticos e midiáticos.

Em diálogo com Letícia Cesarino e sua noção de “crise do sistema de peritos”, Cleto contextualiza a produção da Brasil Paralelo e analisa suas consequências no processo de reorganização epistêmica impulsionado pelas novas estruturas técnicas, que desestabilizou profundamente os sistemas tradicionais de produção da verdade. Dessa forma, a contribuição corresponde à demanda do dossiê, e deixa um convite para discussões que aprofundem as implicações da história digital no campo da memória coletiva e da disputa por narrativas históricas, um fecho-abertura para um debate continuado e fundamental sobre as fronteiras entre história, política educação e tecnologia na era digital.

A próxima seção deste número – *Entrevistas* – consiste em duas entrevistas realizadas de forma remota, gravadas e transcritas pelas organizadoras do dossiê com os historiadores Keila Grinberg e Tiago Gil para a finalidade de publicação impressa, ambos selecionados pela editoria pela relevância de suas contribuições na historiografia da história digital no Brasil.

Keila Grinberg é historiadora e professora titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Universidade de Pittsburgh, onde também é Diretora do *Center for Latin American Studies*. Em sua entrevista, ela explora sua vasta experiência, abordando desde suas primeiras inspirações no uso de tecnologias digitais até os desafios contemporâneos de integração dessas ferramentas no ensino e na pesquisa histórica. Grinberg destaca o impacto transformador dos bancos de dados na pesquisa histórica, permitindo análises que seriam impossíveis sem o uso da tecnologia. Ela também discute a importância da colaboração interdisciplinar, especialmente na criação de projetos como o “Atlas das Injustiças Históricas”, ideia ainda embrionária que tem inspiração no conhecido *Passados Presentes*⁴, e buscará mapear memórias associadas a injustiças históricas, conectando dados de memória a locais específicos tirando partido de técnicas de georreferenciamento.

⁴ O projeto *Passados Presentes: Memória da Escravidão no Brasil* é uma iniciativa da Rede de Pesquisa Passados Presentes (LABHOI/UFF – Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense e NUMEM/UNIRIO – Núcleo de Memória e Documentação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Disponível em: <http://www.passadospresentes.com.br>

A entrevista evidencia a preocupação de Grinberg com os desafios técnicos e institucionais que dificultam a implementação de projetos digitais no Brasil e nos Estados Unidos, mostrando que, apesar das diferenças de infraestrutura, os desafios de armazenamento e gestão de dados persistem em ambos os contextos. Além disso, ela reforça a necessidade de um letramento digital mais abrangente tanto para historiadores quanto para estudantes, ressaltando a importância de explicitar o método histórico e de engajar o público de forma ética e acessível. A contribuição da entrevista com Grinberg para o dossiê é de grande relevância, pois oferece uma visão crítica e experiente sobre o uso das tecnologias digitais na pesquisa e no ensino de história, promovendo a reflexão sobre os limites e possibilidades da história digital e pública em um contexto global e interconectado.

Tiago Gil, pesquisador e professor da Universidade de Brasília (UNB), junto a um seleto grupo, pode ser considerado um dos precursores da História Digital no Brasil. A partir de suas experiências no Brasil e no exterior, ele sugere ferramentas, plataformas, softwares, trata da importância da interdisciplinaridade, dos desafios e das alternativas hoje disponíveis dentro das universidades.

Pode ser considerado pioneiro por integrar a tecnologia dos sistemas de informação geográfica no campo da pesquisa histórica, além de vários outros trabalhos usando ferramentas e produzindo dados hipotéticos e experimentais. Demonstra uma visão vanguardista ao defender que os historiadores necessitam de um maior letramento para o uso da tecnologia como técnica, mas também como uma infraestrutura controlada por algoritmos e relações de poder, em que os todos os cidadãos precisam saber reconhecer, lidar, adotar posturas e, especialmente, entender a lógica que a máquina opera.

Ao discorrer sobre o impacto do componente digital na compreensão histórica e aparentar uma certa desconfiança quanto ao atual uso nas pesquisas, Tiago Gil conclui suas reflexões defendendo a clássica metodologia em pesquisa histórica, ou seja, devemos nos guiar pelas perguntas para definir depois as técnicas mais apropriadas. Para ele, esse procedimento não representa prescindir da técnica, mas utilizá-la de forma apropriada a cada objeto.

No contexto dos estudos de Max Kemman sobre as ditas *trading zones* (zonas de troca ou de contato) da história digital, o conceito de “digital history brokers” pode ser entendido como figuras fundamentais na interface entre a história e as tecnologias digitais (Kemman 2021, 189). Esses “brokers” desempenham um papel crucial na gestão de projetos, coordenando práticas de coleta, transformação e descrição de dados, e traduzindo as questões históricas em problemas infraestruturais. Eles atuam, por assim dizer, como mediadores, capazes de transitar entre

diferentes comunidades de prática, conectando especialistas em computação e historiadores, e facilitando a colaboração e o alinhamento de perspectivas.

Consideramos Grinberg e Gil como exemplos eloquentes desses “mediadores da história digital” no Brasil. Ambos têm desempenhado papéis essenciais na promoção e integração da história digital no país. Grinberg, com sua vasta experiência em projetos que combinam história pública e digital, e Gil, com sua abordagem interdisciplinar que incorpora tecnologias geográficas e digitais na pesquisa histórica, exemplificam a capacidade de mediar entre as comunidades acadêmicas e tecnológicas. Eles têm contribuído para transformar as práticas históricas no Brasil, conectando diferentes domínios do saber e promovendo um diálogo entre historiadores e especialistas em tecnologia.

Este dossiê reúne, portanto, uma diversidade de vozes e perspectivas que ilustram como a história digital vem se consolidando de forma vibrante e em constante evolução, abrindo novas possibilidades de análise e reflexão. Desejamos que esta leitura inspire novas pesquisas, colaborações, diálogos, iniciativas voltadas para o ensino e que, enfim, possa suscitar debates mais amplos sobre os cruzamentos da história e da tecnologia, que extravasam os muros das universidades e das mais variadas salas de aula. Como se pode ver nas contribuições aqui reunidas, discutir o componente digital *na/para/a partir/através* da História é de grande interesse para a nossa sociedade como um todo. Boa leitura!

Referências:

- Dinsman, Melissa. *The Digital in the Humanities: An Interview with Franco Moretti*. **Los Angeles Review of Books**, Março, 2016. <https://lareviewofbooks.org/article/the-digital-in-the-humanities-an-interview-with-franco-moretti>.
- Kemman, Max. **Trading Zones of Digital History**. Berlin: De Gruyter, 2021.
- Kranzberg, Melvin. *Technology and History: “Kranzberg’s Laws”*. **Technology and Culture**, vol. 27, n. 3, 1986.
- Lucchesi, Anita. BURGE, Caitilin. **Historical Arguments and the Digital – A White Paper**. Acesso em 14/08/24 <https://zenodo.org/records/11526834>
- Mayard, Dilton Cândido Santos. **Escritos sobre história e internet**. Rio de Janeiro: Luminária academia, 2011.
- Nowvickie, Bethany. **On the Origin of ‘Hack’ and ‘Yack.’** Bethany Nowvickie (blog). 08 de janeiro de 2014. <http://nowvickie.org/2014/on-the-origin-of-hack-and-yack/>.

Dossiê: História Digital: tecnologia e fazer historiográfico entre
teoria e prática

<http://doi.org/10.34019/2594-8296.2024.v30.43219>

Modulações da História na Cultura Digital
Considerações sobre uma história da História Digital.

Modulations of History in Digital Culture
Considerations about a history of Digital History.

Modulaciones de la Historia en la Cultura Digital
Consideraciones sobre una historia de la Historia Digital.

Luiz Filipe Correia*

<https://orcid.org/0000-0001-9039-0898>

RESUMO: O conceito de modulação, desenvolvido pelo filósofo francês Gilles Deleuze, é usado neste artigo como ferramenta analítica para compreender as transformações nas práticas historiográficas com a popularização das tecnologias digitais e, por extensão, da cultura digital. Desde a segunda metade do século XX, as tecnologias digitais provocaram uma série de modulações na prática histórica e este artigo examina como estas modulações podem ser percebidas no trabalho de historiadores e historiadoras que discutem relações entre a disciplina de História, a tecnologia e a História Digital. Os textos discutidos são apresentados em ordem cronológica e exemplificam as modulações conceituais, metodológicas, relacionadas aos usos que os historiadores fazem das tecnologias digitais e, principalmente, nas práticas de pesquisa, escrita, divulgação e ensino de história. Por fim, a noção de modulação também pode contribuir para as discussões sobre a delimitação e a busca de uma identidade própria para a História Digital.

Palavras-chave: História Digital. Modulação. Cultura Digital. Historiografia. História da Tecnologia.

ABSTRACT: This article employs the concept of modulation, developed by the French philosopher Gilles Deleuze, as an analytical tool to understand the transformations in historiographical practices brought about by the proliferation of digital technologies and the digital

* Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), estuda as relações entre cultura e tecnologia digital desde 2008. Atualmente, além de professor substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)- campus Hortolândia, também estuda temas relacionados com a História Digital e a História da Ciência e da Tecnologia. E-mail: dolcor@gmail.com.

culture. Since the mid-20th century, digital technologies have induced a series of modulations in historical practice. This article examines how these modulations appear in works of historians who explore the interplay between the discipline of History, technology, and Digital History. The analyzed texts are presented chronologically and exemplify the conceptual and methodological modulations associated with historians' use of digital technologies, particularly in historical research practices such as writing, dissemination, and teaching. Lastly, modulation can also contribute to discussions concerning the boundaries and the quest for an identity for Digital History.

Keywords: Digital History, Modulation, Digital Culture, Historiography, History of Technology

RESUMEN: Este artículo utiliza el concepto de modulación, desarrollado por el filósofo francés Gilles Deleuze, como herramienta analítica para comprender las transformaciones en las prácticas historiográficas producidas por la proliferación de las tecnologías digitales y, en consecuencia, de la cultura digital. Desde mediados del siglo XX, las tecnologías digitales han inducido una serie de modulaciones en la práctica histórica. Este artículo examina cómo se manifiestan estas modulaciones en el trabajo de historiadores que exploran la interrelación entre la disciplina de la Historia, la tecnología y la Historia Digital. Los textos analizados se presentan cronológicamente y ejemplifican las modulaciones conceptuales y metodológicas asociadas al uso que los historiadores hacen de las tecnologías digitales, particularmente en las prácticas de investigación histórica, escritura, difusión y enseñanza. Por último, la noción de modulación también puede contribuir a las discusiones sobre la delimitación y búsqueda de una identidad para la Historia Digital.

Palabras clave: Historia Digital, Modulación, Cultura Digital, Historiografía, Historia de la Tecnología

Como citar este artigo:

Correia, Luiz Filipe. “Modulações da História na Cultura Digital Considerações sobre uma história da História Digital”. *Locus: Revista de História*, 30, n. 1 (2024): 12-35.

Apresentação¹

O termo cultura digital começou a se popularizar já na década de 1990 em direta relação com as transformações culturais, políticas e econômicas decorrentes da massificação dos computadores pessoais e da Internet. Na atualidade, a cultura digital atravessa e constitui os mais diversos níveis da sociedade e da experiência humana, fazendo-se presente tanto nos afetos, nas sensibilidades, na linguagem e nas modas, quanto nas diversas esferas do conhecimento, na política, nas relações internacionais e na economia. Desdobramento direto da chamada cibercultura, a

¹ Todas as citações presentes neste ensaio e que foram extraídas de livros e artigos em inglês são traduções livres realizadas pelo autor do texto.

cultura digital pode ser entendida como o resultado do acúmulo de desenvolvimentos e conhecimentos científicos e tecnológicos ocorridos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, entre os quais a cibernética, a microeletrônica e a informática. A partir da segunda metade da década de 1990, com o barateamento dos computadores pessoais e a difusão da Internet em um contexto de economia política marcada pelo neoliberalismo, essas transformações técnicas mudaram a forma como as pessoas passaram a se comunicar e promoveram uma completa e acelerada reconfiguração cultural, econômica e política² que moldou, e molda até hoje, os espaços de experiência e os horizontes de expectativa (Kosselleck 2006). Portanto, de maneira geral, a cultura digital deve ser entendida como o conjunto de práticas, comportamentos, valores, e expressões que surgem em torno do uso de tecnologias digitais e que vão desde os computadores pessoais, a multimídia, a Internet, os smartphones, até as redes sociais, os algoritmos, o *big data* e as atuais IAs generativas.

Esse conjunto de práticas, comportamentos, valores e expressões também influenciam as Ciências Humanas, como revela a chamada Virada Digital, termo que passou a fazer parte do vocabulário das Humanidades e que é usado para descrever as inovações teóricas e metodológicas decorrentes do uso das tecnologias digitais nas práticas acadêmicas. Essas inovações levaram ao surgimento das Humanidades Digitais no início do século XXI, um campo interdisciplinar que integra as Humanidades e a Ciência da Computação tanto na pesquisa quanto no ensino (Bresciano 2015, 7). No caso específico da História, que é o foco deste artigo, é possível notar mudanças nas bases teóricas e metodológicas, que culminaram na formulação do campo de estudo e pesquisa conhecido como História Digital. Neste breve ensaio, a partir de uma perspectiva histórica, será discutido como a disciplina de História tem acompanhado, explorado e incorporado elementos das tecnologias digitais nas suas práticas teóricas e metodológicas. Para isso será utilizado o conceito de modulação discutido pelo filósofo francês Gilles Deleuze.

O artigo está dividido em duas seções principais. A primeira apresenta o conceito de modulação desenvolvido pelo filósofo francês Gilles Deleuze a partir da obra de Gilbert Simondon, que dizia que modular é moldar de maneira contínua e perpetuamente variável, em seguida será discutida a utilidade desse conceito para a compreensão das transformações nas práticas historiográfica no contexto da difusão das tecnologias digitais e do surgimento da História Digital. Na seção seguinte são apresentados em ordem cronológica 15 textos de historiadores e historiadoras que tem como temática as relações entre História, tecnologias digitais e História

² A dificuldade em nomear o conjunto de transformações das últimas décadas do século XX fez surgir uma profusão de metáforas e conceitos que foram utilizados para definir o período. Globalização foi aquela que se popularizou e tomou conta dos corações e mentes na passagem do século XX para o século XXI. Sobre a globalização, ver Santos 2000; Sevcenko 2001.

Digital³. Nesta segunda seção, o conceito de modulação é mobilizado como ferramenta analítica para, por um lado, compreender como as práticas historiográficas tradicionais se transformaram em resposta às mudanças tecnológicas e, por outro, contribuir para as discussões sobre a delimitação e a busca de uma identidade própria para a História Digital. Além disso, a abordagem cronológica possibilita situar as discussões historiográficas em relação aos contextos de transformações técnicas e permite entender historicamente as modulações da História em suas relações com a tecnologia.

Modulações da História e a História Digital

No começo da década de 1990, Gilles Deleuze afirmou que o computador era a máquina símbolo da Sociedade de Controle (Deleuze 1992, 227). Neste famoso ensaio, o filósofo descreveu a Sociedade de Controle como um regime de poder no qual as narrativas e técnicas de organização e de produção de saber social não operam mais a partir de áreas de confinamento como foram a fábrica, a escola e demais instituições de sequestro da sociedade disciplinar; mas sim ao ar livre, por meio de discursos e processos técnicos. Esse novo estágio das sociedades seria caracterizado pelo “rastreamento” contínuo do indivíduo, pelo endividamento e pelo controle nos espaços abertos. Ele alertava que as Sociedades de Controle não deveriam ser entendidas simplesmente como fruto de uma evolução tecnológica, mas, sim, como uma “mutação no capitalismo”, na qual gostos, salários, hábitos e subjetividades podem ser modulados com o uso de computadores. A modulação é, portanto, uma das características fundamentais da Sociedade de Controle, sendo definida por Deleuze como “uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto ao outro” (Deleuze 1992, 225).

Atualmente, o conceito de modulação vem sendo utilizado de maneira bastante profícua em trabalhos que buscam entender as novas formas de controle propiciadas pelas tecnologias digitais, mais notadamente a “modulação algorítmica” nas redes sociais e seus vínculos com a possível manipulação de subjetividades (Souza, Avelino e Silveira, 2018). Contudo, ao contrário do que se poderia supor, para Deleuze, a modulação não é uma característica exclusiva do digital, de fato, ela é intrínseca ao analógico. Segundo o filósofo, “a analogia no sentido mais estrito e também no sentido estético, pode ser definida precisamente pela modulação” (Deleuze 2008, 167) e assim

³ A lista completa dos textos é a seguinte: *The Historian and the computer* (Shorter 1971); “Documento/Monumento” (Le Goff, 1996); “História e Informática: o ponto da situação” (Morris, 1993); “História e Informática: O uso do computador” (Figueiredo 1997); *Writing, teaching, and researching history in the electronic age: historians and computers* (Trinkle 1998); “Options and Gopherholes: Reconsidering Choice in the Technology-Rich History Classroom” (Sicília, 1998); “History in Hypertext” (Ayers 1999a); “The Pasts and Futures of Digital History” (Ayers 1999b); *Clio wired: the future of the past in the digital age* (Rosenzweig 2011); *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web* (Rosenzweig e Cohen 2006); “Defining Digital History” (Andersen 2002); “What Is Digital History?” (Seefeldt e Thomas 2009); “História e Informática” (Tavares 2012); *Digital History e Storiografia Digitale: Estudo Comparado sobre a Escrita da História no Tempo Presente (2001-2011)* (Lucchesi 2022); “Teoria da História em tempos digitais” (Saliba 2020).

é “a noção de modulação em geral (e não de similaridade) que é apta a nos fazer compreender a natureza da linguagem analógica” (Deleuze 2007, 118). Além disso, ele não entende o analógico e o digital como coisas distintas ou opostas, na verdade, Deleuze identifica que o digital “enxerta” código no analógico, que tem suas potencialidades produtivas e criativas ampliadas por meio da modulação, que pode ocorrer no tempo, no espaço e simultaneamente em diversos níveis, frequências e amplitudes. Ao utilizar a pintura como exemplo, Deleuze explica que “pintar é modular a luz e a cor” em “função de um sinal de espaço que resulta na figura”, e, logo a noção de modulação indica alternância, variação, capacidade de moldar, produzir e criar algo novo (Deleuze 2008, 168-169). Em suma, modular é moldar de maneira contínua e perpetuamente variável e a modulação produz e é produzida por similaridades, são estes aspectos da modulação deleuziana que nos interessam particularmente neste ensaio.

A noção de modulação, conforme desenvolvida por Gilles Deleuze, oferece uma abordagem conceitual que ajuda a compreender as transformações nas práticas historiográficas no contexto da difusão das tecnologias digitais e do surgimento da História Digital. Nesse sentido, a própria tentativa de uma definição e delimitação da História Digital, que pode ser entendida tanto como um campo de estudo e pesquisa quanto uma prática metodológica, deve ser percebida como uma modulação conceitual e metodológica, uma modulação entre teoria e prática. Além disso, os próprios limites da História Digital também são modulados conforme novas tecnologias e abordagens são desenvolvidas e analisar as modulações destes limites permite identificar permanências e mudanças no campo. Um segundo tipo de modulação, que decorre deste primeiro teórico e metodológico, está relacionado com a interdisciplinaridade, uma vez que nesse contato com as novas tecnologias a História recorre a outras disciplinas como a sociologia, a antropologia e a ciência da computação, para citar apenas algumas.

Outro tipo de modulação, mais evidente, está relacionado ao uso de tecnologias digitais para potencializar práticas tradicionais de pesquisa, escrita, divulgação e ensino de história que são amplificadas com a criação e consulta de bancos de dados e acervos digitais; pelas novas formas de escrita e narrativa histórica com imagens, dados e objetos interativo; por viabilizarem a divulgação em jornais científicos online e as novas modalidades de História Pública; e por permitirem o uso de recursos digitais no ensino, por meio de teleaulas entre outras modalidades de educação remota. Essa modulação é mais evidente pois a História é inexoravelmente atravessada pela cultura digital e a interseção de entre cultura digital e História provoca uma modulação nas práticas historiográficas tradicionais de pesquisa, escrita, divulgação e ensino com o uso de tecnologias digitais. Além de se desdobrar em reflexões teóricas e metodológicas, essa modulação entre as práticas historiográficas tradicionais também abre outro tipo de modulação relacionada com o

nível, a frequência e a amplitude do uso de tecnologias digitais na prática historiográfica. Essa modulação engloba os diversos níveis de uso das tecnologias digitais, que vão desde a utilização de processadores de textos básicos, pesquisas em sites, publicações em jornais acadêmicos *online* e aulas remotas, até sofisticados projetos de *big data*, digitalização, construção e visualização de bancos dados e criação de *softwares* complexos.

Adam Crymble, em seu livro *Technology and the Historian. Transformations in the Digital Age*, de 2021, aborda a influência da tecnologia nos praticantes de estudos históricos na Era Digital como parte de um processo com raízes mais antigas e que é resultado de circunstâncias históricas específicas. Embora o autor afirme que os “historiadores optaram por não reconhecer o papel transformador da tecnologia” ele reconhece que “nenhuma disciplina investiu mais energia e pensamento em tornar suas fontes e evidências publicamente disponíveis, em engajar o público por meio de meios digitais e transformar a memória coletiva de forma política” que a História (Crymble 2021, 2-3). Porém, a falta de reconhecimento dos estudiosos inclinados ao digital em relação ao seu próprio passado e sua fixação em um “presente eterno” e nas promessas de “futuros brilhantes” com as mudanças que ainda estão por vir é entendida por ele como um dos principais problemas desse campo de estudos. De acordo com o historiador, as primeiras tentativas de descrever a História Digital tinham o propósito político de criar pontes entre os historiadores “analógicos” (tradicionais) e os historiadores digitais e essas conversações teóricas e metodológicas em torno das relações entre História e tecnologia precedem, inclusive, a virada digital (Crymble 2021, 8). Portanto, entender historicamente as modulações da história em suas relações com a tecnologia permite, por um lado, compreender como as práticas historiográficas tradicionais se transformaram em resposta às mudanças tecnológicas e, por outro, contribuir para as discussões sobre a delimitação e a busca de uma identidade própria para a História Digital.

Uma história das modulações da História com as tecnologias digitais

As discussões sobre o uso do computador e as redes de comunicação nas práticas historiográficas, bem como os possíveis impactos que essas tecnologias iriam propiciar no trabalho dos historiadores e historiadoras, não são novas. Nas décadas de 1950 e 1960, com a chamada História Serial-Quantitativa, os historiadores sociais, políticos e econômicos passaram a adotar métodos das Ciências Sociais e utilizavam computadores para a análise de taxas de crescimento populacional, casamentos, epidemias, ocupação do espaço, educação e migrações (Anderson 2007). Em 1971, o historiador Edward Shorter, com o livro *The Historian and the Computer. A practical guide*, ofereceu um guia para ajudar historiadores e outros pesquisadores das áreas de humanidades a utilizarem computadores em suas pesquisas quantitativas e para orientar “o leitor nas etapas de um

projeto de pesquisa utilizando o computador e a análise estatística dos resultados” (Shorter 1971, 121).

Neste livro, Shorter ensinou como preparar os dados e preencher os cartões perfurados que eram utilizados nos computadores naquele período e respondeu questões do tipo “quando usar computadores?” ou “quais os procedimentos básicos no uso de computadores?”. Apesar do entusiasmo com as novas possibilidades ele terminou o texto com um conselho: “O computador é apenas uma ferramenta entre muitas para servir a esse propósito. As máquinas não devem ser permitidas a desviar nossa atenção última do estudo dos homens para o estudo dos números” (Shorter 1971, 126). Ou seja, ele alertou os historiadores a não perderem de vista os objetivos intelectuais tradicionais ao utilizarem os computadores. Nesse contexto, a ideia de modulação conforme desenvolvida por Deleuze mostra, por um lado, que a tecnologia é apresentada como uma maneira de expandir o potencial dos historiadores, por outro, que as práticas tradicionais da disciplina, como a problematização da escolha das fontes e a análise crítica das mesmas devem ser mantidas. O texto de Shorter revela ainda que no começo dos anos 1970 os computadores já colocavam em pauta a criação de novas fontes para os historiadores, transformavam a própria noção de memória histórica e punham em questão a noção de documento e o seu tratamento.

No final da década de 1970, em seu famoso texto “Documento/Monumento”⁴, o historiador Jean Jacques Le Goff abordou essa questão e apresentou uma síntese das principais problemáticas do uso de dados gerados por computador no trabalho historiográfico até então. Segundo Le Goff, o computador dilatava a memória histórica em meio à revolução documental propiciada pelo uso de dados quantitativos e seriais. O medievalista ressaltou ainda que não se tratava de uma revolução puramente tecnológica, nem imposta pelo computador, mas, sim, uma “revolução na consciência historiográfica” propiciada pela utilização de novas formas de arquivo (Le Goff 1996, 533). De acordo com ele, a valorização da memória coletiva exigiria uma “nova erudição” capaz de transferir o documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica atendendo às exigências tecnológicas dos computadores e ao mesmo mantendo uma atitude crítica quanto à influência exercida pela tecnologia na produção da memória coletiva (Le Goff 1996, 539). Assim, o *corpus* de dados tomado como documento também deve ser visto como monumento, uma vez que esse corpus é constituído pelo conjunto das relações de poder subjacentes a eles. O impacto dos computadores no âmbito da memória e da documentação, portanto, demandaria uma crítica mais radical dos dados tornados documentos/monumentos,

⁴ O texto foi publicado originalmente no 5º Volume da Encyclopedia Einaudi em 1978 e posteriormente foi incluído na primeira edição do livro História e Memória publicado em 1979.

tanto em termos de autenticidade quanto no fato de que a própria seleção desses dados implica uma escolha subjetiva para os historiadores.

Pensando em termos de modulação, essa crítica radical no trabalho com documentos sugerida pelo medievalista mostra uma síntese entre os métodos historiográficos tradicionais e as práticas digitais. Da mesma forma, a “nova erudição” sugerida por Le Goff, também é uma modulação entre as práticas tradicionais e o uso dos computadores. Logo, questões relativas à autenticidade, à heurística, à hermenêutica e à análise de conteúdo, características da história tradicional, devem agora ser reinterpretadas a partir da modulação da História com o uso de tecnologias digitais. Não é de se estranhar que as preocupações de Le Goff estivessem centradas em aspectos fundamentais da prática historiográfica (arquivos e documentos) e que passavam por mudanças proporcionadas pela utilização de tecnologias digitais na elaboração de cálculos estatísticos e criação de banco de dados históricos. Quando o texto foi publicado, no final dos anos 1970, os cálculos realizados a partir de bases de dados e o armazenamento de informações eram os principais usos dos computadores até então. Os computadores pessoais ainda eram uma novidade; o equipamento havia sido “inventado”⁵ em 1977, apenas dois anos antes do texto.

Na década de 1980, os computadores pessoais foram apresentados como um símbolo da “chegada do futuro” que levaria a humanidade para uma “Era de Conhecimento”, sendo inclusive eleitos “Máquina do Ano” pela Revista Time em 1982⁶. No âmbito da historiografia, essa década foi considerada uma verdadeira “revolução nas relações entre história e informática” com a consolidação da ideia dos arquivos digitais como prova histórica (Bresciano 2015, 22). A facilidade em utilizar e criar bancos de dados, o barateamento e o aumento da capacidade de armazenamento dos computadores permitiram aos historiadores trabalharem com quantidades maiores de informação e modificaram a própria prática de pesquisa e escrita do passado. Além disso, a popularização das tecnologias digitais nesse período começou a modificar o compartilhamento de informações entre pesquisadores e mudou a maneira como os conhecimentos históricos são divulgados e ensinados.

Em texto de 1991, Robert John Morris refletiu sobre o impacto da popularização dos computadores nas práticas historiográficas durante a década de 1980, mostrando que temas abordados no texto de Le Goff haviam se consolidado nesse período. Morris (1993) explicou que desde que começaram a usar computadores, os historiadores se acostumaram a lidar com um volume maior de informações, o que resultou em análises mais rigorosas e maneiras diversificadas

⁵ Um dos marcos do surgimento da computação pessoal foi o computador Apple II, lançado em 1977. Contudo, mais do que uma invenção a criação do computador pessoal pode ser entendida como o resultado do acúmulo de uma série de desenvolvimentos técnicos. Sobre esse processo ver (Winston 1998)

⁶ Ver: Barbrook 2009 e Correia 2018.

de questionar os dados. Para Morris, embora os “fatos” históricos fossem fundamentais para uma prática orientada pela informática, esses “fatos” estariam sempre ligados aos contextos de valores em que eram criados e aos pesquisadores que os utilizavam e, portanto, ele considerava essencial o trabalho tradicional de crítica das fontes e de contextualização. Nas palavras do historiador: “A abordagem da informação processada automaticamente irá exigir não só capacidade de julgamento e imaginação – tão características do ensaio histórico, – mas também o rigor analítico e lógico que outras ciências sociais sempre exigiram aos historiadores” (Morris 1993, 103). Como no texto de Le Goff, o que Morris sugere pode ser entendido como a modulação entre as práticas tradicionais da análise de fontes geradas por computadores, inclusive com a criação de *softwares* destinados aos historiadores⁷.

Cabe destacar, no entanto, que a popularização dos computadores pessoais enfrentou resistência até mesmo entre pesquisadores que utilizavam os equipamentos em seus trabalhos, como foi o caso de Manfred Thaller, então presidente da *Association for History and Computing*. Em entrevista realizada em 1992, Thaller expressou ceticismo em relação ao uso de computadores pessoais nas práticas historiográficas. Para ele, antes do “boom” dos computadores pessoais havia contribuições metodologicamente avançadas que discutiam as dificuldades da aplicação de métodos digitais à história, mas com o aumento significativo de historiadores familiarizados com a informática muitos passaram a usar programas de forma superficial e a divulgarem suas descobertas sem o devido rigor metodológico. Segundo o historiador, os primeiros anos da revolução dos computadores pessoais diminuíram o nível de sofisticação metodológica e conceitual na história e representaram um retrocesso metodológico (Thaller 1992, 164). Essa crítica de Thaller, pode ser interpretada também pelo viés da modulação, uma vez que reflete uma tensão entre a tradição historiográfica e o uso das tecnologias digitais que demandam um maior rigor metodológico e sugere ainda que Thaller entendia que os historiadores deveriam se engajar mais diretamente na produção de soluções digitais, como *softwares* e programas específicos para a prática historiográfica, uma questão que está presente até hoje nas discussões relativas à História Digital.

A partir da década de 1990, o computador pessoal se popularizou rapidamente graças à redução dos preços, à abertura da Internet para fins comerciais, e à difusão de *softwares* com interfaces amigáveis, que facilitaram ainda mais a utilização do equipamento (Correia, 2018). Foi nesse contexto de popularização dos computadores pessoais e da Internet que as tecnologias digitais começaram a chegar com mais premência no cotidiano dos brasileiros, fato que também teve reverberações nos trabalhos historiográficos realizados no Brasil. Em 1997, foi publicada a coletânea *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia* organizada por Ronaldo Vainfas e Ciro

⁷ Neste artigo Morris oferece uma lista destas iniciativas

Flamarion Cardoso. Um dos ensaios da coletânea trazia como título “História e Informática: o uso do computador” e foi escrito pelo historiador Luciano R. Figueiredo. O texto apresentou algumas das principais questões e usos das tecnologias digitais na prática historiográfica nesse momento de popularização dos computadores pessoais e da Internet. Luciano R. Figueiredo começou o texto mencionando a “reviravolta silenciosa” iniciada na década de 1960 e a “verdadeira revolução nas relações entre história e informática” ocorrida a partir dos anos 1980, com o barateamento dos microcomputadores. Em certo sentido, o historiador retorna a questões que já haviam sido colocadas por Shorter (1971), Le Goff (1996) e Morris (1993), como, por exemplo, a ampliação da capacidade de memória e a possibilidade de analisar maiores quantidades de informação nos “armazéns eletrônicos”, termo utilizado por Figueiredo para se referir aos computadores.

A proposta do ensaio era fazer “uma aproximação inicial entre o historiador e o uso do computador” com indicações de “possibilidades, recursos e – por que não dizer – vantagens que a informática traz ao longo das rotinas de trabalho do pesquisador e do professor de história” e mostrar que o computador poderia ser muito “mais do que uma máquina de escrever eficiente”. (Figueiredo 1997, 420). Entre as vantagens ele citou: catalogação, referência e controle bibliográfico; edição de texto; transcrição de dados; uso de scanners; planilhas, gráficos, tabelas e banco de dados; e as redes de comunicação nacionais e internacionais. As bases de dados foram apresentadas por ele como “uma das mais poderosas ferramentas para a história”, por permitirem o tratamento de vastas e variadas séries documentais (Figueiredo 1997, 421). Segundo o historiador, neste momento existiam “dois níveis de discussão possíveis a respeito do tema informática e história”, o primeiro relacionado com a instrumentalização e o segundo voltado para questões metodológicas. Estes dois níveis foram discutidos a partir das transformações decorrentes da utilização de computadores para escrever textos, analisar e armazenar dados, reproduzir arquivos multimídia e acessar as redes de comunicação. Os comentários sobre os usos do computador para a escrita de textos, algo tão natural e banal na atualidade, revelam que naquele momento o uso de editores de texto provocava uma transformação na própria noção de linearidade da escrita. Mudança vista pelo historiador como sendo vantajosa e capaz de reduzir qualquer oposição ao uso dos computadores (Figueiredo 1997, 422). O texto também abordou os benefícios do que o autor chamou de “micro transportáveis” (*laptops* e *notebooks*). Segundo Figueiredo (1997, 422), embora fossem raros no Brasil, em outros países eram “poucos pesquisadores que ainda transcreviam documentos à mão” graças aos “micro transportáveis” que ainda ofereciam como vantagens a “indiscutível” economia de tempo e a “menor margem de erros na coleta dos dados”. Contudo, essa poderosa ferramenta apresentava dois tipos de dilemas para os historiadores: um técnico, a incompatibilidade entre bases de dados, e outro epistemológico, “a intervenção junto às fontes

históricas e escolha e hierarquização das informações que devem constituir a base de dados a ser formulada” (Figueiredo 1997, 424). Ou seja, ele retorna à mesma questão posta por Le Goff, de que os historiadores são responsáveis pela escolha das bases de dados que irão usar no trabalho historiográfico.

Ele também chamou a atenção para as “transformações radicais” nas instituições da memória, graças aos bancos de dados com documentação textual, iconográfica e sonora digitalizada. O historiador notou ainda que a disseminação dessas informações, por meio das redes de comunicação, entre pesquisadores e, inclusive, um público mais amplo, mudava a função dos arquivos históricos que deixavam de serem “templos” para se tornarem “redes de informação” (Figueiredo 1997, 429). Outro tema abordado foi o da difusão do conhecimento histórico em meios digitais, como a multimídia que foi descrita como uma das “últimas fronteiras alcançadas pelo desenvolvimento tecnológico” por unir texto, imagem e som, o que seria grande utilidade para difusão e ensino de conhecimentos históricos. O texto também citou iniciativas “embrionárias e experimentais” do oferecimento de disciplinas de informática nos cursos de história no Brasil e, principalmente, no exterior. Sobre a Internet, então uma novidade, ele explicou que ela oferecia para os historiadores importantes canais para acesso e distribuição de informações no formato de livros, artigos, revistas científicas, grupos de discussão, catálogos e coleções de arquivos (Figueiredo 1997, 434). Em resumo, o artigo de Figueiredo (1997) mostra uma modulação da História onde as práticas tradicionais de pesquisa, escrita, divulgação e ensino são potencializadas e transformadas com as tecnologias digitais.

Longe de ser um texto puramente entusiasta da tecnologia, o historiador reforçou que “a circulação das informações não deve impedir a circularidade da crítica”, uma vez que a “ditadura da máquina-dependência” tinha um “custo excessivamente alto” e provocava “excessivo individualismo”, “fragmentação das experiências” e “isolamento” e concluiu o texto afirmando que: “O amanhã - nessa velocíssima vertigem que a ciência informática (e o mercado) introduziu - tornará esse artigo obsoleto. Ainda bem” (Figueiredo 1997, 439). E tornou mesmo, como veremos a seguir. Mas o mais importante é que Figueiredo nos dá uma importante pista sobre as modulações das práticas historiográficas a partir da utilização das tecnologias. Pois essa modulação vai depender das transformações tecnológicas, uma vez que as tecnologias mudam, mas as práticas tradicionais da história continuam sendo a base das novas práticas influenciadas pelas tecnologias digitais.

Nos Estados Unidos, um ano depois do texto de Luciano Figueiredo, foi lançado o livro: *Writing, teaching, and researching history in the electronic age: historians and computers* editado pelo historiador Dennis A. Trinkle. O livro foi o resultado de uma conferência realizada na cidade de Cincinnati nos Estados Unidos em 1997 que reuniu mais de 200 pesquisadores para discutir “o futuro da

história na era dos computadores”. A proposta do livro era “apresentar um panorama das novas perspectivas introduzidas pelos computadores e promover um diálogo sobre suas consequências e armadilhas” (Trinkle 1998, ix). No prefácio, o editor explicou que ao contrário da crença de que “os historiadores são considerados um grupo neoludita”, na verdade eles “têm estado há muito tempo na vanguarda das humanidades, adaptando inovações eletrônicas à sua disciplina”. Trinkle (1998, ix) destacou que já nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, com a invenção de computadores, os historiadores começaram a fazer uso destes equipamentos para manipular conjuntos grandes e complexos de dados e que que nas últimas décadas do século XX a popularização dos computadores pessoais e da internet trazia “novos modos e meios vigorosos para a prática da história”.

O historiador ainda alertou que essas tecnologias não ofereciam apenas vantagem, mas que também tinham limitações e custos econômicos e humanos; e ele complementava que “o caminho que a história tomará na era eletrônica será resultado das escolhas feitas por historiadores individuais e por grupos profissionais” (Trinkle 1998, x). Entre os temas dos artigos presentes na coletânea estavam: o potencial da Internet em remodelar a compreensão da história como disciplina; novas formas de comunicação e publicação acadêmica na “Era Eletrônica”; o uso do computador para aprimorar e expandir o ensino da história; o problema das imagens manipuladas digitalmente; e exemplos de uso vantajoso da tecnologia eletrônica em pesquisas históricas. Ou seja, as modulações nas práticas tradicionais de pesquisa, escrita, divulgação e ensino. Embora os artigos da coletânea apresentem as novas práticas historiográficas digitais em contraste com as práticas tradicionais, na prática, o que se percebe não é uma negação destas formas tradicionais, mas, sim, uma modulação delas a partir do uso de recursos tecnológicos, muitos dos quais hoje são considerados obsoletos, como, por exemplo, o multimídia.

Também é interessante notar que, entre todos os artigos do livro, o adjetivo digital atribuído à história aparece apenas uma vez (Sicilia 1998, 79). Neste artigo, o termo *digital history* é citado em letras minúsculas, o que revela que não se trata nem de um campo de estudos propriamente dito, nem de um conceito, mas, sim, de um conjunto de práticas historiográficas realizadas com a ajuda de ferramentas digitais, que por sua vez deveriam ser usadas de maneira crítica e eficaz para melhorar, em vez de substituir, os métodos de ensino tradicionais. Aqui a ideia de história digital, em minúsculas, mais uma vez pode ser entendida como uma modulação das práticas tradicionais que são aprimoradas com o uso das ferramentas digitais.

Um ano depois, em 1999, o termo *digital history*, novamente em letras minúsculas, foi citado nominalmente nos artigos “History in Hypertext” e “The Pasts and Futures of Digital History”, que foram escritos pelo historiador Edward L. Ayers e publicados no site do Centro de História

Digital da Virgínia (*The Virginia Center for Digital History - VCDH*). “History in Hypertext” aborda as possibilidades estéticas e analíticas do hipertexto e o que Edward Ayers chamou de história hipertextual, que corresponderia às “novas narrativas históricas” produzidas com arquivos digitais que quebravam a “linearidade do passado” (Ayers 1999a). O termo *digital history* apareceu duas vezes no texto, uma para explicar que ela não iria minar os esforços tradicionais da escrita da história, pois, segundo o autor, os estilos de pesquisa histórica haviam mudado relativamente pouco “desde o nascimento da história profissional”, uma vez que os historiadores seriam “mais conservadores epistemologicamente e metodologicamente entre os acadêmicos”. Na segunda menção, ele relacionou a história digital com a apresentação de evidências em quantidades enormes que podem ser examinadas e manipuladas a partir de diferentes ângulos (Ayers 1999a). Por sua vez, o texto “The Pasts and Futures of Digital History” voltou ao tema das possibilidades de escrita da história a partir da difusão dos arquivos digitais e do hipertexto, além de abordar o uso de realidade virtual no ensino de história. Nas palavras do historiador: “As mudanças na tecnologia da informação, muito distantes de qualquer consideração dos seus possíveis usos para a nossa disciplina, tornaram-nos possíveis pensar em novas formas de abordar o passado” (Ayers 1999b). A ideia de história digital presente em Ayers é essencialmente uma modulação entre as práticas tradicionais, que não seriam mudadas, mas sim aprimoradas pelo uso das tecnologias digitais. Além disso, o texto discute ainda a modulação teórica e conceitual uma vez que a História Digital pode ser entendida como modulação entre um campo de estudos e a uma metodologia baseada no uso de recursos digitais para a pesquisa, a escrita, a divulgação e o ensino da história. Desde o final da década de 1990, Edward L. Ayers, participa de inúmeros projetos que ajudaram a formular algumas das bases do que se convencionou chamar de História Digital⁸. Seus dois textos sintetizaram os principais temas das modulações da história na cultura digital nas últimas décadas do século XX que podem ser exemplificadas pelas transformações na escrita da história, a revolução documental como o excesso de fontes, o uso dos recursos digitais na difusão dos conhecimentos históricos, que também estão presente nos textos de Shorter, Le Goff, Morris, Figueiredo e Trinkle.

Às vésperas da chegada do novo milênio, as preocupações e discussões em torno do chamado Bug do Milênio mostraram que, na virada para o ano 2000, os computadores e a Internet haviam se enraizado nos mais variados aspectos da experiência cotidiana⁹. O rápido crescimento

⁸ Entre 1998 e 2005, Edward L. Ayers foi o responsável pelo Centro de História Digital da Virgínia (*Virginia Center for Digital History VCDH*) (<http://www.vcdh.virginia.edu>) e desde 2015 é um dos responsáveis pelo projeto New American History (<https://www.newamericanhistory.org>). Em uma conferência recente ele contou um pouco da sua trajetória: https://youtu.be/_g2SfZW-xY4?si=7fB39FoGD6ocgXb-. Acesso em 27 dez. 2023.

⁹ Em várias partes do planeta, jornais e programas de televisão dedicaram muitas páginas e minutos preciosos das grades de programação para tratar do tema e governos, como o brasileiro, investiram em propagandas veiculadas nos meios de comunicação para tranquilizar a população para os efeitos do Bug do Milênio. Na Inglaterra, a empresa aérea

da internet na década de 1990 foi acompanhado também pelo aumento da especulação em torno das ações financeiras de empresas de tecnologia na bolsa eletrônica *Nasdaq*. Como consequência, a bolha especulativa das empresas *dotcom* acabou estourando nos primeiros anos do século XXI e provocou uma série de fusões e falências nas empresas do setor e marcou o surgimento da chamada de *web 2.0*. A *Web 2.0* é uma mudança na maneira como usuários utilizam e desenvolvedores projetam a internet e que se caracteriza pela interatividade, mas também pela centralização e o controle. Esse é o contexto da popularização dos mecanismos de buscas como o Google, da disseminação das redes sociais, dos comunicadores instantâneos, dos blogs pessoais, do início da ampliação do acesso à telefonia móvel e do surgimento de sites como a Wikipedia, que utilizam recursos *wiki*¹⁰

Um panorama das mudanças propiciadas pelas tecnologias digitais na virada do século é encontrado no livro *Clio Wired: The Future of the Past in the Digital Age*, uma coletânea póstuma de textos publicados entre 1994 e 2006 pelo historiador americano Roy Rosenzweig que foi lançada em 2011¹¹. Embora os textos de *Clio Wired* não cite em nenhum momento o termo História Digital, na introdução escrita por Anthony Grafton fica evidente o papel de Roy Rosenzweig na consolidação do campo de estudo. Roy Rosenzweig ficou conhecido por diversas iniciativas que utilizavam tecnologias digitais nas práticas historiográficas tradicionais e inclusive a participação de historiadores na criação de *softwares* e outras ferramentas para auxiliar na produção do conhecimento histórico¹². De fato, em vida, o último livro de Roy Rosenzweig foi publicado em 2006, em co-autoria com o historiador Daniel Cohen e recebeu o nome de *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web*. Na prática, a proposta do livro era incentivar os historiadores a colocarem a “mão na massa” e criarem seus próprios sites de difusão de conhecimento histórico.

O livro trouxe um guia para que tanto pessoas leigas quanto historiadores profissionais conseguissem planejar, compreender e escolher tecnologias adequadas para a criação de um site de

British Airways cancelou mais da metade dos voos programados para a virada do ano por falta de passageiros, que receavam que as falhas nos sistemas computadorizados provocassem queda de aviões (McDowell 1999).

¹⁰ *Wiki* se refere tanto a sites colaborativos que permitem edição coletiva de conteúdo, como a Wikipedia, quanto a própria tecnologia que permite a criação desse tipo de site.

¹¹ Os textos fornecem um quadro das principais questões que permearam os debates sobre a disciplina de história e as tecnologias digitais entre os anos de 1994 e 2006 quando foram originalmente publicados. Entre os temas abordados no livro estavam: o paradoxo da escassez/abundância das fontes; a preservação do passado e os arquivos na “Era Digital”; a questão da verdade e do conhecimento na Internet; o uso do hipertexto na produção do conhecimento histórico; a escrita da história com computadores; a coleta de dados históricos online, entre outros exemplos de usos das tecnologias digitais na prática historiográfica.

¹² Ele realizou uma série de projetos que podem ser enquadrados no campo da História Digital e foi o responsável pela criação do Centro para a História e a Nova Mídia (*Center for History and New Media - CHNM*), na Universidade George Mason em 1994 e entre os projetos estão a publicação do jornal acadêmico anual *Current Research In Digital History*, ferramentas como o software de organização de imagens digitais *Tropy*, além de sites e *podcasts*. Ver <https://rrchnm.org/our-work/>. Acesso em 27 dez. 2023.

história “fácil de usar, acadêmico e interativo”. Para isso, os autores ofereceram dicas de digitalização de documentos, debateram questões de direitos autorais, uso justo e deram conselhos para garantir a preservação a longo prazo. Embora vissem a tecnologia como uma forma de potencializar o trabalho dos historiadores, os autores afirmavam que não se alinhavam nem com os “entusiastas otimistas” da tecnologia, nem com os “pessimistas apocalípticos”, mas sim com os “tecnorealistas”¹³, para os quais “fazer história digital envolve estar ciente das vantagens e desvantagens da tecnologia, maximizando as primeiras enquanto minimiza as últimas” (Rosenzweig e Cohen 2006, 3). Este trabalho nos interessa particularmente pois ele é representativo das modulações da história, uma vez que os autores apresentaram a História Digital tanto como um campo de estudos, quanto como uma metodologia de pesquisa, escrita, divulgação e ensino¹⁴. Ou seja, a ideia de modulação teórica e conceitual e da modulação como uma forma de melhorar, aperfeiçoar as práticas tradicionais. Além disso, a introdução do livro também revela que algumas práticas que antes eram vistas como novidade e se tornaram tão difundidas que provocavam estranhamento em quem não as praticava:

Nas últimas duas décadas, novas mídias e novas tecnologias desafiaram os historiadores a repensar as maneiras como pesquisam, escrevem, apresentam e ensinam sobre o passado. Quase todo historiador considera um computador como equipamento básico; colegas veem aqueles que escrevem seus livros e artigos sem a ajuda de software de processamento de texto como objetos de curiosidade. Professores de história trabalham em seus *slides* do *Powerpoint* [...]. O e-mail e a troca de mensagens instantâneas ampliaram círculos de comunicação e debate entre praticantes de história dispersos, estudiosos e entusiastas amadores (Rosenzweig e Cohen 2006, 2).

A difusão acelerada das tecnologias digitais provocou uma rápida “naturalização” dos “usos e abusos” destas tecnologias na prática historiográfica e no decorrer da primeira década dos anos 2000, conforme as tecnologias digitais ganhavam mais premência na experiência cotidiana, a chamada História Digital começou a se consolidar como um campo de estudos propriamente dito. Já em 2002, no editorial “Defining Digital History”, Deborah Lines Andersen destacou essas transformações ao analisar artigos publicados no *Journal of the Association for History and Computing (JAHIC)*. A historiadora observou que a revolução digital não apenas tinha alterado os métodos de pesquisa e ensino, mas também exigia novas definições e entendimentos das práticas historiográficas. Segundo Andersen (2002), “o campo da história passava por uma mudança na forma como os acadêmicos utilizavam e acessavam informações” e a abordagem dos historiadores em relação às fontes e métodos tradicionais passava por uma reconfiguração. Ela salientou a

¹³ Conhecidos como tecnorealistas se apresentavam como o caminho do meio, uma alternativa entre os tecno-utópicos (“entusiastas otimistas”) e os neoluditas (“pessimistas apocalípticos”). Ver Lemos, 2023.

¹⁴ Os autores identificaram sete qualidades das tecnologias digitais que poderiam potencializar o trabalho dos historiadores: capacidade de armazenamento, acessibilidade, flexibilidade, diversidade, manipulabilidade, interatividade e hipertextualidade. E também indicaram cinco perigos e ameaças da “supervia da informação”: qualidade, durabilidade, legibilidade, passividade e inacessibilidade (Rosenzweig e Cohen, 2006)

complexidade em se definir a História Digital, uma vez que se tratava de um campo complexo e multifacetado que ia desde a digitalização de fontes primárias tradicionais até o uso avançado de tecnologias como simulações de realidade virtual e sistemas de informação geográfica (*GIS*).

Andersen destacou que a abrangência das mudanças provocadas pela “digitalização” nas práticas de ensino, comunicação, pesquisa e publicação na área da história demandavam uma padronização na terminologia e a formação de historiadores capazes de integrar essas tecnologias de maneira crítica e reflexiva. Para ela, a instabilidade na terminologia era reflexo da rápida evolução tecnológica e da necessidade constante de atualização e adaptação por parte dos historiadores. O que mostrava a História Digital como um campo dinâmico, marcado pela integração de novas tecnologias, e pela transformação contínua das práticas historiográficas. Essa instabilidade na terminologia e a dificuldade de definição da História Digital, portanto, deve ser entendida como um reflexo das modulações conceituais e teóricas das práticas historiográficas suscitadas pelas tecnologias digitais em constante transformação devido aos desenvolvimentos técnicos.

Sete anos depois, em 2009, dois historiadores ligados ao *VCDH* voltaram ao tema da definição do que seria a História Digital. Escrito por Douglas Seefeldt e William G. Thomas, o artigo “What is Digital History?” afirma a novidade da História Digital como “um campo totalmente novo” que ainda carecia de uma definição mais precisa pois estava sendo conceitualizado “à medida que os historiadores experimentavam com esse novo meio” (Seefeldt e Thomas 2009). Para os autores, esse “campo totalmente novo” precisava de uma definição pois “sem exemplos bem definidos de produção acadêmica digital, melhores práticas estabelecidas e, especialmente, critérios claros de avaliação, poucos acadêmicos se envolveram totalmente com o meio digital” (Seefeldt e Thomas 2009). A definição proposta pelos historiadores foi a seguinte:

A história digital pode ser entendida de forma ampla como uma abordagem para examinar e representar o passado que trabalha com as novas tecnologias de comunicação do computador, da Internet e dos softwares. Por um lado, a história digital é uma arena aberta de produção e comunicação acadêmica, abrangendo o desenvolvimento de novos materiais didáticos e esforços de coleta de dados acadêmicos. Num outro nível, a história digital é uma abordagem metodológica enquadrada pelo poder hipertextual destas tecnologias para criar, definir, consultar e assinalar associações no registro humano do passado. Fazer história digital, então, é certamente digitalizar o passado, mas é muito mais do que isso. É criar uma estrutura por meio da tecnologia para que as pessoas experimentem, leiam e acompanhem uma discussão sobre um importante problema histórico (Seefeldt e Thomas 2009).

O entendimento desse campo “totalmente novo” proposto pelos autores é amplo e opera em diversos níveis que variam de práticas de digitalização de acervos, abordagens metodológicas e formas de produção e comunicação da história. Essa variedade nos sentidos da História Digital é mais um exemplo das modulações impostas pela cultura digital à pesquisa, à escrita, à divulgação e ao ensino de História. Os historiadores argumentaram que “a história digital, talvez mais do que a analógica, convida estudantes e o público para o processo digital” e permite que as pessoas

“investiguem e formem suas próprias associações interpretativas” (Seefeldt e Thomas 2009). Esta interatividade, uma marca registrada da web 2.0, não apenas transforma a maneira como a história é consumida, mas também como é produzida e ensinada. A digitalização dos acervos, as novas metodologias de pesquisa e as formas inovadoras de comunicação acadêmica criam um campo onde a interdisciplinaridade e o cruzamento de fronteiras são essenciais e envolvem historiadores e outros profissionais no uso de ferramentas digitais. Como é possível notar, nessa tentativa de definição da História Digital são percebidos três tipos de modulação da História: a modulação das práticas tradicionais, a modulação interdisciplinar e a modulação conceitual, uma vez que a definição dos autores ressalta a variedade de práticas e abordagens da História Digital.

Essas mudanças identificadas pelos autores refletem um movimento mais amplo na sociedade no final da primeira década do século XXI, onde as promessas de maior participação política e democrática, proporcionadas pelas tecnologias digitais, geraram um otimismo significativo¹⁵. Nesse contexto de intensas mudanças propiciadas pelas tecnologias digitais, pesquisadores das áreas de Humanidades se voltavam para os impactos dessas transformações na sociedade e por consequência nas próprias Ciências Humanas. Em 2011, foi publicado o *Manifesto das Humanidades Digitais*, que era resultado da percepção de que o digital alterava as condições de produção do conhecimento. Neste manifesto, as Humanidades Digitais eram apresentadas como uma “transdisciplina portadora de métodos e dispositivos e das características heurísticas ligadas ao digital no domínio das Ciências Humanas e sociais” e composta por uma comunidade multilíngue presente em mais de 24 países¹⁶. O manifesto também reforçou o papel das Humanidades Digitais para “o progresso do conhecimento, o reforço da qualidade da pesquisa em nossas disciplinas, e o enriquecimento do saber e do patrimônio coletivo” e defendeu a divulgação, a circulação e o livre enriquecimento dos métodos, do código, dos formatos e dos resultados da pesquisa (Dacos 2011).

Alguns críticos sugerem que embora as Humanidades Digitais sejam apresentadas como um campo aberto e transdisciplinar, os “humanistas digitais” muitas hierarquizam e categorizam os pesquisadores entre aqueles que criam novos produtos e ferramentas e aqueles que apenas discutem teoricamente as tecnologias¹⁷. Outros sugerem que as Humanidades Digitais podem ser entendidas como uma estratégia e uma alternativa das áreas de Humanidades contra os cortes de

¹⁵ Em várias partes do mundo começam a emergir movimentos sociais, como o *Occupy Wall Street* e a chamada Primavera Árabe, que se organizavam e se mobilizavam pela Internet. Ver (Castells 2013; Gerbaudo 2012; 2017)

¹⁶ Segundo dados do site <https://humanidadesdigitais.org/>, em 2011 existiam aproximadamente 114 Centros de Humanidades Digitais ao redor do mundo, desses, 44 estavam nos Estados Unidos, outros 40 na Europa e o restante no resto do mundo, sendo dois no Brasil. Disponível em <https://www.ucl.ac.uk/infostudies/melissa-terras/DigitalHumanitiesInfographic.pdf>. Acesso em 15 dez. de 2023.

¹⁷ Sobre esse tema ver o debate “hack versus yack” em Nowvskie 2016.

verbas que marcavam as instituições de ensino superior e que se acentuaram a partir da crise econômica de 2008 (Grusin 2014). Por outro lado, ao colocar em pauta questões como como práticas de acesso, distribuição, legibilidade, atuação dos campos do saber, papel da esfera pública e de outros espaços de disseminação do saber, as Humanidades Digitais também oferecem um contraponto necessário à invasão da filosofia do Vale do Silício via grande Universidades Americanas, na formação educacional digital (Silva, Almeida e Hooper 2016). De todo modo, e em linhas gerais, as Humanidades Digitais podem ser definidas como um campo de pesquisa interdisciplinar que busca integrar métodos digitais e computacionais às ciências humanas tradicionais, tais como literatura, filosofia, linguística, arqueologia e história, e criar novas práticas e linguagens aplicáveis a várias disciplinas. Assim, a História Digital pode ser entendida como um subcampo das Humanidades Digitais que apresenta características próprias, afinal ela se concentra especificamente no uso de tecnologias digitais para a pesquisa, escrita, divulgação e ensino de história. Além disso, dentro das Humanidades Digitais, a História Digital ocupa um lugar privilegiado, pois, apesar da desconfiança e da indiferença de uma parte dos historiadores e historiadoras, a preocupação com o impacto das tecnologias digitais está presente na historiografia desde pelo menos a década de 1960 (Bresciano 2015). Por fim, um olhar atento para o *Manifesto das Humanidades Digitais*, revela ainda que temáticas presentes no texto já estavam sendo discutidas no campo da História, como, por exemplo, a questão da divulgação dos conhecimentos e dos dados abertos nas redes digitais e a memória coletiva.

No ano seguinte ao lançamento do *Manifesto das Humanidades Digitais*, em 2012, foi publicada uma nova coletânea organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, que recebeu o nome de *Novos Domínios da História*. Esta edição também contou com um texto sobre “História e Informática”, mas dessa vez sem o subtítulo “o uso do computador”. O texto foi escrito pela historiadora Célia Cristina da Silva Tavares e é uma espécie de versão 2.0 do texto de Luciano Figueiredo publicado 15 anos antes. A historiadora abordou o tema das fontes e da preservação; os processos de digitalização de documentos; as implicações relativas aos direitos autorais; e o fato de que a escolha das fontes partia do historiador: “computadores ou quaisquer ferramentas utilizadas nunca iriam substituir a atuação do profissional de história, a escolha de critérios e referências que cabe somente a ele estabelecer” (Tavares 2012, 305). Apesar da repetição destes temas, o texto da historiadora revela como a tecnologia havia se transformado entre 1997 e 2012. Enquanto Figueiredo destacou principalmente aspectos dos computadores pessoais na escrita de textos, no processamento e armazenamento de dados, criação de arquivos digitais e reprodução de arquivos multimídia, Célia Cristina da Silva Tavares enfatizou os sites de internet, como o Google,

a Wikipedia, as redes sociais, a computação em nuvem e as modalidades de educação à distância propiciadas pela Internet.

Os 15 anos que separam os dois textos ainda dão pistas do processo de difusão e recepção dos computadores portáteis que “tornaram-se companheiros fundamentais dos historiadores dedicados à pesquisa arquivística ou mesmo livresca” e da mudança de mentalidade dos historiadores em relação à utilização dos computadores. Isso porque ela identificava que “ainda na década de 1990, a maioria dos historiadores “repudiava” o uso desta poderosa ferramenta [o computador]” (Tavares 2012, 304) e agora (em 2012) o assunto era tema de discussões de importantes historiadores como Carlo Ginzburg, Roger Chartier e Robert Darnton. Como Figueiredo (1997), a historiadora citou a obsolescência tecnológica e defendeu uma postura crítica como atitude obrigatória em relação aos meios digitais que “provocam ansiedade” e permitem “a difusão de conteúdos inverídicos, por vezes apresentados com a aparência de verdade” (Tavares 2012, 308). Ao retomar temas já presentes em Figueiredo, mas apresentar outras abordagens tecnológicas para esses temas, o texto de Tavares revela que a modulação da história depende e sofre influência dos desenvolvimentos técnicos. E a despeito da autora não usar em momento algum o termo História Digital e nem recorrer aos trabalhos de Roy Rosenzweig ou Edward Ayres ou mesmo citar as Humanidades Digitais, os temas abordados por ela são parte das discussões tanto da História Digital quanto das Humanidades Digitais.

Com efeito, embora o conceito de História Digital já fosse difundido nos Estados Unidos na primeira metade dos anos de 2010, o campo de estudos e de práticas historiográficas relacionadas às tecnologias digitais ainda carecia de um olhar mais atento em lugares como o Brasil. É o que mostrou a dissertação defendida por Anita Lucchesi em 2014¹⁸. Neste trabalho, a historiadora compara duas tendências historiográficas: a *Storiografia Digitale*, nomenclatura italiana inspirada pelo livro de mesmo nome do historiador italiano Dario Ragazzini, e a *Digital History*, nomenclatura estadunidense inspirada, principalmente nos trabalhos de Roy Rosenzweig e de Edward Ayres. Anita Lucchesi relacionou essas duas tendências ao contexto do tempo presente e a existência de um projeto de fundo comum entre estas duas correntes que se caracterizam por serem “inscritas no ciberespaço, escritas digitalmente (hipertextualmente) e divulgadas na rede” (Lucchesi 2022, 203). Entre as distinções destas duas tendências estariam as diferenças de concepção em termos de práticas, metodologias e conceitos, mas também de recursos financeiros, políticos e humanos (Lucchesi 2022, 204).

¹⁸ A dissertação deu origem ao livro *Digital History e Storiografia Digitale: Estudo Comparado sobre a Escrita da História no Tempo Presente (2001-2011)* publicado em 2022 e que está sendo utilizado nesta discussão

Para Lucchesi (2022, 203): “A ausência de um consenso sobre a definição do conceito/campo/método/disciplina ‘História Digital’ ou ‘Historiografia Digital’” seria, “na verdade, um signo dessa transição da cultura impressa para a cultura digital”. Assim, essa distinção entre as práticas americanas e italianas e a falta de consenso sobre o que constitui a História Digital evidencia a noção de modulação da história e as tecnologias digitais, uma vez que análise de Lucchesi sobre a *Storiografia Digitale* e a *Digital History* revela não apenas diferenças metodológicas e conceituais, mas também um panorama mais amplo de como diferentes contextos culturais, acadêmicos e tecnológicos modulam as práticas historiográficas. A partir da segunda metade dos anos 2010, com a aceleração da difusão das tecnologias digitais, a cultura digital começou a ocupar cada vez mais espaço e interferir de maneira direta na realidade e nos espaços de experiência e nos horizontes de expectativa. No rescaldo da mobilização política nas “redes de indignação e esperança” (Castells 2013), emergiu uma onda conservadora da extrema direita que ascendeu ao poder em várias partes do mundo usando as redes digitais como instrumento de difusão de ideologias anti-minorias, propagação de discursos de ódio e divulgação de *fake-news* (Cesarino 2022).

Paralelamente, nesse período começam a despontar perfis em redes sociais, canais no Youtube e podcasts com temas históricos e as Humanidades Digitais e a História Digital passaram a ocupar um espaço maior nas Universidades brasileiras, embora de maneira ainda tímida¹⁹. Sintomático dessa transformação é que mesmo no tradicional curso de História da Universidade de São Paulo há abertura para o oferecimento de disciplinas como o curso de Teoria da História ministrado pelo professor Elias Thomé Saliba, que discute as mudanças provocadas pela cultura digital na historiografia. As discussões desta disciplina de Teoria da História foram sintetizadas em um artigo publicado em 2020, no qual Elias Saliba analisa o papel da teoria da história como reflexão crítica e metódica e “sismógrafo” das inquietações na disciplina de história, abordando as sucessivas viradas epistemológicas da disciplina, como a linguística, a cultural, a subjetiva e a atual digital. Em seguida, ele apresenta uma caracterização do mundo digital, inserido na dinâmica do capital, da cultura e da política, e o papel da Internet como instrumento de comunicação, registro, presentificação, esquecimento e mobilização. De acordo com o historiador, a “voragem digital” provoca um esgarçamento da memória subjetiva por meio da presentificação; assim em um contexto de excesso de deslumbramento tecnológico, excesso de informação e da doença do curto prazo, os historiadores podem contribuir com o olhar de longa duração e também no combate às fake news, uma vez que “o conhecimento histórico ainda é o motor que nos empurra em direção de um mundo mais verdadeiro e mais justo” (Saliba 2020, 34). As discussões presentes no texto de

¹⁹ Em 2009 foi criado um grupo de Pesquisa de Humanidades Digitais na Universidade de São Paulo e em 2018 foi criado o Laboratório de Humanidades Digitais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), por exemplo.

Saliba (2020), é mais um indício de como as tecnologias digitais e a virada digital provocam uma modulação teórica e metodológica na disciplina de História.

Nesse mesmo ano de 2020, a Pandemia de Coronavírus catalisou, acelerou e criou novas tendências, propiciando uma intromissão ainda maior da cultura digital nos espaços de experiência cotidianos. As medidas do chamado isolamento social expandiram e popularizaram modalidades de trabalho e de aulas remotas, além de videoconferências, palestras e as chamadas *lives* transmitidas ao vivo para todo o planeta. Mesmo aqueles mais avessos à tecnologia foram lançados compulsoriamente no mundo digital de uma hora para a outra. Professores de todas as partes do planeta precisaram se adaptar para ministrar aulas síncronas e assíncronas, e muitos perceberam, de maneira quase traumática, que a experiência nos dispositivos de videoconferência era bem diferente da praticada nas salas de aula tradicionais. Por outro lado, muitos professores e pesquisadores passaram a ter contato com softwares para criação de apresentações de *slides*, entre outros recursos digitais que contribuem para o ensino, a pesquisa e, inclusive, a extensão. Ou seja, a Pandemia impulsionou ainda mais as modulações das práticas historiográficas. Ainda em 2020, o *Journal of Digital History (JDH)*, vinculado ao Centro de História Contemporânea de Luxemburgo (*Luxembourg Centre for Contemporary and Digital History - C²DH*) da Universidade de Luxemburgo e Gruyter, abriu sua primeira chamada de artigos com a proposta inovadora de ser uma “plataforma de publicação em várias camadas para estudos acadêmicos baseados em dados no campo da história digital” (Fickers e Clavert 2021). Os artigos do site são apresentados em um formato de acesso que mistura texto, visualização de dados, linhas de código em linguagem *Python* e material audiovisual. No Brasil, a História Digital parece ter se consolidado nos últimos anos com a publicação de dossiês²⁰, coletâneas (Nicodemo, 2022) e importantes estudos teóricos e metodológicos como (Barros 2022; Pereira 2022), além do já citado trabalho de Anita Lucchesi publicado como livro também em 2022.

Seja como for, esse processo de intensificação do uso de recursos tecnológicos nas abordagens historiográficas tem despertado a atenção inclusive de historiadores e historiadoras que não se identificam com a História Digital, fato que mais uma vez evidencia as diversas modulações da História nas suas interseções com as tecnologias digitais. Assim, parafraseando Alex Reid, no final das contas, a História Digital talvez seja simplesmente a historiografia feita no momento

²⁰ Conf. História Digital: Perspectivas, Experiências e Tendências, 2017 (<http://bit.ly/3S0fYLLK>) e História global e digital: novos horizontes para a investigação histórica, 2020 (<https://bit.ly/48CseaD>). Acesso em 27 dez. 2023.

presente²¹ a partir das modulações da História desencadeadas pelas tecnologias digitais e quem sabe daqui uns anos não estaremos nos referindo a uma História Quântica²²?

Considerações Finais

Os textos apresentados no decorrer desse artigo foram escolhidos por permitirem discutir as diversas modulações da História na sua relação com as tecnologias digitais²³, e por fornecerem também um quadro da história das tecnologias digitais e das implicações dessas tecnologias nas práticas historiográficas do final do século XX e começo do século XXI. As modulações discutidas a partir de uma perspectiva histórica mostram recorrências de temas, tópicos e questões relacionadas com as “perturbações” provocadas na historiografia pela difusão e popularização das tecnologias digitais. Compreender estas perturbações a partir do conceito de modulação abre uma perspectiva teórica e metodológica para enfrentar os desafios impostos pela cultura digital à História e suas práticas de pesquisa, escrita, divulgação e ensino; e também na própria tentativa de uma delimitação para a História Digital. A noção de modulação pode explicar a dificuldade de se delimitar a História Digital, uma vez que esta pode ser vista como o resultado das modulações da História discutidas no artigo. Os textos podem contribuir, inclusive, para uma História da Ciência e da Tecnologia, pois oferecem indícios do processo de difusão e recepção de novas tecnologias entre os historiadores e historiadoras. Por fim, em um contexto de aceleração da difusão de novas tecnologias, a História Digital tem uma importância fundamental, não apenas porque ela permite pensar as diversas modulações da História com a difusão destas tecnologias, mas porque a História Digital também pode proporcionar uma visão crítica, ética e política das transformações desencadeadas pela cultura digital.

Referências bibliográficas:

- Andersen, Deborah Lines. “Defining Digital History”. *Journal of the Association for History and Computing*, 5, n. 1 (2002). <http://hdl.handle.net/2027/spo.3310410.0005.103>.
- Anderson, Margo. “Quantitative History”. Em *The Sage Handbook of Social Science Methodology*, org. William Outhwaite, e Stephen Turner, 246-63. Londres: Sage Publications, 2007.
- Ayers, Edward L. 1999a. “History in Hypertext”. The Virginia Center for Digital History. <http://www.vcdh.virginia.edu/Ayers.OAH.html>.

²¹ No original “The Digital Humanities are just the humanities of the present moment”. Disponível em <https://humanidadesdigitais.org/breve-panorama/>. Acesso em 26 dez. 2023

²² A computação quântica opera a partir de preceitos da mecânica quântica e ainda está estágios iniciais de desenvolvimento. Sendo a principal diferença da computação clássica, que trabalha com a lógica binária (0 e 1), é o uso de qubits, nos quais o 0 e o 1 podem se sobrepor e coexistir.

²³ Não era objetivo fazer uma revisão sistemática da literatura sobre as relações entre a História e as tecnologias digitais, de todo modo, as referências bibliográficas presentes nos trabalhos discutidos no presente artigo dão conta de uma biografia básica sobre o tema.

- Ayers, Edward L. 1999b. “The Pasts and Futures of Digital History”. The Virginia Center for Digital History. <http://www.vcdh.virginia.edu/PastsFutures.html>.
- Barbrook, Richard. *Futuros Imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global*. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- Barros, José D’Assunção, org. *História Digital. A Historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- Bresciano, Juan Andrés e Tiago Gil, org. *La Historiografía ante el Giro Digital. Reflexiones teóricas y prácticas metodológicas*. Uruguay: Ediciones Cruz del Sur, 2015.
- Castells, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- Cesarino, Letícia. *O Mundo do Averso. Verdade e Política na Era Digital*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- Correia, Luiz Filipe. “Modulações entre o analógico e o digital: apontamentos históricos da inserção do Brasil na era da informação (1977-2000)”. Tese de doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2018.
- Crymble, Adam. *Technology and the Historian. Transformations in the Digital Age*. Chicago: University of Illinois Press, 2021.
- Dacos, Marin. 2011. “Manifesto das Humanidades Digitais”. Humanidades Digitais. <http://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais>.
- Deleuze, Gilles. “Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle.” Em *Conversações 1972-1990*, 223-230. São Paulo: Editora 34, 1992.
- Deleuze, Gilles. *Francis Bacon. Lógica da Sensação*. São Paulo: Zahar, 2007.
- Deleuze, Gilles. *Pintura. El concepto de diagrama*. Buenos Aires: Cactus, 2008.
- Fickers, Andreas e Frédéric Clavert. “On Pyramids, Prisms, and Scalable Reading”. *Journal of Digital History*, n. jdh001 (2021): 1-13. <https://journalofdigitalhistory.org/en/article/jXupS3QAeNgb>.
- Figueiredo, Luciano R. “História e Informática: O uso do computador”. Em *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*, org. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, 591–620. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 1997.
- Gerbaudo, Paolo. *The Mask and the Flag. Populism, Citizenism and Global Protest*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- Gerbaudo, Paolo. *Tweets and The Streets Social Media and Contemporary activism*. London, New York: Pluto Press, 2012.
- Grusin, Richard. “The Dark Side of Digital Humanities: Dispatches from Two Recent mla Conventions”. *Differences. A Journal of Feminist Cultural Studies* 25, no 1 (2014): 79–92.
- Kosselleck, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RJ, 2006.
- Le Goff, Jacques. “Documento/Monumento”. Em *História e Memória*, 462-478. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- Lemos, André. 2023. “O imaginário da Cibercultura. Entre o Neo-Ludismo, Tecno-Utopia, Tecno-realismo e Tecno-surrealismo.” *Facom UFBA/ Ciberpesquisa*. <https://bit.ly/3TJuRDG>.
- Lucchesi, Anita. *Digital History e Storiografia Digitale: Estudo Comparado sobre a Escrita da História no Tempo Presente (2001-2011)*. Recife: EDUPE, 2022.
- McDowell, Edwin. “Business Travel: Y2K Concerns Causing Airlines to Cut Flights on New Year’s Eve”. *The New York Times*, 6 de outubro de 1999. <https://bit.ly/48eqiFL>.
-

- Morris, Robert John. “História e Informática: o ponto da situação”. *Ler História*, n. 24 (1993), p. 93-106.
- Nicodemo, Thiago Lima. *Caminhos da história digital no Brasil*. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2022.
- Nowviskie, Bethany. “On the Origin of ‘Hack’ and ‘Yack’.” Em *Debates in the Digital Humanities*, org. Matthew K. Gold e Lauren F. Klein. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016. <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled/section/83c24044-7c7a-44b7-8a07-0fdaf3655943#cvi>.
- Pereira, Mateus Henrique de Faria. *Lembrança do Presente. Ensaios sobre a condição histórica na Era da Internet*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- Rosenzweig, Roy. *Clio wired: the future of the past in the digital age*. New York: Columbia University Press, 2011.
- Rosenzweig, Roy, e Daniel J. Cohen. *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.
- Saliba, Elias Thomé. “Teoria da História em tempos digitais”. Em *Teorizar aprender e ensinar história*, org. Marcia de Almeida Gonçalves, 16-39. Rio de Janeiro: FGV Editora. FAPERJ, 2020.
- Santos, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- Seefeldt, Douglas, e William G. Thomas. “What Is Digital History?”. *Perspectives on History, Intersections: History and New Media*, 47, n. 4 (2009). <https://www.historians.org/perspectives-article/what-is-digital-history-may-2009/>.
- Sevcenko, Nicolau. *A corrida para o século XXI: No loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- Shorter, Edward. *The Historian and the computer*. New Jersey: Prentice-Hall, 1971.
- Sicilia, David B. “Options and Gopherholes: Reconsidering Choice in the Technology-Rich History Classroom”. Em *Writing, teaching, and researching history in the electronic age: historians and computers*, org. Dennis A. Trinkle. New York: M. E. Sharpe, Inc, 1998.
- Silva, Cicero Inacio da, Jane de Almeida, e Silvana Seabra Hooper. “As humanidades digitais e as novas formas de disseminação do conhecimento”. *Lumina* 10, n. 2 (2016): 1-12. <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2016.v10.21297>.
- Souza, Joyce, Rodolfo Avelino e Sérgio Amadeu da Silveira, org. *A Sociedade de Controle. Manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo: Hedra, 2018.
- Tavares, Célia Cristina da Silva. “História e Informática.” Em *Novos Domínios da História*, org. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, 301–317. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- Thaller, Manfred. “Entrevista com Manfred Thaller”. *Ler História*, 23, (1992): 161-166.
- Trinkle, Dennis A., org. *Writing, teaching, and researching history in the electronic age: historians and computers*. New York: M. E. Sharpe, Inc, 1998.
- Winston, Brian. *Media technology & society. A History: from the telegraph to the Internet*. London, New York: Routledge, 1998.

Recebido: 29 de dezembro de 2023

Aprovado: 26 de abril de 2024

Dossiê: História Digital: tecnologia e fazer historiográfico entre
teoria e prática

<http://doi.org/10.34019/2594-8296.2024.v30.42957>

**A lepra e a tarkat:
uma representação da doença e do doente no jogo eletrônico *Mortal Kombat*
1 (2023)**

*Leprosy and tarkat:
a representation of the disease and the patient in the electronic game *Mortal Kombat*
1 (2023)*

*Lepra y tarkat:
una representación de la enfermedad y el paciente en el juego electrónico *Mortal Kombat*
1 (2023)*

Leonardo Dallacqua de Carvalho*

<https://orcid.org/0000-0002-7893-3092>

RESUMO: Este estudo busca explorar, em perspectiva histórica, a representação de uma doença no jogo eletrônico *Mortal Kombat 1* (2023). No jogo, a fictícia doença “tarkat” pode ser associada à lepra (hanseníase). Tendo em mente a análise dos jogos eletrônicos como fonte histórica, alinhada à História das Ciências, especialmente no debate sobre as representações sociais das doenças, pretende-se examinar como a narrativa do personagem Baraka foi construída para abordar questões morais e físicas relacionadas à compreensão da doença e do doente na imaginação social. Quando o texto foca na História Pública, a relação entre doença e empatia aparece em discussões entre usuários em plataformas de redes sociais, como *Reddit* e *YouTube*. A seção final do texto propõe a transformação do personagem por meio de um enredo no qual a doença reimagina sua história no jogo. Assim, um personagem que anteriormente era visto com repulsa devido à sua deformidade física, ao ser reimaginado como vítima de uma doença degenerativa e fatal, provoca sensibilidade e uma reinterpretação de sua personalidade.

Palavras-chave: Jogos eletrônicos. doença como representação. História Pública. *Mortal Kombat 1*.

* Professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST-UEMA). Doutor em História pela Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/RJ. Contato: leo.historiafiocruz@gmail.com.

ABSTRACT: This study seeks to explore, from a historical perspective, the representation of a disease in the electronic game *Mortal Kombat 1* (2023). In the game, the fictional “tarkat” disease can be associated with leprosy. Through an analysis of electronic games as a historical source, aligned with the History of Sciences, especially in the debate on the social representations of diseases, the aim is to examine how the narrative of the character Baraka was constructed to address moral and physical issues related to the understanding of the disease and the patient in social imagination. As the text focuses on Public History, the relationship between disease and empathy emerges in discussions among users on social media platforms such as *Reddit* and *YouTube*. The final section of the text proposes the transformation of the character through a plot in which the disease reimagines its story in the game. Thus, a character who was previously viewed with repulsion due to their physical deformity, when reimagined as a victim of a degenerative and fatal disease, elicits sensitivity and a reinterpretation of their personality.

Keywords: Electronic games. disease as representation. Public History. *Mortal Kombat 1*

RESUMEN: Este estudio busca explorar, desde una perspectiva histórica, la representación de una enfermedad en el juego electrónico *Mortal Kombat 1* (2023). En el juego, la enfermedad ficticia “tarkat” puede estar asociada con la lepra. Teniendo presente el análisis de los juegos electrónicos como fuente histórica, alineado con la Historia de las Ciencias, especialmente en el debate sobre las representaciones sociales de las enfermedades, pretendemos examinar cómo se construyó la narrativa del personaje Baraka para abordar cuestiones morales y físicas. relacionados con la comprensión de la enfermedad y del paciente en el imaginario social. Cuando el texto se centra en la Historia Pública, la relación entre enfermedad y empatía aparece en discusiones entre usuarios en plataformas de redes sociales, como *Reddit* y *YouTube*. El último apartado del texto propone la transformación del personaje a través de una trama en la que la enfermedad reimagina su historia en el juego. Así, un personaje que antes era visto con repulsión por su deformidad física, cuando se reimagina como víctima de una enfermedad degenerativa y mortal, provoca sensibilidad y una reinterpretación de su personalidad.

Palabras clave: Juegos electrónicos. enfermedad como representación. Historia Pública. *Mortal Kombat 1*

Como citar este artigo:

Carvalho, Leonardo Dallacqua de. “A lepra e a tarkat: uma representação da doença e do doente no jogo eletrônico *Mortal Kombat 1* (2023)”. *Locus: Revista de História*, 30, n. 1 (2024): 36-62.

Li Mei: A lei exige que os infectados sejam isolados.

Baraka: Ela exige que sejamos tratados como monstros?

(Diálogo em *Mortal Kombat 1* [2023])

Como estabelecer a relação entre uma doença fictícia, originada no interior de uma linguagem computacional, e a experiência social ou individual de uma doença real, como a lepra? Este foi um dos principais desafios que o presente texto impôs à sua viabilidade. A resposta não é nova. Charles Rosemberg (1989) explica que o interesse na experiência das doenças é um domínio interdisciplinar, sendo uma preocupação particular da História Social. Aqui, o historiador assume o papel delineado por Rosemberg ao considerar as doenças como dispositivos de amostragem multidimensionais e analisar a relação entre pensamento social e estrutura social (Rosemberg 1989, 14). O autor estimula, ainda no final da década de 1980, uma agenda de pesquisas futuras para entender a experiência individual da doença em relação às temporalidades, a influência da cultura nas definições de doença, bem como o impacto da doença na formação da cultura (Rosemberg 1989, 14). Dado que esse enquadramento social das doenças não é desprovido de valores, parece apropriado desenvolver essa agenda em consonância com artefatos culturais como videogames e jogos eletrônicos.

A historiadora Dilene Raimundo do Nascimento, ao abordar a doença como objeto da História, ressalta a importância da representação social das doenças para o ofício do historiador. Entre suas lições metodológicas, ela considera as narrativas literárias e científicas como cruciais para evidenciar a complexidade cultural das representações sobre a doença na sociedade, especialmente ao interpretar e contrapor as alegorias nos discursos (Nascimento 2005, 42-43). Ao revisar diferentes autores que adotaram esse modelo de análise¹, a autora sustenta que as abordagens que incorporam o enfoque cultural, representações, crenças e símbolos são essenciais para observar o fenômeno patológico como um fenômeno social. No trecho a seguir, Dilene Nascimento argumenta sobre a importância das representações, aliadas ao discurso de novas modalidades de fontes, para que o historiador explore e compreenda essa dimensão social das doenças:

Uma investigação no campo da história de doenças, centrada na sua representação social, isto é, nas visões que os homens produzem de seus males, inclusive as fantásticas, pode trazer alguns problemas, uma vez que o pesquisador estará lidando com símbolos — pois representar é sempre lidar com símbolos. A dificuldade reside precisamente na interpretação, no risco de ser superficial ou confinar-se às aparências. Todavia, a dificuldade nessa interpretação pode ser menor na medida em que se tem consciência de que as coisas são sempre representadas, mas de forma diferenciada, isto é, a partir da diversidade e complexidade nas inter-relações das representações com o real (Nascimento 2005, 40).

Este debate, entretanto, tem estabelecido um consenso entre os historiadores nas últimas décadas. A complexidade se intensifica quando estabelecemos uma conexão com um artefato cultural

¹ A autora menciona os seguintes estudos: McNeill, 1976; Sendrail, 1980; Bertolli, 1992; Delaporte, 1990; Armus, 1995; Cueto, 1997; Brandt, 1985; Carrara, de 1996; Tronca, 2000; e Herzlich & Pierret, 1984 (Nascimento 2005, 36).

que possui a estética dos jogos eletrônicos. Em outras palavras, os videogames e, por extensão, os jogos eletrônicos, possuem códigos próprios que precisam ser considerados para uma análise eficiente. Esses artefatos culturais não apenas envolvem a produção humana de seus códigos, mas também ações humanas necessárias para completar suas representações - neste contexto, me refiro à interatividade e às representações processuais. Os jogos eletrônicos conservam regras específicas dentro de um conjunto predefinido de programação e prática de programação. A “retórica processual”, destacada pelo pesquisador Ian Bogost, auxilia na compreensão de como a persuasão é alcançada ao definir certas intencionalidades nos jogos a partir dessa linguagem. Assim, este autor define,

No entanto, o significado nos videogames não é construído por meio de uma recriação do mundo, mas sim por meio da modelagem seletiva de elementos apropriados desse mundo. A representação procedural modela apenas algum subconjunto de um sistema de origem, a fim de chamar a atenção para essa parte como o objeto da representação (Bogost 2007, 46).

Com base nessa orientação metodológica, passo a analisar o jogo eletrônico *Mortal Kombat 1* com o propósito de observar como ele representa uma doença fictícia, abrangendo seu quadro clínico e aspectos sociais, e comparando-a com uma doença real, a lepra, que possivelmente serviu como inspiração. Da mesma forma, examino como os “jogadores casuais” interpretaram o contexto da doença por meio do personagem Baraka.

Em relação à História Pública, tornou-se clássica a interpretação da historiadora britânica Jill Liddington, que aproxima a História Pública à maneira como compreendemos nosso sentido de passado e os significados da memória. Nesse sentido, no que tange aos jogos digitais, é possível aproximar a ideia da autora ao entender a História pública como “[...] a apresentação popular do passado para um leque de audiências - por meio de museus e patrimônios históricos, filme, ficção histórica” (Liddington 2011, 34).

Na historiografia brasileira, esforços como os de Juniele Rabêlo Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai, na coletânea *Introdução à História Pública* (2011), expandem a consciência multidisciplinar da História Pública nas representações do passado. Não por acaso, alertam para a compreensão dos novos públicos e suas formas de comunicação interativa, nas quais os jogos digitais trazem suas contribuições.

Os jogos digitais estão conectados à História Pública em diferentes aspectos. A informação tecida nas redes sociais, especialmente com o avanço da *web 2.0*, revelou como a memória, as representações e as compreensões do passado podem ser discutidas e rediscutidas. No caso dos jogos eletrônicos, as discussões sobre a História, não necessariamente conectadas à história acadêmica, aparecem como narrativas do passado. O ensaio de Sara Albieri, História Pública e Consciência Histórica, não perde de vista que “É preciso agir em favor da continuidade e da

multiplicação dos meios que põem em comunicação os vários modos de história, tanto na academia quanto na cultura comum” (Albieri 2011, 28). A autora oferece argumentos que permitem enquadrar os jogos eletrônicos como um meio de expandir as narrativas vigentes na cultura popular e suas representações sobre o passado:

Outro aspecto da educação histórica está associado à divulgação científica da história por meio de documentários, filmes de caráter histórico, livros romancados com pano de fundo histórico, histórias em quadrinhos ambientadas historicamente. São outras tantas formas de publicação da história presentes na cultura comum, que por vezes merecem reflexão aos conteúdos históricos que veiculam (Albieri 2011, 21).

Para aderir às variadas formas de publicação da história presentes na cultura comum, conforme proposto por Sara Albieri, é possível aproximar o argumento de Anita Lucchesi e Bruno Leal de Carvalho (2016), que entendem o digital como uma ampliação dos contextos socioculturais em relação ao conhecimento histórico. Os indivíduos que interagem com esses artefatos culturais também são produtores de memórias, expressões artísticas e outras formas de manifestações que estão vinculadas ao passado.

Essa conexão entre os jogos digitais e o potencial que estes têm de estabelecer uma crítica do passado, reconhecendo a importância da História Pública, foi abordada pelo estadunidense Jeremiah McCall (2019, 30). Ele destaca, do ponto de vista do Ensino de História, como educandos e professores podem observar de que maneira os jogos eletrônicos distorcem ou são eficazes ao pensar diferentes passados. Como mencionei em outro trabalho:

A história pública fornece um quadro que vai além dos limites da história acadêmica e do monopólio narrativo do historiador, permitindo uma compreensão mais ampla da relação entre história e jogos eletrônicos. Ela desafia o historiador a reconhecer as diversas maneiras pelas quais a história é construída e destaca que ignorar essas formas pode limitar o alcance do trabalho público do historiador (Carvalho 2024, 164).

A era digital, especialmente no mundo da conectividade das redes sociais, redefiniu nossa compreensão sobre o público que consome a História, tornando difícil uma quantificação. Diante a ampla audiência da *internet*, dos videogames e dos jogos eletrônicos, o historiador Jurandir Malerba reconhece o potencial das novas tecnologias e questiona a necessidade de uma prática historiográfica que estabeleça novos objetivos, métodos e formas narrativas (Malerba 2017, 142). Por essa razão, o autor destaca que é função do historiador permanecer atento às formas de acesso ao passado por um público não especializado/leigo.

Na minha análise, o público não especializado é composto por jogadores casuais que interagiram com uma narrativa fictícia que propõe um enredo centrado na representação social da doença. Dessa forma, o jogador casual interpreta e expressa publicamente suas emoções e sua consciência histórica ao estabelecer conexões com doenças reais, em especial, a lepra. Como Malerba afirma em outro texto, análises como essa, que exploram uma história popular/pública

veiculada por meio de diferentes mídias, constituem “[...] um campo fundamental e permanente de reflexão a exigir a atenção permanente dos historiadores acadêmicos” (Malerba 2014, 43).

***Mortal Kombat* em três décadas**

A franquia de jogos eletrônicos *Mortal Kombat* estreou em 1992. Desenvolvido e publicado pela editora *Midway*, *Mortal Kombat* (1992) foi idealizado pelo programador Ed Boon e o designer gráfico John Tobias. A proposta era criar um jogo de luta no estilo de fantasia científica, visando rivalizar com outro *game* de sucesso no mercado, *Street Fighter II* (1991). Trinta anos depois, *Mortal Kombat* conta com 12 jogos principais e várias adaptações derivadas da temática. Do ponto de vista econômico, a franquia vendeu cerca de 79 milhões de cópias, gerando um faturamento de aproximadamente 5 bilhões de dólares (Ribas 2023). Além disso, o título expandiu-se para a indústria de brinquedos, quadrinhos, cinema (*Mortal Kombat* [1995], *Mortal Kombat*, *A Aniquilação* [1997] e *Mortal Kombat* [2021]) e televisão (*Mortal Kombat: A conquista* [1998]).

O que torna *Mortal Kombat* único em relação a outros jogos eletrônicos do gênero de luta, como *Street Fighter*, *Tekken*, *Soul Calibur*, *The King of Fighters*, *Dragon Ball Fighter Z*, *Super Smash Bros*, *Skullgirls* ou *Marvel Vs Capcom*, é sua proposta de violência extrema e explícita. Com muito sangue jorrando durante as lutas, o jogo permite que, ao vencer um adversário, o jogador execute uma série de comandos que, se bem-sucedido, realizará o conceito nomeado de “*Fatality*”. Fatalidade, como sugere, consiste em uma cena final na qual o jogador vencedor assassina cruelmente seu adversário – como arrancar sua cabeça com a coluna vertebral exposta ou seu coração, ainda pulsando, com as mãos.

O impacto de *Mortal Kombat* na cultura e na sociedade mobilizou forças políticas para restringir seu conteúdo. Na década de 1990, Joe Biden, atual presidente dos Estados Unidos e então senador, juntamente com outros senadores como Bob Keeshan e Joseph Lieberman, lideraram uma campanha para censurar jogos eletrônicos violentos, alegando que estes eram responsáveis pela violência no país. Esse debate, no qual *Mortal Kombat* desempenhou um papel central, resultou na implementação de classificações etárias para jogos eletrônicos (Woodcock 2020, 62; Church 2022, 72). *Mortal Kombat* também foi proibido em países como Alemanha, pela agência alemã de vigilância da mídia juvenil, devido ao seu teor violento (Donovan 2010). Curiosamente, o sistema de classificação não reduziu o desenvolvimento de jogos violentos. Pelo contrário, como relata Donovan, “As vendas de *Mortal Kombat* e *Night Trap* dispararam durante as audiências” (Donovan 2010).

Seja do ponto de vista econômico, político ou cultural, os jogos eletrônicos são artefatos culturais que demandam a atenção dos historiadores. São fontes históricas que proporcionam uma

interpretação da sociedade pelos seus autores-programadores-editoras, e sua produção não está desvinculada de diversas questões humanas. Considerar os jogos eletrônicos apenas como entretenimento é negligenciar a potencialidade de uma fonte histórica tão rica quanto a literatura ou o cinema.

O debate sobre se os jogos, eletrônicos ou não, são caminhos viáveis para pesquisas nas ciências humanas é antiquado. Brian Sutton-Smith e Elliott Avedon (1971, 2), no início da década de 1970, abordavam os jogos como fenômenos culturais autênticos, com espaço para serem considerados como representações de comportamentos sociais e psicológicos distintos, ou mesmo modelos conceituais para refletir acerca do comportamento humano. Esses autores percebiam os jogos na esfera multidimensional, dotados de variados sentidos culturais aos quais eram aplicados e suscetíveis. O teórico dinamarquês Jesper Juul (2001b) recorda que à época dessa coletânea, os jogos de computadores ainda não eram tão populares. Desse modo, reconhece que coletâneas como a de Avedon e Sutton-Smith tendem a organizar o campo, especialmente, como no presente texto, no âmbito dos jogos eletrônicos, constituindo uma terceira onda de pesquisas sobre jogos.

Qualquer historiador atento à noção de artefato cultural pode compreender a relevância dos jogos, em diferentes formatos, a partir de clássicos da historiografia, como o *Homo Ludens*, de Johan Huizinga (2000). Em essência, o objetivo não consiste em sintetizar as potencialidades dos jogos eletrônicos como fonte. De outro modo, é crucial transcender esse debate, conforme salientado por Espen Aarseth (2003); do contrário, ficaremos perpetuamente no estágio introdutório dos estudos de jogos eletrônicos para o ofício do historiador. Por isso, a proposta busca abordar discussões que englobam a História das Ciências, os jogos eletrônicos e a História Pública.

Na fantasia de *Mortal Kombat*, o universo está fragmentado em seis reinos: Earthrealm (Plano Terreno), Chaosrealm (Reino do Caos), Edenia, Orderrealm/Seido (Reino da Ordem), Netherrealm (Submundo) e Outworld (Exoterra). A conquista entre esses reinos ocorre por meio de um torneio de artes marciais conhecido como “Mortal Kombat”. O reino desafiante que triunfar em dez combates consecutivos contra o reino desafiado, ao longo de dez gerações, conquista o direito de subjugar e integrar o reino derrotado ao seu próprio território.

John Tobias, um dos cocriadores do jogo, idealizou uma trama que entrelaça fragmentos da mitologia chinesa com elementos característicos dos filmes de artes marciais (Church 2022, 19). No entanto, não conseguiu evitar o uso de uma linguagem que abusa dos estereótipos culturais e da sexualização de personagens femininas. Apesar de *Mortal Kombat* apresentar diversas lutadoras poderosas, a sexualização persistiu por meio das vestimentas ao longo da evolução do

jogo. Em uma entrevista ao conceituado site “mortalkombatonline.com”², Tobias expressou arrependimento pela abordagem adotada e esclareceu sua posição: “Não tenho nenhum problema em me desculpar por isso. O único consolo que posso oferecer é que ambos os personagens tinham arquétipos femininos muito fortes e atípicos... e pelo menos poderiam chutar seus colegas masculinos” (Tobias 2012).

Durante os trinta anos de *Mortal Kombat*, a história dos personagens foi constantemente modificada, resultando em confusões e lacunas na narrativa. A análise de *Mortal Kombat 1* se justifica devido à mudança de enredo e história dos personagens, sendo considerado o *reboot* mais drástico da franquia, superando o de *Mortal Kombat* (2011)³. Em termos gerais, os jogos do gênero de luta costumam apresentar narrativas genéricas, o que, em certa medida, explica a escassez de estudos relacionados ao *game* para além das questões da violência extrema ou da estética cinematográfica. Como apontado por David Church (2022, 25), a escolha dos personagens pelos jogadores é mais influenciada pelas habilidades de luta do que por qualquer aspecto narrativo.

Em *Mortal Kombat 1*, as narrativas dos lutadores foram reiniciadas e enriquecidas, explorando temas como saúde, racismo, gênero, espoliação, golpe de Estado, e diversos outros contextos que estão em sintonia com o mundo real. A inclusão em relação ao capacitismo foi uma preocupação dos desenvolvedores do *game*. Por essa razão, foi desenvolvido um “sensor de proximidade”, uma espécie de “bip”, permitindo que os jogadores identifiquem o local em que estão no cenário da luta e a distância em relação ao oponente. Além disso, os famosos “*fatality*” contam com narração, de forma relativamente suave, para aprimorar a acessibilidade. Não à toa, *Mortal Kombat 1* recebeu a indicação para a premiação na categoria “Inovação em acessibilidade”, no prestigioso prêmio *The Game Awards* (2023)⁴. Tais demandas sociais têm impulsionado a criação e repaginação de diferentes jogos eletrônicos.

Essa abordagem tem se tornado cada vez mais comum, embora não seja totalmente inovadora, pois “Um número crescente de jogos - incluindo *Gone Home*, *The Last of Us* e *Papers, Please* – começaram a abordar a questão ética e temas mais maduros” (Woodcock 2020, 68). De fato, é impossível dissociar a história dos videogames e jogos eletrônicos de discussões relacionadas a estereótipos, racismo e questões de gênero (Cassel e Jenkins, 1998).

Minha análise concentra-se em Baraka, um personagem com uma aparência monstruosa que, em versões anteriores, era retratado como membro de uma raça de mutantes nômades chamada tarkatâneos. No *reboot* de 2023, Baraka é apresentado como um doente de tarkat que lidera

² www.mortalkombatonline.com está na *web* desde 1998.

³ Popularizado como *Mortal Kombat 9*.

⁴ <https://thegameawards.com/nominees/innovation-in-accessibility> (Acesso em 17 de novembro de 2023).

uma colônia de outros enfermos em busca de dignidade como indivíduos. Meu objetivo é destacar como os desenvolvedores da narrativa lidam com a doença, observando a possibilidade de relacioná-la a uma doença real, como a lepra. Também destaco conceitos de persuasão para se pensar jogos eletrônicos como “retórica da empatia” ou mesmo as “retóricas processuais”. A próxima seção abordará a evolução da narrativa do personagem ao longo de três décadas da franquia, preparando o terreno para a análise, na última parte do texto, da representação social da doença e do debate público sobre o personagem.

Uma vez que as narrativas dos primeiros jogos de *Mortal Kombat* eram limitadas, o material paratextual extra, derivado de histórias em quadrinhos, guias de estratégias e os intratextos, nas breves biografias dentro do jogo, oferecem uma alternativa para traçar o histórico de desenvolvimento dos personagens. Do material paratextual utilizei como fonte seis edições da revista *Sangue e Trovão* (1994), a revista *Mortal Kombat Especial: Baraka* (1996), assim como biografias e diálogos intratextuais de jogos específicos da saga: *Mortal Kombat II* (1993), *Mortal Kombat Gold* (1999), *Mortal Kombat: Deception* (2004), *Mortal Kombat: Armageddon* (2006), *Mortal Kombat vs. DC Universe* (2008), *Mortal Kombat* (2011), *Mortal Kombat 1* (2023). Ademais, realizei um levantamento de comentários de jogadores casuais das plataformas *Youtube* e *Reddit* com a finalidade de observar suas impressões sobre a doença, o personagem, a empatia e possíveis aproximações históricas com a lepra.

Baraka: o monstro cruel de *Mortal Kombat*

Desde o primeiro jogo da franquia, a proposta de *gameplay* de *Mortal Kombat* era bastante simples. Os jogadores enfrentavam uma sequência de personagens, escalando uma torre de progresso até alcançar o ponto mais alto, onde encontrariam o subchefe e o chefe. Na torre do *Mortal Kombat II* (1993) os jogadores se deparavam pela primeira vez com Baraka, um humanoide com presas gigantes, deformações na pele e lâminas afiadas saindo de seus braços. A batalha ocorre no cenário conhecido como “*The Dead Pool*” (Piscina da Morte), um ambiente que lembrava um esgoto ou calabouço, repleto de correntes com ganchos de açougue pendurados no teto e uma piscina de ácido mortal ao redor. O cenário perfeito para a morada de uma besta.

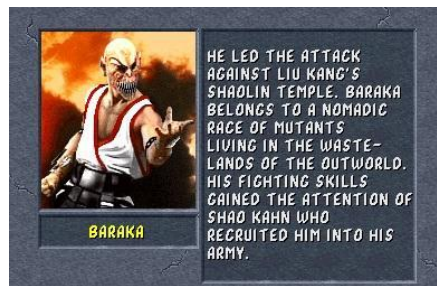


Figura 1 — Descrição de Baraka em *Mortal Kombat II* (1993)

Baraka é apresentado como um guerreiro habilidoso de uma raça nômade que residia nas terras devastadas de *Outworld* (*Exoterra*). Graças às suas destrezas de combate, ele foi liderado pelo vilão Shao Kahn e encarregado de atacar o Templo Shaolin, local de origem do protagonista Liu Kang. É importante notar que, até antes de *Mortal Kombat 1*, como veremos, a descrição de Baraka o apresentava não como um doente, mas como membro de uma raça nômade sanguinária.

Para descobrir o desfecho de Baraka, o jogador precisa selecioná-lo como personagem e concluir a torre de progresso, derrotando os subchefes Shang-Tsung, o shokan Kintaro e o chefe final, Shao Kahn. Ao superar esse trio, o *ending*⁵ de Baraka é revelado: anteriormente aliado de Shao Kahn, ele é tomado por uma fúria de ataques violentos devido às suas ações imprevisíveis. Baraka derrota tanto os guerreiros da Terra quanto seus superiores. Após vencer o vilão, a raça de mutantes liderada por Baraka se rebela contra as tropas espalhadas de Kahn, assumindo o controle de *Outworld*, com as regras agora proclamadas pelo recém-coroadado Rei Baraka.

Como se pode observar, *Mortal Kombat II* fornecia poucas informações sobre suas personagens, deixando aos jogadores a tarefa de imaginar quaisquer características adicionais. Baraka não fez parte da sequência da franquia, *Mortal Kombat III* (1995), e sua atualização *Ultimate Mortal Kombat III* (1995). Sua reintrodução ocorreu na segunda atualização de *Mortal Kombat III*, intitulada de *Mortal Kombat Trilogy* (1996). Nesta versão, ele é apresentado como um poderoso aliado do antagonista Shao Kahn. Seu *ending* é mais discreto em comparação com *Mortal Kombat II* (1993). Na cena final, Baraka ataca um Shao Kahn enfraquecido, mas, temendo represálias, foge de volta para as ruínas nômades de seu povo.

Com poucas informações *ingame*, a franquia *Mortal Kombat* expandiu-se para os quadrinhos em duas versões principais. Uma delas, canônica, foi editada *Midway*, intitulada de *Collector's Edition Comic Book* (1993), que contou com a redação e arte de um dos criadores de *Mortal Kombat*, o designer gráfico John Tobias. A outra série foi uma (re)imaginação de *Mortal Kombat* em quadrinhos

⁵ Cada personagem tem uma história revelada dos acontecimentos após derrotar o chefe final do jogo.

publicada pela editora americana *Malibu Comics*⁶, com sede na Califórnia. A série de quadrinhos da *Malibu Comics* é praticamente toda escrita pelo roteirista Charles Marshall.

Na edição da *Midway* (1993), Baraka desempenha um papel discreto na trama, atuando como guerreiro-servo de Shao Kahn. Por sua vez, a *Malibu Comics*, com liberdade criativa na história, ofereceu novos desenvolvimentos a alguns personagens, como na série de seis volumes *Sangue e Trovão* (1994). A editora estadunidense também dedicou algumas edições a personagens específicos, incluindo o Baraka.

No Brasil, as edições de *Mortal Kombat* da *Malibu Comics* eram editadas e distribuídas pela *Editora Escala*, fundada em 1992, de propriedade do empresário Hercílio de Lourenzi. A *Editora Escala* foi responsável por diversas outras edições em português da franquia: *Mortal Kombat: Sangue e Trovão* (6 volumes - 1994), *Mortal Kombat Goro: O príncipe das Trevas* (3 volumes - 1994), *Mortal Kombat – Edição Torneio* (1995), *Mortal Kombat: Battlewave* (4 volumes – 1995), *Mortal Kombat: U.S. Special Forces* (2 volumes - 1995) e *MORTAL KOMBAT II: Revista Oficial de Colecionador* (4 volumes – 1995). Adicionalmente, houve uma sequência de números especiais focados em personagens específicos: *Mortal Kombat Special: Raiden e Kano* (2 volumes - 1995), *Mortal Kombat Special: Kitana e Mileena* (1996), *Mortal Kombat Special: Kung Lao* (1996) e *Mortal Kombat Special: Baraka* (1996).

Para a análise em questão, destaco dois materiais: o primeiro volume de *MORTAL KOMBAT II: Revista Oficial de Colecionador* (1995) e a edição *Mortal Kombat Special: Baraka* (1996). A primeira revista fornece informações sobre a produção do jogo, entrevistas com os criadores, curiosidades e dicas de jogabilidade. Baraka é apresentado como um “nômade de outro mundo”, um “maníaco” e um “horrível mutante”, notável por sua monstruosidade. A característica mais marcante de Baraka é sua animalidade, a ponto de ele não ser capaz de falar, apenas emitir grunhidos.

Na edição *Mortal Kombat Special: Baraka* (1996) houve uma tentativa de conferir ao personagem algum protagonismo, distanciando-o da simples condição de vassalo de Shao Kahn. Na narrativa elaborada por Charles Marshall, a raça de Baraka é caracterizada pela perseguição dos soldados de Shao Kahn. Na perspectiva de Marshall, Baraka assume a posição de líder da sua raça (tarkatâneos), sendo considerado o mutante mais forte, selvagem e sanguinário. Ele demonstra racionalidade ao decidir com quem faz alianças, seja com o maligno Shao Kahn ou mesmo com os guerreiros do plano terreno, como Kitana, Kung Lao e Sub-Zero. No enredo, a raça de Baraka está sendo dizimada, e a ele cabe a proteção de uma criança tarkatânea chamada Nania, destinada a

⁶ Foi vendida para a *Marvel Comics* em 1994 (Ver: <https://www.deseret.com/1994/11/16/19142815/marvel-entertainment-buys-up-malibu-comics> (Acesso em 14 de outubro de 2023)).

influenciar o futuro de *Outworld*. Apesar da interpretação bestial, Baraka foi concebido por Marshall como um protetor de seu povo, com um certo senso de honra.

A próxima aparição de Baraka em jogos eletrônicos ocorreu em *Mortal Kombat Gold* (1999)⁷, exclusivo para o videogame *Dreamcast*. Sua representação mantém a essência de um nômade que percorre vários reinos, mas, desta vez, ele se alia a outro vilão para subjugar seus inimigos, o feiticeiro Quan Chi. O *ending* de Baraka não é triunfante, mas trágico. Ao vencer seus inimigos em cooperação com Quan Chi, não resta mais nenhum reino para governar, pois todos estão mortos. Enfurecido, Baraka ataca Quan Chi. Para a sua surpresa, tratava-se de uma réplica do feiticeiro. O verdadeiro Quan Chi, observando o desdobrar da cena, aparece por trás de Baraka e o explode em pedaços. Novamente, a narrativa de Baraka é sombria, caracterizada por seus impulsos vingativos e pela monstruosidade.

Em 2004, a *Midway* lançou *Mortal Kombat: Deception*. Após a ausência no jogo anterior, *Mortal Kombat: Deadly Alliance* (2002), Baraka retorna caracterizado como um tarkatâneo, parte de uma raça selvagem de guerreiros nômades. Como novidade no enredo, sua raça foi forjada a partir de habitantes de *Outworld* e demônios do submundo, com o objetivo claro de matar e conquistar. O *ending* de Baraka em *Mortal Kombat: Deception*, mais uma vez, não é notável. Se resume à busca por matar Mileena, responsável por envenenar seu exército de tarkatâneos.

A sequência da franquia continua com *Mortal Kombat: Armageddon* (2006). Em resumo, no desfecho de Baraka ao vencer o Armageddon e o poderoso chefe Blaze, ele decide não mais servir, mas liderar. Baraka ressuscita Shao Kahn e Onaga, dois dos maiores vilões da série, oferecendo-lhes a opção de se tornarem seus lacaios. Ambos recusam e atacam Baraka, que, por sua vez, os derrota. No final, ele escolhe Mileena, uma meia-tarkatânea, para governar ao seu lado. Este desfecho se destaca pela originalidade em comparação com os anteriores, uma vez que enfatiza a dignidade de Baraka, indo além de suas características físicas. Isso é evidenciado especialmente em sua determinação de deter o poder e governar.

Mortal Kombat vs. DC Universe (2008) se trata de um *crossover*⁸ com heróis e vilões da *DC Comics*. Os tarkatâneos são retratados como mutantes cruéis, sendo Baraka considerado o mais brutal da raça. Ele atua como carrasco pessoal no exército maligno de Shao Kahn, impulsionado por uma motivação vingativa. O *ending* pode ser resumido como a busca de Baraka e sua raça pela vingança, almejando dominar todas as outras.

⁷ Embora exclusivo para o videogame *Dreamcast*, o jogo é considerado uma expansão de *Mortal Kombat 4* (1997), com a inclusão de novos personagens, como Baraka, e novas arenas de combate.

⁸ Quando personagens de diferentes ficções interagem em um contexto único.

Por fim, acontece o primeiro *reboot*, *Mortal Kombat* (2011). Apesar de dar continuidade à trama de Armageddon, sua proposta é retornar às raízes dos três primeiros jogos da franquia. A narrativa de Baraka mantém-se estreitamente vinculada àquela apresentada em *Mortal Kombat vs. DC Universe*. Ele é retratado como um mutante nômade, feroz e cruel, que habita com sua raça os desertos de *Outworld*. Novamente, sua condição é a de vassalo do vilão Shao Kahn. No desfecho, Baraka revela mais um aspecto da servidão de sua raça ao mal. Ele descobre que o feiticeiro metamorfo Shang Tsung estava se passando por Shao Kahn. Baraka mata Shang Tsung, e sua raça ascende como a preferida do imperador.

Ao relembrar a participação de Baraka nos principais jogos da série, seja na linha do tempo que se inicia em *Mortal Kombat* (1992) e vai até *Mortal Kombat: Armageddon* (2006), ou no *reboot* de *Mortal Kombat* (2011) que culmina em *Mortal Kombat 11* (2019), sua história permanece praticamente a mesma. Baraka é retratado como um serviçal do mal, pertencente a uma raça nômade e cruel, cuja sede de sangue e o espírito de vingança o perseguem. Mesmo com um enfoque mais humanizado nos quadrinhos, em *Mortal Kombat Special: Baraka* (1996), de Charles Marshall, elementos de ignorância, animalidade física e moral, e vingança alimentam a narrativa da personagem. Contudo, sua história terá uma reviravolta a partir do novo *reboot* de *Mortal Kombat 1* (2023).

A redenção de Baraka pela representação da doença

Mortal Kombat 1 marca o segundo *reboot* da história da franquia. Ed Boon, o criador da série, justificou a necessidade de uma renovação completa para todos os personagens: “Todos eles serão apresentados novamente, com novas características, relacionamentos e tudo mais. Serão os personagens que você conhece, e ama, mas de uma maneira completamente diferente” (Boon 2023). A promessa foi cumprida, e a trama incorpora várias questões identitárias, incluindo o relacionamento homoafetivo entre as personagens Mileena e Tanya. Além disso, o jogo abandonou parte do sexismo associado às roupas femininas, colocando ênfase no poder de luta e protagonismo das mulheres na narrativa.

Baraka sofreu uma transformação completa em *Mortal Kombat 1*. Na lista de personagens, sua principal característica é a preservação dos tarkatâneos. No entanto, ao contrário dos outros jogos da franquia, os tarkatâneos não são mais uma raça nômade e bestial de *Outworld*, mas sim indivíduos doentes de tarkat. O *roster* oficial conta a sua sinopse:

Baraka já foi um respeitado mercador da Exoterra. Mas essa vida acabou em um instante quando ele contraiu a temida doença Tarkat. Incurável, contagiosa e causadora de graves deformidades físicas, a Tarkat transformou Baraka em um monstro. Ele foi expulso e condenado a viver seus dias em uma colônia de aflitos. Quando Baraka chegou, a colônia estava em desordem. Seus

companheiros tarkatâneos haviam desistido e estavam prontos para morrer. A desesperança deles acendeu um fogo no coração de Baraka. Ele sabe que, enquanto lutar, nunca será verdadeiramente uma vítima (<https://www.mortalkombat.com/pt-br/roster> - Acesso em 15 de setembro de 2023).

No curso da história, além de ser um rico mercador que comercializava seus produtos ao longo de toda a costa de *Fartakh*, Baraka é revelado como um ex-oficial da *Exoterra*, pertencente ao Tribuno do Alvorecer. Baraka contraiu a doença tarkat, sendo banido para uma colônia de doentes e condenado a passar o resto da vida em isolamento. Ao chegar à colônia e testemunhar o sofrimento daquelas pessoas, passou a liderar os doentes em busca de uma melhor condição de vida.



Figura 2 — Modo História em *Mortal Kombat 1* (2023). Baraka diz: “Somos vítimas da tarkat”.

A takart foi apresentada como uma doença com baixo grau de contágio, mas perigosa em exposição prolongada. Inicialmente, seu efeito é a desfiguração e debilitação. Gradualmente, transforma o doente em criaturas sanguinárias. Não há cura, sendo a única libertação a morte do doente.

O final de Baraka em *Mortal Kombat 1* representa uma redenção para o personagem, que agora encontra um propósito e um desejo de zelar por sua raça de doentes. Ao contrário de outros desfechos nos quais ele agia como capanga, morria ou planejava vingança, na nova linha do tempo, ele busca uma audiência com a imperatriz da *Exoterra* para expor as condições penosas de seu povo doente e solicitar ajuda. A imperatriz Mileena, também doente de tarkat, embora essa informação permaneça em segredo para seu povo, concorda em auxiliar a colônia de Baraka. --

A abordagem das diversidades tem sido uma prática constante de alguns estúdios de jogos eletrônicos. Um exemplo notável é o jogo *The Last Of Us: Parte II* (TLOU2), no qual o jogador assume o controle de uma personagem lésbica. De acordo com Kimberly Dennin e Adrianna Burton (2023), *TLOU2* busca destacar a diversidade, apresentando personagens de diversas origens étnicas, abordando o capacitismo, explorando problemas relacionados à saúde mental e incluindo personagens queer e trans. No entanto, as autoras observam que, em vez de focar na centralidade

do romance lésbico e em outras representações queer, na prática, a empatia gerada não funciona como uma experiência genuína, mas sim como uma empatia orientada para um público não-queer.

A crítica à “teoria da empatia” não é exatamente uma novidade. A pesquisadora Bonnie Ruberg tem questionado a forma como os videogames, embora muitas vezes bem-intencionados com a “retórica da empatia”, acabam promovendo a apropriação e o consumo de experiências marginalizadas (Ruberg 2020, 2). Essa “colonização do afeto”, como mencionado por Ruberg, está intrinsicamente ligada a questões políticas e de mercado, convertendo a empatia em uma mercadoria para os jogos eletrônicos. Em sua crítica, a indagação sobre a “retórica da empatia” procura examinar como as narrativas dos videogames delineiam sua intenção política e interroga a quem essas narrativas verdadeiramente servem (Ruberg 2020, 5). Na sua visão, essa função social do jogo eletrônico deveria ir no sentido de:

More valuable than a video game that allows players to identify with someone else is a game that requires players to respect the people with whom they cannot identify. The rhetoric of empathy promises that video games can help us understand one another. Yet it is equally important, if not more important, for video games to show us we can value those we do not understand (Ruberg 2020, 15).

De fato, Ruberg considera ultrapassada a interpretação de autores como Steve Wilcox (2014), os quais acreditam na empatia como habilidade e na capacidade dos videogames de treiná-la. Wilcox, por sua vez, defende a potencialidade dos videogames em desenvolver o conhecimento do jogador para contextualizar as experiências e informações de diferentes pessoas. Já o escritor e artista visual Dan Solberg (2016) vai além, questionando se os jogadores que se dedicam a essa modalidade estão verdadeiramente preocupados com o enredo em si ou se ocupam apenas em vencer níveis e alcançar pontuações máximas. Solberg concorda que a empatia por si só não é suficiente, sendo necessário realizar ações no “mundo real” como resultado mais importante.

Mortal Kombat 1, devido às fatalidades e à natureza do gênero de luta, claramente não se enquadra na categoria de “*empathy game*”, como entendido por Ruberg. No entanto, alguns enredos permitem essa aproximação, como o caso de Baraka e sua enfermidade. Penso que a “retórica processual” de Ian Bogost é mais adequada para compreender o que está dentro dos parâmetros do jogo. São esses parâmetros que estabelecem uma lógica processual e delineiam os limites para o jogador durante a interatividade. Dentro dessa lógica, como explicado por Bogost (2007, 8), podem coexistir operações de sistemas culturais, sociais e históricos. Para ter significado, afirma o autor, é essencial compreender o que motiva os atores humanos na tentativa de entender a lógica do conjunto dos sistemas culturais. Partindo do que ele define como “lacuna de simulação”, Bogost destaca que “A procedural model like a videogame could be seen as a system of nested enthymemes, individual procedural claims that the player literally completes through interaction”

(Bogost 2007, 8). Nessas circunstâncias, a interatividade oferece uma interpretação da tarkat como uma doença inserida em um código cultural compreensível para o jogador casual.

Ao considerar o quadro clínico e a repulsa social gerada pela fictícia doença tarkat, a aproximação mais coerente com o mundo real parece ser a lepra. Assim como a lepra, a tarkat debilita, deforma a pele e a fisionomia, é contagiosa, incorpora a mitologia de ser considerada um castigo divino, é socialmente estigmatizada com a prática de isolamento em colônias, e seus doentes enfrentam repressão em diferentes níveis da sociedade. Alguns diálogos entre personagens do jogo ajudam a compreender essa analogia.

Em primeiro lugar, a tarkat, assim como a lepra, representava uma punição divina e de caráter moralista:

Diálogo 1:

Baraka: Apanhar tarkat não é uma falha moral.

Sindel: Não, mas evidencia a falta de cuidado (*Mortal Kombat* [2023]).

Diálogo 2:

Baraka: Por que Liu Kang deixa pessoas boas sofrerem?

Geras: Nem mesmo ele controla tudo, Baraka (*Mortal Kombat* [2023]).

A ideia de que algumas doenças têm uma razão punitiva, alinhada à moral ou a castigos divinos, é antiga. Susan Sontag (1984) lembra que na Idade Média, o leproso era um tema social conectado à corrupção e um símbolo de decadência. A sociedade medieval, conforme mencionado pelo pesquisador Gabriel Pinto “[...] encarava os leprosos com medo, desconfiança e, sem dúvida, ódio. O contato com eles era indesejado e a lepra era vista como a pior das desgraças possíveis” (Pinto 1995, 136). A historiadora Dilma Costa também argumenta que a medicina medieval integrava a etiologia da lepra a fatores como topografia, predisposição, alimentação e clima (Costa 2007, 28). Assim, “Na hipótese venérea a lepra se configurava como uma doença física, mas também moral, associando à tradição religiosa à medicina medieval” (Costa 2007, 30). Os dois diálogos de Baraka trazem à tona a religiosidade e a moralidade.

No contexto religioso bíblico, a lepra historicamente foi considerada uma metáfora de impureza (II Reis, 15:5) ou um castigo divino (Números, 5:2). Esse modelo religioso aparece em *Mortal Kombat 1*. No primeiro diálogo, Baraka explica à rainha Sindel, do reino da *Exoterra*, que sua doença não representa uma falha moral. No segundo diálogo, Baraka conversa com Geras, um personagem guardião da ampulheta do tempo, e questiona por que Liu Kang, o Deus criador daquela linha do tempo, permitiu a existência da tarkat e foi conivente com a morte de pessoas boas. Geras responde que nem mesmo um Deus pode controlar todas as coisas.

O isolamento compulsório do doente, característico na história da lepra, foi outro aspecto retratado na narrativa de *Mortal Kombat 1* em relação à fictícia doença tarkat. A historiadora Vívian

Cunha (2005, 1) menciona que na antiguidade os doentes de lepra eram expulsos da cidade, enquanto na Idade Média, muitos leprosos passavam por rituais que os desqualificavam como membros plenos da sociedade.

Representações sociais da lepra e a necessidade do seu isolamento sobreviveram ao longo dos séculos, estabelecendo uma “tradição do isolamento” para o doente de lepra. Tanto antes quanto depois da descoberta do bacilo causador da doença, o isolamento era uma medida adotada em diversas partes do mundo, incluindo a Europa e países como Moçambique, na África (Zamparoni 2017). Vívian Cunha revela que o isolamento da lepra era uma recomendação incontornável para os cientistas desde a Primeira Conferência Internacional de Leprologia (1897), inclusive proposta pelo dermatologista norueguês Gerhard Hansen, responsável pela identificação do bacilo *Mycobacterium leprae*. Como o método de transmissão da doença ainda era indefinido pela ciência na época, a autora afirma que a ideia do isolamento estava presente nas práticas médicas de profilaxia: “[...] a moldura cultural milenar do estigma, embora não mais presente nos discursos daqueles responsáveis pela profilaxia da lepra, ainda aparecia transcendente na estratégia do isolamento” (Cunha 2005, 5). De diferentes formas, como o estabelecimento de asilos-colônias no século XX, a ideia do isolamento do doente persistiu e contribuiu para a interpretação social das doenças por meio de seus estigmas. Vale ressaltar que a bíblia sagrada, em seu Antigo Testamento, também preconizava o isolamento: “Ordene aos israelitas que mandem para fora do acampamento todo aquele que tiver lepra, ou que tiver um fluxo, ou que se tornar impuro por tocar um cadáver” (Números, 5:2). Alguns diálogos entre Baraka e outras personagens em *Mortal Kombat 1* tratam do isolamento da tarkat:

Diálogo 3:

Mileena: A rota deveria estar livre. Não dava para adiar?

Li Mei: Devo permitir que tarkatâneos contaminem a cidade, Alteza? Os capturados estavam escondendo eles, em vez de entrega-los para a quarentena.

Mileena: Os seres terrenos não podem saber nossos segredos, Li Mei (Diálogo em *Mortal Kombat 1* [2023])

Diálogo 4:

Sindel: tarkat não pode crescer livremente.

Baraka: Nos enclausurar não vai resolver a questão (Diálogo em *Mortal Kombat 1* [2023]).

Diálogo 5:

Baraka: Arrisquei a vida pela Exoterra, imperatriz.

Sindel: E agora você a serve vivendo longe (Diálogo em *Mortal Kombat 1* [2023]).

Diálogo 6:

Reiko: Volte para sua colônia imunda.

Baraka: Sou livre para ir onde quiser, Reiko (Diálogo em *Mortal Kombat 1* [2023]).

Diálogo 7:

Li Mei: A lei exige que os infectados sejam isolados.

Baraka: Ela exige que sejamos tratados como monstros? (Diálogo em *Mortal Kombat 1* [2023]).

Diálogo 8:

Baraka: A tarkat não tira meu valor como oponente

Omni-Man: Não vou tolerar que espalhe essa peste. (Diálogo em *Mortal Kombat 1* [2023]).

O diálogo 3, apresenta duas figuras importantes no reino da *Exoterra*: a princesa Mileena, filha da rainha Sindel, que simboliza o componente político-administrativo da monarquia, e Li Mei, a Primeira Condestável e líder do grupo de guerreiros de condestáveis de Sun Do, a força da ordem da capital da *Exoterra*, desempenhando o papel de aparato policial. No contexto da história, doentes de tarkat estavam sendo levados para a quarentena quando a *Exoterra* recebia a visita de lutadores do reino da Terra. Revelar os tarkat aos visitantes seria uma atitude condenável, uma vez que exporia as vulnerabilidades e problemas do reino.

Os diálogos 4, 5 e 7 endossam a prática do isolamento dos doentes como uma política de Estado da *Exoterra*. Por sua vez, o diálogo 6, entre o Reiko, leal ao general Shao e segundo na linha sucessória de comando, revela desprezo pelos doentes. Reiko exige que Baraka retorne à sua “colônia imunda”.

No diálogo 8, ocorre uma interação entre Baraka e um personagem que não pertence originalmente à franquia *Mortal Kombat*. A partir de *Mortal Kombat* (2011), alguns lutadores convidados foram incorporados, como Freddy Krueger, Kratos, Jason, Exterminador do Futuro, Predador, Leatherface, Rambo, Alien, Robocop, entre outros. No *Mortal Kombat 1*, o primeiro convidado adicionado foi o super-herói Omni-Man dos quadrinhos da série *Invincible* (Editora *Image Comics*). Omni-Man considera a doença de Baraka uma praga e pretende exterminá-lo para erradicá-la. Nesse contexto, assim como no diálogo com Reiko, a doença é percebida como uma característica de uma população “anormal”, cujos corpos não se encaixam nos padrões sociais, e devem ser exterminados (Zamparoni 2017, 33).

Como os jogadores interpretaram essa redefinição de Baraka? Há algum apelo em relação à doença? Novamente, é necessário ser cauteloso em relação à “retórica da empatia”, uma vez que o objetivo não é afirmar que os desenvolvedores pretendiam despertar conscientização sobre doenças e doentes no mundo real ou sugerir qualquer ação de assistência. Os videogames possuem seu próprio sistema de regras, autorreferência, como Juul (2001a) nos aponta, composto por uma estrutura descritiva e normativa. De acordo com o filósofo Joshua Wood (2018, 6), essa natureza autorreferencial proporciona uma percepção de mundo cujo conteúdo não pode ser transferido para o mundo real, mas sua estrutura sim. Em resumo, Wood (2018, 4) argumenta que os videogames impactam o jogador durante a interatividade, e suas experiências no jogo acabam sendo levadas e moldam sutilmente a maneira como abordam o mundo. Esses impactos, conforme o autor, quando ocorrem, dependem da cultura e do contexto.

Dessa forma, busquei realizar uma triagem da percepção de jogadores casuais, ou seja, aqueles que não são jogadores profissionais, mas sim espectadores que acompanharam a história de Baraka em *Mortal Kombat 1* e expressaram suas opiniões em redes sociais. A triagem foi conduzida nos espaços destinados a comentários dos usuários na plataforma de vídeos online *YouTube* e no fórum internacional *Reddit*. Duas perguntas orientaram minhas análises nessa garimpagem: 1 - O fato de Baraka não ser mais retratado como um monstro sanguinário nômade, mas sim como um comerciante afligido por uma doença mortal, na qual sua família também foi vítima, e agora líder de uma colônia em isolamento, teve algum impacto na empatia com o personagem? 2 - Como os jogadores se manifestam em relação à doença fictícia?

Do *YouTube*, selecionei comentários em quatro vídeos específicos que abordam a história de Baraka, sendo dois vídeos estrangeiros e dois vídeos em língua portuguesa, especialmente direcionados à comunidade brasileira. São eles, respectivamente: “GamelutioN”, um produtor de conteúdo que explora a evolução dos jogos de lutas, enredos, entre outros, dedicando uma parte significativa à série *Mortal Kombat*. No momento da redação deste artigo, o canal possui 257 mil seguidores; “Shirrako”, outro produtor de conteúdo que abrange uma variedade de jogos eletrônicos. Seu canal possui 2 milhões de inscritos; “Max Vianna”, um produtor de conteúdo especializado em *Mortal Kombat*. O brasileiro, especialista na história da franquia, possui um canal que soma mais de 622 mil inscritos; “Alpha Gamer”, um canal que cria conteúdo sobre jogos de lutas, com foco em *Mortal Kombat* e *Injustice*. O canal conta com 27 mil inscritos.

No canal de “GamelutioN” selecionei o vídeo *Baraka & Mileena Share their Experience with tarkat Disease*⁹. Em “Shirrako”, *Mortal Kombat 1 - How Baraka Became Monster Scene (MK1 2023)*¹⁰. De “Max Vianna”, *MK1: FINAL DO BARAKA*¹¹. Por último, *FALAS DO BARAKA COM OS PERSONAGENS - MORTAL KOMBAT 1*, do produtor de conteúdo “Alpha Gamer”¹².

⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=LHNLMDqzAHE&t=3s> (Acesso em 25 de outubro de 2023).

¹⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=cF4zzvVF4oU> (Acesso em 2 de novembro de 2023).

¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=N29VutZ7Bp8&t=1s> (Acesso em 4 de novembro de 2023).

¹² <https://www.youtube.com/watch?v=QA2KBTbSsP4&t=246s> (Acesso em 5 de novembro de 2023).

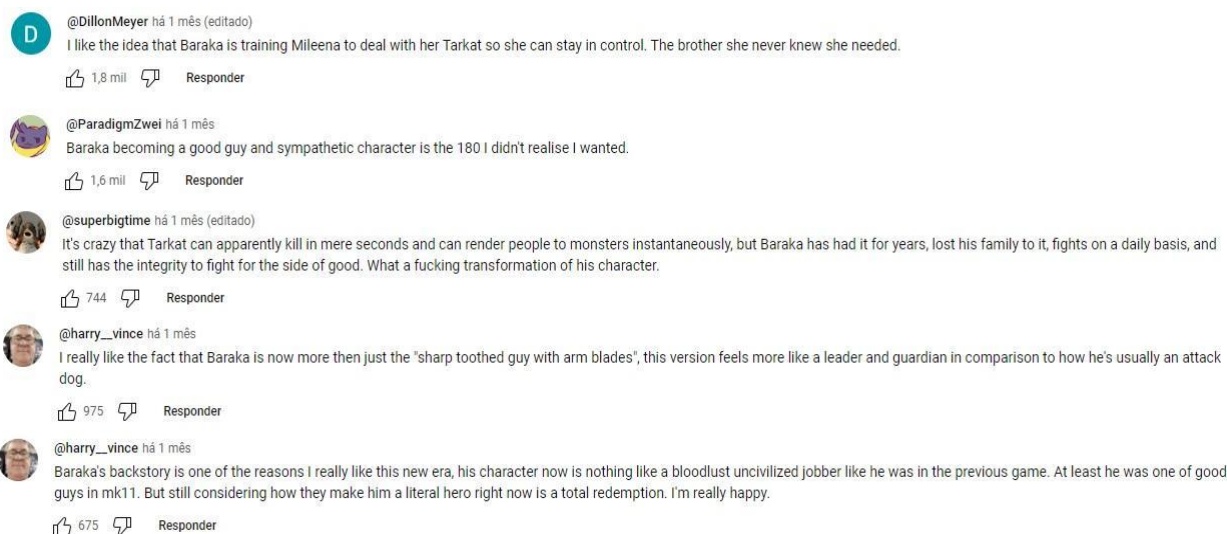


Figura 3 — “GamelutionN”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LHNLMdQzAHE&t=3s> (Acesso em 25 de outubro de 2023).



Figura 4 — “Shirako”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cF4zzvVF4oU> (Acesso em 2 de novembro de 2023).

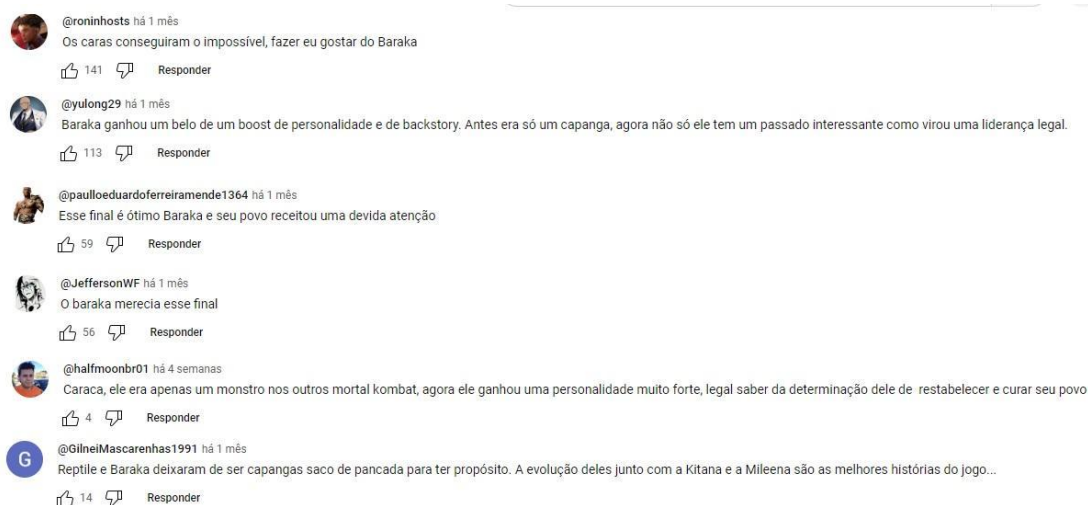


Figura 5 — “Max Vianna”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=N29VutZ7Bp8&t=1s> (Acesso em 4 de novembro de 2023).

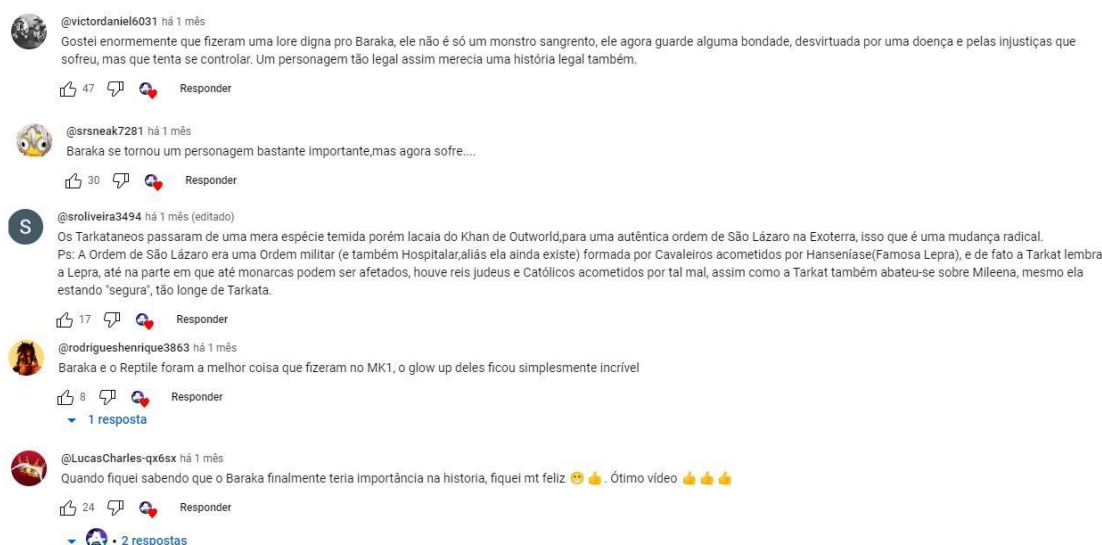


Figura 6 — “Alpha Gamer”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QA2KBTbSsP4&t=246s> Acesso em 5 de novembro de 2023).

Os principais comentários destacados nos canais do *YouTube* revelam que a reinterpretação de Baraka teve um impacto emocional positivo entre os jogadores casuais. Um dos aspectos mais significativos é a relação estabelecida entre a doença e a narrativa do personagem. A presença da enfermidade trouxe uma sensibilidade a um personagem que, ao longo de décadas na franquia, era caracterizado por brutalidade e uma aparência bestial. Agora, ele se transformou em um líder protetor e humanizado. Isso fica evidente no comentário do usuário “halfmoonbr01”, que menciona: “[...] ele era apenas um monstro nos outros *Mortal Kombat*, agora ele ganhou uma personalidade muito forte. É legal saber da determinação dele em restabelecer e curar seu povo”. Um usuário do canal estrangeiro “GamelutioN”, identificado como “harry__vince”, compreendeu essa reinvenção da seguinte forma:

A história de Baraka é uma das razões pelas quais eu realmente gosto desta nova era, seu personagem agora não se parece em nada com um traficante incivilizado e sedento de sangue como era no jogo anterior. Pelo menos ele era um dos mocinhos do MK11. Mas ainda assim, considerar como eles fazem dele um herói literal agora é uma redenção total. Eu estou realmente feliz (“harry__vince”, 2024).

Praticamente todos os comentários analisados demonstraram aprovação em relação à alteração na história de Baraka, na qual a doença também desempenha um papel central. Os usuários não encaram a doença como uma punição moral, mas sim como uma fatalidade. Essa interpretação reflete, por exemplo, a leitura de Sontag (1984), em que a doença fictícia tarkat evoca sentimentos de compaixão.

É possível observar que alguns usuários buscaram estabelecer paralelos com doenças reais, como evidenciado pelo usuário “sroliveira3493”, que comparou os doentes de tarkat a uma “autêntica Ordem de São Lázaro na *Exoterra*”. Seu paralelo é intrigante, pois aproxima Baraka e

seus guerreiros tarkatâneos à Ordem de São Lázaro. De acordo com David Macombe, estudioso dos guerreiros leprosos da Ordem de São Lázaro, na Baixa Idade Média, o convento de São Lázaro tornou-se um local comum para cavaleiros leprosos, especialmente os Templários, possivelmente devido às suas ligações aristocráticas (Macombe 2003, 11). A ideia de colocar a doença como central para a história e personalidade de Baraka permite que ele transcenda seu papel secundário como mero subordinado de vilões, destacando-se e gerando empatia entre os jogadores.

Em fóruns estrangeiros, como o *Reddit*, a percepção foi semelhante, inclusive com referência à lepra:

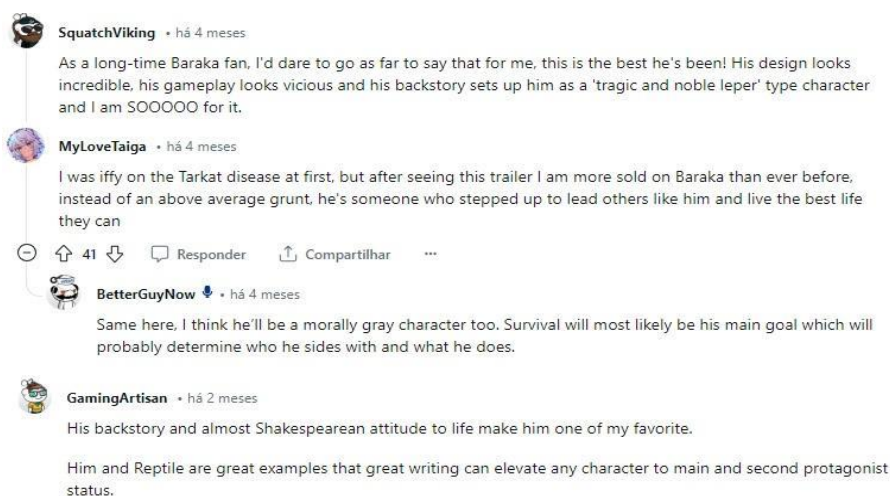


Figura 7 — Fórum *Reddit*. Disponível em: https://www.reddit.com/r/MortalKombat/comments/156mygx/what_does_everyone_think_of_baraka_in_mk1/ (Acesso em 6 de outubro de 2023).

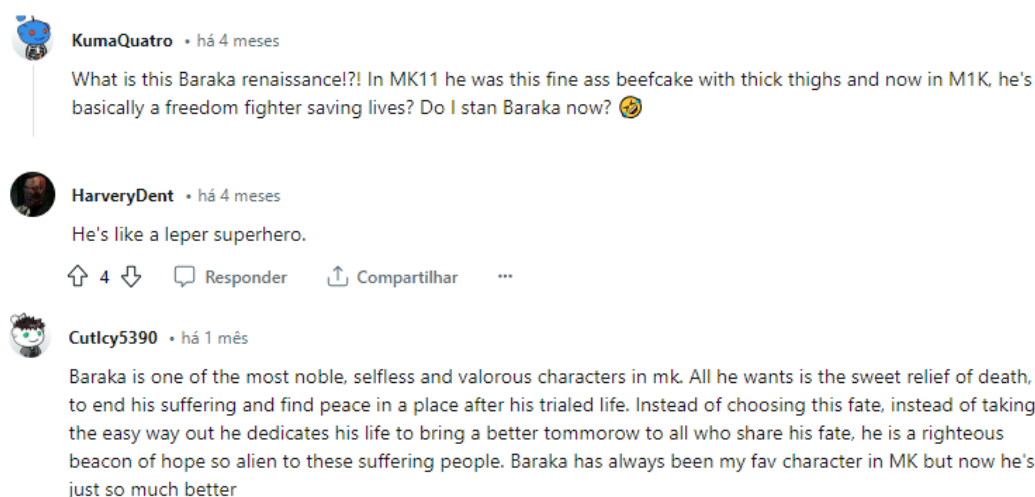


Figura 8 — Fórum *Reddit*. Disponível em: https://www.reddit.com/r/MortalKombat/comments/156a7g7/baraka_is_now_just_a_man_suffering_from_a_fat_al/ (Acesso em 7 de outubro de 2023).

Quanto aos usuários do *Reddit*, Baraka adquiriu uma aura mais simpática, e a introdução da doença foi crucial para a aceitação dessa nova versão. Um usuário, identificado como

“HarveryDent”, chegou a descrever Baraka como um super-herói leproso. Contudo, as reações às mudanças na história de Baraka não foram unânimes. Para muitos jogadores, a caracterização do personagem foi comprometida e passou a ser incompatível com a concepção de um monstro malévolo ávido por sangue. Em uma postagem no *Reddit*, o usuário conhecido como “TheOldStag” expressou insatisfação, afirmando que Baraka se transformou em um leproso triste.¹³

Considerações finais

O objetivo do artigo foi explorar como as doenças podem ser conceptualizadas nos jogos eletrônicos. No caso em análise, a doença fictícia tarkat, presente em *Mortal Kombat 1*, possui uma conexão representativa com a lepra. A doença fictícia e a doença real são integradas em uma linguagem narrativa coesa, facilitando para o jogador estabelecer paralelos entre o jogo e o mundo real.

Uma das questões levantadas foi se essa representação se encaixaria na construção de um jogo dedicado à polêmica “retórica da empatia”. Embora seja um conceito amplamente discutível, como demonstrei, a triagem por meio das redes sociais revelou que os jogadores casuais estabeleceram uma conexão entre a lepra e a tarkat, o que favoreceu uma mudança na concepção em relação ao personagem Baraka. Anteriormente, na franquia de mais de trinta anos de *Mortal Kombat*, Baraka era percebido como um monstro nômade sedento por vingança e sangue, subserviente a quase todos os vilões. No entanto, em *Mortal Kombat 1*, sua imagem foi transformada: ele agora é apresentado como um ex-mercador e guerreiro que perdeu sua família devido à tarkat, liderando uma colônia de doentes em busca de dignidade.

Minhas conclusões não necessariamente indicam que o jogador casual, diante de uma situação real envolvendo um doente contagioso, como no caso da lepra, “calce o sapato do outro”, expressão popular para a empatia. No entanto, a imagem de um doente em busca de dignidade para sua colônia gerou simpatia entre os jogadores casuais, especialmente quando comparada às histórias de outros personagens. O que se pode extrair das fontes é que o jogo despertou sensibilidade em relação à doença, e os jogadores expressam publicamente como essa sensibilidade transforma a percepção sobre o personagem. A maneira como publicizam as suas conclusões nos fóruns virtuais revela como o aspecto do doente altera a percepção de uma personagem caracterizada anteriormente pela monstruosidade.

Do ponto de vista dos estudos sobre “retórica processual” nos videogames, conforme proposto por Ian Bogost, essas pesquisas enriquecem meu argumento ao delimitar o videogame e

¹³https://www.reddit.com/r/MortalKombat/comments/16ogf1d/i_hate_that_all_the_evil_characters_are_now/ (Acesso em 5 de outubro de 2023).

os jogos eletrônicos como artefatos culturais capazes de conter processos persuasivos. Essa perspectiva é essencial para a definição cultural das ações nos jogos eletrônicos e seus códigos internos. A retórica processual presente em *Mortal Kombat 1*, especialmente em relação ao personagem Baraka, busca torná-lo mais afetivo, dotando-o de características morais como honra, liderança e proteção. A introdução da doença como elemento narrativo procura afirmá-lo nessas condições, exercitando a simpatia, e expressando, por meio da programação, padrões específicos de valor cultural, como destacado pelo conceito de “retóricas processuais” (Bogost, 2007, 54).

Ao final, aliar a perspectiva da representação social das doenças, do ponto de vista da História, com um artefato cultural como jogos eletrônicos, amplia as possibilidades de investigação dos historiadores por meio de novas modalidades de fontes. Apesar de jogos eletrônicos e fóruns de debates virtuais, como o *Reddit* ou *Youtube*, parecerem ainda distante para alguns historiadores, há, na verdade, um campo em expansão no que diz respeito às interações sociais e à História Pública. Os usuários que divulgam virtualmente suas opiniões e interagem com outros usuários, oferecem e negociam a sua visão de mundo sobre diferentes temas. A sensibilidade com o tema da doença foi um fator decisivo para que alterassem as suas impressões sobre Baraka.

Referências

- Aarseth, Espen. “O jogo da investigação: abordagens metodológicas à análise de jogos”. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, n. 4 (2003): 9-23.
- Albieri, Sara. “História Pública e Consciência Histórica”. Em: *Introdução à História Pública*, org. Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- Almeida, Juniele Rabêlo de, e Rovai, Marta Gouveia de Oliveira, org. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- Avedon, Elliott, e Sutton-Smith, Brian, org. *The Study of Games*. New York: John Wiley & Sons, Inc. 1971.
- Bíblia Sagrada*. São Paulo: Editora “Ave Maria” Ltda., 1982.
- Boon, Ed. 2023. “Ed Boon explica história e novo gameplay. Entrevista concedida a Thiago Barros”. <https://meups.com.br/noticias/mortal-kombat-1-ed-boon-explica/> (Acesso em 12 de outubro de 2023).
- Bogost, Ian. *Persuasive Games: The Expressive Power of Videogames*. Cambridge & London: The MIT Press, 2007.
- Carvalho, Leonardo Dallacqua de. *O Historiador e os videogames: uma introdução*. São Luís: EDUEMA, 2024.
- Cassel, Justine, e Jenkins, Henry. *From Barbie to Mortal Kombat: Gender and computer games*. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.
- Church, David. *Mortal Kombat: Games of death*. Chicago: University of Michigan Press, 2022.
- Costa, Dilma Fátima Avellar Cabral da. “Entre ideias e ações: medicina, lepra e políticas públicas de saúde no Brasil (1894-1934)”. Tese de doutoramento, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007.
-

Cunha, Vívian da Silva. “O isolamento compulsório em questão: políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941)”. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2005.

Dennin, Kimberly, e Burton, Adriana. “Experiential Play as an Analytical Framework: Empathetic and Grating Queerness in *The Last of Us Part II*”. *Games Studies: the international journal of computer game research*, 23, n. 2, (2023).

Donovan, Tristan. *Replay: the history of video games*. Lewes: Yellow Ant, 2010.

Huizinga, Johan. *Homo Ludens*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2000.

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/09/mortal-kombat-chega-aos-30-bilionario-mas-ainda-luta-contr-sua-fama-de-violento.shtml> (Acesso em 14 de outubro de 2023).

<https://www.deseret.com/1994/11/16/19142815/marvel-entertainment-buys-up-malibu-comics> (Acesso em 14 de outubro de 2023).

<https://www.youtube.com/watch?v=cF4zzvVF4oU> (Acesso em 2 de novembro de 2023).

<https://www.youtube.com/watch?v=LHNLMdQzAHE&t=3s> (Acesso em 25 de outubro de 2023).

<https://www.youtube.com/watch?v=N29VutZ7Bp8&t=1s> (Acesso em 4 de novembro de 2023).

<https://www.youtube.com/watch?v=QA2KBTbSsP4&t=246s> (Acesso em 5 de novembro de 2023).

<https://www.mortalkombat.com/pt-br/roster> Acesso em 15 de setembro de 2023.

https://www.reddit.com/r/MortalKombat/comments/156a7g7/baraka_is_now_just_a_man_suffering_from_a_fatal/ (Acesso em 7 de outubro de 2023).

https://www.reddit.com/r/MortalKombat/comments/156mygx/what_does_everyone_think_of_baraka_in_mk1/ (Acesso em 6 de outubro de 2023).

https://www.reddit.com/r/MortalKombat/comments/16ogf1d/i_hate_that_all_the_evil_characters_are_now/ (Acesso em 5 de outubro de 2023).

<https://thegameawards.com/nominees/innovation-in-accessibility> (Acesso em 17 de novembro de 2023).

Juul, Jesper. “Games Telling stories? A brief note on games and narratives”. *Game Studies: the international journal of games*, 1, n. 1, (2001a).

Juul, Jesper. “The repeatedly lost art of studying games”. *Game Studies: the international journal of games*, 1, n. 1, (2001b).

Liddington, Jill. “O que é História Pública: os públicos e seus passados”. Em *Introdução à História Pública*, org. Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

Lucchesi, Anita, e Carvalho, Bruno Leal Pastor de. “História Digital: reflexões, experiências e perspectivas”. Em *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*, org. Ana Maria Maud, Janiele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Macombe, David. *Leper knights: the order of St. Lazarus of Jerusalem in England, 1150-1544*. Rochester, NY: The Boydell Press, 2003.

Malerba, Jurandir. “Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre

Public History”. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, 7, n. 15, (2014): 27–50.

Malerba, Jurandir. “Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital”. *Revista Brasileira de História*, 37, n. 74, (2017): 135-154.

Mccall, Jeremiah. “Playing with the past: History, video games, and why it might matter”. *Journal of Geek Studies*, v. 6, n. 1, (2019): 29-48.

Mick-Lúcifer. 2012. “In Konversation: Mortal Kombat Online vs John Tobias - Part 1”. <https://www.mortalkombatonline.com/t/classic/in-konversation-mortal-kombat-online-vs-john-tobias-part-1/NDYXrilRqJV5> (Acesso em 10 de setembro de 2023).

Mortal Kombat: Sangue e trovão. v. 1. São Paulo: Editora Escala LTDA, 1994.

Mortal Kombat: Sangue e trovão. v. 2. São Paulo: Editora Escala LTDA, 1994.

Mortal Kombat: Sangue e trovão. v. 3. São Paulo: Editora Escala LTDA, 1994.

Mortal Kombat: Sangue e trovão. v. 4. São Paulo: Editora Escala LTDA, 1994.

Mortal Kombat: Sangue e trovão. v. 5. São Paulo: Editora Escala LTDA, 1994.

Mortal Kombat: Sangue e trovão. v. 6. São Paulo: Editora Escala LTDA, 1994.

Mortal Kombat 1. NetherRealm Studios. Chicago-IN: 2023. Jogo eletrônico.

Mortal Kombat II. Midway Games. Chicago-IN: 1993. Jogo eletrônico.

Mortal Kombat II: Collector's Edition Comic Book. Chicago-IN: Midway, 1993.

Mortal Kombat II: Revista Oficial de Colecionado. v.1. São Paulo: Editora Escala, 1995.

Mortal Kombat III. Midway Games. Chicago-IN: 1995. Jogo eletrônico.

Mortal Kombat Especial: Baraka: BARAKA. São Paulo: Editora Escala LTDA, 1996.

Mortal Kombat Gold. Midway Games. Chicago-IN: 1999. Jogo eletrônico.

Mortal Kombat: Deception. Midway Games. Chicago-IN: 2004. Jogo eletrônico.

Mortal Kombat VS Dc Universe. Midway Games. Chicago-IN: 2008. Jogo eletrônico.

Mortal Kombat. NetherRealm Studios. Chicago-IN: 2011. Jogo eletrônico.

Mortal Kombat Trilogy. Midway Games. Chicago-IN: 1996. Jogo eletrônico.

Ultimate Mortal Kombat III. Midway Games. Chicago-IN: 1995. Jogo eletrônico.

Nascimento, Dilene Raimundo do. *As Pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

Pinto, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. “O estigma do pecado: A lepra durante a Idade Média”. *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 5, n. 1, (1995): 131-144.

Rosemberg, Charles. “Disease in History: Frames and framers”. *The Milbank Quarterly*, 67, supp. 11, (1989): 1-15.

Ruberg, Bonnie. “Empathy and its alternatives: Deconstructing the rhetoric of ‘empathy’ in video games”. *Communication, Culture and Critique*, 13, n. 1, (2020): 54-71. <https://doi.org/10.1093/CCC/TCZ044> (Acesso em 11 de outubro de 2023).

Sontag, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

Solberg, Dan. “The problem with empathy games”. 2016. <https://killscreen.com/articles/the-problem-with-empathy-games/> (Acesso em 13 de outubro de 2023).

Wilcox, Steve. “Videogames and empathy: Toward a post-normative ludic century”. *First Person Scholar*, 2014. Disponível em <http://www.firstpersonscholar.com/videogames-andempathy/> (Acesso em 13 de outubro de 2023).

Wood, Joshua. *Affective Gaming: At the Intersection of Rhetoric, Affect, and Video Games*. Dissertation. Clemson, SC, Clemson University, 2018.

Woodcock, Jamie. *Marx no fliperama: videogames e luta de classe*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

Zamparoni, Valdemir. “Lepra: doença, isolamento e segregação no contexto colonial em Moçambique”. *Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 24, n.1, (2017): 13-39.

Recebido: 20 de novembro de 2023

Aprovado: 12 de março de 2024

Dossiê: História Digital: tecnologia e fazer historiográfico entre
teoria e prática

<http://doi.org/10.34019/2594-8296.2024.v30.43958>

**O diálogo com a Comunicação na construção de narrativas históricas
digitais em jogos:
A cultura do povo indígena Huni Kuin**

*Dialogue with Communication in the building of digital historical narratives in games:
The culture of the Huni Kuin indigenous people*

*El diálogo con la Comunicación en la construcción de narrativas históricas digitales en
juegos:
La cultura del pueblo indígena Huni Kuin*

Camila Escudero*

<https://orcid.org/0000-0002-9399-1207>

Helena Schiavoni Sylvestre**

<https://orcid.org/0009-0004-9170-3293>

RESUMO: Este trabalho propõe um diálogo entre os campos da História digital e da Comunicação para a Transformação Social (CCS), na análise do jogo eletrônico “Huni Kuin: Yube Baitana”. Nosso objetivo é verificar de que forma a história da cultura e identidades do povo indígena Kaxinawá – ou Huni Kuin, como eles próprios se denominam – é narrada. Para isso, partimos de uma abordagem qualitativa, fazendo uso da técnica de análise exploratória a partir do registro e representação no jogo de: 1) Histórias e mitos; 2) Arte tradicional; 3) Trilha sonora cultural; 4) Figuras míticas e seres sobrenaturais; 5) Língua Huni Kuin. Entre os principais resultados,

* Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com período de pesquisa no Latin American and Latin Studies Program da University of Illinois at Chicago (UIC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, na linha de pesquisa Culturas, organizações e transformações sociais. Membro da equipe de formadores do Núcleo para a Educação das Relações Étnico-Raciais (NEER), da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo. Consultora UNESCO, das Nações Unidas, escritório do Brasil. Coordenadora da plataforma de dados Brasileiros no Exterior. E-mail: camilaescudero@uol.com.br.

** Doutoranda em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo, mestra em Mídia e Tecnologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e graduada em Jornalismo pela mesma instituição. Tem como principais temas de estudo os jogos eletrônicos e a educomunicação. Bolsista da CAPES. E-mail: helenassylvestre@hotmail.com.

destacam-se as convergências entre os campos da História Digital e da CCS na tentativa de compreensão de processos de preservação da memória e identidade cultural, inovação e disseminação do conhecimento.

Palavras-chave: História digital. Comunicação para a Transformação Social (CCS). Jogo eletrônico. Povo indígena Huni Kuin. Identidades culturais.

ABSTRACT: This paper proposes a dialogue between the fields of Digital History and Communication for Social Transformation (CCS), in the analysis of the electronic game “Huni Kuin: Yube Baitana”. Our objective is to verify how the history of the culture and identities of the Kaxinawá indigenous people – or Huni Kuin, as they call themselves – is narrated. To do this, we start from a qualitative approach, using the exploratory analysis technique based on the recording and representation in the game of: 1) Stories and myths; 2) Traditional art; 3) Cultural soundtrack; 4) Mythical figures and supernatural beings; 5) Huni Kuin language. Among the main results, we highlight the convergences between the fields of Digital History and CCS to understand processes of preserving memory and cultural identity, innovation and dissemination of knowledge.

Keywords: Digital History. Communication for Social Transformation. Electronic games. Huni Kuin indigenous people. Cultural identities.

RESUMEN: Este trabajo propone un diálogo entre los campos de la Historia Digital y la Comunicación para la Transformación Social (CCS), en el análisis del juego electrónico “Huni Kuin: Yube Baitana”. Nuestro objetivo es verificar cómo se narra la historia de la cultura y las identidades del pueblo indígena Kaxinawá – o Huni Kuin, como ellos mismos se llaman. Para eso, partimos de un enfoque cualitativo, utilizando la técnica de análisis exploratorio basado en el registro y representación en el juego de: 1) Historias y mitos; 2) arte tradicional; 3) Banda sonora cultural; 4) Figuras míticas y seres sobrenaturales; 5) Lengua Huni Kuin. Entre los principales resultados destacan las convergencias entre los campos de la Historia Digital y la CCS en un intento de comprender los procesos de preservación de la memoria y la identidad cultural, la innovación y la difusión del conocimiento.

Palabras clave: Historia Digital. Comunicación para la Transformación Social. juego electrónico. Pueblo indígena Huni Kuin. Identidades culturales.

Como citar este artigo:

Escudero, Camila; Sylvestre, Helena Schiavoni . “O diálogo com a Comunicação na construção de narrativas históricas digitais em jogos: A cultura do povo indígena Huni Kuin”. *Locus: Revista de História*, 30, n. 1 (2024): 63-78.

Introdução

Há uma intrínseca relação entre as áreas da História e da Comunicação, enquanto campo do conhecimento. Isso porque, além de ambos estarem relacionados a questão tempo e espaço, a história só pode ser conhecida quando comunicada, ao mesmo tempo em que a comunicação depende de situações e contextos históricos para se materializar.

Entendemos que a evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), especialmente no fim dos anos 1990, com a popularização da Internet e das práticas de digitalização, têm introduzido transformações importantes no acesso e compartilhamento e na comunicação do conhecimento histórico, especialmente, na forma como se produzem os registros. Um dos resultados dessa mudança é a disseminação da informação em uma amplitude e velocidade nunca anteriormente verificadas, ainda que em um contexto de caminho múltiplos, complexos e não-lineares de desdobramentos, surgidos com os formatos tradicionais, desde a época da prensa de Gutemberg, até o ciberespaço (Sodré 2012, Briggs e Burke 2024).

Por parte da História, esse contexto da chamada “história digital” delega ao campo o desafio de pensar sobre conceitos, experiências, tendências, perspectivas, problemáticas, temas e interfaces relacionados, em última instância, à produção de uma consciência histórica, em um cenário de constante evolução. Por parte da Comunicação, oferece possibilidades de se pensar para além do aspecto tecnicista dos meios e das características das linguagens produzidas, a articulação, o engajamento e a participação social, bem como a apropriação dos processos de conteúdo comunicacionais, especialmente no nível de grupos minoritários e comunidades e povos tradicionais, como defende a linha da Comunicação para a transformação social (CCS, em espanhol).

Assim, o presente artigo tem como objetivo verificar de que forma a história da cultura do povo indígena Kaxinawá – ou Huni Kuin, como eles próprios se denominam – é narrada e pode ser conhecida a partir da relação entre tecnologias, comunicação e fazer historiográfico. Interessamos saber como o jogo eletrônico “Huni Kuin: Yube Baitana” se utiliza de elementos históricos e identitários do grupo, como os cantos, grafismos, mitos e rituais, possibilitando uma circulação desse conhecimento por uma rede mais ampla e de um modo alternativo de comunicação.

Para isso, partimos de uma abordagem qualitativa, fazendo uso da técnica de análise exploratória (Gil 2008) do jogo eletrônico, desenvolvido através da plataforma gratuita Unity3D e em um formato de apresentação bidimensional, no ano de 2018. A produção foi realizada por equipes de pesquisadores, técnica e de narradores, desenhistas e cantadores indígenas, os quais buscaram um esforço permanente de tradução entre culturas, mídias e formatos.

Este texto está dividido em três partes principais, para além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira, discorremos sobre os pontos de convergência entre a história digital e a comunicação. Na segunda, apresentamos uma breve descrição sobre o povo Huni Kuin a fim de contextualizar nosso objeto de estudo. Na terceira, expomos o jogo “Huni Kuin: Yube Baitana”, analisando-o a partir de cinco categorias: 1) Histórias e mitos; 2) Arte tradicional; 3) Trilha sonora cultural; 4) Figuras míticas e seres sobrenaturais; 5) Língua Huni Kuin.

História digital e Comunicação: Pontos de intersecção para a proposta de um diálogo

Parece consenso entre autores como Maynard (2016), Brasil e Nascimento (2020), Lucchesi (2013; 2014) e em diversos artigos presentes nas obras organizadas por Nicodemo, Rota e Marino (2022) e Soares, Rovai, Carvalho e Porto Jr. (2017) que o termo história digital envolve uma abordagem de estudo, exame e representação do passado e da memória em conjunto com as TICs e já está amplamente disseminado com destaque para iniciativas e reflexões relevantes. No entanto, a partir de visões bastante críticas e o questionamento de se pensar os fatos em meio ao constante e veloz desenvolvimento tecnológico, ainda é um campo de discussão em construção no Brasil, no qual se verifica a possibilidade de pleno fortalecimento.

Apesar de a informação contida na fonte continuar “sendo a mesma” – no sentido de que a digitalização não alteraria substancialmente o conteúdo do registro histórico –, podemos dizer que a modificação na ‘materialidade’ da fonte histórica nos conduz, inevitavelmente, a uma nova condição em relação ao modo de lidarmos com a informação ali contida (Brasil e Nascimento 2020, 201).

Assim, Lucchesi (2013) argumenta que falar em história digital remete a um novo jeito de escrever a história, não somente em uma produção de história sobre a cultural digital, mas sobre uma nova prática. “Nova porque, ora, se contrastada com as anteriores apresentará inovações ou desvios (Lucchesi 2013, 9)”.

Nossa compreensão é a de que existem potencialidades inexploradas no meio digital, que vão muito além de simplesmente comunicar, acessar e processar dados: novos sentidos são criados em cada relação tecnologicamente mediada – sentidos retóricos, políticos, históricos. (...) Não basta que a comunidade histórica acadêmica acesse bancos de dados online, acervos digitais, crie listas de discussões, sites ou blogs. Isso já acontece de forma bastante compartilhada. O problema (...) é que determinadas atitudes, sejam elas práticas ou subjetivas, de elaboração/abstração, muitas vezes são tomadas como óbvias e, como tais, não são questionadas porque se naturalizaram, se camuflaram em meio a rotina do trabalho (Lucchesi 2014, 50).

Nesse contexto, diversas possibilidades emergem em duas frentes principais. A primeira compreende conceituações epistemológicas, metodologias de ensino e aspectos éticos e legais da historiografia digital. A segunda, podemos dizer, envolve mais o empírico, ou seja, experiências e campo de pesquisa, como digitalização de acervo histórico e disponibilização de dados (e acesso),

arquivos digitais e patrimônio cultural, entre outras. Especificamente nesta segunda, reside a visão essencial para este trabalho: a construção de narrativas históricas em ambientes digitais em formato alternativo, reconhecidas como formas de escrita, de representação e de conhecimento histórico.

Paralelo a isso, dentro da Comunicação Social, Thompson (2014) diz que a mídia permite um distanciamento “*espaçotemporal*” e a fixação da forma simbólica, ou, pelo menos, sua preservação em diferentes graus de durabilidade. Além disso, não só favorece o registro e a reprodução do conteúdo, mas é capaz de multiplicar o conteúdo de diferentes formas simbólicas. Consideramos essas características marcadas pelo autor como um primeiro ponto de diálogo que propomos neste trabalho, entre os campos da História Digital e da Comunicação.

O segundo ponto, ao nosso ver, está na possibilidade de formas da narrativa historiográfica, isto é, no uso de “*linguagens e processos alternativos*” para registro e disseminação de um fato. O termo alternativo, no âmbito social, costuma ser utilizado para designar tudo aquilo que não está alinhado ao comportamento e práticas vigentes. Nesse sentido, as ações alternativas de registro de memória, de fatos e de comunicação se configuram um processo orgânico, muito alinhado a movimentos sociais, populares, minorias, povos tradicionais, entre outros grupos, que lutam não só pela preservação de uma identidade cultural compartilhada (que engloba todo um conjunto de hábitos, tradições, costumes e valores), mas, também, visibilidade e reconhecimento.

Antes de prosseguir, importante ressaltar aqui que adotamos neste trabalho o conceito de identidade cultural de Hall (2005). Segundo o autor, as identidades estão localizadas em diferentes dimensões dentro de um sistema amplo de representação social. Envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo ou aparecem baseadas em marcadores sociais como etnia, raça, nacionalidade etc. Frequentemente, elas estão ancoradas em alguma versão essencialista da história do passado (na qual a história é constituída como uma verdade imutável – tradições).

Ao invés de tomar a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa, em seguida, a ser representado pelas novas práticas culturais, deveríamos pensá-la, talvez, como uma “*produção*” que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação. Esta visão problematiza a própria autoridade e a autenticidade que a expressão “*identidade cultural*” reivindica como sua (Hall 1996, 68).

Ressalta-se que, ainda de acordo com Hall (2005), as identidades estão vinculadas também a condições sociais e materiais, uma vez que o social e o simbólico se referem a dois processos diferentes. E, por fim, as identidades não são unificadas; há contradições no seu interior que precisam ser negociadas a todo momento (Escudero 2017, 93).

Voltando à questão do alternativo, na Comunicação, o conceito de comunicação alternativa é constantemente revisitado, como propõe Peruzzo (2009, 58-59):

A comunicação alternativa se recria continuamente. Sua vertente comunitária vem ganhando expressividade e distinção no Brasil desde o final dos anos 1990. Recentemente a comunicação comunitária, popular-alternativa e o jornalismo alternativo se atualizam e assumem diversas feições. As motivações para tanto possivelmente vêm do interesse social presente nos cidadãos e nas organizações civis em interferir nos sistemas geradores e mantenedores da desigualdade, além das possibilidades inovadoras, como a efetiva interatividade, que as novas tecnologias de informação e comunicação oferecem (Peruzzo 2009, 58-59).

Está alocado em um conceito mais amplo, de Comunicação para a Transformação Social (sigla *Comunicación para el Cambio Social – CCS*, em espanhol). Para Gumúcio-Dagron (2011), os processos de CCS são heterogêneos e suas características vão de acordo com a realidade envolvida. Entretanto, as ações têm em comum: 1) participação comunitária democrática e apropriação dos processos e dos conteúdos comunicacionais; 2) legitimidade a partir da língua e das identidades culturais envolvidas; 3) geração de conteúdos próprios que resgatem o saber acumulado através de muitas gerações; 4) uso da tecnologia apropriada e dimensionada com as necessidades e possibilidades de acesso de cada grupo; e 5) a constituição de convergências e redes que contribuem não só para consolidar os processos, como para dar visibilidade às ações.

Os *games* no contexto da CCS para a construção de narrativas históricas

É recorrente na literatura a utilização dos *games* para o estudo de registro e disseminação da história, uma vez que esse tipo de produção, segundo Bello e Vasconcelos (2017), apresenta um discurso sobre o passado por meio de narrativa audiovisual ambientada em espaços virtuais estruturados em regras de jogo.

Os jogos eletrônicos são resultado de um processo histórico de desenvolvimento de questões sócio-tecnológicas a partir do cinema e do computador, e sua particularidade é expressa em sua relação específica entre sua forma e conteúdo, isso é, entre as estruturas de regras, a composição audiovisual, as possibilidades de interatividade e a narrativa transmitida. É possível observar em tal composição múltiplas dimensões do social, tanto em sua representação imagética, quanto na própria maneira em que foram historicamente construídos para serem jogados, já que a interatividade coloca o jogador em uma posição onde sua ação é constantemente requisitada e causa interferência e resposta do emissor eletrônico (Bello e Vasconcelos 2017, 221-222).

Dessa forma, para captar a essência das representações no contexto da CCS em mídias como videogames é crucial considerar como elas se inserem em seu próprio contexto histórico e nas identidades envolvidas. Isso significa entender a perspectiva dos criadores, levando em conta seu tempo, cultura e técnicas, a fim de verificar como eles visualizaram ou desejavam o passado. Em outras palavras: essas representações não comunicam a história de forma literal, mas sim como foi escolhida e interpretada, refletindo uma memória histórica socialmente moldada.

Neste cenário, é importante considerar, também, a imaginação. Apesar de a história ser inventada e simulada pelo jogador, não há fontes concretas para uma análise direta. As possibilidades de interpretação se expandem, já que esses “experimentos” com diferentes cenários

históricos oferecem uma variedade quase ilimitada de possibilidades (Eucídio, 2010). No entanto, as identidades culturais exploradas pela narrativa, acabam por garantir uma espécie de legitimidade dos temas envolvidos, como prevê a CCS.

García (2006) destaca que esse aspecto é uma das principais forças dos *games* com temas históricos. Ao colocar o jogador no papel de um personagem histórico, a narrativa permite que as ações dos jogadores afetem a história simulada e provoquem reações dos oponentes. De acordo com autor, esse processo é benéfico, uma vez que “ajuda” os jogadores a entender como as ações dos personagens do passado tiveram efeitos significativos na história.

Atualmente, é impossível ignorar a interconexão entre a historiografia acadêmica e a história pública amplamente disseminada pelos meios digitais (Malerba 2017). O crescente número de jogos digitais na cultura histórica atual tem possibilitado a exploração de novas fronteiras de diálogo entre a historiografia e os chamados *history games* (Telles e Alves 2015). Esses jogos não apenas destacam seu potencial para o aprendizado do pensamento histórico, mas também surgem como novos formatos populares de interpretação e comunicação do passado.

O povo Huni Kuin: Breve contexto histórico

O povo Huni Kuin habita a fronteira brasileira-peruana da Amazônia. Em território brasileiro, as aldeias estão localizadas no estado do Acre, perto do município de Jordão, e se espalham pelos rios Taruacá, Jordão, Breu, Muru, Envira, Humaitá e Purus. Os Huni Kuin constituem a maior população indígena do Acre, com aproximadamente 7,567 indivíduos contabilizados (IBGE e FUNAI 2009).

Huni Kuin é a forma como esse povo indígena se autodenomina, e significa “povo verdadeiro” ou “povo da fumaça” em Hatxa Kuin, a língua derivada do tronco linguístico Pano. Os Huni Kuin também são conhecidos como Kaxinawá, nome que ganharam de outros povos.

A divisão entre os sexos é uma das bases da sociedade Kaxinawá e marca mais a vida cotidiana desse povo do que qualquer outra categorização. As crianças, assim que aprendem a andar sozinhas, são encaminhadas às atividades consideradas próximas de seu gênero. As tarefas produtivas consideradas mais importantes são feitas por homens e mulheres na fase adulta (Amazônia Latitude 2019).

A etnia Huni Kuin é formada por verdadeiros botânicos que trabalham com espécies vegetais medicinais integradas ao ambiente da floresta. Os desenhos típicos Huni Kuin respeitam a geometria sagrada ensinada pela Yube (Jiboia) e são denominados kenês. Mais que mera

decoração, simbolizam cura e proteção, e aparecem nos corpos, nas cerâmicas, na tecelagem e em adereços.

Com a chegada dos seringueiros no final do século XIX, muitos Huni Kuin decidiram avançar para as áreas mais isoladas da floresta com o intuito de fugir da escravidão. Os que se renderam ao domínio dos seringueiros acabaram se afastando da cultura indígena tradicional. Fato que até hoje tenta ser revertido pelas demais gerações. Tal resgate das identidades culturais do grupo esbarrou em dificuldades diversas, como a escassez de pessoas que de fato tenham vivido uma vida tipicamente aldeada, presenciando os rituais, cantos, danças, artesanatos, pinturas corporais e demais tradições que fazem parte dessa cultura (Instituto Nawá 2024).

Os Huni Kuin se caracterizam por uma subdivisão de dois grupos linguísticos (Aranque e Pano), com o histórico em comum de sobrevivência à atividade extrativista da borracha e do caucho desde 1860. A migração de nordestinos, bolivianos e peruanos, somada a ataques e massacres contra a população Kaxinawá, resultou no engajamento compulsório da etnia no extrativismo de látex e caucho (Amazônia Latitude 2019).

O jogo “Huni Kuin: Yube Baitana” como fonte de elementos identitários históricos e prática comunicacional

O jogo eletrônico “Huni Kuin: Yube Baitana” foi desenvolvido com o intuito de preservar a memória do povo indígena Kaxinawá, resgatando elementos de suas identidades culturais, ao mesmo tempo em que tenta promover o intercâmbio desses conhecimentos por meio da linguagem dos videogames.

Assim, podemos dizer que a proposta do jogo “Huni Kuin: Yube Baitana” é propiciar uma imersão no universo *huni kuin*, em que os jogadores possam entrar em contato com os elementos identitários indígenas, como os cantos, grafismos, mitos e rituais desse povo, possibilitando uma circulação desse conhecimento por uma rede mais ampla. Em outras palavras: serve como fonte de investigação historiográfica do grupo envolvido, em uma intersecção comunicação, tecnologias e práticas socioculturais.

Conforme dissemos na introdução deste texto, a produção do jogo foi realizada por uma equipe de pesquisadores, uma equipe técnica e de narradores, desenhistas e cantadores indígenas, os quais buscaram um esforço permanente de tradução entre culturas, mídias e formatos. Já o roteiro foi elaborado a partir de cinco histórias do povo Huni Kuin (Kaxinawá), denominadas *Shenipabu Mijyui* (história dos antigos): Yube Nawa Aibu, Siriani, Shumani, Kuĩ Dume Teneni e Huã Karu Yuxibu.

- **Yube Nawa Aïbu** conta sobre o aprendizado da medicina nixi pae (ayahuasca) pelo povo Huni Kuin; aprendizado que se deu com o povo jiboia que vive no fundo do lago. Essa versão é contada pelo pajé Dua Busẽ e compõe a primeira fase do jogo.
- **Siriani** conta como aconteceu o aprendizado dos kene (grafismos) pelas mulheres com a Jiboia Encantada. Os kene podem ser vistos hoje nos artesanatos, na tecelagem e na cestaria huni kuin.
- **Shumani** é um encantado da floresta, que corre muito rápido. A história contada pelo cacique Siã (Tadeu Mateus Kaxinawá) conta sobre o aprendizado do uso do jenipapo e do urucum pelos Huni Kuin.
- **Kuĩ Dume Teneni**, história contada pelo cacique Siã (Tadeu Mateus Kaxinawá) mostra como os Huni Kuin aprenderam a reunir o tabaco e as cinzas de árvores para a preparação do rapé (dume deshke) e utilizaram a sua força para vencer os encantados.
- Em **Huã Karu Yuxibu**, o pajé Dua Busẽ conta sobre o surgimento e a classificação das plantas medicinais utilizadas pelos Huni Kuin e o segredo da imortalidade. A história compõe a última fase do game.

Apesar de ser narrado na língua *hatxã kuĩ*, logo na tela inicial, o jogador de “Huni Kuin: Yube Baitana” tem a opção de escolher quatro idiomas para legenda: português, inglês, espanhol e o idioma nativo. Para jogar, é preciso movimentar a personagem usando as setas do teclado ou os botões A, W e D (caso o jogador esteja utilizando um computador). Por meio desses movimentos é possível pular obstáculos e plataformas, pegar itens como alimentos e ervas medicinais, escapar de espinhos, pular sobre buracos e troncos de madeiras. Usando o mouse para mirar e atirar, é possível caçar antas, pacas, veados, porquinhos-do-mato e japós.

No jogo, pode-se ainda juntar kenes (espécie de grafismos) espalhados pelas fases para receber itens especiais, como peças de artesanatos, que dão vários bônus de atributo à personagem. Outro ponto de destaque do game é o fato de que quando a personagem fere animais demais em pouco tempo, as entidades chamadas *Yuxibu* ficam bravas e se vingam transformando as caças em animais agressivos, tornando suas carnes podres e elevando seus atributos como pontos de vida, ataque e área de alcance.

Os alimentos comestíveis, como a banana, a macaxeira, o amendoim e a carne saudável, restauram a força vital do personagem. Já as medicinas, como o cipó, o tabaco e as cinzas de determinadas árvores possibilitam habilidades de pajelança quando se aciona o “especial”.

A partir de uma análise exploratória (Gil 2008), procuramos identificar os elementos identitários que constituem a história Huni Kuin presentes e representados no jogo eletrônico, por meio de narrativa audiovisual construída em um ambiente digital. Para fins de sistematização, elencamos cinco categorias, conforme se segue:

- 1) **HISTÓRIAS E MITOS:** O jogo apresenta uma variedade de histórias, mitos e lendas do povo Huni Kuin. Essas narrativas de caráter simbólico-imagético são frequentemente baseadas em eventos históricos, figuras lendárias ou experiências espirituais significativas para a comunidade. Em outras palavras: não é uma realidade independente, mas evolui com as condições históricas e étnicas relacionadas à cultura envolvida. No caso do jogo analisado, por meio dessas histórias, os jogadores podem aprender sobre a visão de mundo dos Huni Kuin, seus valores éticos, suas relações com a natureza e sua compreensão do universo.



Figura 1 — Lenda da jiboia Yube
Fonte: Reprodução de tela do jogo Huni Kuin: Yube Baitana.

- 2) **ARTE TRADICIONAL:** O estilo visual do jogo é fortemente influenciado pela arte tradicional dos Huni Kuin, entendida como práticas estilizadas que remetem ao caráter moral do povo envolvido. Pode-se dizer que é uma forma de expressão e comunicação coletiva. No *game* foco deste estudo, inclui padrões geométricos, formas abstratas, e representações de figuras e símbolos significantes para a cultura Huni Kuin. Essa estética reflete não apenas a estética visual, mas também os valores, mitos e tradições da comunidade.
-



Figura 2 — Os kenes (grafismos) criados pelos Huni Kuins
Fonte: Reprodução de tela do jogo Huni Kuin: Yube Baitana.

- 3) **TRILHA SONORA CULTURAL:** A trilha sonora do jogo é composta por músicas autênticas e instrumentos tradicionais Huni Kuin, como flautas, tambores, maracás e outros instrumentos de percussão. Essa música tradicional é criada em colaboração com membros da comunidade Huni Kuin, garantindo uma representação autêntica e respeitosa de sua cultura musical, de origem remota e ancestral e caráter poético que envolve, não só a história da comunidade, mas ainda a expressão de crenças e formas de organizações sociais.



Figura 3 — Música tradicional do povo Huni Kuin
Fonte: Reprodução de tela do jogo Huni Kuin: Yube Baitana.

- 4) **FIGURAS MÍTICAS E SERES SOBRENATURAIS:** O jogo Huni Kuin apresenta uma variedade de personagens e seres míticos que desempenham papéis importantes na cosmologia e na mitologia do povo Huni Kuin. Estes podem incluir deidades, espíritos da natureza, animais mágicos e outras entidades sobrenaturais que habitam o mundo do jogo e influenciam a vida dos personagens. Tratam-se de recursos simbólicos para expressões de comportamentos e sentimentos envolvidos na organização da comunidade.



Figura 4 — A Jiboia Encantada
Fonte: Reprodução de tela do jogo Huni Kuin: Yube Baitana.

- 5) **LÍNGUA HUNI KUIN:** O jogo pode incorporar palavras, frases e diálogos na língua Huni Kuin. Isso não apenas adiciona autenticidade cultural ao jogo, mas, também, promove a preservação e a revitalização da língua indígena, que é uma parte vital da identidade do povo Huni Kuin. Sabe-se que os processos de comunicação não podem ignorar as particularidades de cada língua. Pelo contrário, deve se apoiar nelas para se legitimar. Dessa forma, as exposições e trocas linguísticas são “saudáveis” quando ocorrem em um contexto de equidade e respeito como visto no *game* analisado.



Figura 5 — Introdução do jogo, onde se pode optar por jogar com a língua original dos Huni Kuin
Fonte: Reprodução de tela do jogo Huni Kuin: Yube Baitana.

Ressalta-se, por fim, que o fato de considerarmos o jogo eletrônico “Huni Kuin: Yube Baitana” como uma fonte historiográfica digital não o isenta de pensarmos em um contexto específico de espaço e tempo, considerando que se trata de uma narrativa contada e de uma memória reconstruída por parte de um grupo. Porém, a partir das diferentes formas de apropriação e representação dos elementos identitários verificados, percebe-se que as dinâmicas de escolha levam em consideração aspectos vistos na CCS, como apropriação dos processos e dos conteúdos comunicacionais; a língua e os elementos identitários em comum dando legitimidade à narrativa; a geração de conteúdos próprios resgatando o saber acumulado através de gerações, além do uso da tecnologia apropriada e dimensionada com as necessidades e possibilidades de acesso de cada grupo, no caso “materializado” em um formato alternativo de game (e não, os tradicionais livros, documentários etc.), permitindo, ainda, uma interação e convergências em rede de pessoas que, não necessariamente, têm relação com a cultura envolvida, mas se identificam, de alguma maneira, com o ato de jogar.

Considerações finais

O estudo sobre a construção de narrativas históricas digitais em jogos, com foco na cultura do povo indígena Huni Kuin, nos conduziu neste trabalho a algumas reflexões sobre a interseção entre tecnologia, comunicação e historiografia. O jogo eletrônico "Huni Kuin: Yube Baitana" se mostrou, dessa forma, não apenas uma tentativa de preservação da memória e identidade cultural

Huni Kuin, mas, também, uma inovação no campo da representação e disseminação do conhecimento histórico.

Ao considerar o jogo eletrônico como uma fonte historiográfica digital, reconhecemos a importância de contextualizar sua narrativa dentro de um espaço e tempo específicos, compreendendo-a como uma memória reconstruída por parte de um grupo. No entanto, a utilização de elementos identitários verificados no jogo e indícios sobre a forma de produção – que, reconhecemos, requer pesquisa futura mais aprofundada – revela dinâmicas de apropriação e representação que se alinham com os princípios da Comunicação para a Transformação Social (CCS), promovendo a participação democrática, a valorização da língua e cultura indígena, e a geração de conteúdos próprios que resgatem o saber acumulado através de gerações.

Por fim, destacamos que o jogo "Huni Kuin: Yube Baitana" representa uma experiência única de imersão na cultura e história do povo Huni Kuin, ao mesmo tempo em que desafia conceitos tradicionais de narrativa histórica e abre novas possibilidades de representação e disseminação do conhecimento histórico em ambientes digitais comunicacionais. Ainda que haja lacunas e que se trate do resultado de uma memória construída – conceito que não chegamos a trabalhar aqui por delimitações do formato artigo – é um exemplo inspirador de como a tecnologia pode ser utilizada de forma criativa e responsável para preservar e compartilhar as histórias e tradições de povos indígenas, contribuindo para uma maior valorização e reconhecimento de sua rica herança cultural.

Referências

- Amazônia Latitude. O resgate da tradição Huni Kuin, 2019. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2019/10/16/o-resgate-da-tradicao-huni-kuin/#:~:text=Sua%20hist%C3%B3ria%20%C3%A9%20marcada%20por,deles%20permaneceu%20em%20territ%C3%B3rio%20brasileiro>. Acesso em: 18 mar. 2024.
- Bello, R. S, e Vasconcelos, J. A. O videogame como mídia de representação histórica. *Revista Observatório*, Palmas, v. 3, n. 5, p. 216-250, agosto. 2017.
- Brasil, E, e Nascimento, F. L. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos* Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, 196-219, Janeiro-Abril 2020.
- Briggs, A, e Burke, P. *Uma história social da mídia: De Guttemberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- Escudero, C. “Comunidades em festa: a construção e expressão das identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens”. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2017.
- EUCÍDIO, F. “Jogos digitais e aprendizagem: o jogo *Age of Empires III* desenvolve idéias e raciocínios históricos de jovens jogadores?”. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação em
-

Educação da Faculdade de Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), 2010.

García, S. G. Playing with the past: the role of digital natives in how we understand history. *Current Developments in Technology-Assisted Education*, 2006.

Gil, Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

Gumucio-Dagron, A. Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo. *Signo y Pensamiento*, 58 (XXX), pp. 26-39, 2011.

Hall, S. Identidade Cultural e Diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, p.68-75, 1996.

Hall, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.; FUNAI – Fundação Nacional do Índio. O Brasil Indígena. Projeto de Promoção da Cultura Indígena Asurini do Xingu – Museu do Índio, 2009. Disponível em:

https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

Instituto Nawá. Site oficial. Os Huni Kuins. Instituto Nawá, 2024. Disponível em: <https://institutonawa.org/pt_br/uncategorized/lorem-ipsum-dolor-3/> Acesso em: 18 mar. 2024.

Lucchesi, A. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. *Boletim Historiar*, n. 02, mar./abr. 2014, p. 45-57.

Lucchesi, A. História e Historiografia Digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública. Trabalho apresentado no XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento Histórico e Diálogo Social - ANPUH. Natal (RN), de 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874925_2b1f92411cb733640b4eba3247c5ba43.pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

Malerba, J. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.37, n.74, 2017, p.135-154.

Maynard, D. C. S. Passado eletrônico: notas sobre história digital. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 103-116, jul./dez. 2016 – p. 103-116.

Nicodemo, T. L.; Rota, A. R.; Marino, I. K. (Orgs.). *Caminhos da história digital no Brasil*. Vitória: Milfontes, 2022.

Peruzzo, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *ECO-Pós*, v. 12, n. 2, maio-agosto 2009, p.46-61.

Soares, F. da S.; Rovai, M. G. de O.; Carvalho, B. L. P. de.; Porto Jr., F. G. R. (Orgs.). História digital: perspectivas, experiências e tendências. *Revista Observatório*, Palmas, v. 3, n. 5, agosto. 2017.

Sodré, M. Antropológica do Espelho – *Uma Teoria da Comunicação Linear em Rede*. Petrópolis: Vozes, 2012.

Telles, H.; Alves, L. Narrativa, história e ficção: os *history games* como obras fronteiriças. *Comunicação e Sociedade*, Braga, vol.27, 2015, p.303-317.

Thompson, J. B., *A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2014.

Recebido: 20 de março de 2024

Aprovado: 18 de junho de 2024

Dossiê: História Digital: tecnologia e fazer historiográfico entre
teoria e prática

<http://doi.org/10.34019/2594-8296.2024.v30.43183>

**Estratégias e Desafios na Divulgação Científica em História no Youtube:
A problemática indígena no estudo de caso entre métricas e linguagens**

*Strategies and Challenges in Scientific Communication in History on Youtube: The
Indigenous Issue in the Case Study between Metrics and Languages*

*Estrategias y Desafíos en la Comunicación Científica en Historia en Youtube: La
Problemática Indígena en el Estudio de Caso entre Métricas y Lenguajes*

Maria de Fátima Barbosa Pires *

<https://orcid.org/0000-0001-8229-8741>

RESUMO: Este artigo explora a divulgação científica em História, concentrando-se na problemática indígena, com ênfase nos Yanomamis e suas tensões históricas amplamente exploradas pelos meios de comunicação em 2023. O estudo aborda estratégias e desafios na convergência de métricas digitais e linguagens, buscando analisar as negociações de sentidos entre discursos científicos, linguagem algorítmica e engajamento do público. Relatamos estratégias formuladas para despertar o interesse pela questão indígena, delineando caminhos promissores para

* Professora de História da rede municipal de educação de Niterói (RJ) - FME/Niterói (RJ). Pós doutoranda em História, sob supervisão da professora Ana Maria Maud pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Educação (UFRJ, 2022); Mestre em Ensino (UERJ, 2016). Especialista em Ensino de História (UFRJ, 2011) e em Divulgação Científica (FIOCRUZ, 2023). Bacharel e Licenciada em História. Consultora dos processos de avaliação de Livro Didático (PNLD, 2018, 2022, 2024). Áreas e estudos de interesse: Comunicação, Popularização e Divulgação Científica; Redes sociais, Estudo de audiências e lógicas de recomendação, Identidades Culturais; Saberes subjugados; Espaços formais e não formais de Educação; Avaliação, Planejamento, Currículo, Didática e Formação de Professores. Principais publicações: PIRES, M. F. B. Diálogos Interculturais no Ensino de História: oficinas pedagógicas para implementação da lei 11.645-08. Rio de Janeiro: PoD, 2017 (Disponível em: https://app.pr2.ufrj.br/public/uploads/repositories/PIRES_-_DIALOGOS_INTERCULTURAIS.pdf Acesso: 29/07/2024); PIRES, M.F.B. A cidade como fonte histórica: proposições para o ensino da temática indígena e afro-brasileira numa perspectiva relacional. REVISTA OLHARES E TRILHAS, v. vol.23,n.3, p. 1074-1103, 2021 (Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/olhasesetrilhas/article/view/62908> Acesso em: 29/07/2024); PIRES, M. F. B. “TINHA UMA PEDRA”: INTERLOCUÇÕES ENTRE O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTÓRIA PÚBLICA NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08. História & Ensino, v. 25, p. 297-324, 2019 (Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/36291> Acesso: 29/07/2023); SILVA, M.F.B Livro didático de História: representações do “índio” e contribuições para a alteridade. REVISTA HISTÓRIA HOJE, v. 1, p. 151-168, 2013 (Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/45> Acesso em: 29/07/2024). E-mail: piresmfb@gmail.com

obter recomendações na plataforma analisada e as interações do público. Fundamentado nos princípios teóricos da divulgação científica em História, com diálogos interdisciplinares, o artigo investiga lógicas de recomendação no YouTube. Resultados obtidos indicam correlação direta entre a possibilidade de recomendação e a aderência do público ao conteúdo. Além disso, observamos que o interesse do público pode ser influenciado por fatores externos, como notícias amplamente divulgadas sobre questões indígenas. Ressalta-se que vídeos mais curtos podem gerar resultados promissores. Este artigo oferece uma perspectiva específica e aprofundada, proporcionando valiosas percepções sobre as complexas dinâmicas da divulgação científica em História no ambiente digital.

Palavras-chave: Divulgação Científica em História. Yanomami. Estudo das audiências e de engajamento do público. Métricas Digitais. História Pública.

ABSTRACT: This article explores scientific dissemination in History, focusing on indigenous issues, with an emphasis on the Yanomamis and their historical tensions widely explored by the media in 2023. The study addresses strategies and challenges at the convergence of digital metrics and languages, aiming to analyze negotiations of meaning between scientific discourses, algorithmic language, and audience engagement. We report on strategies formulated to awaken interest in the indigenous issue, outlining promising paths to garner recommendations on the analyzed platform and analyzing audience interactions. Grounded in the theoretical principles of scientific dissemination in History, with interdisciplinary dialogues, the article investigates recommendation logics on YouTube. Results obtained indicate a direct correlation between the possibility of recommendation and audience adherence to content. Additionally, we observe that audience interest can be influenced by external factors, such as widely publicized news on indigenous issues. It is highlighted that shorter videos can yield promising results. This article offers a specific and in-depth perspective, providing valuable insights into the complex dynamics of scientific dissemination in History in the digital environment.

Keywords: Scientific Communication in History. Yanomami. Audience and Engagement Study. Digital Metrics. Public History.

RESUMEN: Este artículo explora la divulgación científica en Historia, centrándose en la problemática indígena, con énfasis en los Yanomamis y sus tensiones históricas ampliamente exploradas por los medios de comunicación en 2023. El estudio aborda estrategias y desafíos en la convergencia de métricas digitales y lenguajes, buscando analizar las negociaciones de sentidos entre discursos científicos, lenguaje algorítmico y el compromiso del público. Informamos sobre estrategias formuladas para despertar el interés por la cuestión indígena, delineando caminos prometedores para obtener recomendaciones en la plataforma analizada y analizando las interacciones del público. Fundamentado en los principios teóricos de la divulgación científica en Historia, con diálogos interdisciplinarios, el artículo investiga lógicas de recomendación en YouTube. Los resultados obtenidos indican una correlación directa entre la posibilidad de recomendación y la adherencia del público al contenido. Además, observamos que el interés del

público puede ser influenciado por factores externos, como noticias ampliamente divulgadas sobre cuestiones indígenas. Se destaca que los videos más cortos pueden generar resultados prometedores. Este artículo ofrece una perspectiva específica y profunda, proporcionando valiosas percepciones sobre las complejas dinámicas de la divulgación científica en Historia en el entorno digital.

Palabras clave: Divulgación Científica en Historia. Yanomami. Estudio de las audiencias y del compromiso del público. Métricas Digitales. Historia Pública.

Como citar este artigo:

Pires, Maria de Fátima Barbosa. “Estratégias e Desafios na Divulgação Científica em História no Youtube: A problemática indígena no estudo de caso entre métricas e linguagens”. *Locus: Revista de História*, 30, n. 1 (2024): 79-93.

Introdução

(...) para manejar, dirigir, governar os grupos e indivíduos, deparamos forçosamente com o fato de que os meios utilizados (...) se encontram ajustados às circunstâncias nas quais são operados, bem como aos objetivos pretendidos de uma atuação configuradora sobre os homens (José Antônio Maravall 1997, 119).

No cenário contemporâneo, a Divulgação Científica (DC) emerge como uma poderosa ferramenta para o Ensino de História, especialmente quando ancorada no vasto alcance do Youtube. Inspirada pelas reflexões do historiador José Antonio Maravall (1997), esta pesquisa busca explorar as intrincadas possibilidades e contingências inerentes à disseminação do conhecimento histórico por meio das redes sociais, visando compreender como tais plataformas podem contribuir para a ressonância de narrativas historicamente “invisibilizadas”.

A principal motivação para esta investigação reside na percepção da “atuação configuradora sobre os homens” exercida pelos programas de inteligência artificial e algoritmos. Essas entidades, em sua essência, atuam como mediadores entre os anseios dos usuários por conhecimento e o vasto espectro de conteúdos disponíveis na plataforma em análise. Diante das atuais tecnologias de comunicação e informação, é imperativo que historiadores ampliem sua compreensão além dos limites do método historiográfico, adentrando nas complexas lógicas de recomendação desses algoritmos e inteligências artificiais.

Ao negligenciar a compreensão desses mecanismos, corremos o risco de restringir o alcance e a visibilidade do trabalho historiográfico. Nesse sentido, a interação entre historiadores e as

plataformas digitais se torna uma via de mão dupla, onde o domínio das lógicas de recomendação fortalece a capacidade de influenciar a divulgação e compreensão da História pelo público.

Para contextualizar nossa pesquisa, em 2020, criamos o canal “Histórias para todos”¹ no Youtube, atualmente com aproximadamente 1500 inscritos. Embora seja considerado de pequeno porte, esse canal tem servido como um estudo de caso valioso, oferecendo insights fundamentais para nossa investigação. A escolha do nome do canal reflete a essência da renovação historiográfica da década de 1980, que preconizava a necessidade de questionar as versões tradicionais da história para ouvir a voz de sujeitos outrora silenciados.

Este artigo procura não apenas apresentar um produto de Divulgação Científica (DC), mas também contextualizar as motivações que orientaram nossas estratégias. A compreensão das lógicas de recomendação do Youtube torna-se, assim, essencial para potencializar nossas iniciativas de divulgação e ensino, expandindo o acesso ao conhecimento histórico.

No centro de nossas reflexões estão quatro questões de pesquisa cruciais. A primeira busca compreender como visibilizar e popularizar narrativas historicamente invisibilizadas, a segunda volta-se para o desafio de despertar e ampliar o interesse pela problemática indígena na contemporaneidade. A terceira indagação direciona-se para estratégias promissoras que possibilitem o alcance de recomendações na plataforma analisada, enquanto a última questiona como tais estratégias contribuem para a ampliação e engajamento do público.

Diante desses questionamentos, nosso objetivo geral é compreender as negociações de sentidos entre os discursos científicos historiográficos, a linguagem algorítmica e o engajamento do público. Para atingi-lo, delineamos objetivos específicos que envolvem a elaboração de estratégias para despertar e ampliar o interesse pela problemática indígena, a compreensão das vias promissoras para o alcance de recomendações na plataforma e a análise das interações e engajamento do público.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de identificar as “condições de emergência” (Foucault, 2008) para as narrativas dos sujeitos historicamente invisibilizados. Desde 2008, nossas pesquisas concentram-se na lacuna entre as leis identitárias (10.639-03 e 11.645-08) e as práticas educacionais, buscando transcender os espaços formais da sala de aula.

A Lei 10.639/03 torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, enquanto a Lei 11.645/08 estende essa obrigatoriedade para incluir a história e cultura indígena. Ambas as leis visam promover o reconhecimento e a valorização das contribuições desses

¹ Ver: https://www.youtube.com/channel/UCSC6e07v8OĩTOV2I8vCoqXw?sub_confirmation=1 Acesso em: 28/07/2024

grupos para a formação da sociedade brasileira, contribuindo para a construção de uma educação inclusiva e plural.

O YouTube surge como um campo empírico promissor para implementar essas diretrizes, pois permite a criação e disseminação de conteúdos que abordam essas temáticas de forma dinâmica e acessível. Além disso, há a possibilidade de trocas em tempo real, através de “lives” (transmissões ao vivo), bem como, a formação de comunidades de pessoas interessadas, sejam professores, estudantes, pesquisadores e público leigo.

Esses sujeitos, em seus diversos contextos e áreas de interesse, podem convergir para auxiliar na divulgação dos conteúdos através de compartilhamentos em outras diversas redes sociais, a interatividade, a amplitude do alcance e as aprendizagens mútuas exemplificam como este campo empírico pode ser frutífero para a implementação dessas leis e, de modo geral, para o ensino de História e a Divulgação Científica.

Ao utilizar o YouTube como ferramenta educativa, é possível transcender as limitações físicas da sala de aula, oferecendo aos estudantes e ao público em geral, uma fonte rica e diversificada de informações sobre história, culturas e identidades. Dessa forma, o YouTube não apenas complementa o ensino tradicional, mas também se estabelece como uma prática educacional inovadora e eficaz, capaz de engajar e educar sobre a diversidade cultural brasileira.

Contudo, a subestimação desse espaço nas pesquisas acadêmicas é evidente. Ao efetuarmos levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), tendo como parâmetro o período entre 2017-2021 a partir dos descritores: Youtube, divulgação científica, História e Ensino de História, com incidências sobre qualquer um desses termos, encontramos 33.060 resultados. Esse número é indicativo de que pesquisas com esse enfoque ou que o tangenciem são relevantes pois tem sido demandadas pelos programas de Pesquisas no Brasil como reflexos de interesses da nossa sociedade.

Através da leitura dos títulos dos milésimos primeiros trabalhos, identificamos que embora haja uma profusão de canais no Youtube com a intencionalidade de divulgação de conhecimentos históricos produzidos cientificamente, estudos sobre esses canais com foco na Ciência Histórica e sua divulgação são ainda poucos numerosos, conforme tabela 1 abaixo:

Título	Autor	Ano	Tipo
Mídias sociais, cultura pop e divulgação científica: um estudo do canal Nerdologia	Oliveira, Felipe Adriano Alves de	2021	Dissertação (PPGCTS)
Pensando com o outro : a temática indígena e as possibilidades didáticas nos vídeos do Youtube	Valentini, Ricardo Eusébio	2018	Dissertação (ProfHistória)
Descobrimento ou encobrimento: como o youtube mostra os indígenas no momento da chegada dos portugueses	Rosa, Éderson Gaika da	2017	Dissertação (ProfHistória)

Tabela 1 — Levantamento bibliográfico (parâmetro 2017 – 2021)
Fonte: Banco de Teses e Dissertações (BDTD) - Acesso: 06/10/2021.

A profusão de canais com intenções de divulgação de conhecimentos históricos contrasta, pois, com a escassez de estudos dedicados a analisar essas iniciativas.

Ao compreendermos a importância do funcionamento das lógicas de recomendação e de enunciar os saberes dos povos, historicamente, invisibilizados, nos dedicamos na enunciação da problemática dos Yanomamis que ganhou notoriedade mundial na mídia entre janeiro e março de 2023. Nesse momento houve uma ampla aderência do público em relação a esta problemática, resultando em uma “escuta sensível”.

Esta notoriedade do povo Yanomami deveu-se às graves denúncias de genocídio resultantes do garimpo ilegal em suas terras. A presença massiva de garimpeiros ilegais levou à contaminação de rios por mercúrio, desmatamento e violência contra as comunidades indígenas.

Relatórios indicaram que a desnutrição, doenças e a falta de assistência médica adequada causaram um aumento alarmante de mortes entre os Yanomamis. A situação se agravou ao longo dos anos devido à flexibilização das políticas ambientais e à falta de fiscalização, culminando em uma crise herdada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu a presidência do Brasil em janeiro de 2023. A crise foi amplamente divulgada pela mídia, gerando comoção internacional e pressões sobre o governo brasileiro para tomar medidas urgentes para proteger os direitos e a vida dos povos indígenas.

Dessa forma, analisando os conteúdos de quatro canais que versam sobre o Ensino de História, indicados pela ferramenta “Google Trends Topics”, no período em que a problemática dos Yanomamis ganhava notoriedade na mídia (Janeiro – Março/2023), temos os seguintes resultados:

1. Café História²: O Café História é um canal apresentado por historiadores que discutem temas relacionados à história. Nesse período, o canal abordava o trabalho de Gramsci e a questão dos Yanomamis não foi debatida com o público do canal. Analisando o conteúdo do canal, não identificamos algum vídeo que focalizasse a temática indígena;

2. História Online³: O História Online é um canal apresentado por professores de história que oferecem aulas completas sobre diversos temas históricos, desde a antiguidade até a contemporaneidade. O canal também se propõe a debater notícias atuais e suas raízes históricas, entretanto, a problemática a respeito dos Yanomamis também não foi enunciada, assim como as questões indígenas não foram abordadas no canal;

3. ObrigáHistória: trata-se de um canal dedicado a História Pública focado em vídeos expositivos que buscam levar conteúdo acadêmico a públicos mais amplos. Assim como os dois primeiros a questão dos Yanomamis não foi abordada, porém, o canal explorou a questão indígena através de um vídeo que focaliza a sexualidade dos indígenas norte-americanos, embora não apresente nenhum conteúdo relativo aos povos nativos do Brasil

4. Lili Schwarcz⁴: Canal da professora Lilia Moritz Schwarcz com vistas à democratização do conhecimento histórico. A questão dos Yanomamis também não passou pelo “radar” da professora. Entretanto, entre os 180 vídeos, há alguns que colaboram para o debate sobre a questão indígena: “o que é indigenismo”; “é indígena, senhor presidente (short)”; “aula descobrimento do Brasil”; “a questão indígena no atual governo (2018); além disso temas como: democracia racial; sentidos da nossa independência, entre outros contribuem para reflexão sobre a problemática cultural brasileira.

Esses canais foram indicados pela ferramenta “Google Trends Topics” durante a pesquisa para a elaboração do produto de DC, um vídeo sobre a problemática dos Yanomamis (2023), que será melhor detalhado adiante.

A ferramenta “Google Trends Topics” é gratuita e disponibilizada pelo Google e ao utilizá-la, esta indicou os quatro canais acima listados como canais de divulgação científica; alguns, pela notoriedade do trabalho desenvolvido, são acessados por variados públicos e têm seus conteúdos frequentemente recomendados pelos algoritmos da plataforma do YouTube. Embora, não tenhamos esgotado os dados, haja vista a profusão de elementos a serem analisados, estes já nos dão indícios do quanto é urgente enunciar as vozes dos nossos povos originários.

² Ver: <https://www.youtube.com/@cafehistoriatv/featured> Acesso em: 28/07/2024

³ Ver: https://www.youtube.com/@historia_online Acesso em: 29/07/2024

⁴ Ver: <https://www.youtube.com/@LiliSchwarcz> Acesso em 29/07/2024

Contudo, é importante ressaltar que para atingir o público, ampliando-se o debate sobre a temática indígena na nossa sociedade não é suficiente apenas a emissão da mensagem, é necessária uma comunicação assertiva e tempestiva para alcance de uma maior receptividade.

Os resultados a seguir buscam não apenas apresentar o produto elaborado, isto é, o vídeo para o Youtube sobre a problemática dos Yanomamis (2023), e sim também, as motivações que nos levaram a determinadas estratégias. Trata-se de um recorte das estratégias que estamos desenvolvendo nesse campo empírico com o auxílio das nossas interlocuções teóricas.

Diálogos teóricos e a “práxis” no Youtube

“Teoria senza pratica è filosofia, pratica senza teoria è mera routine” (Antonio Gramsci, 2012).

As interlocuções teóricas propostas neste artigo estão alinhadas com o nosso campo empírico e com o produto de Divulgação Científica (DC) nele desenvolvido. Devido às limitações deste artigo, nosso foco é oferecer uma análise do contexto prático, sustentada por uma base teórica. No entanto, leitores interessados em explorar mais profundamente as relações entre Divulgação Científica e História encontrarão importantes contribuições nos trabalhos de Pires (2023) e Carvalho e Teixeira (2019).

Além do âmbito da Divulgação Científica, nossas interlocuções teóricas encontram respaldo nos campos do Ensino de História, História Pública e História Digital. Ao adentrarmos o campo da Divulgação Científica, podemos, inicialmente, defini-lo como um processo de didatização com o propósito de tornar acessível o conhecimento científico ao público leigo:

Esse processo envolve a tradução de uma linguagem especializada para uma linguagem comum e próxima do cotidiano dos sujeitos. Mais do que simplesmente transmitir conhecimento, é necessário estabelecer uma conexão com o público, independentemente do tema, a fim de que o conhecimento seja verdadeiramente compartilhado e não apenas apresentado (Bessa 1984, 19).

Esse envolvimento do público vai além da mera observação, permitindo que ele participe ativamente das decisões sobre temas de interesse da sociedade (Caldas e Zanvettor 2014, 5). Dessa forma, a divulgação científica deixa de ser um fenômeno unilateral, transformando-se em um exercício de diálogo.

Na contemporaneidade, a divulgação científica deve ocupar diversos espaços midiáticos, indo além dos tradicionais, como as plataformas impressas. Essa abordagem possibilita o engajamento em tempo real do público, utilizando uma variedade de canais e meios, como audiovisuais, mídias interativas e redes sociais.

No que diz respeito ao nosso campo empírico, o YouTube, que em tradução livre significa “você na televisão”, é uma plataforma de compartilhamento de vídeos e rede social. Nesse

contexto, as mediações devem seguir critérios específicos para estabelecer pontes entre o usuário e o produtor de conteúdos.

É relevante observar que a lógica por trás das recomendações é predominantemente mercadológica, dado que o YouTube é uma empresa patrocinada por anúncios publicitários em sua plataforma. Diante disso, a divulgação científica nesse meio digital exige adaptações para aproximar os sentidos entre a linguagem das inteligências artificiais, a linguagem acadêmica e uma linguagem massiva.

O termo “massivo” pode ser compreendido conforme o trabalho teórico do historiador José Antônio Maravall, que destaca quatro características: a heterogeneidade em relação à formação dos grupos sociais, a possibilidade de anonimato, a inserção parcial do indivíduo na massa e a ausência de proximidade física (Maravall 1997, 184-185).

A conciliação entre os interesses da divulgação científica, que expressa em certa medida saberes eruditos, e os interesses massivos demanda negociações de sentidos. No que tange à linguagem acadêmica, o rigor metodológico e científico são imprescindíveis. Por outro lado, para a linguagem destinada ao público leigo, o foco está no exercício da tradução, cujo objetivo não é simplificar, mas sim um processo complexo de didatização capaz de despertar o seu interesse. Nesse contexto, as palavras da professora e crítica literária argentina Beatriz Sarlo ilustram os efeitos dessa relação:

As regras do método da disciplina histórica (incluindo suas lutas de poder acadêmico) supervisionam os modos de reconstituição do passado ou, pelo menos, consideram ser esse um ideal epistemológico (...) o que não quer dizer que a partir dela se alcance uma história de interesse para um grande público (...) isso depende também de o historiador acadêmico não se obstinar em provar obtusamente sua aquiescência às regras do método, mas, ao contrário, de demonstrar que elas são importantes justamente porque permitem fazer uma história melhor (Sarlo 2007, 13).

É precisamente na direção de despertar o interesse do grande público, demonstrando que as regras do método da disciplina histórica são relevantes porque possibilitam uma melhor compreensão da história, que o campo do Ensino de História tem orientado nosso trabalho de pesquisa a partir da empiria.

Afirmando que o ensino de História é um “lugar de fronteiras” (Monteiro 2007), reconhecemos não apenas o hibridismo de saberes, mas também que suas “teias discursivas” (Monteiro e Pires 2022) resultam de relações de poder, pois os conhecimentos validados em nossa sociedade são atravessados por essas relações. Como nos lembra Foucault (2008), não há (inter)ditos sem disputas, pois a enunciação é um poder pelo qual lutamos.

Então, como enunciar saberes invisibilizados, narrativas e trajetórias silenciadas nos percursos históricos? Que estratégias são promissoras para ampliar o debate a partir dessa

plataforma? Em outras palavras, como utilizar o algoritmo a serviço dessas reparações históricas? Ou, nas palavras do historiador José Antônio Maravall: devemos dar “ao público o que ele deseja ou se conseguir fazê-lo desejar o que é oferecido?” (Maravall 1997, 165).

Esses questionamentos não são de fácil resolução, sobretudo, porque envolvem também dilemas éticos. Para Sarlo (2007) é imprescindível educarmos o gosto da maioria para que possamos avançar na construção de uma sociedade democrática. Contudo, como efetuar esse processo educativo sem incorrer no perigo da unilateralidade?

Por isso, nosso olhar teórico, ademais, tem sido orientado pela necessidade de uma ruptura com uma visão da Divulgação Científica numa acepção moderna fundamentada no modelo positivista, que, em síntese, defendia a neutralidade científica, desconsiderando os fatores sociais, culturais e históricos circundantes.

Esse modelo positivista tem sido objeto de críticas por diversos autores contemporâneos, sobretudo porque, conforme nos afirma Sandra Harding (1991), pesquisadora norte-americana nos campos dos estudos feministas e decolonialidade, a Divulgação Científica deve considerar a diversidade de perspectivas e valores culturais presentes na produção e recepção do conhecimento científico.

Assim, o trabalho em nosso campo empírico não busca “iluminar” o público, conduzindo-o a uma determinada “verdade” capaz de excluir outras verdades nas relações de poder. Podemos afirmar que nossas práticas de Divulgação Científica no YouTube partem da premissa do paradigma Ciência e a Sociedade.

Segundo Bauer et al. (2007, 85), o paradigma teórico da Ciência e Sociedade constitui uma perspectiva de horizontalidade de saberes construídos em rede, saberes esses que são sensíveis e demandados pela própria sociedade. Dessa forma, o público/integrantes da comunidade são vistos como sujeitos ativos e não apenas como receptores passivos. É em direção a essa participação ativa que à seguir iremos apresentar alguns resultados obtidos.

Indígenas no Ensino de História e Divulgação Científica: O que nos dizem as métricas do Youtube?

A análise das métricas do Youtube Studio⁵ apresenta-se como um recurso para compreender a relação entre o conteúdo e a audiência. A partir dessa perspectiva, é possível identificar o perfil do público, seus interesses e preferências em relação ao conteúdo veiculado, além de avaliar a efetividade da estratégia de divulgação.

⁵ O Youtube Studio é uma plataforma exclusiva para criadores de conteúdos atrelada a cada canal do Youtube.

É importante lembrarmos que a plataforma que nos serviu como campo empírico é impulsionada por uma lógica mercadológica. Isso implica afirmar que os produtores de conteúdos podem impulsionar seus próprios conteúdos através de anúncios, o que pode ser uma das facetas de competição desleal.

Outra faceta é que o Youtube irá, preferencialmente, recomendar àqueles conteúdos mais promissores para reter a atenção do público por um período maior de tempo para que os anúncios possam ser exibidos de forma mais recorrente. Nesse sentido, se o canal é mais robusto a tendência é indicá-lo pois já é conhecido pelo público e ocupa de certa forma, um lugar de autoridade.

Enio Candotti acredita ser esta questão mercadológica, que também é atravessada por problemas éticos, um dos obstáculos a serem superados. Voz nada isolada, ele se baseia nos princípios de Budapeste para a popularização da Ciência defendidos também pela Unesco⁶.

Primeira impressão

O vídeo em análise foi publicado em 11 de fevereiro de 2023 e apresentava o seguinte roteiro:

No Brasil, os Yanomami são uma das comunidades indígenas mais vulneráveis e ameaçadas. Suas terras tradicionais, localizadas na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, são ricas em minerais valiosos, o que atrai os garimpeiros ilegais.

Esse garimpo ilegal não só destrói a biodiversidade e ecossistemas importantes, mas também coloca em risco a saúde e segurança dos Yanomami e viola seus direitos territoriais. Além disso, o garimpo ilegal também traz consigo doenças e violência, prejudicando gravemente a vida dessas comunidades.

É importante que as autoridades tomem medidas para proteger as terras Yanomami e punir os responsáveis pela exploração ilegal. Além disso, é crucial ouvir e apoiar as lideranças indígenas para garantir que suas perspectivas e necessidades sejam levadas em conta. Juntos, podemos trabalhar para proteger as comunidades indígenas e suas terras (Pires, 2023).⁷

Este roteiro foi explorado em um minuto (mas não se tratava de um vídeo “short”⁸) através de música, imagens, mapas e outros recursos. Desde então, em nosso canal ele vem ocupando a primeira posição. É um fenômeno raro, haja vista que esse não é o primeiro conteúdo em que abordamos a questão indígena, mas é o primeiro a obter essa performance. Existe uma alternância entre as posições dos vídeos do canal, isso se deve, especialmente aos interesses do público.

⁶ Os Princípios de Budapeste para a Popularização da Ciência são um conjunto de recomendações elaboradas na Conferência Internacional sobre a Popularização da Ciência, realizada em Budapeste, Hungria, em 1999.

⁷ Para visualizar o vídeo na íntegra e os recursos digitais utilizados acesse o link a seguir: https://www.youtube.com/watch?v=hhCorWm4z94?sub_confirmation=1

⁸ Os vídeos “shorts” possuem uma estrutura específica e, basicamente, são formulados com o objetivo de “capturar” o espectador a partir de sua própria página inicial, por intermédio da rolagem de tela e não através dos mecanismos de buscas.

Destacamos de início, a importância que a temática ganhou na mídia devido às repercussões à respeito da invasão das terras dos Yanomamis, o garimpo ilegal e outros fatores que acirraram ainda mais o processo histórico de genocídio que vem submetendo esses povos ao longo do tempo.

Mas existem outros fatores que iremos analisar a seguir que podem nos ajudar na compreensão do desempenho do vídeo e com isso quiçá oferecer subsídios para a produção de outros conteúdos. Isto porque as métricas que serão analisadas, são dados estatísticos que buscam inferir gostos de pessoas reais.

Considerando que o vídeo, referenciado neste trabalho, se refere a uma questão atual e em destaque na mídia (garimpo ilegal em terras indígenas), podemos classificá-lo como “trend jacking”, ou seja, uma tentativa de capitalizar em cima de um tópico ou tendência em alta no momento. Porém, o tema em si (proteção das comunidades indígenas e seus territórios) é relevante e atemporal, podendo ser abordado como um conteúdo “evergreen” em outras produções.

A elaboração de um discurso de curta duração, especialmente sobre temas complexos, pode ser um desafio para comunicadores. Nesse sentido, torna-se fundamental justificar a escolha de uma abordagem mais sucinta como parte de uma estratégia de comunicação clara e objetiva.

Nossa intenção primordial consistia em alcançar indivíduos que desejassem compreender a problemática, mas que não estivessem dispostos a investir um tempo expressivo para tal, porque consideramos ser essa uma tendência do nosso tempo, a aceleração da História (Hartog 2013).

No segundo momento da nossa estratégia, almejou-se a promoção de outros conteúdos do canal que abordassem a mesma temática, utilizando este vídeo de um minuto como uma espécie de “introdução” ou “cartão de visitas” para um público que ainda não estava familiarizado com o nosso trabalho. A intenção era incentivar o público a se aprofundar em outros conteúdos mais complexos disponíveis em nosso canal.

É importante ressaltar que a comunicação depende muito mais do quanto o espectador deseja ouvir do que o quanto o comunicador é capaz de expressar-se. No Youtube, a taxa que procura compreender a essa relação denomina-se “retenção”, que obviamente é precedida por um “clique” (um voto de confiança do espectador).

Dadas as limitações desse texto, não iremos explorar todas as métricas desse vídeo, voltaremos nossa atenção apenas àquelas taxas expressivas da “primeira impressão” e como esta possibilitou reverter a presença dos usuários em outras taxas. Esta escolha é potente para que os interessados em DC no campo da História possam elaborar suas próprias estratégias.

A taxa de impressões é um dado relevante para entender como um determinado conteúdo está sendo exposto para o público-alvo. No Youtube, a taxa de impressão é uma métrica que indica

a porcentagem de vezes em que o vídeo foi exibido em relação ao número total de vezes em que ele apareceu nos resultados de pesquisa, recomendações e outras formas de divulgação na plataforma. Para ampliar a taxa de impressão é necessário um bom trabalho de ranqueamento (Pires 2023)

Uma alta taxa de impressão indica que o vídeo está sendo recomendado com frequência e é considerado relevante para o público-alvo, enquanto uma taxa baixa pode indicar problemas com o título, descrição ou miniatura (capa) do vídeo, que não estão atraindo a atenção dos usuários. No vídeo em questão, obtivemos uma taxa de 3,9 mil impressões como demonstra a figura abaixo:

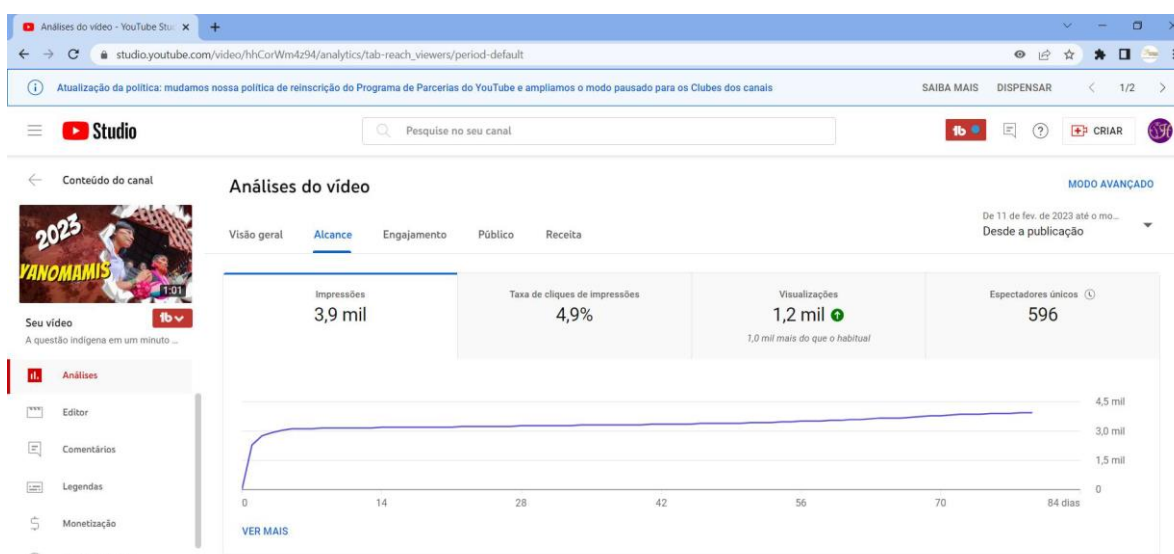


Figura 1 — Alcance (impressões, cliques, visualizações)

Fonte: Youtube Studio — Canal Historias para todos - Conteúdo restrito. Acesso: 01/05/2023

Embora uma taxa de impressões de 3,9 mil possa parecer baixa, é importante considerar alguns fatores positivos. Em primeiro lugar, é preciso levar em conta o tamanho do canal, uma vez que canais menores tendem a ter uma audiência mais limitada e, portanto, menor alcance. Nesse sentido, 3,9 mil impressões podem ser consideradas um bom resultado para um canal de pequeno porte.

Além disso, é importante considerar a qualidade do conteúdo produzido pelo canal. Uma taxa de impressões mais baixa pode indicar que o conteúdo está sendo entregue a um público mais segmentado e relevante, o que pode ser um fator positivo em termos de engajamento e fidelização de uma audiência mais comprometida com o conteúdo.

Por fim, é importante lembrar que a taxa de impressões é apenas uma das métricas que podem ser utilizadas para medir o sucesso de um canal no YouTube. Outras métricas, como taxa de cliques, retenção e engajamento, também devem ser levadas em consideração para uma análise

mais completa e precisa do desempenho do canal, mas como mencionado anteriormente, tais análises iriam extrapolar os limites desse texto.

A partir das 3,9 mil impressões obtidas com o vídeo sobre os Yanomami (2023), foi possível calcular a taxa de cliques e isto é um dado que a própria plataforma disponibiliza. A taxa de cliques se mostrou positiva com um resultado de 4,9%. No contexto do YouTube, a taxa de cliques indica o número de vezes que um vídeo foi assistido após o usuário ter clicado em sua “*thumbnail*” (capa de vídeo).

É importante destacar que a “*thumbnail*” para usuários de smartphone está perdendo relevância, pois o próprio aplicativo já vem reproduzindo o conteúdo automaticamente no “*feed*” (fluxo de conteúdo) que aparece na página inicial do usuário, com vídeos recomendados e de canais inscritos. Por isso, é fundamental também investir no ranqueamento da introdução de cada vídeo, ou seja, os 30 segundos iniciais (Pires 2023).

Selecionamos o período de 25 de Janeiro de 2023 até 24 de abril de 2023 para comparação das performances dos primeiros 28 dias de cada dia dos vídeos do canal. Assim, partindo dessa primeira impressão, o vídeo em questão, obteve os seguintes resultados: nesse período, o vídeo ficou em segundo lugar em relevância, mas não em termos de visualizações (neste período o vídeo contava com 1161 visualizações).

Ele atraiu 491 novos espectadores, destes, dez retornaram ao canal, ou seja, 2,0% dos espectadores. Quando esses usuários são classificados como aqueles que retornaram ao canal (e não necessariamente para o vídeo) significa também que eles ainda não se inscreveram no canal. Isso é um ponto positivo pois demonstra que os usuários se identificaram ainda que não tenham assinado a inscrição no canal. O vídeo também conseguiu converter 1,8% em novos inscritos para o canal, a partir dessa taxa de impressões.

É importante, pois, olharmos para o detalhamento destas visualizações, para compreendermos o quanto o vídeo reverteu a primeira impressão, em cliques, cliques em retenção, retenção em retornos e inscrições.

Conclusões

Este trabalho buscou contribuir para a compreensão do alcance e impacto da divulgação científica em História em plataformas digitais, especificamente, no Youtube, destacando a necessidade de adaptação constante às demandas do público e à lógica algorítmica.

A temática indígena, em destaque na mídia, associada a uma abordagem concisa, possui potencial para capturar a atenção do público como foi demonstrado através da análise das métricas

do YouTube para um vídeo específico sobre os Yanomami (2023) traduzindo estratégias eficazes de divulgação científica.

A taxa de impressões positiva, considerando o tamanho do canal, indica relevância e segmentação de audiência. A taxa de cliques, atingindo 4,9%, destaca a eficácia na conversão de espectadores. A estratégia de usar o vídeo como introdução para conteúdos mais complexos demonstra retornos positivos, refletindo na retenção e retorno de usuários.

Dessa forma, as conclusões apontam para a importância da didatização, engajamento e respeito à diversidade de perspectivas na comunicação histórica no YouTube. O estudo sugere diretrizes práticas para futuras produções, considerando a dinâmica do algoritmo, relevância temática e estratégias de promoção de conteúdos mais aprofundados.

Referências bibliográficas:

Bauer, Martin W., Allum, Nick, e Miller, Steven. *What can we learn from 25 years of PUS survey research? Liberating and expanding the agenda*. Public Understanding of Science 16, 2007.

Bessa, Eduardo. “O que é divulgação científica?” In *Divulgação científica e redação para professores*, Ana de Medeiros Arnt, Cecília França, and Eduardo Bessa. Tangará da Serra: Ideias, 2015.

Caldas, G., e K. Zanvettor. *O estado da arte da pesquisa em divulgação científica no Brasil: apontamentos iniciais*. Ação Midiática—Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura 1, no. 7, 2014.

Carvalho, Bruno Leal Pastor de, e Teixeira, Ana Paula Tavares (eds.). *História pública e divulgação de história*. São Paulo: Letra e voz, 2019.

Foucault, Michel. *A arqueologia do saber*. 7th ed. Translated by Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

Gramsci, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Maravall, José Antonio. *A cultura do barroco: Análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: Edusp, 1997.

Monteiro, A. M. F. C. “Ensino de história: lugar de fronteira” In *História: guerra e paz*. J. M. Arias Neto. XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: Anpuh; Mídia, 2007b.

Pires, M. F. B. *Divulgação científica em ensino de história no YouTube: um estudo de caso sobre a difusão da problemática indígena*. Monografia. FIOCRUZ, 2023. Advisor: Ricardo de Freitas.

Sarlo, Beatriz. *Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. Translated by Rosa Freire D’aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Recebido: 23 de dezembro de 2023

Aprovado: 20 de abril de 2024

Dossiê: Dossiê História Digital: tecnologia e fazer historiográfico
entre teoria e prática

<http://doi.org/10.34019/2594-8296.2024.v30.43129>

***Poésie Grande Guerre: como a história digital desafiou cânones no
centenário da Primeira Guerra mundial****

***Poésie Grande Guerre: How Digital History Challenged Canons during the First World
War Centenary***

***Poésie Grande Guerre: cómo la historia digital desafió los cânones durante el centenario
de la Primera Guerra Mundial***

Julia Ribeiro S. C. Thomaz**

<https://orcid.org/0009-0006-8804-8798>

RESUMO: Diante da exclusão da poesia francesa da Primeira Guerra mundial da periodização literária, da historiografia e da memória coletiva, o projeto *Poésie Grande Guerre* se serviu da efervescência científica dos anos do centenário (2024-2018) para criar uma base de dados pública, relacionando poetas, produções literárias e experiências da guerra. Rejeitando a ideia de estabelecer um cânone análogo ao que existe nos países de língua inglesa, essa base de dados se inspira nas abordagens *big data* e da linguística de corpus para oferecer uma visão geral da poesia da Grande Guerra como uma categoria social que descreve uma prática cultural difusa. Examinando *Poésie Grande Guerre* desde a sua construção, e principalmente o engajamento em torno desse projeto nas redes sociais, o presente artigo se divide em três partes. A primeira, consagrada à historiografia, demonstra como a poesia foi excluída das duas primeiras configurações da historiografia da Primeira Guerra mundial na França e como, apesar de ser aceita na configuração mais recente, o elemento digital fornecido pelo centenário foi o catalisador para um estudo desse corpus. A segunda parte, teórica, examina como iniciativas digitais de inscrevem em um movimento mais amplo de questionamento não só de cânones específicos mas também da canonização em geral. Finalmente, a terceira parte, de natureza prática, demonstra como os processos de construção do

* Pesquisa financiada pela Bourse Gerda Henkel (Historial de la Grande Guerre) e pelo Prix d'Études des Mondes Contemporains (Association Amis de la Contemporaine).

** Doutora em literatura francesa pela Université Paris Nanterre e em história pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, trabalhando sobre funções e usos da poesia durante a Primeira Guerra mundial. Atualmente é pesquisadora visitante na Digital Humanities Hub da School of Advanced Study – University of London. Publicou no *Journal of War and Culture Studies* e em *Matériaux pour l'histoire de notre temps* e faz parte do comitê editorial de *First World War Studies*. juliarscthomaz@gmail.com.

modelo de dados e de engajamento com o público nas redes sociais foram, mais do que uma técnica ao serviço da produção de um conhecimento que lhe seria externo, fundamentais para pensar a poesia da Grande Guerra. Assim, o estudo argumentará que ferramentas digitais desafiam os cânones literários e historiográficos, e movem portanto, a historiografia da Primeira Guerra mundial em direção a uma poética histórica verdadeiramente pública e interdisciplinar.

Palavras-chave: Poesia. Primeira Guerra mundial. Literatura. História. Base de Dados.

ABSTRACT: Faced with the exclusion of French poetry of the First World War from literary periodisation, from historiography and from collective memory, the *Poésie Grande Guerre* Project took advantage of the scientific effervescence of the centenary years (2014-2018) to publish an online database relating poets, literary productions and war experiences. Rejecting the idea of establishing a canon analogous to the English one, the database takes inspiration from big data and corpus linguistic approaches, offering an overview of First World War poetry as a social category pointing towards a diffuse cultural practice. By examining *Poésie Grande Guerre* from its creation, and especially the engagement the project produces on social media, the present article is divided into three parts. The first one, dedicated to historiography, demonstrates how poetry was excluded from the two initial historiographical configurations of French studies of the Great War and how, despite being more accepted in the latest configuration, the digital element brought about by the centenary was the real catalyst for this corpus's study. The second part, more theoretical, examines how digital initiatives are part of a broader movement that questions not only individual canons but also the very processes of canonisation. Finally, the third part, of a practical nature, demonstrates how processes of data model construction and public engagement on social media were, more than a technique at the service of producing external knowledge, fundamental to the understanding of French poetry of the First World War. Thus, this study argues that digital tools defy literary canons and therefore move French historiography of the First World War towards a truly public and interdisciplinary historic poetics.

Keywords: Poetry. First World War. Literature. History. Database.

RESUMEN: Ante la exclusión de la poesía francesa de la Primera Guerra Mundial de la periodización literaria, de la historiografía y de la memoria colectiva, el proyecto *Poésie Grande Guerre* aprovechó la efervescencia científica del centenario (2014-2018) para publicar una base de datos en línea que relaciona a los poetas, las producciones literarias y las experiencias bélicas. Rechazando la idea de establecer un canon análogo al inglés, la base de datos se inspira en enfoques de *big data* y lingüística de corpus, ofreciendo una visión general de la poesía de la Primera Guerra Mundial como una categoría social que delimita una práctica cultural difusa. Al examinar *Poésie Grande Guerre* desde su creación, y especialmente el tráfico que genera el proyecto en las redes sociales, el presente artículo se divide en tres partes. La primera, dedicada a la historiografía, muestra cómo la poesía quedó excluida de las dos configuraciones historiográficas iniciales de los estudios franceses de la Gran Guerra y cómo, a pesar de ser más aceptada en la última configuración, el elemento digital propiciado por el centenario fue el verdadero catalizador para el estudio de este corpus. La segunda

parte, más teórica, examina cómo las iniciativas digitales son parte de un movimiento más amplio que cuestiona no sólo los cânones individuales sino también los propios procesos de canonización. Finalmente, la tercera parte, de carácter práctico, demuestra cómo los procesos de construcción de modelos de datos y de participación pública en las redes sociales fueron, más que una técnica al servicio de la producción de un conocimiento externo, fundamentales para la comprensión de la poesía francesa de la Primera Guerra Mundial. Así, este estudio sostiene que las herramientas digitales desafían los cânones literarios y mueven la historiografía francesa de la Primera Guerra Mundial hacia una poética histórica verdaderamente pública e interdisciplinaria.

Palabras clave: Poesía. Historia. Primera Guerra mundial. Literatura. Base de datos.

Como citar este artigo:

Thomaz, Julia Ribeiro S. C. “Poésie Grande Guerre: como a história digital desafiou cânones no centenário da Primeira Guerra mundial”. *Locus: Revista de História*, 30, n. 1 (2024): 94-113.

“Não existe poesia da Primeira Guerra mundial na França”. Essa é a visão que parece ter se consolidado ao longo do século XX. Em 1925, o poeta suíço e combatente na Legião Estrangeira do exército francês Paul Æschimann (1925, 58) afirmou que a guerra não teve a influência decisiva sobre a poesia francesa que alguns críticos queriam lhe atribuir. Três anos depois, Jean Norton Cru, crítico literário e também veterano da Grande Guerra, que iniciava um projeto de catalogação e avaliação das obras literárias produzidas por combatentes de 1914-1918 para ajudar historiadores do futuro, lamentou que, como a poesia contém mais valor literário do que documental, sua inclusão entre potenciais fontes históricas apresentaria mais inconvenientes que vantagens (Norton Cru 1993 [1928], 11). Em 1991, Ian Higgins, editor da *Anthology of First World War French Poetry* demonstrou que a poesia francesa da Primeira Guerra mundial não era lida pois o público estimava que não valia a pena lê-la (Higgins 1996, vii). Finalmente, o historiador da guerra Jay Winter argumentou que, enquanto nos países britânicos surgiram *war poets* (poetas de guerra), entendidos como um substantivo composto (ou seja, como uma população bem delimitada e com práticas que lhe são próprias), os outros países beligerantes produziram apenas poetas individuais que fizeram a escolha individual de escrever ou não sobre a guerra (Winter 2017, 94). A história da poesia francesa da Primeira Guerra mundial é uma história de esquecimento e de exclusão.

As comemorações do centenário da Grande Guerra entre 2014 e 2018 permitiram uma mudança nesse cenário graças, principalmente, ao componente público e digital da pesquisa histórica produzida durante esse período. Uma abordagem baseada em *big data* e que lançou mão

dos esforços de digitalização de arquivos financiados pela *Mission du Centenaire* (o órgão ministerial que geriu as comemorações na França) permitiu a identificação de milhares de poetas franceses que escreveram sobre ou combateram durante a Primeira Guerra mundial. As contribuições da história digital, contudo, vão além de simplesmente tirar essa poesia do esquecimento. Se, como vimos acima, Jay Winter argumentou que existe uma diferença gritante entre a exclusão da poesia de guerra na França e sua forte presença nos países anglófonos, essa oposição deve ser nuançada. A poesia dominante na Inglaterra foi escrita por uma dezena de poetas canônicos (cujos principais expoentes são Wilfred Owen e Siegfried Sassoon), cujos manuscritos e documentos pessoais foram digitalizados pelo *First World War Poetry Digital Archive*. A falta de diversidade nesse cânone, composto em sua maioria por homens brancos, de classe média, educados nas grandes escolas britânicas e em Oxford e Cambridge e que serviram como suboficiais durante a guerra, não representa as diferentes experiências da Primeira Guerra mundial (o projeto examinado no presente artigo multiplicou por mais de cem o número de poetas examinados para o caso francês, e permite acesso a dados como profissão e escolaridade, facilitando assim uma história baseada em perfis sociais mais diversos). Assim, a hipermnésia canônica dos poetas britânicos termina por distanciar história e literatura, que parecem querer estabelecer dois cânones diferentes e, às vezes, conflitantes: um baseado em representatividade histórica e outro baseado no valor literário das obras. A “tela em branco” do caso francês, onde não só um cânone não foi estabelecido mas onde a poesia foi excluída da periodização literária, da historiografia e da memória coletiva, abre a possibilidade de uma nova relação entre história e poesia, que não seja baseada em processos opostos de canonização. O presente artigo mostra como a história pública e digital ajudou a construir tal ponte entre história e literatura e a evitar processos de canonização da poesia durante o centenário da Primeira Guerra mundial na França.

Mais especificamente, esse estudo examinará o projeto de humanidades digitais *Poésie Grande Guerre*, que construiu e disponibilizou *online* uma base de dados ligando detalhes biográficos de poetas que escreveram durante ou sobre a Primeira Guerra mundial, suas eventuais experiências militares (apesar da base incluir também poetas civis) e suas produções literárias. Além disso, o artigo explorará a importância das redes sociais, e particularmente do X (antigo *Twitter*) para a *produsage* (produção de dados pelos usuários de projetos digitais – Bruns 2018) de dados que caracteriza não só *Poésie Grande Guerre* mas também a maior parte dos projetos de história pública digital o que, por sua vez, contribui para a dissolução de cânones. O artigo partirá da historiografia da Primeira Guerra mundial e dos três estágios pelos quais ela passou na França, abrindo caminho tanto para a história digital quanto para que a poesia pudesse ser vista como fonte e também como

objeto de estudo. Em seguida, ele abordará a teoria, demonstrando os problemas que o estabelecimento de cânones poéticos cria para uma relação interdisciplinar entre História e Literatura, bem como o potencial da história pública para combater esses processos de canonização. Finalmente, o artigo passará à prática dessa história pública e digital e examinará de perto o caso de *Poésie Grande Guerre* e sua relação com as redes sociais. Assim, o estudo argumentará que ferramentas digitais desafiam os cânones literários e historiográficos, e movem portanto a historiografia da Primeira Guerra mundial em direção a uma poética histórica verdadeiramente pública e interdisciplinar, que não depende de cânones e que conta com a *produsage* dos usuários para construir um corpo de textos que represente e contextualize as práticas poéticas do tempo da guerra.

Historiografia, ou a crônica de uma ressurreição inesperada

Apesar dos números consideráveis de produção e circulação de poemas, coletâneas e antologias durante a Primeira Guerra mundial, o esquecimento dessa poesia, ilustrado pelas afirmações que abrem o presente estudo, não surpreende muito. Na realidade, a exclusão da poesia é condizente com as duas primeiras configurações da historiografia francesa da Grande Guerra. A primeira fase dessa evolução, que começa no período entre os dois conflitos mundiais, se dedicava principalmente à história militar (descrevendo batalhas específicas de um ponto de vista tático ou estratégico) e à história diplomática (examinando a crise do verão de 1914 e, na França, visando responsabilizar a Alemanha pela guerra). Esse período da historiografia pouco se importava com a experiência humana da guerra, apesar do interesse que o leitorado francês demonstrava ter por autobiografias, memórias, coletâneas de correspondências, romances e até poemas de guerra. Não eram somente as obras poéticas mas a literatura em geral que estava completamente fora do horizonte de interesses dos primeiros historiadores franceses a se dedicar à Grande Guerra.

Após a Segunda Guerra mundial, a historiografia do conflito precedente começa a se interessar pela história social, se alinhando às linhas de pesquisa de orientação marxista que dominavam as universidades francesas nos anos 1950 e 1960. Apesar do interesse pelas relações humanas em tempos de guerra e pelas formas de adaptação que estruturas sociais dos tempos de paz sofreram nas trincheiras, essa segunda configuração não foi mais indulgente com a poesia que a anterior. Jay Winter e Antoine Prost (2004) marcam o início dessa segunda geração pela obra *Vie et Mort des Français*, publicada em 1959 por veteranos da Primeira Guerra mundial. O prefácio dessa obra foi escrito pelo romancista de guerra Maurice Genevoix, cuja canonicidade e importância para a memória literária da Grande Guerra foi confirmada pelo seu sepultamento no Panthéon em Paris no fim das comemorações do centenário, colocando um veterano de guerra ao lado de nomes

como Victor Hugo e Jean Jacques Rousseau. O convite feito a Genevoix para escrever o prefácio de uma obra de história (e que é hoje reconhecida como o marco de uma mudança de paradigma) demonstra uma aproximação entre a historiografia da Primeira Guerra mundial em sua configuração social e a literatura. Contudo, o próprio Genevoix afirma que o público perdera o interesse pela literatura de guerra e preferia, no fim dos anos 1950, a história tradicional. Assim, apesar da presença de Genevoix, *Vie et Mort des Français* representa uma passagem sucessória, onde a responsabilidade pela memória da Primeira Guerra mundial passa dos atores e suas obras literárias para os historiadores e suas análises. História e literatura se aproximam somente para confirmar seu divórcio. A poesia, em compensação, continua completamente ausente do debate, como se a tensão entre literatura e a história social da segunda geração de pesquisadores franceses não lhe dissesse respeito.

Se é relativamente fácil compreendermos o porquê da exclusão da poesia dessas duas primeiras configurações historiográficas, já que existem fontes mais bem qualificadas para a descrição de batalhas ou de assuntos geopolíticos, bem como para uma história social, é interessante notar o espaço ocupado (ou não) pela poesia na terceira fase da historiografia francesa da Grande Guerra: a história cultural. Nos anos 1990, no crepúsculo do curto século XX, do qual a Primeira Guerra mundial pode ser vista como o evento inaugural, a principal preocupação dos historiadores era de recontextualizar 1914-18 face à morte dos últimos veteranos e reconhecer o conflito como o laboratório das violências de massa que se produziram nos anos subsequentes. Essa nova configuração historiográfica se interessa assim pela figura do combatente, suas experiências individuais e sensoriais e o papel que elas tiveram na “brutalização” (Mosse, 1999) das sociedades europeias. Segundo Élise Julien, nessa terceira fase da historiografia da Primeira Guerra mundial a preocupação central é com o papel do testemunho na historiografia e com a relação entre memória e história (Julien 2004, 53). Essas questões abrem os estudos sobre a Grande Guerra às fontes literárias, cujo caráter supostamente subjetivo e singular (Jenny, 1990) se converte numa vantagem para historiadores que se interessam precisamente pelas experiências individuais. Assim, a poesia poderia se integrar à terceira configuração da historiografia da Primeira Guerra mundial.

Inaugurado pela obra de George Mosse sobre a brutalização citada acima, o paradigma da história cultural da Grande Guerra se consolida com os trabalhos de Stéphane Audoin-Rouzeau e Annette Becker. Os poemas começam a aparecer, ainda que de forma tímida, nos trabalhos desses três pioneiros. George Mosse reconhece que os combates do fronte invadiram prosa e poesia e que esses textos seriam determinantes para a visão que contemporâneos e gerações futuras teriam da guerra (Mose 1999, 8), inscrevendo a produção poética de 1914-1918 na continuidade dos poemas

da Guerra de Libertação Alemã (1813), que construíram uma consciência nacional não por recorrer à razão ou à lógica, mas por sua facilidade de memorização e reprodução (Mosse 1999, 27). Apesar disso, uma reflexão mais profunda sobre a poesia da Primeira Guerra mundial não foi incluída na obra de Mosse. Já no livro seminal *14-18 Retrouver la guerre*, entre testemunhos e correspondências, encontram-se letras de música escritas por Claude Debussy, bem como poemas escritos por Guillaume Apollinaire e Edmond Fleg, que ilustram a simbiose entre experiência individual da guerra e o repertório simbólico socialmente partilhado que define a cultura de guerra (Audoin-Rouzeau e Becker 2000, 145).

Na realidade, antes mesmo de ajudar a definir o paradigma da cultura de guerra, Stéphane Audoin-Rouzeau já havia afirmado que a poesia servia para descrever aquilo que era insustentável, para ajudar a tornar aceitáveis algumas atrocidades ou até mesmo para usar a forma poética para atenuar os horrores relatados (Audoin-Rouzeau 1986, 84-87). Em seu estudo sobre as formas de luto durante a guerra, Audoin-Rouzeau lança mão de uma abordagem micro-histórica para estudar os casos das poetisas Vera Brittain e Jeanne Catulle Mendès (Audoin-Rouzeau 2001), demonstrando assim que a poesia é uma fonte privilegiada para estudar o luto, um processo que foi repetido por Carine Trevisan no mesmo ano. Esses dois estudos sobre o luto fornecem ferramentas teóricas e metodológicas para pensarmos a relação entre poesia e historiografia da Primeira Guerra mundial em relação a outros aspectos da experiência da guerra e inauguram duas décadas de amadurecimento de um diálogo.

Os trabalhos subsequentes que exploram as fronteiras entre história e poesia foram diversos. Annette Becker, por exemplo, mostrou que revisitar a biografia de um dos poucos poetas da Primeira Guerra mundial que escaparam do esquecimento, Guillaume Apollinaire, a partir do paradigma da história cultural pode ser profícuo para esclarecer elementos biográficos e ligados à representação e à conduta da guerra, mas também para explorar o verdadeiro problema historiográfico de como reintroduzir os indivíduos nas análises culturais. Essa última questão também foi confrontada por Marion Carel e Dinah Ribard, que estudaram o poder de testemunho da poesia de Marc de Larréguy de Civrieux. Nos estudos literários, Laurence Campa foi a primeira pesquisadora a associar sua leitura literária e as questões da terceira configuração historiográfica da Primeira Guerra mundial em sua obra *Poètes de la Grande Guerre*. Com efeito, o estudo de Campa porta tanto sobre as obras poéticas quanto sobre as experiências de guerra dos cinco casos canônicos estudados. Entre historiadores, Nicoas Beaupré, herdeiro dos pioneiros da história cultural e que já havia incluído a poesia em seus estudos sobre as práticas literárias do tempo da guerra (*Écrits de guerre*) refletiu sobre as especificidades da poesia como fonte histórica sobre os

regimes de historicidade próprios à Primeira Guerra mundial (Beaupré 2013 e Beaupré 2021). Apesar desses trabalhos seminais e de extrema importância, historiadores não foram além do uso de poemas como fontes e os estudos literários não foram além das obras de poetas relativamente conhecidos e canônicos. As comemorações do centenário mudaram isso, e a próxima seção do presente artigo será consagrada a uma análise teórica de como, apesar dos avanços permitidos pela história cultural que levaram a uma certa ressurreição da poesia, processos de canonização impediram que essa prática saísse completamente das sombras e como os anos do centenário reuniram as condições perfeitas para que práticas de história pública digital completem essa evolução que já dura um século.

Teoria: *Faire taire les canons*¹

Se a historiografia da Primeira Guerra mundial evoluiu progressivamente numa direção que permitiu a inclusão da poesia, porque esses textos não foram objeto de um estudo sistemático antes das comemorações do centenário? A presente seção, cuja abordagem é principalmente teórica, levanta duas hipóteses para responder essa questão. A primeira delas é que, apesar dos avanços, nem a História nem a Literatura conseguiram se livrar dos processos opostos de canonização aos quais elas submeteram a poesia da Primeira Guerra mundial. A segunda é que as comemorações do centenário trouxeram consigo ferramentas e práticas da história pública e digital que permitiram, finalmente, o silenciamento da estrutura canônica.

Uma análise quantitativa de quatorze antologias poéticas publicadas entre 1915 e 1926 demonstra a dificuldade de identificar um cânone da poesia da Primeira Guerra mundial durante ou imediatamente após o conflito. O único poeta que aparece regularmente (e que, ainda assim, está presente em apenas seis das obras estudadas) é Théodore Botrel, dispensado do serviço militar em 1888 mas contratado pelo Exército em 1914 para percorrer o fronte cantando e recitando poemas. Botrel, contudo, não é um dos poetas associados à memória do primeiro conflito mundial no século XX. Essa leitura das antologias editadas pelos contemporâneos da guerra demonstra que não existia uma poesia canônica da Primeira Guerra mundial, mas sim várias poesias de guerra. E isso talvez não seja uma coisa ruim.

O espaço negativo deixado por esse não-cânone francês é acentuado, por contraste, quando comparado à *war poetry* (poesia de guerra) britânica, cuja importância para a memória coletiva está

¹ Em francês, a palavra “*canon*” designa tanto “canhão” quanto “cânone”. Assim, a polissemia do título da presente seção significa, portanto, “silenciar os cânones/canhões”, indicando a necessidade de ir além das hierarquizações de textos impostas tanto pelo contexto da guerra quanto pela busca por representatividade/valor literário por parte de historiadores e críticos literários, respectivamente.

diretamente ligada aos processos de canonização que fizeram do poema *Dulce et Decorum Est*, do poeta de guerra Wilfred Owen, o texto poético mais importante dos exames do ensino secundário na Inglaterra (Blake 2020). A observação do caso inglês permite ver como processos de canonização transformaram práticas literárias diversas em objetos culturais monolíticos e facilmente identificáveis, mas também como esses processos de redução a um cânone prejudicam a relação entre história e estudos literários. Ann-Marie Einhaus (2011) identifica não um mais dois cânones concorrentes da literatura da Primeira Guerra mundial: aquele estabelecido por críticos literários (e que engloba principalmente obras modernistas) e aquele dos historiadores culturais. Assim, apesar de considerar que a Grande Guerra é o evento por excelência cujo estudo e comemoração têm por base uma convergência entre história e literatura, Einhaus afirma que a existência desses dois cânones acaba por afastar estudos literários e estudos históricos. Portanto, um dos motivos pelos quais a poesia francesa da Primeira Guerra mundial não se tornou um objeto de estudo legítimo antes do centenário apesar dos avanços da história cultural está ligado ao fato de um tal estudo exigir uma abordagem verdadeiramente interdisciplinar, mas essa interdisciplinaridade é dificultada pela oposição entre o cânone que a crítica literária tenta estabelecer (os “melhores” poemas seriam aqueles que têm o melhor estilo ou são mais inovadores) e aquele dos historiadores (os “melhores” poemas seriam aqueles que melhor representam a experiência coletiva do evento histórico).

Além de aumentar a distância entre História e poesia, esses processos de canonização também apresentam problemas estruturais. A reflexão sobre o porquê de não estabelecer um cânone nos modelos da *war poetry* para o caso francês mas, ao contrário, preferir usar a poesia francesa como um laboratório permitindo evitar completamente as estruturas canônicas se inscreve no prolongamento das *canon wars* (guerras dos cânones) que começaram nas universidades estadunidenses nos anos 1980. Em 1988, quando alunos de Stanford questionaram não só a bibliografia mas a existência do curso “*Western Culture*” (Cultura Ocidental) por seu caráter etnocêntrico, dois campos se abriram: os defensores do cânone como tendo um alcance humanista e universal (essas obras seriam portanto um patrimônio de toda a humanidade) e aqueles que denunciavam a falta de diversidade étnica e de gênero desses textos fundadores. Intelectuais feministas, e principalmente Griselda Pollock, ofereceram uma terceira via: ao invés de tentar substituir o cânone masculino e branco por um cânone mais diverso, as *canon wars* oferecem uma oportunidade de questionar a estrutura canônica e as ideologias que nos forçam a escolher os “melhores” textos, que seriam dotados de valores estéticos tranhsitóricos.

Se o presente artigo é, em grande parte, tributário dessa leitura norte-americana dos processos de canonização, convém também examinar como cânones são construídos na França, pois nesse país a relação entre a nação e o cânone parece ainda mais explícita. “*Aux grands hommes la patrie reconnaissante*” [“Aos grandes homens, a pátria é grata] dizem as pedras claras do Panthéon de Paris, onde repousam os maiores nomes – os autores canônicos – da França. Naquele país, os textos canônicos (aqueles que são ensinados na escola e que integram a prestigiosa coleção *Bibliothèque de la Pléiade*) são mais comumente chamados “clássicos”. Antoine Compagnon (1998, 269) explica a evolução que tornou os dois termos sinônimos: na Antiguidade Clássica, o cânone era uma norma e as obras que a empregavam e que deviam, portanto ser imitadas. No medievo, a Igreja estabeleceu um cânone de livros divinamente inspirados e portanto dotados de autoridade. Esses dois modelos foram combinados no século XIX, quando escritores foram reconhecidos como os heróis das nações e dos nacionalismos recém-formados. Alçando autores nacionais ao panteão (e Panthéon) greco-latino, os cânones se tornam nacionais e, no caso da França, onde essa elevação das artes faz parte da laicidade e de sua definição como valor central da República, cânone e identidade nacional são indissociáveis. A tentação de estabelecer uma lista canônica para momentos marcantes da história da França (e da Primeira Guerra mundial em específico) é, portanto, grande. Apesar disso, um estudo sobre a poesia francesa da Primeira Guerra mundial que precisa se livrar dos cânones opostos para poder existir é também central para estabelecer a zona de fronteiras entre poesia e história como uma zona de questionamento não só de um cânone específico mas também da própria necessidade de canonização.

Apesar das claras vantagens teóricas de abordar a poesia da Primeira Guerra mundial do ponto de vista de um *corpus* heterogêneo de textos e não de um cânone hierarquizado – uma abordagem que se inscreve na continuação da evolução historiográfica do século XX –, as ferramentas e práticas que permitiriam essa abordagem só se desenvolveram durante o centenário da Grande Guerra. Com efeito, os anos de 2014-2018 foram um momento de grande efervescência por os estudos da Primeira Guerra mundial, mas também para as humanidades digitais e para a história pública digital. Segundo Frédéric Clavert, a grande marca do centenário é que essa foi a primeira comemoração nacional francesa na qual as principais mídias foram as redes sociais (Clavert 2016). Assim, durante o centenário, as práticas historiográficas puderam contar com a web não só para alcançar um público maior, mas também para transformar esse público em atores ativos da escrita da história, uma característica da história pública digital (Lucchesi 2014). Assim, o *Twitter* (atualmente *X*) se tornou uma plataforma central para uma comemoração construída através da colaboração entre historiadoras profissionais, amadoras e membros do público em geral. Em

paralelo a isso, durante os anos do centenário, vieram à tona vários projetos de digitalização e anotação de fontes, que se baseavam não só numa abordagem de *big data* que prioriza o acesso a uma grande quantidade de dados (como *Europeana 14-18*, que digitalizou mais de 400.000 documentos), mas também em esforços coletivos de indexação e anotação (como a iniciativa coletiva *Un jour un poilu*, que visava transcrever as 1.395.290 fichas de combatentes franceses mortos pela pátria durante a Grande Guerra). Com efeito, em 2023, com a conclusão da fase intermediária do projeto que viu seus primeiros resultados serem publicados, constatou-se que 683 poetas da Primeira Guerra mundial tinham experiência de combate, e que esses indivíduos haviam pertencido a, pelo menos, 450 unidades diferentes do exército francês. Ora, os registros militares de cada um desses 683 poetas é conservado nos arquivos do departamento (região administrativa francesa – existem mais de cem) onde ele se alistou, enquanto os diários regimentais, que permitem retrair o percurso de um regimento, são conservados no Serviço Histórico da Defesa em Paris. Uma pesquisa dessa envergadura, que exige a consulta dessas fontes, não seria viável em um contexto de precarização das ciências humanas se tais fontes não houvessem sido digitalizadas pelos arquivos departamentais e pela plataforma *Mémoire des Hommes* respectivamente, graças ao investimento da Missão do Centenário em projetos de humanidades digitais. Assim, a evolução historiográfica descrita acima, a necessidade teórica de se combater os processos de canonização e as práticas da história pública digital que a concebem como um locus privilegiado para a interdisciplinaridade e o diálogo (Lucchesi 2013) parecem ter convergido nos anos do centenário, permitindo enfim um ressurgimento da poesia da Primeira Guerra mundial, bem como um questionamento das práticas de canonização. Na próxima seção, examinaremos o projeto de humanidades digitais *Poésie Grande Guerre* e como ele fez aparecer um corpo de textos que fora esquecido durante um século sem para tal recorrer à hierarquização e à canonização.

Prática: *Poésie Grande Guerre*

O projeto *Poésie Grande Guerre*, dirigido por Laurence Campa na Université Paris Nanterre/Université Paris Lumières reúne pesquisadoras nas áreas de Letras, História e História da Arte, em diferentes estágios de suas carreiras acadêmicas (do mestrado a professoras titulares). O projeto tem por objetivo a criação, disponibilização e constante alimentação de uma base de dados de poetas franceses e francófonos da Primeira Guerra mundial. Esse objetivo, bastante ambicioso, depende diretamente do caráter colaborativo e interdisciplinar do projeto, cuja vocação é de reagrupar grandes quantidades de dados para constituir e valorizar um grande corpus de textos entendidos pela primeira vez como formando um todo (e não como um conjunto de produções individuais) delimitado pela intersecção entre escrita poética e experiência (civil ou militar) da

guerra, sem que a questão do valor das produções, que esse valor seja documental ou estético, seja um fator determinante para a inclusão ou não na base. Com efeito, representatividade e qualidade literária deixam de ser fatores explicativos e passam a integrar o fenômeno que a base visa a explicar. A abordagem não se pretende exaustiva, com a base crescendo a partir de recomendações dos próprios usuários (que serão discutidas abaixo), mas sim ampla: a definição de poesia adotada é social (é poeta toda pessoa socialmente reconhecida como tal) e, para facilitar comparações posteriores, a base não faz distinção entre combatentes e civis. Isso permite de responder a questionamentos que dificilmente seriam feitos em estudos monográficos sobre poetas individuais ou se o objetivo da base fosse estabelecer um cânone: porque poetas (tanto profissionais quanto amadores) escolheram dar forma poética aos seus pensamentos sobre a guerra? Quais são as diferenças entre prosa e poesia como meio para atribuir sentido à guerra? Que impactos guerra e poesia têm uma sobre a outra?

Assim, *Poésie Grande Guerre* demonstra que as humanidades digitais vão além de uma simples *techné* ao serviço de uma *épistémé* que a precede e que ela simplesmente permite alcançar de forma mais eficiente. As humanidades digitais fazem parte de uma reflexão que permitiu tirar a poesia da Primeira Guerra mundial do esquecimento pois elas oferecem novas maneiras de pensar, dentre as quais o presente artigo destaca *produsage* e a recusa de processos de canonização. Segundo David M. Berry,

Indeed, we could say that third-wave digital humanities points to the way in which digital technology highlights the anomalies generated in a humanities research project and which leads to the questioning of the assumptions implicit in such research, for example close reading, canon formation, periodisation, liberal humanism and so forth (Berry 2012, 5).

Isso significa que a história digital, e mais especificamente a abordagem prosopográfica da base de dados que representa a relação tridimensional entre poeta, guerra e poema, tudo isso em larga escala, fornecem um quadro para a convergência entre História e poesia a partir do estudo do corpus (que se opõe ao cânone) de poemas da Primeira Guerra mundial. Essa convergência se baseia nos diferentes graus de proximidade de análise permitidos pela história digital, pois a base de dados oferece um panorama geral da experiência que poetas tiveram da Primeira Guerra mundial, mas também permite uma leitura próxima de casos específicos, sejam eles representativos ou não.

Ao evitar os cânones, *Poésie Grande Guerre* evita também, portanto, uma visão reificada e hipostasiada da poesia, que implicaria a mobilização de noções abstratas do que é a poesia no geral e a poesia de guerra em específico. Isso levou a um corpus de textos de mais de 1.500 poetas, dos quais aproximadamente metade fez a guerra em um dos fronts. Nem todos esses poetas escreveram sobre o conflito, o que é um outro avanço na relação entre poesia e história

possibilitado pelo projeto *Poésie Grande Guerre*: contrariamente a um ego-documento ou até mesmo um romance, um poema não precisa falar da guerra para dizer algo sobre ela. Assim, abandonar a ideia de um cânone em favor da definição de um corpus constituído pela prática poética delimitada por uma definição social da poesia, o que é possibilitado pelo modo de pensar em grandes quantidades de dados oriundo do trabalho na base de dados, permite também de trabalhar com a categoria de “poetas de guerra sem poemas de guerra”, reconfigurando o pensamento sobre a poesia da Primeira Guerra mundial.

Na prática, isso significa *que Poésie Grande Guerre*, mais do que simples método, foi uma ferramenta heurística para transformar a forma como vemos a poesia. Como exprimiu Jay Winter (citado acima), a poesia francesa da Primeira Guerra mundial não é entendida como um todo, mas sim como uma coleção de poetas individuais, alguns dos quais escaparam ao esquecimento que virou a norma ao longo do século XX: Guillaume Apollinaire, Blaise Cendrars e Charles Péguy, por exemplo. A maior parte das obras sobre a poesia da Grande Guerra na França, mas também em outros países beligerantes, parece de fato se concentrar em um número restrito de poetas: Campa (2010), Parenteau (2014) e Collonges e Victoroff (2021), por exemplo. Por outro lado, a construção de uma base de dados prioriza uma visão mais geral da população de poetas e uma abordagem prosopográfica (uma biografia coletiva). Assim, a decisão de abordar a poesia da Primeira Guerra mundial não do ponto de vista de um cânone (como teria sido mais evidente, dada a proeminência do caso inglês) mas sim de um corpus não precede o trabalho com a base de dados. Ou seja, o raciocínio não foi “trabalhemos com um corpus, portanto com uma base de dados e uma metodologia prosopográfica”. Na verdade, a questão central de quem escreveu poesia durante a Primeira Guerra mundial levou à ideia da base de dados, mas foi o processo de listar nomes para incluí-los na base que trouxe à tona a distância entre os (raros) nomes retidos pela memória coletiva e pela história literária e a verdadeira dimensão da prática poética durante a Grande Guerra. Assim, isso levou a um questionamento de práticas de redução da literatura a alguns grandes nomes, o que direcionou as pesquisadoras de *Poésie Grande Guerre* às referências das *canon wars* e confirmou a escolha metodológica da base de dados, bem como a importância memorial de tornar esses dados disponíveis para o público em geral.

Essa vocação de larga escala também determinou as fontes históricas com as quais *Poésie Grande Guerre* se engajou. Apesar de uma lista exaustiva de todos os poetas que escreveram durante ou sobre a Primeira Guerra mundial ser um objetivo inalcançável, o processo de *Poésie Grande Guerre* passou a exigir uma análise das fontes usadas para encontrar poetas (particularmente a *Anthologie des écrivains morts à la guerre*, publicada entre 1924 e 1926, o *Bulletin des écrivains combattants*, um

periódico enviado gratuitamente aos escritores mobilizados, e a coleção de poesia da Primeira Guerra mundial da biblioteca e arquivo La Contemporaine) em termos não somente dos poetas que elas ajudaram a descobrir mas também em termos dos cânones que elas eram susceptíveis de produzir, para então buscar outras fontes capazes de equilibrar esses vieses. Uma das analogias fundadoras das humanidades digitais, que implementou a ideia de leitura distante, vem de Franco Moretti (2005 e 2013), que nos diz que literários devem construir modelos interpretativos que permitam ver a floresta e não só as árvores. Desenvolvimentos mais recentes levaram à ideia de uma *scalable reading* (Blake 2020), uma leitura escalonada que pode ir de próxima a distante. Assim, a história digital, os estudos literários digitais e *Poésie Grande Guerre* se beneficiaram desse jogo de escalas para evitar cânones mas, ao mesmo tempo, a percepção da necessidade de evitar cânones veio do processo de construção da base de dados e da visão geral que ela permitiu: se a prática prosopográfica se consolidou na historiografia da Primeira Guerra mundial desde sua configuração social, ela não tinha se expandido à interface entre história e literatura devido ao foco dessa última em vozes singulares.

Entretanto, a visão geral não foi a única contribuição da história digital para esse projeto. O processo de construção da base de dados também informou a visão de poesia delimitada acima (a poesia como uma categoria social, que transcende não só o valor literário mas, às vezes, os textos em si). Para construir a base, o seguinte modelo foi elaborado:

- Três tabelas: Indivíduos, Produções Literárias e Estados de Serviço Militar.
- A chave que liga as três tabelas é o identificador individual, que é designado a cada poeta individual na tabela “Indivíduo” e vira um registro no atributo “Id_Poeta” nas tabelas “Produção” e “Estado de Serviço”.

Para resumir, a principal forma de identificação, que mais tarde une poeta, poema e experiência de guerra, corresponde a um indivíduo, ou seja, um poeta. Assim, o processo de construção de *Poésie Grande Guerre* demonstrou que uma análise das práticas poéticas da Primeira Guerra mundial deve sempre partir dos poetas. Em termos práticos, isso significa que o primeiro passo do projeto após a criação do modelo de dados foi o estabelecimento de uma lista de poetas. Contudo, o valor heurístico dessa construção vai muito além. Partir dos poetas significa que a definição de poesia deve ser social: é poesia tudo aquilo que é escrito por poetas, e é poeta todo indivíduo socialmente reconhecido como tal. Essa definição social é de extrema importância para um trabalho que investiga a poesia do século XX. Com efeito, na segunda metade do século XIX, a poesia se tornou cada vez mais difícil de definir: a crise dos versos anunciada pelo poeta Stéphane Mallarmé e o poema em prosa popularizado por Charles Baudelaire liberaram a poesia da forma

versificada e a tornaram mais difícil de reconhecer textualmente. Partir do poeta evita a discussão (comum, mas nem sempre útil) sobre o que é ou não um poema depois da Belle Époque. Essa liberação da poesia de sua forma versificada vai, contudo, além e se torna uma liberação do texto em si, que é particularmente relevante no contexto da Primeira Guerra mundial. Ao considerar os poetas reunidos na *Anthologie des écrivains morts à la guerre* (que são também os poetas comemorados nos muros do Panthéon), bem como as necrologias dos poetas publicadas durante a guerra, constata-se que muitos deles não escreveram poemas de guerra e sequer haviam publicado seus poemas dos tempos de paz. Um dos elementos recorrentes dessas necrologias é a homenagem rendida a poetas mortos jovens demais, promessas literárias que a guerra ceifou antes que elas pudessem ser cumpridas. Charles Péguy, um dos raros poetas franceses a serem diretamente associados à Primeira Guerra mundial devido a sua morte na Batalha da Marne em setembro de 1914, é provavelmente o mais famoso dos “poetas de guerra sem poema de guerra”: Péguy morre sem publicar sobre a guerra em curso e seus poemas que falam sobre soldados franceses e alemães são referentes à Guerra Franco-Prussiana de 1870-71. Mas Péguy é apenas um entre as centenas de “poetas de guerra sem poemas de guerra”. O processo de construção da base de dados, que faz do poeta o vínculo entre poemas e experiência militar, associa o estudo da poesia à documentação do percurso de poetas, permitindo assim o estudo daqueles que são honrados como poetas de guerra mesmo sem ter escrito sobre ela, um fenômeno típico da Grande Guerra mas que estudos analógicos, dependentes da leitura próxima de textos, não nos deixavam enxergar.

Apesar desses grandes momentos de influência da história digital na abordagem da história poética da Primeira Guerra mundial que ocorreram durante a construção da base dados, uma terceira e importante mudança ocorreu em 2019, quando os dados foram disponibilizados online. Assim, *Poésie Grande Guerre* passou de um projeto de história digital a um projeto de história pública digital. Com efeito, de acordo com Shawn Graham (2013), os meios digitais tornam toda história pública, além de usar a multimodalidade para engajar o público com um passado que é também multimodal (Rosenzweig e Brier 1994). A partir do momento em que a base se tornou pública, as fontes de informação se multiplicaram, pois os usuários da base, que constituíram uma comunidade ativa no *Twitter* (agora *X*), passaram a reagir a cada novo poeta integrado à base, corrigir informações errôneas e ainda sugerir novos nomes: dezenas de poetas foram descobertos graças a sugestões de usuários no *Twitter*. Assim, além dos esforços de *Poésie Grande Guerre* para encontrar fontes complementares e não aceitar cânones acriticamente, a colaboração dos usuários contribuiu para diversificar ainda mais o *corpus*. Se um dos grandes desafios dos historiadores da Primeira Guerra mundial em 2019 foi a manutenção do debate efervescente dos quatro anos anteriores,

mantido pela comemoração, a publicação de *Poésie Grande Guerre* marcou não o fim de um ciclo, mas sim o início de uma série de debates entre usuários e pesquisadoras.

Logo, o projeto fez parte de um fenômeno que, segundo Axel Bruns (2008), marcou o Web 2.0: a transição da divisão entre produção e utilização de conteúdos para uma combinação dos dois, que Bruns chama de “*produsage*” (um amálgama dos termos em inglês “production” e “usage” – produção e utilização). Se a pesquisa de Bruns se aplica a plataformas mantidas por seus usuários como a *Wikipedia*, o caso de *Poésie Grande Guerre* também pode ser lido em termos de “*produsage*”. A base de dados não é uma plataforma Wiki, ou seja, os usuários não podem incluir e editar dados livremente, pois a alimentação da base se faz por um *back-office* em Wordpress protegido por senha, ao qual somente pesquisadoras associadas têm acesso. Não obstante, a escolha de fazer um anúncio público a cada novo poeta descoberto, bem como de compartilhar dúvidas e contar com a expertise de outros historiadores, genealogistas e pesquisadores amadores no antigo *Twitter*, que são citados como fontes na base, *Poésie Grande Guerre* se engajou a dar voz a toda a sua comunidade, e não apenas às pesquisadoras. Assim, apesar de “*produsage*” ser uma característica da Web 2.0 (cuja marca é precisamente a criação difusa de conteúdo), *Poésie Grande Guerre* faz parte de uma tendência da Web 3.0, onde essa *produsage* passa pelas redes sociais e pelo diálogo, se estendendo até a produção de conteúdo científico. Além da sugestão de novos nomes, uma das grandes dificuldades do projeto era a utilização de fontes regimentais (regimentos dos quais nenhum das pesquisadoras de *Poésie Grande Guerre* era especialista) para documentar percursos individuais de poetas. O diálogo nas redes sociais, que envolveu alguns historiadores amadores que pesquisam com grande profundidade os regimentos de suas regiões natais ou de seus antepassados, forneceu um nível de informação que teria sido impossível obter sobre os 450 regimentos de poetas combatentes sem esse etos colaborativo.

Essa colaboração e “*produsage*” se mostraram fundamentais em 2020 e 2021, não só por ter mudado a visão da poesia, fornecendo informações minuciosas ou ainda ajudado a descobrir novos nomes de poetas. Durante a pandemia de Covid-19, que obrigou arquivos e bibliotecas a fecharem suas portas, a colaboração permitiu à base de continuar sendo alimentada. Com efeito, muitos usuários de *Poésie Grande Guerre* usam a base para fomentar suas práticas de bibliofilia e coleção de livros de guerra. Esses usuários se prontificaram a fotografar suas coleções de coletâneas de poemas para que a base pudesse continuar a crescer mesmo com o fechamento da *Bibliothèque nationale de France* (o principal acervo onde se encontravam as fontes poéticas do projeto). Dada a facilidade com a qual se estabeleceu essa generosa prática de troca de fontes digitalizadas entre usuários e pesquisadoras do projeto, ela se perpetuou após a reabertura das bibliotecas, e *Poésie Grande Guerre*

continua recebendo versões digitais de livros que são tão raros (e anti-canônicos) que não estão disponíveis na Biblioteca Nacional.

Em conclusão, as características da história digital que se manifestaram em *Poésie Grande Guerre* foram determinantes não só para que o projeto alcançasse seus objetivos, mas também para defini-los. O processo de construção da base de dados levou a um trabalho com um *corpus* de textos em oposição a um cânone, o que revolucionou a abordagem da poesia da Primeira Guerra mundial. Com efeito, a abordagem *big data* mudou não só o “como” abordamos esse corpus, mas também as questões de pesquisa que orientam essa abordagem: a tese de doutorado *Sous le feu. Fonctions et usages de la poésie de la Grande Guerre*, por exemplo, defendida pela autora em 2023, lançou mão da grande quantidade de textos descobertos por *Poésie Grande Guerre* para propor uma abordagem da poesia de guerra em termos do que ela fazia por aqueles que a escreviam nas trincheiras. A base de dados permite uma confluência entre questionamentos de história cultural e de história social, pois ela se funda numa convergência entre prosopografia e análise literária, podendo assim juntar dois polos historiográficos que ficaram durante muito tempo separados na historiografia francesa da Primeira Guerra mundial: os historiadores culturais do *Historial de la Grande Guerre* e os Historiadores Sociais do *Collectif de Recherche International et de Débat sur la guerre de 1914-1918*. Além disso, a estrutura física do modelo de dados tirou das sombras um fenômeno típico da Grande Guerra: o poeta de guerra sem poema de guerra. Por fim, todo esse processo de distanciamento dos cânones e de diversificação das vozes poéticas da Primeira Guerra mundial se coroa pela “*produsage*” dos dados da base. Assim, a história digital contribuiu a desafiar cânones poéticos durante e após as comemorações do centenário da Primeira Guerra mundial e dessa maneira reconciliar duas velhas amigas que, apesar de unidas na Antiguidade, haviam sido separadas durante, ao menos, um século de historiografia da Grande Guerra: História e poesia de guerra.

Considerações finais

Além de suas importantes contribuições para a historiografia da Primeira Guerra mundial e para tirar do esquecimento um importante corpus de textos poéticos que fora, até então, excluído da periodização literária francesa, *Poésie Grande Guerre* fez emergir importantes considerações sobre a história pública, sobre as humanidades digitais e sobre as práticas e condições tecnológicas que possibilitaram a construção da base de dados. Durante o centenário, a história cultural da Grande Guerra consolidou sua expansão em direção a uma abordagem transnacional e interdisciplinar que incorpora a história digital e a interação com o público na web e, principalmente, nas redes sociais. Assim, o presente artigo insiste no fato que *Poésie Grande Guerre* não poderia existir (ou sequer ser concebido) sem os desenvolvimentos tecnológicos que caracterizaram o centenário da Primeira

Guerra mundial. Por outro lado, sem as características que *Poésie Grande Guerre* compartilha com grande parte dos projetos de história digital (principalmente a *produsage* e o foco em grandes quantidades de dados), essa nova visão da poesia (que evita a canonização e prioriza uma interpretação da poesia como categoria social e prática culturalmente compartilhada), que a reconcilia com a História, não seria possível.

Essas preocupações não são, finalmente, tão diferentes das questões que inspiravam alguns dos poetas do *corpus* de *Poésie Grande Guerre*, principalmente aqueles que eram próximos das vanguardas artísticas. Em 1910, por exemplo, Guillaume Apollinaire escreveu: “*Quand il eut assemble les membres de l’ascèse/ Comme ils étaient sans nom dans la langue française/ Ader devint poète et nomma l’avion*”². Ao afirmar que o pioneiro da aviação Clément Ader se comportou como um poeta para dar nome à sua invenção, Apollinaire insiste no fato que a poesia e a tecnologia são próximas: as duas pertencem ao domínio da criação. O presente artigo mostrou que poesia e tecnologia, principalmente a história digital, estão ligadas também pois elas fornecem um vocabulário e um conjunto de práticas para interpretar dar sentido e tirar das sombras fenômenos que não poderiam ser compreendidos sem elas. Heidegger confirma: “*Techne belongs to bringing-forth, to poiesis; it is something poetici*” (Heidegger 1977, 13).

Referências bibliográficas

- Æschimann, Paul. “La Poésie”. Em *Vingt-Cinq Ans de Littérature Française : Tableau de La Vie Littéraire de 1897 à 1920*. Tome 1 : La Poésie, La Philosophie, Le Théâtre, Les Essayistes, La Critique Des Journaux et Des Revues, Le Roman, l’évolution de La Langue et Du Style, Bibliographies de La Poésie, Du Théâtre et Du Roman. Eugène Montfort, 1–68. Paris: Librairie de France, 1925.
- Audoin-Rouzeau, Stéphane. *14 - 18, Les Combattants Des Tranchées : À Travers Leurs Journaux*. Paris: Armand Colin, 1986.
- Audoin-Rouzeau, Stéphane. *Cinq deuils de guerre, 1914-1918*. Paris: Noesis, 2001.
- Audoin-Rouzeau, Stéphane, e Annette Becker. *14 - 18. Retrouver La Guerre*. Paris: Gallimard, 2000.
- Beaupré, Nicolas. *Écrits de Guerre*. Paris: CNRS Éditions, 2006.
- Beaupré, Nicolas. “La guerre comme expérience du temps et le temps comme expérience de guerre, Hypothèses pour une histoire du rapport au temps des soldats français de la Grande Guerre”. *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*, n. 117 (2013): 166–81.
- Beaupré, Nicolas. “Poésie Du Temps de Guerre”. In *La Grande Guerre Dans Tous Les Sens*, por Centre International de Recherche de l’Historial de la Grande Guerre, 67–91. Paris: Odile Jacob, 2021.
- Becker, Annette. *Apollinaire. Une Biographie de Guerre. 1914 - 1918 - 2009*. Paris: Éditions Tallandier, 2009.

² “Quando ele reagrupara os membros da ascese/ Como eles não tinham nome na língua francesa/ Ader se tornou poeta e deu nome ao avião”.

Blake, Julie Vanessa. “What Did the National Curriculum Do for Poetry? Pattern, Prescription and Contestation in the Poetry Selected for GCSE English Literature 1988-2018.” Apollo - University of Cambridge Repository, 2020.

Bruns, Axel. *Blogs, Wikipedia, Second Life, and beyond: From Production to Producersage*. New York: P. Lang, 2008.

Campa, Laurence. *Poètes de La Grande Guerre. Expérience Combattante et Activité Poétique*. Paris: Éditions Classiques Garnier, 2010.

Carel, Marion, e Dinah Ribard. “Témoigner en poésie”. *Poétique*, n. 179 (2016): 39–55.

Clavert, Frédéric. “Échos du centenaire de la Première Guerre mondiale sur Twitter”. *Matériaux pour histoire de notre temps*, 3, n. 121-122 (2016): 18–25.

Collonges, Julien, e Tatiana Victoroff, eds. *La Lyre et les Armes Poètes en guerre: Péguy, Stadler, Owen, etc.* General and comparative literature, n. 30 em Rencontres 401. Paris: Classiques Garnier, 2019.

Compagnon, Antoine. *Le démon de la théorie. Littérature et sens commun*, Paris: Seuil, 1998.

Cru, Jean Norton. *Témoins: Essai d'analyse et de Critique Des Souvenirs de Combattants Édités En Français de 1915 à 1928*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1993.

Ducasse, André, Jacques Meyer, e Gabriel Perreux. *Vie et mort des français, 1914-1918; simple histoire de la grande guerre*. Paris: Hachette, 1959.

Einhaus, Ann-Marie. “Modernism, Truth, and the Canon of First World War Literature.” *Modernist Cultures*, 6, n. 2 (2011): 296–314.

Graham, Shawn. “The Wikiblitiz: A Wikipedia Editing Assignment in a First Year Undergraduate Class”. Em *Writing History in the Digital Age*, editado por Jack Dougherty and Kristen Nawrotzki, 2013.

Heidegger, Martin. “The Question Concerning Technology”. Em *The Question Concerning Technology and Other Essays. Translated and with an Introduction by William Lovitt*, 3–35. New York & London: Garland Publishing, 1977.

Higgins, Ian. *Anthology of First World War French Poetry*. Glasgow: University of Glasgow French and German publications, 1996.

Jenny, Laurent. *La Parole Singulière*. Paris: Belin, 1990.

Julien, Élise. “À propos de l'historiographie française de la première guerre mondiale”. *Labyrinthe*, n. 18 (2004): 53–68.

Lucchesi, Anita. “História e Historiografia Digital. Diálogos Possíveis”. Apresentação feita no XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH), Natal, Brasil, julho de 2013.

Lucchesi, Anita. “Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital”. *História Oral*, 1, n. 17 (2014): 39–69.

Moretti, Franco. *Graphs, Maps, Trees: Abstract Models for a Literary History*. Londres/Nova York: Verso Books, 2005.

Moretti, Franco. *Distant Reading*. Londres/Nova York: Verso Books, 2013.

Mosse, George L. *De La Grande Guerre Au Totalitarisme. La Brutalisation Des Sociétés Européennes*. Paris: Hachette Littératures, 1999.

Parenteau, Olivier. *Quatre poètes dans la Grande Guerre: Guillaume Apollinaire, Jean Cocteau, Pierre Drien la Rochelle, Paul Éluard*. Situations. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2014.

Poésie Grande Guerre, “Poésie Grande Guerre”. 2019.

Pollock, Griselda. *Differencing the Canon: Feminism and the Writing of Art's Histories*. Routledge, 2013.

Prost, Antoine, e Jay Winter. *Penser La Grande Guerre. Un Essai Historiographique*. Paris: Éditions du Seuil, 2004.

Rosenzweig, Roy e Steve Brier. ‘Historians and Hypertext: Is It More than Hype?’ *Perspectives on History* | *AHA*, n. 1 (1994).

Trevisan, Carine. *Les Fables Du Deuil. La Grande Guerre : Mort et Écriture*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

University of Oxford. “The First World War Poetry Digital Archive”, 2009.

Winter, Jay. *War beyond Words: Languages of Remembrance from the Great War to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

Recebido: 19 de dezembro de 2023

Aprovado: 16 de abril de 2024

Dossiê: História Digital: tecnologia e fazer historiográfico entre
teoria e prática

<http://doi.org/10.34019/2594-8296.2024.v30.43946>

“Anos Tenebrosos”: a luta armada na obra da Brasil Paralelo*

“Dark Years”: the armed struggle in the works of Brasil Paralelo

“Años Oscuros”: la lucha armada en la obra de Brasil Paralelo

Murilo Prado Cleto**

<https://orcid.org/0000-0003-0771-9475>

RESUMO: Fundada em 2016, no auge da crise político-institucional brasileira, a Brasil Paralelo consiste numa das mais expressivas iniciativas de revisionismo histórico das novas direitas brasileiras. Seu revisionismo ideológico já se debruçou sobre as mais diferentes temáticas da História do Brasil, como a colonização, a escravidão negra e, claro, o regime militar. A ditadura é tema especialmente sensível para a empresa, considerando sua postura de oposição aos públicos dominantes no debate público e sua compreensão acerca do que define como “marxismo cultural”. Com a promessa de desmentir professores, pesquisadores e jornalistas, o documentário “1964 - O Brasil entre armas e livros” é a produção mais completa da Brasil Paralelo sobre o tema. Nela, são discutidos Guerra Fria, interferências estrangeiras, o golpe militar, censura, repressão e a luta armada. Neste artigo, serão debatidos os conceitos de História Digital, negacionismo e revisionismos, seguidos por um panorama da atuação da Brasil Paralelo no debate público e uma análise do seu revisionismo ideológico diante da resistência armada à ditadura.

Palavras-chave: Brasil Paralelo. História Digital. Luta armada. Regime Militar. Revisionismo ideológico.

ABSTRACT: Founded in 2016, at the height of the Brazilian political-institutional crisis, Brasil Paralelo is one of the most prominent historical revisionism initiatives of the new Brazilian right. Its ideological revisionism has covered a wide range of Brazilian history topics, such as

* Este artigo atualiza e repercute resultados da tese “Novas direitas, memória e revisionismo: como a Brasil Paralelo contou a história do regime militar”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná e financiada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

** Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná e professor substituto de História no Instituto Federal do Paraná. É pesquisador das novas direitas e da memória do regime militar brasileiro, atualmente em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. murilopcleto@gmail.com

colonization, black slavery, and, of course, the military regime. The dictatorship is an especially sensitive subject for the company, considering its stance of opposition to dominant publics in public debate and its understanding of what it defines as “cultural Marxism.” With the promise to debunk teachers, researchers, and journalists, the documentary “1964 - Brazil between Arms and Books” is Brasil Paralelo’s most comprehensive production on the subject. It discusses the Cold War, foreign interference, the military coup, censorship, repression, and the armed struggle. This article will discuss the concepts of Digital History, denialism, and revisionisms, followed by an overview of Brasil Paralelo’s role in public debate and an analysis of its ideological revisionism in the face of armed resistance to the dictatorship.

Keywords: Brasil Paralelo. Digital History. Armed struggle. Military Regime. Ideological revisionism.

RESUMEN: Fundada en 2016, en el auge de la crisis político-institucional brasileña, Brasil Paralelo consiste en una de las más expresivas iniciativas de revisionismo histórico de las nuevas derechas brasileñas. Su revisionismo ideológico ya se ha centrado en las más diferentes temáticas de la Historia de Brasil, como la colonización, la esclavitud negra y, por supuesto, el régimen militar. La dictadura es un tema especialmente sensible para la empresa, considerando su postura de oposición a los públicos dominantes en el debate público y su comprensión acerca de lo que define como “marxismo cultural”. Con la promesa de desmentir a profesores, investigadores y periodistas, el documental “1964 - O Brasil entre armas e livros” es la producción más completa de Brasil Paralelo sobre el tema. En él, se discuten la Guerra Fría, las interferencias extranjeras, el golpe militar, la censura, la represión y la lucha armada. En este artículo, se debatirán los conceptos de Historia Digital, negacionismo y revisionismos, seguidos por un panorama de la actuación de Brasil Paralelo en el debate público y un análisis de su revisionismo ideológico frente a la resistencia armada a la dictadura.

Palabras clave: Brasil Paralelo. Historia Digital. Lucha Armada. Régimen militar. Revisionismo ideológico.

Como citar este artigo:

Cleto, Murilo Prado. “Anos Tenebrosos’: a luta armada na obra da Brasil Paralelo”. *Locus: Revista de História*, 30, n. 1 (2024): 114-137.

Introdução: História Pública Digital, revisionismos e crise do sistema de peritos

O campo de estudos em História Digital tem suas origens provavelmente no final dos anos 1990, quando os historiadores William G. Thomas e Edward L. Ayers fundaram o Virginia Center For Digital History (VCDH). No seu alvorecer, ele esteve associado diretamente ao manuseio de arquivos disponibilizados na internet para consulta, análise e ensino. Nos anos seguintes, os debates

em torno do tema se desenvolveram a partir de um olhar predominantemente otimista, como característico das discussões sobre a rede no período. Entre as inúmeras possibilidades abertas para a História com a expansão das tecnologias digitais, podemos citar a rapidez no compartilhamento de arquivos, as inúmeras opções de acessibilidade, o fácil acesso a fontes antes fechadas em arquivos burocráticos, que demandavam eventualmente longos deslocamentos, e a praticidade na divulgação do conhecimento, que hoje pode circular por meio de livros lançados sem editora e apresentações ao vivo ou assíncronas que aproximem o historiador do público (Lucchesi e Carvalho 2016).

Mas a internet não funciona apenas como um repositório para uma História Digital que opere como uma extensão dos seus espaços tradicionais. Hoje, com a centralidade da rede, é possível pensar numa série de produtos concebidos especificamente para o formato digital, considerando os diferentes recursos multimídia disponíveis, como fotografias, mapas, áudios e vídeos, entre outros. Essa nova paisagem da informação trouxe impactos significativos para a História, em constante processo de dimensionamento diante da velocidade das mudanças.

Seja como for, para a História Pública os recursos digitais têm sido um prato cheio. Embora sua prática preceda em muito este marco, a História Pública tornou-se objeto de intensos debates na historiografia a partir da segunda década do século XXI. O curso de Introdução à História Pública na USP, em 2011, seguido de lançamento de coletânea homônima, costuma ser tido como o grande disparador. Nos anos seguintes, diversos eventos dedicaram-se a expandir essa discussão, como o Simpósio Internacional de História Pública — também na USP, no ano seguinte —, que ensejou a criação da Rede Brasileira de História Pública; o encontro História: da produção ao público, da ANPUH-SP; e o II Simpósio Internacional de História, na UFF. Neste contexto, a preocupação dos historiadores estava concentrada sobretudo na ampliação de audiência, mas o campo expandiu-se e, com ele, outras possibilidades também ganharam protagonismo (Santhiago 2016).

Não foi apenas a historiografia profissional que ganhou com esse processo, entretanto. Negacionistas e revisionistas também aproveitaram a popularização das plataformas digitais para crescer, utilizando suas ferramentas a favor. Por negação, é possível, entender, a partir de Mateus Pereira (2015, 863-864), a “contestação da realidade, fato ou acontecimento que pode levar à dissimulação, à falsificação, à fantasia, à distorção e ao embaralhamento”. “Em geral”, segundo Pereira, “percebemos uma dissimulação e uma distorção da factualidade que, ou procura negar o poder de veto das fontes, ou fabrica uma retórica com base em ‘provas’ imaginárias e/ou discutíveis/ manipuladas”. Já o negacionismo, para ele, seria a “radicalização da negação e/ou do revisionismo”, ou seja, a própria “falsificação do fato”.

Para além dos negacionismos mais caricatos, entretanto, há também posições matizadas. O historiador italiano Enzo Traverso (2012) divide os revisionismos históricos em três modalidades: fecundos, discutíveis e nefastos. Se, por um lado, os revisionismos “fecundos” apontam para a natureza da própria historiografia, qual seja, um exercício constante de atualização do “estado da arte” de um determinado objeto, aproximações e distanciamentos de diferentes concepções teóricas, entre outras operações que envolvem necessariamente algum tipo de revisão. Não raro, estes esforços também podem subsidiar decisões políticas no presente, ajudando a corrigir injustiças e a alterar os rumos da história.

Por outro lado, os revisionismos propriamente ditos ocupam outro papel. Segundo Traverso, aqueles de ordem “discutível” são caracterizados por revisões que, ideologicamente orientadas por interesses do presente, acabam moldando o passado a partir de uma leitura mais conveniente. Marcos Napolitano (2021, 99-100), em abordagem similar, os caracteriza como “revisionismos ideológicos”, porque refêns de “objetivos meramente ideológicos, da falta de método e da ética da pesquisa historiográfica”. Entre as características intrínsecas deste tipo de apropriação sobre o passado, estão a “apropriação descontextualizada de trabalhos historiográficos”, o “anacronismo” e o “uso acrítico de fontes primárias”. Tudo isso, prossegue, “com o intuito de defender uma tese dada *a priori* sobre o passado incômodo e sensível”.

Por fim, haveria ainda, segundo Traverso (2012), os revisionismos nefastos, estes dedicados a reabilitar figuras históricas escarnecidas pela condução de regimes autoritários, a exemplo de estudos que, na Itália, tentaram relativizar a brutalidade do fascismo e da figura de Mussolini. O caso brasileiro tem demonstrado a porosidade dessas fronteiras, especialmente entre as duas últimas modalidades de revisionismo nesta tipologia.

Em geral, estes atores integram “públicos antiestruturais”, que, segundo a antropóloga Leticia Cesarino,

não apenas não se ancoram na mesma lógica política da esfera pública liberal e do Estado democrático de direito, como pressionam suas instituições e pressupostos na direção de um limiar verdadeiramente transformacional: uma dupla torção que busca reverter a relação de englobamento (Cesarino 2022, 139).

Os públicos antiestruturais são resultado e também instigadores daquilo que Cesarino chama de “crise do sistema de peritos”, um processo de reorganização epistêmica impulsionado pelas novas estruturas técnicas, que abalaram profundamente os sistemas anteriores de produção da verdade. Os “Os sistemas de peritos pré-digitais”, diz Cesarino (2022, 76), “ofereciam um campo socialmente compartilhado de controle de entropia, ao fixar normativamente binarismos organizadores do real como público-privado e fato-ficção”. Essas categorias antigas, segundo a pesquisadora, se desestabilizam, oscilam e, por fim, se recombinaem de acordo com as novas

matrizes ainda emergentes. Desta forma, o colapso de contextos entre fato e ficção é resolvido, conforme Cesarino (2022, 76-77), através “de uma bifurcação no nível da própria estrutura: entre uma camada antiestrutural (as mídias alternativas) na qual tudo é real e autêntico, e outra (público dominante) no qual tudo é falso e fruto da agência conspiratória de inimigos ocultos”.

No Brasil, um destes agentes mais importantes é a Brasil Paralelo, produtora audiovisual fundada em 2016, no auge da crise político-institucional que marcou a última década. Hoje ela acumula mais de 3,8 milhões de inscritos em seu canal do *YouTube*, que já tem mais de 400 milhões de visualizações. De aspiração abertamente olavista, ela procura ocupar o espaço supostamente dominado pela esquerda através do que chama de “marxismo cultural”, uma estratégia atribuída ao filósofo Antonio Gramsci de infiltração dos comunistas, uma vez derrotados nas armas, na cultura (Rocha 2021).

Nas entrevistas, que constituem o principal corpus documental da maioria de suas produções, a Brasil Paralelo, a despeito de suas alegações de neutralidade, costuma mobilizar depoimentos de interlocutores ligados a organizações da direita como Fórum da Liberdade, Instituto Liberal, Instituto Borborema, Instituto Von Mises, Instituto Millenium, Instituto de Estudos Empresariais, Estudantes Pela Liberdade, Movimento Brasil Livre, Escola Sem Partido e Gazeta do Povo (Santos 2021).

Além de temáticas mais recentes, como o impeachment de Dilma, a pandemia e as eleições de Portugal, a produtora também se dedica a oferecer interpretações sobre passados mais remotos da História Geral e da História do Brasil, integrando-os numa conduta atualista da História. O sentido de atualismo aqui empregado, baseado em Mateus Pereira e Valdeci Araujo (2019), dialoga com a noção de que os passados abordados pela produtora estão integralmente submetidos às suas aspirações políticas no presente. E os exemplos são abundantes. Para explicar a rápida conquista da península ibérica pelos árabes na série *Brasil - A Última Cruzada*, o entrevistado Rafael Brodbeck argumenta que os visigodos não admitiram armar a população romana local. Ele é policial civil e autor de diversos manifestos armamentistas (Alfano e Eller, 2019).

Na mesma série, também é retomada a linha de argumentação sobre a escravidão negra que se popularizou a partir de 2009 com o polemista Leandro Narloch em *O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. Segundo ela, a escravidão no Brasil não teria fundamentação racial e os portugueses se limitavam a comprar escravos dos próprios negros no continente africano. Mas a produção vai além e, para explicar a postura de D. Pedro II diante da questão abolicionista, trata o imperador como um lutador impotente contra o sistema escravista. Trata-se de expediente argumentativo muito semelhante destas novas direitas acerca de seus líderes populistas no presente, a exemplo de Donald Trump, Javier Milei e, claro, Jair Bolsonaro (Cleto 2022).

Uma das ferramentas utilizadas pela produtora para mobilizar seu público diante destes passados mais remotos é tratar este conteúdo como uma espécie de revelação proibida, porque profundamente indesejada pelos públicos dominantes. Por isso, são comuns as denúncias de boicote e censura sofridos ou supostamente sofridos pela produtora. Em geral, movimentações de contrários à exibição dos seus filmes nas universidades, por exemplo, são utilizados como troféus que confirmariam a pertinência do seu conteúdo (Moraes e Cleto 2023). Na abertura da série *O Teatro das Tesouras*, o apresentador Filipe Valerim diz que “essa pode ser a última vez que você fala de política na internet” (Brasil Paralelo 2018).

O regime militar, embora tangencialmente abordado em outras produções, entrou de vez no radar da empresa em 2019, momento em que a memória de 1964 foi significativamente reavivada pelo novo contexto. Jair Bolsonaro, eleito presidente no ano anterior, foi o primeiro militar a ocupar o cargo desde a redemocratização. Sua atuação como parlamentar, ao longo de quase três décadas no Congresso, foi basicamente pautada pelo rechaço aos princípios basilares da Nova República e por uma defesa entusiasmada dos valores de 1964, com destaque para a homenagem a Carlos Alberto Brilhante Ustra, notório torturador do Doi-Codi, durante o voto pelo impeachment de Dilma em 2016 (Bauer, 2020). Além disso, seu vice, o também militar general Hamilton Mourão, chegou a admitir em campanha a possibilidade de um autogolpe (G1 2018), que, embora cogitado no fim do mandato, não se concretizou por razões ainda a serem plenamente esclarecidas (Serapião, Feitoza e Chaib 2024).

1964 - O Brasil entre armas e livros, documentário específico da Brasil Paralelo sobre a ditadura, foi lançado justamente neste contexto. Em 2 de abril de 2019, exatos 55 anos após a ratificação do golpe pelo Congresso Nacional, estreou o vídeo no *YouTube*, que já conta com mais de 11 milhões de visualizações. Os dias que antecederam o lançamento foram marcados por muitas polêmicas, com protestos contra as sessões de pré-estreia agendadas nas salas da rede Cinemark. Semanas antes, o entusiasmo de bolsonaristas com o trailer do filme induziu ao diagnóstico de que *Entre armas e livros* viria para defender o regime militar (O Globo 2019a). A Brasil Paralelo reagiu energeticamente, negando as acusações e buscando direito de resposta na Justiça (O Globo 2019b).

Naturalmente, a História Digital, sobretudo a do tempo presente, impõe uma série de desafios para os profissionais da área. Primeiro, sem dúvidas, os de ordem metodológica. Diferente do que costuma ocorrer no caso de passados mais remotos, o problema dos historiadores do digital não está na falta, mas no excesso de fontes — o que demanda um trabalho acurado de depuramento, seleção e catalogação. Outro elemento digno de nota é a efemeridade destes artefatos, que, sem o arquivamento necessário, podem simplesmente desaparecer da nuvem por vontade dos seus produtores ou quaisquer outras razões (Almeida 2022). A Brasil Paralelo tirou do

ar quase uma centena de vídeos logo após as eleições de 2022, junto a diversos outros canais alinhados à direita (Couto 2022). Seja por estratégia mercadológica ou por problemas com a Justiça, ou com as políticas de desinformação das plataformas, essa é uma prática corriqueira da produtora. *Entre armas e livros*, entretanto, continua disponível em seu canal no *YouTube*.

Outro desafio digno de nota é o ético. Diante da forte identificação da Brasil Paralelo com representantes de uma direita saudosista da ditadura militar, a exemplo do próprio Bolsonaro, pode ser tentadora a ideia de distribuir rótulos indiscriminadamente e atribuir à produtora posições que não são exatamente as suas. Essa prática não é rara entre os públicos dominantes, que muitas vezes resistem a ouvir o que essas novas direitas estão dizendo (Ortellado 2021). Evidentemente, não se trata de reproduzir acriticamente o que esses atores têm a proclamar, mas a atenção com o rigor do olhar sobre sua atuação na esfera pública nunca é demais.

Afinal, o documentário defende a ditadura? Um exame pormenorizado de sua abordagem sobre o contexto de recrudescimento do Estado de exceção e sua relação com a luta armada ajuda a esclarecer a posição da produtora.

A luta armada em 1964 - *O Brasil entre armas e livros*

Na análise crítica da memória social sobre o período mais sombrio do regime, *1964 - O Brasil entre armas e livros* não menciona a expressão “anos de chumbo”. Em vez dela, o termo “anos tenebrosos” é utilizado durante a extensa introdução ao tema pela narração em *off* de Filipe Valerim:

Mesmo antes de 1964, guerrilhas rurais e movimentos armados já existiam e estavam determinados em fazer a revolução. Após o 31 de Março, esses grupos passam a adotar métodos hediondos e submetem o Brasil a *anos tenebrosos*. O terrorismo revolucionário se torna cotidiano. O crime, o medo e o sangue marcam presença na vida dos brasileiros. Assaltos a bancos e a estabelecimentos comerciais. Explosão de bombas em lugares públicos. Fuzilamento e tortura de inocentes. Os revolucionários assassinavam até os próprios colegas que queriam desistir da luta armada. Os comunistas brasileiros seguiam o exemplo de seus companheiros ideológicos, que em outros países já somavam mais de 50 milhões de assassinatos, em nome da revolução. No mês de fevereiro, antes da subida dos militares ao poder, o PCdoB enviou brasileiros para a China com o objetivo de aprender as técnicas de guerrilha de Mao Tsé-Tung. Foram estes cidadãos que voltaram quatro anos depois e formaram a Guerrilha do Araguaia. Preso nessa guerrilha, foi José Genoíno. Mesmo exilado, Leonel Brizola fomentava de fora a revolução no Brasil. Segundo seu filho, Fidel Castro entregou um milhão de dólares para seu pai, para comprar armamento e munição e entregá-los aos revolucionários no Brasil. Bandidos e terroristas, hoje reverenciados como heróis nacionais, sequestraram, torturaram e assassinaram inocentes em nome de seus ideais. Essa, uma verdade pouco noticiada nos anos seguintes pela imprensa e a academia brasileira, que tratou tudo como uma luta contra a ditadura e pela democracia (Brasil Paralelo 2019, 1:21:12).

Neste esforço retórico, os “anos de chumbo” do terrorismo de Estado são eclipsados pelos “anos tenebrosos” da luta armada, inclusive com a adoção do vocabulário da ditadura. A designação de “guerrilheiro”, historicamente associada ao termo “terrorista” pelo establishment militar, é ressaltada, embora certos grupos de esquerda tenham tentado reivindicá-la (Gaspari 2014). Como evidenciado na conclusão do texto, uma das principais preocupações da Brasil

Paralelo é a glorificação dos comunistas armados na memória social e histórica do regime, retratados como heróis da luta pela democracia. Esta percepção é ilustrada por uma declaração pública de Dilma Rousseff, então presidente da República, que afirmou: “Eu, particularmente, participei e tenho a honra de ter participado do processo de resistência à ditadura” (Brasil Paralelo 2019, 1:23:01), durante uma cerimônia oficial. Ex-membro dos grupos Política Operária (Polop) e Comando de Libertação Nacional (Colina), Dilma estava presente, ao lado de seu marido, Carlos Araújo, na reunião que selou a união deste último à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em 1969, formando a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) (Carvalho 2009). Araújo é então exibido descrevendo as ações do movimento:

Eu tenho muito orgulho também de ser companheiro da Dilma por esse tempo todo. Nós formamos uma organização nacional chamada Vanguarda Armada Revolucionária Palmares. Nós praticávamos ações de expropriação, que nós chamávamos, dos bancos. Nós íamos buscar dinheiro nos bancos. Nós queríamos ter dinheiro para comprar armas. Fizemos ações em quartéis também, alguns quartéis, para pegar armas (Brasil Paralelo 2019, 1:23:01).

Posteriormente, são apresentados depoimentos de outros ex-membros da luta armada para corroborar o argumento de que o compromisso da esquerda não era com a democracia, mas sim com uma forma alternativa de ditadura. O primeiro depoente é Fernando Gabeira, que admite que “ninguém, no fundo, queria a democracia estrategicamente. Todo mundo queria, na verdade, o socialismo. Buscava-se outra forma de ditadura, que é a ditadura do proletariado” (Brasil Paralelo, 1:23:30). Em seguida, Vera Sílvia Magalhães, integrante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), declara: “Nós não éramos exatamente contra a ditadura. Nós éramos contra a ditadura militar burguesa, mas nós éramos a favor da ditadura do proletariado. Isso ninguém diz, mas precisa ser dito porque faz parte da nossa história” (Brasil Paralelo, 1:23:42).

A atuação da luta armada acabou romantizada, de fato, pela memória hegemônica do regime, como parte de um esforço de acomodação durante o longo processo de transição política (Napolitano 2015). Num documentário da *TV Câmara* sobre Vera, a guerrilheira é apresentada como alguém que

poderia ter desfilado a beleza de seus vinte anos pelas calçadas de Ipanema, no Rio de Janeiro onde nasceu. Poderia ter sido uma garota que amava os Beatles e os Rolling Stones, no embalo da liberação de costumes que varreu o mundo na década de 60. Ou poderia ter concluído o curso de Economia e levado uma vida burguesa, beneficiada pelo “milagre brasileiro” que fez o País crescer dez por cento ao ano no período mais repressivo dos governos militares. Mas Vera Sílvia Magalhães amava a revolução e, como tantos jovens de sua época, não admitia viver sob a ditadura implantada pelo golpe de 64. Nenhum deles, porém, foi tão longe: ela pegou em armas, assaltou bancos, trocou tiros com forças de segurança e sequestrou o embaixador do país mais poderoso do mundo. Viu o companheiro tomar a seu lado, quando tentavam escapar de um cerco policial. E a peruca que usava para se disfarçar nos assaltos a transformou em personagem de primeira página nos jornais populares: era a loura noventa, que empunhava dois revólveres calibre 45. Acabou baleada, presa, torturada e banida do país que queria libertar. E virou personagem de um filme que concorreu ao Oscar. Trinta anos depois, vividos entre o exílio e a volta, Vera Sílvia Magalhães ainda procura seu lugar no mundo. Carrega no corpo e na alma as marcas da violência. E se pergunta o que fazer agora

de tanta ousadia e tanta generosidade, de tanta coragem e tanta ternura (Câmara dos Deputados 2004).

Muitas são as representações semelhantes, amplamente difundidas na sociedade, que sugerem uma suposta inclinação democrática dos guerrilheiros. 20 anos depois de sua execução pelos militares, o militante José Manoel da Silva teve os restos mortais recuperados por Toritama, Pernambuco, sua cidade natal. Ele foi morto junto a outros cinco militantes da VPR no Massacre da Chácara São Bento, em 1973. Durante o cortejo, o locutor o descreveu como “aquele que tombou em defesa da democracia” (Roberto Monte 2013, 3:10).

De qualquer forma, embora essa perspectiva tenha obscurecido, ao menos parcialmente, ao longo das décadas seguintes, uma realidade menos gloriosa da luta armada, também não se pode dizer que esse passado seja totalmente desconhecido. As evidências para essa conclusão estão presentes no próprio documentário: nenhum dos ex-guerrilheiros foi ouvido a partir de entrevista exclusiva para a produção, mas por meio de imagens de arquivo. Isso também significa que, mesmo dentro da própria esquerda revolucionária, teoricamente vitoriosa no âmbito da memória, existe uma demanda pelo reconhecimento da dimensão política dessa experiência, seja para sua exaltação ou como forma de autocrítica.

Ao longo das décadas seguintes, diversos ex-guerrilheiros produziram memórias sobre a luta armada, como Gabeira (2009), Daniel Aarão Reis (1990) e Jacob Gorender (1987), todos com considerável influência jornalística ou acadêmica. Esses relatos, embora variados, abordam abertamente temas controversos relacionados à oposição armada ao regime e não hesitam em fazer uma avaliação crítica de seus próprios colegas. Os historiadores argentinos Beatriz Sarlo (2007) e Hugo Vezzetti (2007) também têm criticado uma memória que retrata os opositores da ditadura apenas como vítimas. Conforme apontado pelo historiador brasileiro Clóvis Gruner (2020, 234), “em nome da distinção clara e inequívoca entre criminosos e vítimas, culpados e inocentes, grupos e indivíduos tiveram suas motivações e afiliações políticas mais diversas temporariamente suspensas, esquecidas”.

Mas *Entre armas e livros* insiste: “É a mentira, que de tão repetida, tornou-se história” (Brasil Paralelo 2019, 1:23:56), como conclui a narração em *off*. O jornalista William Waack complementa:

Mais tarde, as narrativas históricas vão ficando cada vez mais deturpadas em relação a esse período, até o ponto de hoje, infelizmente, parecer ponto pacífico que gente como a Dilma, por exemplo, tivesse lutado pela liberdade ou pela democracia, ou pelos direitos humanos. Isto é uma falsificação histórica (Brasil Paralelo, 1:24:00).

Para a Brasil Paralelo, entretanto, os guerrilheiros de esquerda não são ingênuos ou idealistas, como consagrou a memória liberal do período, mas os protagonistas de uma era marcada por “crime, medo e sangue”. A extensa intervenção da narração em *off* de Valerim reforça esse ponto de vista:

Derrubar o regime era o pretexto utilizado ao atrair militantes para a causa principal: instalar a ditadura comunista. Eram dezenas de grupos que, com brutalidade e frieza, cometiam atrocidades contra o povo brasileiro. Entre os grupos terroristas que tiveram maior destaque neste período sombrio, estavam ALN, Colina, MR-8, PCdoB, VPR, VAR-Palmares, MRT. Estes grupos eram formados por pessoas que protagonizaram nos anos seguintes a política no Brasil. Entre elas, está Dilma Vana Rousseff, que pertenceu aos grupos Polop, Colina, VAR-Palmares e virou presidente do país em 2011. Os grupos que Dilma participou foram responsáveis por diversos atentados, assaltos, sequestros e assassinatos. Outro nome que protagonizou o terrorismo brasileiro foi Carlos Marighella. Junto com grupos ligados à Teologia da Libertação, foi responsável pela criação do grupo terrorista mais perigoso do país, a Aliança Libertadora Nacional. Autor do livro *Minimanual do Guerrilheiro Urbano*, publicado em junho de 1969, Marighella divulga todas as táticas e objetivos dos grupos terroristas que seguiam à risca seus ensinamentos cruéis: matar policiais e membros do Exército, preparar bombas, assaltar, sequestrar, fazer terrorismo e executar colegas que desertassem. No ano de 2013, Marighella foi homenageado em sessão solene no Senado Federal, pelo que chamaram de “luta social”, assim como filmes exaltando seus feitos foram produzidos pela esquerda, que aplaude e comemora a barbárie e a criminalidade. No dia 4 de setembro de 1969, a Aliança Libertadora Nacional de Marighella e o MR-8 de Franklin Martins sequestraram o embaixador americano Charles Elbrick, com a exigência de que criminosos presos fossem soltos. Sem opção, os militares aceitaram o pedido e liberaram 15 presos. Entre eles estava José Dirceu, personagem que surgiria décadas mais tarde como guru da esquerda e ministro da Casa Civil, até ser condenado no maior esquema de corrupção da história do Brasil (Brasil Paralelo, 1:24:22).

Neste trecho, é evidente a ênfase da produção em destacar a conexão entre os crimes da luta armada e figuras políticas contemporâneas. Dilma Rousseff, Franklin Martins e José Dirceu, destacados membros do PT, são mencionados nominalmente. Embora não haja evidências de sua participação direta em atentados violentos (Loyola 2014), a narração opta por estabelecer associações entre as organizações guerrilheiras e o partido. Esta não é a primeira vez que o passado guerrilheiro de Dilma é trazido à tona no debate público. Em 2009, a *Folha de S. Paulo* divulgou uma ficha falsa da então ministra da Casa Civil durante a ditadura, com um suposto plano de sequestro que envolvia Delfim Netto (Magalhães 2009). No ano anterior, o senador Agripino Maia (DEM-RN), de família ligada à Arena, tentou questionar um depoimento de Dilma à Comissão de Infraestrutura, baseando-se em uma confissão de que ela havia mentido aos militares sob tortura quando foi presa em 1970 (Folha de S. Paulo 2008).

A narração então descreve alguns atentados promovidos pela esquerda, com destaque para a explosão de uma bomba que visava o então candidato à sucessão presidencial Arthur da Costa e Silva, em Guararapes (Costa e Azevedo 2018):

O ano de 1966 foi marcado por diversos ataques na capital de Pernambuco. Após sucessivos atentados sem vítimas, no dia 25 de julho daquele ano uma maleta contendo explosivos foi deixada no saguão do aeroporto de Guararapes deixando 17 feridos e dois mortos. Entre eles, o jornalista Edson Régis de Carvalho, casado e pai de cinco filhos. Assassinatos como este e outros atentados terroristas aconteceram centenas de vezes nas décadas de 1960 e 1970. Os nomes dessas pessoas foram apagados da história, ao serem ignoradas pela imprensa e pela academia. Nada se falou das vítimas que o comunismo fez no Brasil. A história dos inocentes não foi contada (Brasil Paralelo 2019, 1:26:28).

Ao contrário das vítimas do regime, os alvos da esquerda são identificados por nome, rosto e identidade. Por exemplo, a morte do jornalista Vladimir Herzog, evento inescapável em qualquer elaboração sobre a ditadura, não tem autoria definida. “Nós temos a morte de Herzog, nós temos

vários símbolos que acentuam esse desgaste”, limita-se a dizer Thomas Giulliano enquanto narra a crise nos primeiros anos de Geisel, com foco na inflação (*Brasil Paralelo*, 1:50:54). No entanto, em *Entre armas e livros* “o crime, o medo e o sangue” têm uma tangibilidade real. A produção então apresenta estatísticas da violência fatal durante o regime:

Foram 119 vidas assassinadas em nome da revolução. A maioria não tinha a ver com a guerra entre militares e terroristas. Há uma divergência sobre o número de mortos e desaparecidos durante o regime militar: 424, segundo os movimentos de esquerda; 362, segundo os militares. O número verdadeiro deve estar em algum lugar no meio dessa diferença (*Brasil Paralelo*, 1:27:12).

Além de subestimar em 10 o total de mortos contabilizados pela Comissão Nacional da Verdade, a elaboração ainda põe em dúvida o número de vítimas do regime. Cada lado apresentaria seus números e a verdade, diz a narração, “deve estar em algum lugar no meio”. Mas os indivíduos mortos pela esquerda são, para a produção, exatamente 119, embora essa contagem tenha sido originalmente feita pelo coronel Brilhante Ustra, chefe do Doi-Codi do II Exército em São Paulo (Folha de S. Paulo 2014). Diante da discrepância entre os números das vítimas da direita e da luta armada, o documentário recorre, como mencionado no texto que introduz a seção, à genérica estimativa de “50 milhões de assassinatos” provocados pelo comunismo no mundo. A necessidade de ilustrar o terror da luta armada brasileira era tamanha que a *Brasil Paralelo* incluiu uma fotografia feita por Sebastião Salgado no garimpo de Serra Pelada, no Pará, sem qualquer conexão com os eventos em discussão. Posteriormente, essa imagem foi removida do vídeo após uma ação judicial movida pelo autor (Paulo 2020).

A narração então continua, atribuindo o “ambiente de guerra” no país à ação de “psicopatas, torturadores e criminosos de ambos os lados”:

Com o terrorismo comunista cada vez mais crescente, a esquerda radical deu o pretexto para que a população sentisse medo e a linha-dura do Exército conseguisse expandir seu poder. E foi nesse ambiente de guerra que psicopatas, torturadores e criminosos de ambos os lados se valiam para praticar as suas perversidades em nome de uma causa ou de outra. A tortura contra opositores já era presente na política desde a ditadura de Getúlio Vargas. Infelizmente, ela não teve o seu fim no regime militar (*Brasil Paralelo* 2019, 1:27:34).

A “teoria dos dois demônios”, utilizada especialmente para descrever o contexto de radicalização política nas ditaduras do Cone Sul, pressupõe a existência de duas forças extremas em evolução, uma da esquerda e outra da direita (Oliveira e Reis 2021). Apesar de todas as críticas possíveis a ela, graças à evidente disparidade de forças entre as ditaduras e os guerrilheiros, a *Brasil Paralelo* mobiliza uma versão específica dela, mas com um notável acento anticomunista que exagera as ações da luta armada para minimizar o papel dos agentes da repressão, retratando um demônio claramente maior e mais ardiloso do que o outro. No filme, as únicas vezes em que o termo “tortura” é mencionado são para caracterizar especificamente o *modus operandi* da

esquerda, para descrevê-la como algo “presente na política desde a ditadura de Getúlio Vargas” ou, no máximo, atribuí-la a “ambos os lados”.

A função do destaque à perenidade da prática parece ser a de relativizar a prática durante a ditadura militar, já que vinha sendo praticada pelo Estado brasileiro há décadas. Além disso, a produção reforça a tortura como um expediente da esquerda, graças ao entendimento de que até mesmo Vargas teria sido um ditador comunista (Brasil Paralelo 2020), embora o autogolpe do Estado Novo tenha sido fundamentado principalmente em uma orientação anticomunista (Motta 2020). Mais do que uma ocorrência sistemática, a tortura perpetrada pelos agentes do Estado é retratada como algo anômalo, se atribuída a “psicopatas”, ou paradoxalmente tão comum que sequer mereceria destaque se considerada uma prática contínua. Um levantamento da Human Rights Watch estima em 20 mil o total de torturados pelo regime no Brasil (Jansen 2019).

Como fizeram os grandes jornais do período (Napolitano 2017), *Entre armas e livros* também atribui ao movimento estudantil “exagero”, “instrumento político”, “publicidade” e “instrumentalização” na contabilização de cadáveres:

A guerra travada pelos terroristas expandia as justificativas para a repressão por parte do Exército. Do outro lado, permitia que o movimento estudantil usasse os mortos em combate para construir a ideia de que a tortura era uma política de Estado, fazendo dessa bandeira seu instrumento político e sua publicidade. O exagero fez parte dessa instrumentalização. Algumas pessoas que constam como desaparecidas na verdade se auto exilaram ou eram delatores que ganharam uma nova identidade do governo para não serem mortos pelos próprios ex-companheiros de guerrilha. Não é preciso justificar tortura e ditadura para reconhecer que crimes foram cometidos. Os objetivos das guerrilhas eram claros, e a democracia não estava entre eles. A palavra sequer aparece nos livros, discursos e debates à época (Brasil Paralelo 2019, 1:28:06).

Na verdade, há fortes evidências que sustentam a afirmação de que a tortura era uma política de Estado durante a ditadura. Essa conclusão foi alcançada pelo coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari, após dois anos de pesquisa (Betim 2014). A tortura inclusive foi um elemento fundamental na repressão da luta armada. Muitos guerrilheiros que estavam vivendo na clandestinidade foram capturados graças a longas sessões de tortura que resultaram em delações. Em cursos sobre técnicas de interrogatório, especialistas estrangeiros justificavam o uso da tortura argumentando que ela poderia salvar a vida de inocentes (Motta 2021). Desde pelo menos 2018, não é possível negar que os generais tinham conhecimento das execuções sumárias realizadas pelo regime. Um memorando da CIA, descoberto pelo pesquisador Matias Spektor, descreve em 11 de abril de 1974 a anuência de Geisel na continuação da política de extermínio do Centro de Inteligência do Exército, embora tenha alertado para que esse destino fosse reservado apenas para “subversivos perigosos” (Borges 2018).

Na parte final do trecho, assim como na narração em *off* que introduz a discussão sobre a luta armada, é mencionada a prática de justificações dentro da esquerda, um tema bastante sensível que deixou suas vítimas em uma espécie de limbo nas políticas de memória desenvolvidas

pelo Brasil. Na primeira menção, o documentário afirma que “os revolucionários assassinavam até os próprios colegas que queriam desistir da luta armada” (Brasil Paralelo 2019, 1:21:46). A imagem que ilustra esse trecho é uma fotografia dos guerrilheiros de Três Passos, do Movimento Revolucionário 26 de Março, presos já em 1965. Os “tribunais revolucionários” durante o regime, entretanto, só começaram em 1969, após o AI-5, e continuaram até 1973, quando os últimos focos da guerrilha estavam em declínio diante da repressão.

Com o objetivo de narrar as histórias dessas vítimas sem reproduzir a versão dos militares, o jornalista Lucas Ferraz publicou em 2021 o livro *Injustiçados*, resultado de uma pesquisa iniciada ainda em 2007. Ferraz, assim como muitos outros pesquisadores, foi atraído para o tema a partir da trajetória de José Anselmo dos Santos, popularmente conhecido como Cabo Anselmo, o mais famoso infiltrado da ditadura e responsável pela execução de pelo menos 20 companheiros da luta armada, incluindo sua namorada. Mesmo com muitas suspeitas sobre ele na época, o militar sergipano, que morreu aos 80 anos de causas naturais, nunca foi levado à “justiça revolucionária” por seus colegas. A principal conclusão de *Injustiçados*, como sugere o título do livro, é que todos os pares vítimas da luta armada no Brasil foram erroneamente julgados como traidores pelos tribunais revolucionários, apesar de sua evidente ilegitimidade (Ferraz 2021).

Ao todo, quatro pessoas foram executadas nessas circunstâncias durante a ditadura: Márcio Leite de Toledo, Carlos Alberto Maciel Cardoso, Francisco Jacques de Alvarenga e Salatiel Teixeira Rolim. De acordo com Ferraz, esses números são proporcionais à dimensão do movimento revolucionário armado brasileiro. No entanto, ao contrário do que sugere *Entre armas e livros*, esses episódios foram amplamente explorados e até mesmo superestimados pelo regime, que divulgou versões ainda mais aterrorizantes por meio da imprensa. Os justicamentos eram tão convenientes que eventualmente foram usados para tentar atribuir à luta armada alguns dos cadáveres produzidos pela ditadura. Isso levou a família de Márcio, o primeiro justicado, a acreditar por um tempo que ele teria sido morto em um teatro armado pela repressão. Por outro lado, seria muito improvável o contrário, uma vez que os guerrilheiros costumavam deixar longas cartas assinadas pelas organizações junto aos corpos, como forma de conferir legitimidade às execuções (Ferraz 2021).

Embora sejam bárbaros e injustificáveis, esses assassinatos, além de não alcançarem a dimensão indicada pela Brasil Paralelo no filme, também podem ser atribuídos à ditadura. Esta, como instauradora de um regime que levou a oposição radicalizada à paranoia,¹ infiltrando agentes

¹ Essa paranoia é bem descrita na obra de Ferraz (2021) como “síndrome de Severino”, em referência a um militante da Aliança Libertadora Nacional, José da Silva Tavares, conhecido como Severino. Ele foi preso na primavera de 1970 em Belém pelo Cenimar, serviço de inteligência da Marinha. No entanto, retornou aos companheiros com uma história de fuga cinematográfica do hospital após uma tentativa de suicídio. Resumindo a trama: na realidade, ameaçado de morte, ele fez um acordo com o delegado Fleury, do temido Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, para entregar Câmara Ferreira, experiente guerrilheiro sucessor de Marighella no comando da organização.

e convertendo militantes para torturá-los e executá-los a sangue-frio, deve ser considerada coautora da tragédia humanitária que cada uma dessas mortes representa.

A abordagem do documentário sobre os desaparecidos procura explorar justamente este filão, quando são mencionados os nomes de seis militantes que supostamente mudaram de identidade e desapareceram por medo de represálias de seus próprios companheiros após um acordo de delação. Embora o justicamento tenha sido uma realidade dentro da oposição armada ao regime, a narrativa apresentada pelo filme parece aceitar sem questionamentos a versão de Hugo Studart num livro lançado em 2018, *Borboletas e Lobisomens*. Esta obra gerou grande repercussão na historiografia e entre entidades de direitos humanos, tendo recebido críticas significativas por não revelar suas fontes e por não fornecer documentos comprobatórios que sustentem suas afirmações (Monteleone 2018). Além disso, familiares dos supostos desaparecidos negam as alegações feitas no livro (Quadros 2021).

O acesso à vasta documentação produzida pelo próprio regime militar poderia fornecer informações cruciais para esclarecer o destino dos mais de 200 desaparecidos no Brasil. Como evidenciado pelo jornalista Lucas Figueiredo (2015) em seu livro *Lugar Nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*, os serviços de inteligência das Forças Armadas elaboraram, copiaram e mantiveram milhões de páginas de dossiês sobre a esquerda e com informações sobre o paradeiro de seus militantes no país. No entanto, as ordens para disponibilizar esses documentos, especialmente durante a Nova República, foram tratadas com desdém e, por vezes, com cinismo por parte das instituições militares. Esses arquivos sem dúvidas seriam fundamentais para lançar luz sobre muitos casos de desaparecimentos durante o regime militar no Brasil.

O livro de Lucas Figueiredo apresenta várias contradições e omissões nos relatórios apresentados pelos militares quando solicitados pelo poder civil. Um exemplo concreto está na posição oficial do Exército sobre o paradeiro de Miguel Pereira dos Santos. Ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, a força terrestre limitou-se a dizer que ele “participou ativamente da guerrilha do Araguaia, onde teria desaparecido em 1972”. No entanto, em 2007, com a descoberta do Orvil, soube-se que já em 1988 o Centro de Informações do Exército (CIE) havia declarado o guerrilheiro como “morto numa emboscada, tendo seu acompanhante logrado fugir ileso”. Existem outros casos semelhantes, que mostram inclusive que a alegação de que as Forças Armadas teriam destruído os documentos, eventualmente acionada para justificar as ausências, era uma

Embora tenha sido alertado sobre a possibilidade de traição, Ferreira defendeu o companheiro. Tavares forneceu informações sobre mais de 100 militantes treinados em Cuba e entregou o paradeiro de quatro militantes de uma só vez, incluindo o novo comandante da ALN, que morreu sob tortura.

distração. O próprio Leônidas Pires Gonçalves admitiu, já com 85 anos, que os documentos não haviam sido queimados “coisa nenhuma” (Figueiredo 2015).

O caso de Antônio de Pádua Costa, listado como falso desaparecido pela *Brasil Paralelo* no filme, é bastante revelador dessa postura das Forças Armadas. Segundo depoimentos registrados pelo Ministério Público, ele foi preso e forçado a guiar soldados pela mata no Araguaia. No entanto, o Exército foi lacônico ao dizer que ele teria sido apenas morto. Outro exemplo é o de Luiz Renê Silveira e Silva, também classificado como “vira-casaca” em *1964 - O Brasil entre armas e livros*. Seus dados de morte foram ocultados pela força terrestre no relatório para o Ministério da Justiça, mas em 1996 o jornal *O Globo* divulgou documentos sigilosos do próprio Exército que confirmavam sua execução, juntamente com outros 10 companheiros. Todos os nomes apresentados pela produção foram citados no relatório de 1993 entregue pela Marinha ao ministro da Justiça. No entanto, duas décadas depois, acabaram ignorados nos informes solicitados pela Comissão da Verdade. O documentário da *Brasil Paralelo* e outras produções não fazem cobranças pelo acesso a esses arquivos, o que poderia ajudar a esclarecer muitos desses casos.

A *Brasil Paralelo* e a violência política da direita

A *Brasil Paralelo* fundamenta sua posição de não defender a ditadura principalmente devido à sua rejeição ao AI-5. Como fizeram muitos liberais que apoiaram o golpe que derrubou João Goulart e romperam com o regime após seu recrudescimento, a produtora só reconhece a ditadura a partir de 1968. Antes disso, teria havido apenas algo como um regime meramente transitório que em algum momento se perdeu no caminho. Essa posição não é novidade no debate público, como se sabe a partir das intervenções do historiador conservador Marco Antonio Villa (2009), por exemplo.

Na narração em *off*, Filipe Valerim inicia o trecho com destaque para as ações da esquerda armada, afirmando: “O governo de Costa e Silva sofria forte oposição, desde as manifestações estudantis até os atos terroristas. O governo se via cada vez mais isolado” (*Brasil Paralelo* 2019, 1:28:57). O jornalista Lucas Berlanza continua:

Ele reúne o seu ministério para discutir medidas duras e aí apresenta o projeto do Ato Institucional número 5, que dava ao Executivo o poder de acabar com os outros poderes se necessário, assim sempre que necessário, fechar o Congresso, intervir nos magistrados, nos juizes; relativizava o habeas corpus, o que é muito perigoso (*Brasil Paralelo*, 1:29:07).

Silvio Grimaldo começa com a série de rechaços: “A ideia de que o Ai-5 surgiu para poder combater a guerrilha é fantasiosa porque os dispositivos constitucionais que existiam permitiam o combate da guerrilha” (*Brasil Paralelo*, 1:29:34). Logo a seguir, Berlanza questiona:

Havia manifestações, havia guerrilha. Mas a reflexão que fica é: será que era preciso um AI-5 para combater isso tudo? Será que manifestações justificam o AI-5? Começa por aí. Ter gente na rua, seja

de esquerda ou de direita, para protestar contra o governo, justifica você fazer o fechamento total do sistema político? (Brasil Paralelo, 1:30:07)

William Waack responde taxativamente que não, mas não perde a oportunidade de dar destaque à luta armada:

Eu vi como a Itália, a França e a Alemanha souberam dominar movimentos terroristas sem perder a sua essência do regime democrático. É possível, sim. É possível combater o terrorismo militante, covarde, assassino, sem que esses países deixem de lado o respeito à lei, à ordem e à democracia (Brasil Paralelo., 1:29:46).

É plausível imaginar que o movimento revolucionário brasileiro pudesse produzir vítimas em larga escala durante o contexto da Guerra Fria, mesmo sob um governo democrata, uma vez que a oposição à “democracia burguesa” era uma constante nos escritos desses grupos. No entanto, esse exercício contrafactual não passaria de mera especulação. A comparação entre as social-democracias da Itália, França e Alemanha e o Brasil também é insustentável, pois já era evidente o processo de fechamento do regime mesmo antes do AI-5. Até 1966, quando as ações mais efetivas da esquerda armada tiveram início (Ferraz 2021), o governo militar já havia editado quatro Atos Institucionais. Isso sem mencionar o próprio golpe, que por si só implicou uma série de medidas autoritárias.

O documentário também omite as centenas de atentados perpetrados pela direita, alguns dos quais ocorreram até antes do golpe, como a bomba colocada para explodir a Exposição Soviética no Campo de São Cristóvão em 1962, e outros ocorridos muito depois da derrocada da luta armada, a exemplo do artefato que detonou o prédio da OAB carioca e resultou na morte da secretária Lyda Monteiro da Silva, em 1980. Um panfleto da Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) encontrado no local afirmava que “a OAB está totalmente dominada pelos comunistas, que transformam a entidade em uma agência de trabalho de Moscou contra os interesses do Brasil” e que a bomba era um “primeiro alerta” (Motta 2020, 182).

O infame caso Riocentro, amplamente reconhecido como uma das mais emblemáticas reações de setores militares à abertura política, é surpreendentemente descrito por Lucas Berlanza no filme como “*muito provavelmente* [...] coisa da linha-dura e não da extrema esquerda” (Brasil Paralelo 2019, 1:52:06). Embora essa narrativa tenha perdido força nos últimos anos do regime, principalmente devido ao seu desgaste e à maior liberdade da imprensa, os militares continuaram insistindo que os atentados eram perpetrados pela própria esquerda. Na noite de 30 de abril de 1981, o centro de convenções tinha cerca de 20 mil pessoas reunidas para uma série de shows musicais em comemoração ao Dia do Trabalhador, quando duas bombas explodiram no recinto. Uma delas detonou prematuramente dentro do carro que as transportava, resultando na morte instantânea do sargento Guilherme Pereira do Rosário. Apesar de gravemente ferido, o capitão

Wilson Dias Machado conseguiu sobreviver. A versão oficial, no entanto, não admitiu envolvimento da direita ou governo, evidentemente (Batista 2021).

Rodrigo Patto Sá Motta (2020, 178), em seu livro *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*, analisa esse expediente, demonstrando que ele seguiu as tendências de aumento das atividades anticomunistas no país. Segundo o historiador, os relatórios das autoridades policiais sobre os atentados da direita no início dos anos 1960 “parecem ter sido elaborados apenas para cumprir uma exigência burocrática”. Um dos casos analisados por ele beira a comicidade: o responsável pela investigação de um atentado lamenta não ter conseguido encontrar o registro do Movimento Anticomunista (MAC) em cartório. O mais próximo que se chegou da identificação dos seus financiadores apareceu em uma coluna apócrifa do *Jornal do Brasil*, em janeiro de 1962, que afirmava que o governo havia mantido os nomes em sigilo graças ao envolvimento de “gente graúda”. Na época, houve especulações sobre tenentes, almirantes e empresários, mas as investigações não avançaram (Motta 2020).

Em seu relatório final, a Comissão Nacional da Verdade optou por não contabilizar a maioria dessas mortes, considerando o foco na ação direta do Estado e por razões eminentemente políticas. Mesmo que os números dessa contagem (434 pela ditadura e 119 pela esquerda) sejam admitidos friamente, é essencial considerar que 90% das mortes atribuídas à luta armada resultaram de confrontos armados com agentes de segurança, enquanto o leque de vítimas do regime foi muito mais diversificado. A narrativa favorável à ditadura, de que ela apenas executou opositores altamente perigosos, também é falaciosa: entre suas vítimas estão estudantes desarmados, parlamentares, jornalistas, mães de desaparecidos e até crianças, frequentemente usadas em sessões de tortura. Isso sem mencionar as inúmeras mortes de guerrilheiros que o regime forjou como resultado de tiroteios. Se fossem incluídas as execuções de camponeses e indígenas, predominantemente perpetradas por pistoleiros a serviço de grupos privados em colaboração com a ditadura, esse número aumentaria exponencialmente (Motta 2021).

Além da ação de grupos terroristas marginais e da leniência das autoridades, a direita autoritária também contava com um aparato estatal repressivo pré-existente, mas em franca evolução desde o golpe, que incluía as criações do Serviço Nacional de Informações (SNI), estabelecido em 1964 e diretamente subordinado ao Exército; do Centro de Informações do Exército (CIE), em 1967; do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), em 1968; do Departamento de Polícia Federal (DPF), uma espécie de polícia nacional que posteriormente se ocupou da censura, e a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), em 1967; dos Doi-Codi, em 1970, inspirados pela experiência da Operação Bandeirantes no ano anterior, que contou com o apoio de empresários; e das Divisões de Segurança e Informações (DSI) e Assessorias de Segurança

e Informação (ASI), no início da década de 1970. Também é importante ressaltar que a Lei de Segurança Nacional, em vigor desde 1953, sofreu atualizações em 1967 e 1969 para ampliar as opções de enquadramento da subversão. Toda essa estrutura, como destaca Motta, à exceção dos Doi-Codi, já estava estabelecida antes mesmo de a luta armada começar a representar um desafio significativo para os militares (Motta 2021).

E enquanto a esquerda recebeu ajuda internacional, notadamente de Cuba, o regime militar contou com o suporte bélico, técnico e tático dos Estados Unidos, Inglaterra e França (Motta 2021). Além disso, houve cooperação estratégica entre as ditaduras do Cone Sul já na década de 1970, exemplificada pela Operação Condor (Rossi 2019). Por outro lado, de maneira geral, é possível afirmar que a estrutura da luta armada no Brasil era mais do que precária.

Esse diagnóstico não tem como finalidade minimizar as intenções bélicas da guerrilha, mas sim reconhecer seus limites na prática e, principalmente, a fragilidade de uma interpretação que a equipara ao aparelho repressivo da ditadura. Considerando a desproporcionalidade das forças em oposição, se a “teoria dos dois demônios” já não consegue capturar com precisão a realidade dos “anos de chumbo” no Brasil, a versão apresentada pela Brasil Paralelo, que exagera o perigo comunista para minimizar a ação da ditadura como meramente reativa, chega a beirar a fantasia.

Conclusão

Uma análise atenta de *1964 - O Brasil entre armas e livros* revela algumas importantes posições contraintuitivas da Brasil Paralelo que merecem destaque. Em primeiro lugar, seus entrevistados, em sua maioria, admitem que o que houve em 31 de março de 1964 foi um golpe de Estado. Além disso, a produção tem posição unânime de rechaço ao AI-5, instrumento que institucionalizou as ferramentas mais autoritárias da repressão. A Brasil Paralelo reconhece, portanto, a existência da ditadura e não parte abertamente em sua defesa.

Por outro lado, apesar de aparentemente flertar com a memória hegemônica crítica ao regime, esta de matriz liberal (Napolitano 2015), marcando posição contrária à ditadura, a produtora acaba por reciclar uma série de elementos da memória militar, notadamente graças ao superdimensionamento da ameaça de um golpe comunista. Este golpe supostamente iminente em 1964 teria sido interrompido por um movimento iniciado pela sociedade civil, em uníssono, e seguido pelos militares. Um dos entrevistados da produção chega inclusive a chamar o golpe de “revolução”, tamanho entusiasmo. No documentário, a insistente trilha de suspense é finalmente substituída por uma marcha triunfal que celebra o fim da Quarta República brasileira. O que faz a Brasil Paralelo, portanto, mais do que relativizar o golpe, como fizeram os liberais desembarcados, é comemorá-lo efusivamente. Além disso, embora a repressão tenha sido abertamente condenada

pelos entrevistados, há uma clara extrapolação da real força da resistência armada à ditadura militar. Ela reproduz o discurso oficial da época e, ainda, o consagrado pelos oficiais que escreveram sobre a experiência no futuro.

Mesmo crítica à ditadura, a produção acaba por revelar algumas preferências através do que diz e do que oculta. Evidência disso são admissões de que teria havido censura, tortura e assassinatos praticados pelos militares, mas desacompanhadas de qualquer caso concreto. Já os casos da esquerda, por sua vez, são fartamente explorados, numa balança que, como dito, confere ao “demônio” da esquerda tamanho muito superior ao da direita, numa avaliação insustentável diante do que se sabe hoje sobre o assunto (Motta 2020).

Em entrevista para o comediante Danilo Gentili, os sócios da Brasil Paralelo têm a oportunidade de se defender da acusação de que o documentário consiste num elogio à ditadura. Lucas Ferrugem diz que “é extensa a lista de críticas feitas ao período militar”. Quando tem a oportunidade de se explicar, ele arremata:

A principal crítica que ele [o filme] faz aos militares... Ele faz uma dura crítica nesse sentido, que, além de ele ter aparelhado o Estado, inflado o Estado, ele deixou uma brecha gigantesca para que se criassem movimentos de massa, culturais, etc. E depois, quando acabou o regime, o único partido de massa que surgiu foi o PT, que protagonizou, depois, mais à frente, os próximos anos da política brasileira. E o fato de eles terem aparelhado todo esse Estado, eles entregaram isso de bandeja para uma oposição tenaz, que se criou durante o período militar e permitiu que o sonho da Nova República fosse na verdade um mito em que a gente só ganhou uma nova escolha para o cabresto (The Noite com Danilo Gentili 2019, 15:28).

Quer dizer, as prisões arbitrárias, a falta de eleições livres, a censura, a tortura, as execuções e o desaparecimento de corpos não são um problema tão grande para a produtora quanto o fato de o regime ter supostamente entregue o Estado para a oposição. Se não defende a ditadura, como alega, a Brasil Paralelo também não parece estar muito preocupada com a democracia.

Apesar de superestimar a força da luta armada, *Entre armas e livros* reproduz uma percepção especialmente cara a Olavo de Carvalho, segundo a qual as guerrilhas não passariam de mera distração para os militares. Um artigo de Olavo para o *Diário do Comércio* diz que

Sim, desde aquela época, quando os generais acreditavam mandar no país porque controlavam a burocracia estatal, a esquerda, dominando a mídia, o movimento editorial e as universidades, já tinha o monopólio da narrativa histórica e portanto, o controle virtual do curso dos acontecimentos. Os militares, que em matéria de guerra cultural eram menos que amadores, nada perceberam. Imaginaram que a derrota das guerrilhas havia aleijado a esquerda para sempre, quando já então uma breve leitura dos Cadernos do Cárcere teria bastado para mostrar que as guerrilhas nunca tinham sido nada mais que um boi-de-piranha, jogado às águas para facilitar a passagem da boiada gramsciana, conduzida pelo velho Partidão no qual os luminares dos serviços de “inteligência” militares só enxergavam um adversário inofensivo, cansado de guerra, ansioso de paz e democracia, quase um amigo, enfim (Carvalho 2012).

Na mesma entrevista para Gentili, Ferrugem diz que o intuito do documentário é apenas “equilibrar”, já que “a propaganda política que está tendo no momento é muito forte, então a gente tem que tentar buscar a verdade nisso”. A ideia, então, seria “tirar o panfleto político, tirar essa

carga ideológica que teve no período” (The Noite com Danilo Gentili 2019, 5:38). Nunca é demais lembrar que esta também foi a motivação dos militares que, já na transição democrática, escreveram o Orvil. “Porém, para os vencidos, o combate continuou. Os derrotados trocaram as armas pelas palavras, fazendo questão de não deixar cicatrizar as feridas que procuram manter abertas até hoje”, escreveu Ustra (2012, 23) na apresentação do livro.

O que está em jogo, neste sentido, é mais do que a mera interpretação do regime e da resistência a ele, mas a própria legitimidade dos atores que têm produzido essa interpretação. Para os olavistas, incluindo a Brasil Paralelo, o discurso dos públicos dominantes — que inclui num mesmo pacote a historiografia, as universidades, a educação básica e o jornalismo — tem um vício de origem, que é a contaminação, voluntária ou não, daquilo que chama de “marxismo cultural”, na verdade um alibi que as direitas utilizaram para manter incandescente o imaginário anticomunista num contexto de declínio dos regimes comunistas pelo mundo. Em suma, trata-se de um esforço de desqualificação cuja finalidade é suplantar o papel desempenhado pelos “peritos” dos sistemas pré-digitais, habilitando estes atores para contar a história da ditadura e qualquer outra.

Os resultados desse processo, ainda em aberto, são difíceis de prever. Fato é que se trata de um cenário complexo e impossível de ignorar. Na berlinda, o conhecimento acadêmico precisa recuperar a confiança da sociedade. E é preciso arregaçar as mangas para isso, compreendendo as novas dinâmicas e ajudando a propor saídas bem fundamentadas. A universidade, como se sabe, não se basta. Em última instância, ao menos em regimes democráticos, quem decide sobre seu papel é a sociedade civil. As novas direitas radicais perceberam isso e resolveram agir. Que não seja para reproduzir seu *modus operandi*, em muitos casos deplorável, ao menos provoque uma profunda reflexão sobre as práticas dentro ou fora da academia em seu nome. No horizonte, está o imenso desafio de permanecer atenta e crítica aos negacionismos ou revisionismos ideológicos e garantidora dos princípios de pluralismo e liberdade de expressão.

Referências bibliográficas

Alfano, Bruno, e Johhans Eller. “Criticada por Bolsonaro por ser ‘de esquerda’, TV Escola exibiu documentário com Olavo de Carvalho, *O Globo*, 16 de dezembro de 2019. <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/criticada-por-bolsonaro-por-ser-de-esquerda-tv-escola-exibiu-documentario-com-olavo-de-carvalho-24130625>.

Almeida, Fabio Chang de. “Internet, fontes digitais e pesquisa histórica”. Em *História Digital: a historiografia diante dos recursos e das demandas de um novo tempo*, org. José D’Assunção Barros. 101-119. Petrópolis: Vozes, 2022.

Batista, Liz. “Atentado do Riocentro: as bombas que tentaram parar a abertura política”. *O Estado de S. Paulo*, 30 abril de 2021. <https://www.estadao.com.br/acervo/atentado-do-riocentro-as-bombas-que-tentaram-parar-a-abertura-politica/>.

Bauer, Caroline. “Usos do passado da ditadura brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro”. Em *Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro*, orgs. Bruna Klem, Mateus Pereira e Valdeci Araujo. 173-193. Vitória: Milfontes, 2020.

Betim, Felipe. “Provamos que a tortura foi uma política de Estado durante a ditadura”. *El País Brasil*, 10 de outubro de 2014. https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/09/politica/1412885347_047042.html.

Borges, Rodolfo. “Documento da CIA relata que cúpula do Governo militar brasileiro autorizou execuções”. *El País Brasil*, 10 mai. 2018. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/10/politica/1525976675_975787.html.

Brasil Paralelo. 2018. “EP 1 - O Teatro das Tesouras | 1989”. YouTube, 24:19. <https://youtu.be/Ue77esm5Kqs>.

Brasil Paralelo. 2019. “1964 - O Brasil entre armas e livros”. YouTube, 2:07:19. <https://youtu.be/yTenWQHRPIg>.

Brasil Paralelo. 2020. “Comunismo, fascismo e liberalismo: adversários ou irmãos”. YouTube, 8:57. <https://youtu.be/IECP2VuGlj4>.

Carvalho, Luiz Maklouf. “As armas e os varões”. *piauí*, abril de 2009, edição 31. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/as-armas-e-os-varoes/>.

Carvalho, Olavo. “Promessa cumprida”. *Sapientiam autem non vincit malitia*, 28 de maio de 2012. <https://olavodecarvalho.org/promessa-cumprida/>.

Cesarino, Leticia. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

“Cinemark diz ter errado ao exibir filme pró-ditadura”. *O Globo*, 1 de abril de 2019a. <https://oglobo.globo.com/cultura/filmes/cinemark-diz-ter-errado-ao-exibir-filme-pro-ditadura-23566389>.

Cleto, Murilo Prado. “As novas direitas brasileiras e o revisionismo da escravidão negra em Brasil: a Última Cruzada”. *Lusotopie*, 21, n. 2 (2022): 1-16. <https://journals.openedition.org/lusotopie/6105>.

“Clubes militares listam os mortos pela esquerda”. *Folha de S. Paulo*, 11 de dezembro de 2014. <http://folha.com/no1561302>.

Costa, Flávio, e Guilherme Azevedo. “Atentado a bomba matou 2 pessoas durante campanha presidencial na ditadura”. *UOL*, 6 de setembro de 2018. <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/06/atentado-a-bomba-matou-2-pessoas-no-aeroporto-do-recife-em-1966.htm>.

Couto, Marlen. “Após eleições, canais bolsonaristas retiram do ar mais de 4 mil vídeos do YouTube”. *O Globo*, 3 de novembro de 2022. <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2022/11/apos-eleicoes-canais-bolsonaristas-retiram-do-ar-mais-de-4-mil-videos-no-youtube.ghtml>.

“Direito de Resposta Brasil Paralelo”. *O Globo*, 25 de junho de 2019b. <https://oglobo.globo.com/politica/direito-de-resposta-brasil-paralelo-23761972>.

Ferraz, Lucas. *Injustiçados: execuções de militantes nos tribunais revolucionários durante a ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Figueiredo, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Gabeira, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

Gaspari, Elio. *A ditadura escancarada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

“General Mourão admite que, na hipótese de anarquia, pode haver ‘autogolpe’ do presidente com apoio das Forças Armadas”. *G1*, 8 de setembro de 2018. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/08/general-mourao-admite-que-na-hipotese-de-anarquia-pode-haver-autogolpe-do-presidente-com-apoio-das-forcas-armadas.ghtml>.

Gorender, Jacob. *Combate nas trevas — A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

Gruner, Clóvis. “Quadros da barbárie, quadros de memória: a experiência autoritária no Brasil, Argentina e Uruguai em quadros”. Em *Artes & Violências*, orgs. Rosane Kaminski, Vinícius Honesko e Luiz Carlos Sereza. 225-246. São Paulo: Intermeios, 2020.

Jansen, Roberta. “Human Rights Watch: ditadura no Brasil torturou 20 mil pessoas; 434 foram mortas ou desapareceram”. *O Estado de S. Paulo*, 27 de março de 2019. <https://www.estadao.com.br/politica/human-rights-watch-ditadura-no-brasil-torturou-20-mil-pessoas-434-foram-mortas-ou-desapareceram/>.

Loyola, Leandro. “Uma breve história de Dilma Rousseff, da luta armada ao Palácio do Planalto”. *Época*, 25 de outubro de 2014. <https://epoca.globo.com/tempo/eleicoes/noticia/2014/10/uma-breve-historia-de-dilma-rousseff-da-luta-armada-ao-palacio-do-planalto.html>.

Lucchesi, Anita, e Bruno Leal Pastor Carvalho. “História Digital: reflexões, experiências e perspectivas”. Em *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*, org. Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago. 149-163. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Magalhães, Luiz Antonio. “Folha publicou ficha falsa de Dilma”. *Observatório da Imprensa*, 25 de abril de 2009. <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/folha-publicou-ficha-falsa-de-dilma/>.

“Mentir sob tortura não é fácil”, reage ministra. *Folha de S. Paulo*, 8 de maio de 2008. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0805200823.htm>.

Monteleone, Joana. Sobre as fontes de Hugo Studart em “Borboletas e Lobisomens”. *Opera Mundi*, 21 de julho de 2018. <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/53867/sobre-as-fontes-de-hugo-studart-em-borboletas-e-lobisomens>.

Moraes, Everton Oliveira de, e Murilo Prado Cleto. “A última cruzada: tempo e historicidade na série da produtora Brasil Paralelo”. *Tempo e Argumento*, 15, n. 38 (2023): e0108. <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180315382023e0108>.

Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Rio de Janeiro: Eduff, 2020.

Motta, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Napolitano, Marcos. “A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)”. *Estudos Ibero-Americanos*, 43, n. 2 (2017): 346-366. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24766>.

Napolitano, Marcos. “Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI”. Em *Novos combates pela História*, org. Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky. 85-111. São Paulo: Contexto, 2021.

Napolitano, Marcos. “Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro”. *Antíteses*, 8, n. 15esp. (2015): 09-44. <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617>.

Oliveira, David Barbosa, e Reis, Ulisses Levy Silvério dos. “A teoria dos dois demônios: resistências ao processo brasileiro de justiça de transição”. *Revista Direito e Práxis*, 12, n. 1 (2021): 48-76. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/45326>.

Ortellado, Pablo. “Precisamos escutar”. *O Globo*, 11 de novembro de 2021. <https://blogs.oglobo.globo.com/opinioao/post/precisamos-escutar.html>.

Paulo, Diego Martins Dória. “Brasil Paralelo tenta censurar debate”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 21 de julho de 2020. <https://diplomatique.org.br/brasil-paralelo-tenta-censurar-debate/>.

Pereira, Mateus. “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. *Varia História*, 31, n. 57 (2015): 863-902. <https://www.scielo.br/j/vh/a/NcJrcx93VSTVnnQnHVGXLYf/abstract/?lang=pt>.

Pereira, Mateus, e Valdeci Araujo. *Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI*. Vitória: Editora Milfontes; Mariana: Editora da SBTHH, 2019.

Quadros, Vasconcelo. “Militares teriam levado presos políticos para matar no Araguaia”. *Agência Pública*, 14 de julho de 2021. <https://apublica.org/2021/07/militares-teriam-levado-presos-politicos-para-matar-no-araguaia/>.

Reis Filho, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Roberto Monte. 2013. “Retratação política em Toritama PE - A volta dos restos mortais de José Manoel da Silva”. YouTube, 20:53. https://youtu.be/1gKIK_bj1bg.

Rocha, João Cezar de Castro Rocha. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.

Rossi, Marina. “A regra de sangue da Operação Condor, a aliança mortífera das ditaduras do Cone Sul”. *El País Brasil*, 30 de março de 2019. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/29/politica/1553895462_193096.html.

Santhiago, Ricardo. “Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil”. Em *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*, org. Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago. 23-35. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Santos, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. “Agenda conservadora, ultraliberalismo e ‘guerra cultural’: ‘Brasil Paralelo’ e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020)”. Dissertação de Mestrado, Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2021.

Serapião, Fabio, César Feitosa, e Julia Chaib. “Minuta do golpe foi discutida na Defesa sob Bolsonaro e teve momento de tensão”. *Folha de S. Paulo*, 15 de março de 2024. <https://folha.com/90h214wz>.

The Noite com Danilo Gentili. 2019. “Entrevista com os produtores de ‘1964: o Brasil entre armas e livros’”. YouTube, 21:31. <https://youtu.be/-cbyRjnzExk>.

Traverso, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Edições Unipop: Lisboa, 2012.

Ustra, Carlos Alberto Brillhante. “Apresentação”. Em *Orvil: tentativas de tomada do poder*, orgs. Lício Maciel e José Conegundes Nascimento. 23-26. São Paulo: Schoba, 2012.

“Vera Sílvia Magalhães - A História de uma Guerrilheira”. *Câmara dos Deputados*, 15 de janeiro de 2004. <https://www.camara.leg.br/tv/212737-vera-silvia-magalhaes-a-historia-de-uma-guerrilheira/>.

Villa, Marco Antonio. “Ditadura à brasileira”. *Folha de S. Paulo*, 5 de março de 2009.
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0503200908.htm>.

Recebido: 19 de março de 2024

Aprovado: 10 de maio de 2024

Entrevista

<http://doi.org/10.34019/2594-8296.2024.v30.45717>

“CTRL+F História”. Entrevista com Tiago Gil

“CTRL+F History”. Interview with Tiago Gil

“CTRL+F Historia”. Entrevista con Tiago Gil

Anita Lucchesi*

<https://orcid.org/0000-0002-8523-111X>

Mônica Ribeiro de Oliveira**

<https://orcid.org/0000-0001-7168-7653>

Como citar esta entrevista:

Lucchesi, Anita; Oliveira, Mônica Ribeiro de. “Entrevista com Tiago Gil (Universidade de Brasília)”. *Locus: Revista de História*, 30, n. 1(2024): 138-158.

Tiago Luís Gil possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000), graduação em Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Atualmente é professor Associado da Universidade de Brasília (UnB). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: economia colonial, história digital, contrabando, fronteira, história espacial, geoprocessamento em história e bancos de dados.

* Pesquisadora na Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), onde coordena um projeto de divulgação científica com podcasts. É também co-investigadora do software de gestão de fontes primárias digitalizadas, Tropy. Área de atuação: Teoria da História, História da Historiografia e Ensino de História, com ênfase em História Pública Digital.

** Professora titular de História do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. É docente do PPGHistoria/UFJF e pesquisadora da Fapemig. Área de atuação: história de família, sociedades agrárias nos séculos XVIII e XIX e micro-história.

A *Locus: Revista de História* apresenta uma entrevista exclusiva com Tiago Luís Gil – uma importante referência para os estudos sobre as humanidades digitais, especialmente a História Digital. Concedida de forma muito generosa pelo colega, a entrevista integra o dossiê temático “História digital: tecnologia e fazer historiográfico entre teoria e prática” e foi conduzida pelas organizadoras do dossiê, Anita Lucchesi e Mônica Ribeiro, explorando a trajetória de Gil nas veredas digitais, buscando compreender sobretudo suas motivações para se investir nos estudos e na utilização de sistemas de informação geográfica no campo da pesquisa histórica.

Para melhor legibilidade da entrevista, a transcrição da gravação foi editada para remover alguns marcadores do registro oral e comentários paralelos relacionados aos preparativos e ou encerramento da gravação, como testes de som e/ou ruídos externos, buscando preservar a integridade das perguntas e respostas em seus significados.

- **Monica Ribeiro de Oliveira: Tiago, o que te inspirou a integrar a tecnologia dos sistemas de informação geográfica no campo da pesquisa histórica? E especialmente, gostaríamos que falasse para nós um pouco do *Atlas Digital da América Lusa*, que é um fruto extremamente importante de seu trabalho e com uma centralidade nos estudos sobre geoprocessamento e cartografia no Brasil.**

Todas as minhas iniciativas de trabalhar com história digital, podemos chamar assim, sempre foram pautadas pela pergunta histórica, pergunta de historiador, de pesquisa histórica, que antecedia a abordagem técnica. O *Atlas Digital da América Lusa*¹ é um exemplo disso. Por quê? Porque quando estava no doutorado eu trabalhava com crédito, história do crédito. Como é que as pessoas emprestavam, tomavam emprestado, como é que as pessoas se endividavam, etc. E comecei a acreditar que tinha uma geografia do crédito e precisava saber até que ponto o espaço geográfico era uma variável importante para tomar em conta. Comecei a fazer experimentos com o que tinha em mãos, desenhava no papel, “mas deve ter um jeito, digamos assim, certinho de fazer isso”, pensei. Na época eu estava fazendo o Sanduíche, no Instituto Universitário Europeu, em Florença, e vi um cartazinho de um curso de geoprocessamento para historiadores, oferecido por uma professora da Universidade de Florença, chamada Margherita Azzari. Eu me inscrevi neste curso e aprendi muita coisa. Voltei para o Brasil e consegui o programa que ela usava, e comecei a

¹ O *Atlas Digital da América Lusa* é uma proposta colaborativa, que congrega pesquisadores de diversas instituições. A ferramenta base foi desenvolvida pelo Laboratório de História Social (LHS) da Universidade de Brasília, usando tecnologia do Ministério do Meio Ambiente, o software I3GEO. O LHS/UnB também produziu mapas base com informações de unidades urbanas e populacionais do período entre 1500 e 1800, além de outros bancos de dados de informações geográficas. Nele podem ser publicados dados espacializados de diversas pesquisas ou mesmo informações que possam passar pelo processo de geoprocessamento a cargo do LHS/UnB. A ideia é que diversos pesquisadores possam enviar informações de seus estudos e, ao mesmo tempo, usufruir deste grande banco de dados coletivo revisado, organizado e certificado, assim como da cartografia produzida. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/Início>.

trabalhar, até que eu consegui fazer o que precisava. Consegui fazer o que eu queria fazer, o mapa das povoações da América Portuguesa Meridional, São Paulo para baixo, Rio para baixo, e mapear o caminho das tropas. Então desenhei o caminho das tropas ali. Foi bastante trabalho, mas foi importante para a pesquisa. Aí pensei que seria bom se tivesse tido tudo isso pronto, assim, para fazer, não precisava ter pesquisado tanto para reconstituir as vilas, bastava eu ter baixado de algum lugar e usado. Assim, pensei que podia fazer isso para o Brasil todo. Surgiu então o *Atlas Digital da América Lusa* com essa função. Ele tenta ser uma ferramenta que imita *Google Maps*, uma navegação pelos lugares, onde podemos ver as vilas, os rios com os nomes da época, os caminhos, as cidades. Depois podemos descer para a nível das capelas, até chegar nas ruas e nas quadras das cidades que estão já referenciadas. Temos 100 vilas de um total de 260, 100 vilas com desenho do casco urbano. A pessoa pode baixar e trabalhar em cima disso. Constam também os jesuítas, os carmelitas, e mais uma série de informação que dá para produzir mapas a partir desse material. A equipe do *Atlas* nunca explorou totalmente esse material. Fizemos três artigos com três hipóteses cruzando dados que estavam no *Atlas*. Cruzamos, por exemplo, o avistamento de grupos indígenas com a povoação, depois elaboramos um artigo sobre a morfologia da conquista. Então, fizemos vários trabalhos usando esses dados, mas assim, sempre hipotéticos, sempre experimentais. Provocando uma historiografia, a historiografia da conquista, por exemplo, da ocupação territorial, que é muito da geografia e da arquitetura, para que dialogassem com a história indígena, num debate que praticamente não existia e que acho produtivo. Então, a gente tem feito isso, mas agora estamos um pouco parados, digamos, estamos trabalhando em outras frentes e não voltamos mais para o *Atlas*. Ele, basicamente, é uma ferramenta de navegação num tempo e espaço. E, diferentemente do *Google Maps*, é uma ferramenta que também valoriza o tempo. Podemos ver o século XVI, por exemplo, ou só uma década específica, ou só um ano específico, podemos delimitar isso e navegar por ele. Com uma pequena diferença do *Google Maps*, a gente também permite que as pessoas baixem os dados dos seus computadores e usem esses dados em software de cartografia digital. Então, é a pergunta que orienta a técnica e o *Atlas Digital da América Lusa* responde um pouco essa demanda, uma demanda que surgiu lá atrás, que eu achei que poderia ser melhor explorada por outras pessoas. Mas, o porém dessa história é que até agora não tivemos muitos usos do *Atlas*. Não sei se chegou a cinco pessoas que usaram os dados que estão ali. É uma boa questão o porquê que isso também acontece. Talvez as pessoas não vejam vantagem na geografia como uma variável importante. É uma questão que temos que pensar.

- **Anita Lucchesi: Você mencionou que começou a trabalhar com software da professora Margherita Azzari e perguntamos que ferramentas seriam essas? Se alguém estiver interessado em trabalhar com gerenciamento geográfico, enfim,**

esses softwares de cartografia para um leigo, que ferramentas são essas? Por onde começar? E já adicionando, se você acha que o baixo uso do Atlas pode ter relação com o desconhecimento dessas ferramentas também?

Mas antes, eu gostaria de matizar uma questão relativa ao baixo uso do *Atlas*, e especialmente, a parte dos dados cartográficos, tendo em vista que a parte textual do *Atlas* é bastante usada. O que me faz pensar que é o fato de os historiadores serem muito alfabetizados, em termos de alfabeto mesmo, e pouco alfabetizados em termos de imagem e outras formas de comunicação. Historiador, por exemplo, tem medo de imagem, gráfico, tem medo de tabela, que é um pouco textual ainda, não é? Tem medo de imagem, também. São poucas pessoas que trabalham com imagens. Não estou dizendo que elas não existem, e que são poucos os corajosos, não é? Por outro lado, mesmo na história oral, pouca gente se aventura. Dada a importância dessas técnicas, desses conhecimentos de história oral, de histórias das imagens, é pouca gente. A maior parte vai para o texto, que é um terreno confortável para o historiador e eu mesmo faço isso. E os historiadores, quando analisam mapas, quando começou a chamada crítica da cartografia, nos anos 1990, a nova cartografia, a cartografia crítica, se falava de “ler mapas” como se lê um texto. Ou seja, de novo, tem que traduzir para poder fazer o trabalho, porque ao olhar um mapa por si mesmo o historiador se mostra pouco capaz. Não sei se é tanta questão técnica e um melindre tecnológico, ou outra dificuldade, porque, por exemplo, a história oral poderia ser mais feita, se os historiadores não fossem tão textuais. E a tecnologia para a história oral não é tão difícil assim. A análise de imagens com uso de tecnologia, também não é tão complicada. As pessoas têm medo, têm receio de fazer. Enfim, é um pouco uma impressão. Depois tem a parte também tecnológica que assusta, o que não duvido, mas não sei se é só isso.

Aí, a pergunta que você fez, sobre o software, eu serei bem partidário aqui. A professora Margherita Azzari, usava um software comercial “proprietário”, que é um software de uma empresa privada que o vende. Na época (2007), não havia outra alternativa. No entanto, hoje nós temos alternativas e vou mencionar só esse software, que é *open source*/código aberto, gratuito, que é o QGIS, *QuantumGIS*². Que é um programa ético, muito aberto. As pessoas podem participar dele e financiar. Enfim, é muito transparente, ao contrário do outro, proprietário, que a gente não sabe bem como é feito. Eu não vou nem mencionar o proprietário para não fazer propaganda. Tanto é que, nesse meio tempo, a Margherita Azzari mudou, ela não usa mais o proprietário, ela usa já o código aberto. O QGIS é uma ferramenta muito boa para trabalhar com geoprocessamento. Faz tudo o que a gente precisa na história. Até muito mais do que a gente precisa. É fácil de aprender,

² QGIS é um software livre com código-fonte aberto, multiplataforma de sistema de informação geográfica que permite a visualização, edição e análise de dados georreferenciados. Disponível em: <https://www.qgis.org>

em geral, sua curva de aprendizado é bem simples. Leva-se de uma hora a duas horas para aprender o básico do QGIS. Enquanto o proprietário, aquele outro, se leva em geral um ano para dominar. Porque é muito cheio de ferramentas. Para usar uma metáfora, vocês já usaram o *Zoom*, o *Zoom* tem um monte de coisa, que na maior parte são inúteis. Enquanto o *Google Meet* tem o básico, mas tem o que precisa. E é muito fácil de aprender e usar o *Meet*, pois é meio intuitivo. Eu acho que ele tem quase um treinamento para você usar ele na plenitude. É mais ou menos a mesma diferença, assim. Só que, digamos que o outro comercial de cartografia é bem mais complicado que o *Zoom* é em relação ao *Meet*. Acho que o QGIS é uma ferramenta muito boa, mesmo que pareça muito difícil no começo. Eu começaria indicando às pessoas trabalharem com o *Google My Maps*. Não é o *Google Maps*. *Google Maps* também pode ser útil, mas com o *My Maps*, você pode marcar os pontos, desenhar linhas, você consegue desenhar em cima dele. E fazer os seus mapas, tendo com o mapa de fundo, o mapa atual do *Google*. O que não é legal se você quer mostrar as coisas do passado, o passado que não está mais ali no mapa visível. Tem muitas coisas do passado que ainda estão visíveis no mapa atual, mas nem todas estão. Então, acho o *My Maps* uma boa ferramenta para aprender a dominar o básico, que significa, resumindo, aprender a descrever o mundo, a paisagem do mundo, usando três palavras: pontos, linhas e polígonos. Com pontos, você vai indicar lugares específicos; com linhas, vai expressar rios, caminhos, fluxos; e com polígonos, vai representar áreas, territórios. Tudo isso são coisas que você tem que ter, mas daqui a pouco você pode, em vez de desenhar uma cidade com um ponto, representar a cidade, você pode desenhar linhas representando as ruas dessa cidade. Então, dependendo da escala, você vai empregar mais um ou outro e depois você tem que saber falar, essas palavras falarem mais do que elas fariam por si só, ou seja, usar cores, usar granularidades, usar hachuras, usar outras técnicas visuais para indicar o que você quer. Basicamente, é isso. É desenhar em cima de um plano euclidiano, sempre supondo, e acho que essa é a coisa mais interessante da Cartografia Digital, que as relações humanas têm um significado espacial, ou podem ter um significado espacial. Enfim, acho que é uma coisa que pode ser útil muitas vezes para você pensar melhor algumas questões. Eu indicaria isso. Começar com uma ferramenta bem básica, como o *Google My Maps*, que todo mundo que tem a conta do Google pode usar, e depois passar para o QGIS. O QGIS não é muito mais complicado que o *My Maps*, mas ele faz algumas coisas que o *My Maps* não faz. Você pode criar tudo do zero, ou seja, você mesmo definir a paisagem que você quer deixar no fundo, que lugares você quer que sejam exibidos e os que não quer, enfim, você pode reconstruir ali universos. Então, eu indicaria o QGIS como uma ferramenta importante.

- **Monica Ribeiro de Oliveira: Muito rica a tua fala sobre a questão, não só das ferramentas, mas quanto aos desafios. Você falou de desafios que na verdade, se referem quase a uma falta de letramento na área, principalmente quando pensamos nos currículos formativos na graduação. Mas ainda, dentro da questão técnica, dentro do georreferenciamento e do geoprocessamento, quando você está diante de uma imprecisão de fontes, como é que você lida com elas? Como é que você consegue marcar os pontos? Os polígonos, as linhas, enfim, como é que você lida com a imprecisão?**

Sim, mas antes eu queria fazer uma pequena observação sobre o letramento que você citou e que acho importante, porque as pessoas têm dito frequentemente, eu vejo muita gente falando: “eu não preciso aprender a tecnologia, eu pago alguém pra fazer”. O problema é que não é só uma questão do historiador com sua pesquisa, mas como cidadão. Estamos cada vez mais dominados pelos algoritmos. Abrir mão de entender como isso funciona, significa, no futuro, abrir mão da liberdade, pois nossa vida está mediada já por algoritmos. Você vai escolher um restaurante para comer, você olha no *Google* a nota, e a nota não é a nota que as pessoas deram para o restaurante, simplesmente. Aquela nota é das pessoas que o Google acha que parecem com você deram para o restaurante. Então, há um cálculo ali, não é um cálculo simples. As indicações que ele dá são baseadas na experiência de interação que elas têm com você. Ele já mediu quem você é. A gente pode deixar e aceitar a dominação, é uma alternativa. Eu não gosto muito dessa ideia, mas é uma alternativa. Sempre nos preocupamos em história em entender poderes. E agora não sabemos mais como entender os poderes. Enquanto era a arma de fogo, a lança, achávamos que estávamos entendendo, mas agora tem outras ferramentas que estão em jogo e que a estamos abrindo mão de entender. A cartografia também passa por aí. Ler um mapa é uma atitude que pode ser passiva ou ativa. Pode ser uma atitude de contemplação, de crença, de ingenuidade, de olhar para o mapa e acreditar que ele está ali, dizendo uma verdade, não é? Tem muitas camadas na construção de um mapa. E saber fazer mapas ajuda a gente perder um pouco essa ingenuidade. Começar a olhar para o mapa e ver que tem muita coisa que não é neutra, por exemplo, botar esse tipo de cor para tal coisa, não é simples. Tem um juízo de valor aqui. Enfim, tanto com as cores, como com as formas das coisas. Eu acho que já seria uma forma de a gente lidar com a incerteza, com o desafio técnico, ter esse domínio do conhecimento cartográfico. Mas tem muitas formas de lidar com a incerteza. Aí, já indo ao ponto da pergunta. Tem muitas formas de lidar com a incerteza e com a imprecisão. A primeira delas, para destacar a imprecisão para o leitor. O que eu tenho sempre orientado as pessoas a fazer, e tenho feito, é fazer mapas feios. Fazer mapas feios. Fazer mapas bonitos é sedutor, as pessoas olham para o mapa e acreditam no mapa. Quando a gente faz um mapa que indica, que parece que foi feito por alguém meio amador, ele já perde um pouco essa aura. Os cartógrafos falam que tem que ter a rosa dos ventos, tem que ter uma série de informações técnicas.

Não acho que devemos colocar essas coisas. Deliberadamente, não devemos colocar essas coisas. Deve-se colocar o essencial para transmitir a informação que queremos, a qual a gente não conseguiria através do texto. Por quê? Porque é como se fossem croquis. Então, melhor dizer que não são mapas, são croquis. Porque são tentativas de comunicar a informação espacial. Muitos cartógrafos são bastante positivistas. Para eles, o mapa é realmente aquilo que é. E nós, na história, não temos tanta ingenuidade assim. A gente acha que, enfim, são construtos, como qualquer outro construto textual, ou narrativo, ou mesmo oral. Sabemos que as pessoas podem, em um discurso ao vivo, usar a voz como uma ferramenta de convencimento e com a cartografia é a mesma coisa. Acho que deixar o fio solto para a pessoa desconfiar do mapa é um primeiro passo, e fazer mapas feios é uma forma de deixar o fio solto. Feio, eu não quero dizer que tem que ser horrível, mas assim... Deixar alguma pista para o leitor de “olha, esse mapa aqui é um mapa artesanal feito de propósito de forma de comunicar uma informação”. Depois, uma boa crítica textual na parte de baixo do mapa, no texto que segue o mapa, talvez seja interessante para o leitor confrontar: “Olha, a gente pode ler um mapa assim, um mapa passado, pode fazer tal interpretação, tem que ter em conta tal problema?”. Jogar aberto com o leitor no texto também, acho que isso seja importante. Depois, tem várias técnicas de denotar a imprecisão através de recursos cartográficos. Uma delas, por exemplo, é usar tons de cinza para indicar o grau de certeza que temos com a informação cartográfica. Se aquele ponto, por exemplo, está bem preto, a gente sabe que é ali. Ou tons de cinza, “olha, eu não sei, acho que é por aqui”. Então, a gente pode usar esse tipo de legenda para indicar essa incerteza, para transmitir essa insegurança mesmo para o leitor. E depois tem outra coisa, que é o que eu mais gosto de usar: uma escala continental. A escala continental pouco importa se a margem de erro é de dois quilômetros. O ponto vai ficar no mesmo lugar, porque dois quilômetros, na escala continental, não é nada. Sem certeza que a gente está trabalhando de dois quilômetros, a escala continental faz isso ser um problema menor. Quem trabalha com história urbana não vai poder se dar esse luxo, que eu me dou, porque os meus problemas de pesquisa são de escalas menores (grandes regiões). Eu trabalho com fluxos de negociantes de gado. Então, para mim é fácil fazer isso. Em história urbana, não tem como fazer isso. Vai ter que trabalhar com uma escala onde a diferença de metros pode ser importante, metros mesmo. Se você pensar aquilo que o Milton Santos chama de rugosidade, você vai ter um banco multinacional financeiro do lado de uma favela. Como é que você argumenta que existe uma espacialidade dos problemas sociais se tem essa coisa do lado da outra? Só que, ao mesmo tempo, existem fenômenos que são geograficamente distribuídos. Na América Latina, os centros são ricos, as periferias são pobres. Isso é uma coisa que a gente pode dizer sem ser simplista. É uma tendência. Agora, no Rio de Janeiro, já não é tanto assim. Já é mais topográfico o problema. Também tem periferia, mas também

é topográfico. Você vai ter, por exemplo, Pavão-Pavãozinho, no meio de Copacabana. É possível criar ferramentas para indicar isso. E a forma mais eficiente que eu conheço é deixando isso bem claro para o leitor. Preferentemente, entendo que é para toda a história, não só para cartografia digital em história, é a gente enfraquecer as nossas hipóteses para que o leitor possa nos desmontar. O que é duro, é duro, porque a gente custa muito chegar às hipóteses. Depois que chegamos às hipóteses, ainda tem um passo que é enfraquecê-las. “Olha, eu estou com essa ideia aqui na cabeça, que está aqui o meu modelo explicativo. Porém, eu quero trazer todos os problemas que ele tem, por exemplo: aqui não está bem explicado, aqui é necessário um pouco mais de evidências, nesta parte precisa de mais informação. Mas eu estou achando que isso aqui era assim.” Enfim... existem formas de se fazer isso. A postura transparente e aberta é necessária. Não só na cartografia digital, como eu falei, mas também em outras questões em história. Acho que faz parte um pouco de uma nova postura de pesquisa, que é ressaltar as fraquezas. É uma forma que a gente tem de combater um neo-empirismo que é muito evidente. Nesse mar de incertezas que vivemos, de *fake news*, as pessoas estão querendo certezas. Eu tenho sentido isso nos alunos, eles querem certezas. E não, não podemos prometer essas certezas para eles. Seria enganoso.

- **Anita Lucchesi: Como as questões, como a nossa cultura institucional no Brasil, em nossas instituições, sobretudo nas universidades, têm dado suporte para esse trabalho todo que você está comentando até agora acontecer? Claro que muito acontece na nossa esfera individual, tudo que você descreveu aqui sobre apresentar as certezas foi muito rico, inclusive, suas respostas estão dando uma grande aula, estou aprendendo muito. Mas como é que é a universidade brasileira em termos dessa infraestrutura para o trabalho digital? Você encontra esse suporte institucional? Você tem que trabalhar muito sozinho? Você mencionou um software aberto. O que tem de recurso, o que você pode comentar para a gente em termos desses desafios institucionais?**

De modo geral, a infraestrutura brasileira para esse tipo de pesquisa é péssima. Não quero dizer que em outros países seja muito melhor. Tem problemas, vou dizer, no mundo inteiro assim, que não são relacionados só com a tecnologia ou com a estrutura e dinheiro, mas com segurança. Por exemplo, muitas universidades europeias vetam projetos desse tipo, porque a gente usa softwares que, para eles, não têm a segurança adequada, o que é correto. Então, tem um pouco de problema aí, porque o mundo da internet não é um mundo tão pacífico e fácil de lidar para quem tem site. É um mundo bem hostil, difícil, porque tentativas de invasão são frequentes. O Atlas já caiu três vezes ao longo dos últimos quase 15 anos por conta de ataques que não eram ao Atlas, eram à universidade. Tentativa de pessoas injetarem conteúdo malicioso para bombar websites russos, por exemplo, ou árabes. Já foram duas vezes, um caso árabe e um caso russo. Não era

contra a gente, mas era um oportunista, encontrou uma falha e aproveitou. E é um desgaste sempre, mas isso não é uma coisa com a gente, com o Brasil, digamos assim. Agora, não posso reclamar da Universidade de Brasília, porque sempre tivemos aqui um bom acolhimento e temos um servidor de dados que pagamos com dinheiro de projeto que fica no Centro de Processamento de Dados da universidade. E que a gente tem toda liberdade de inclusive fazer coisas burras, digamos, inseguras. Então, temos protocolo de segurança um pouquinho inferior ao que a universidade gostaria para poder manter alguns projetos funcionando. Eu não vou dizer aqui quais são as nossas vulnerabilidades, mas, enfim, fazemos algumas coisas que outros lugares não conseguiriam por conta desse problema de segurança, de insegurança no nosso caso. A gente tem um pouco mais de liberdade tendo esse servidor, porque se der algum problema, vai ser o *nosso* servidor, a universidade não se incomoda – se quiseram liberdade, arquem com os custos. Se o servidor fosse da universidade, eles não iam deixar. Pela boa parte das coisas que temos, porque comprometeria o sistema de matrículas, por exemplo. E aí não ia dar certo. Já pensou se a gente cria um problema e derruba matrículas dos alunos? Cinquenta mil pessoas afetadas, é complicado. Mas a gente tem uma boa estrutura que não dá para reclamar. Inclusive, já hospedamos projetos de colegas europeus, porque eles não tinham condições de fazer lá. Um amigo meu italiano tem um servidor na sala dele ligado na rede, quase clandestino, para alguns projetos que ele tem. E se não fosse assim, ele não teria liberdade de fazer o que ele quer. Mas isso não é por questão de estrutura, de dinheiro, mas é uma questão de segurança, que é o maior problema hoje em dia que os CPDs têm é garantir a segurança do sistema e isso acaba sendo uma barreira bastante grande. Agora, vocês pediram para ligar com o software. Eu acho que isso tem tudo a ver, porque, por exemplo, tem sistemas, aquele proprietário que eu falei, que vendem em um pacote fechado. É uma workstation completa. A pessoa pode fazer tudo ali, o que dá a sensação de ser mais amigável, de ser mais fácil. Só que ele tem dois problemas: o tempo de aprendizado é muito lento, e, incrivelmente, esse software é pago e custa muito caro, custa entre R\$5 mil e R\$10 mil ao ano por projeto, em alguns casos, mais. Eu estou falando sobre a parte básica, quando é o workstation, é bem mais caro, vai a R\$25 mil, 30 mil. E, mesmo caro, é pesado e lento. Então, ele tem esse porém, ainda que seja de fácil instalação em estruturas universitárias. Mas tem softwares que são bem fáceis de instalar também e que são código aberto e tem bastante, na verdade, hoje em dia tem muitas opções. Sabendo fazer direitinho, dá para ter segurança e qualidade ao mesmo tempo. Um exemplo: No *Atlas*, usávamos um software brasileiro feito para o Ministério do Meio Ambiente, que era o i3Geo³.

³ O i3Geo Foi desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente e distribuído sob a licença GPL (*General Public License*), tendo como objetivo difundir o uso do geoprocessamento como instrumento técnico-científico e implementar uma interface genérica para acesso aos dados geográficos existentes em instituições públicas, privadas ou não governamentais. Ver: <http://mapas.mma.gov.br/i3geo/mma/openlayers.htm>

O i3Geo foi descontinuado porque o criador dele achou que não precisava mais trabalhar nele, já tinham alternativas suficientes para ele. Somos o último projeto que ainda usa o i3Geo, eu acho. Esse é o nosso único sistema desde 2010, quando saiu. E nós vamos trocar agora em breve também, pois o i3Geo usa certas estruturas de software de PHP⁴ e de SQL⁵ que são antigas, provocam insegurança. Teremos que mudar e atualizar essas coisas. É uma questão de segurança que a gente vai ter que fazer, não vai adiantar. A escolha do software determina também o grau de segurança que você tem e a infraestrutura que você precisa. Agora, não são recursos, não são estruturas muito caras. Não é uma questão de dinheiro. Vamos lá, com R\$5.000, um departamento conseguiria manter uma estrutura de dados de sistemas informáticos para todos os professores, por exemplo. Um servidor de R\$5.000 sustenta 30, 40 projetos ao mesmo tempo, com toda tranquilidade, sem precisar usar o sistema da universidade, que nem sempre é tão amigável, por exemplo. Então, não acho que seja uma questão de infraestrutura, o problema maior do meu ponto de vista hoje em dia é a segurança.

- **Monica Ribeiro de Oliveira. Então, vamos falar sobre a questão da interdisciplinaridade. Você mencionou a questão da segurança, a questão dos softwares, softwares pagos e assim perguntamos, como é que está a nossa relação com as outras áreas? Com o pessoal da ciência da computação, com o pessoal da modelagem computacional. Nós, historiadores, por outro lado, temos que realmente nos atualizar sim, mas nós damos conta disso? Esse diálogo com as outras áreas é importante para nós, é vital? Como é que você vê esse intercâmbio entre diferentes áreas?**

Bom, intercâmbio é um pouco forte, eu acho, porque eles não precisam aprender muito com a gente. Talvez fosse interessante, mas não... enfim. Curiosamente, até hoje, os programadores com o que eu trabalhei, todos tinham uma sensibilidade humana muito grande. Pode ser uma questão de amostragem, que eu calhei de encontrar pessoas que eram muito sensíveis e preocupadas com questões maiores. Por exemplo, Leonardo Barleta, que foi o primeiro da equipe, ele é professor de história. É historiador. Hoje é professor da Universidade de Nebraska, Estados Unidos, em história. Depois, o outro colega, o Cássio, era programador e tinha uma militância ambiental. Ele fez softwares para medir impacto ambiental. Recentemente, o outro colega, o Saulo, é um programador militante de esquerda, e fica me perguntando coisas o tempo todo de história

⁴ Segundo a Wikipedia, PHP (um acrônimo recursivo para "PHP: Hypertext Preprocessor", originalmente *Personal Home Page*) é uma linguagem interpretada ou linguagem de programação livre, utilizada para criar sites e aplicativos na internet. Ela funciona no servidor, processando dados e gerando páginas web dinâmicas que são enviadas para o navegador da pessoa usuária. Para mais, ver o verbete: <https://pt.wikipedia.org/wiki/PHP>.

⁵ SQL, ou Structured Query Language (em tradução literal "linguagem de consulta estruturada"), é uma linguagem utilizada para se comunicar com bancos de dados, ajudando a organizar, buscar e manipular informações armazenadas neles. Ver verbete: <https://pt.wikipedia.org/wiki/SQL>.

porque ele está estudando. E me pergunta muitas coisas. Então a gente troca um pouco, mas não porque a demanda da história leve ele a pensar em outras coisas. Mas talvez fosse interessante porque, de fato, tem umas coisas que eles pensam que é surpreendente que eles pensem e que a gente poderia explorar aqui. Geralmente é muito mecânico, de fato, o trabalho de programação. Faz um passo, depois faz outro e então outro. É muito industrial, muito linha de produção. Eles, inclusive, usam essas metáforas de linha de produção para se pensar a programação. Agora, também teríamos muito a aprender com eles, em certo sentido. Porque quando somos obrigados a contar o que a gente pensa, historicamente, de uma forma lógica e clara, temos dificuldade e a máquina não entende. Não dá para dizer simplesmente que é mais ou menos assim. Até tem como dizer que mais ou menos assim. Dá para fazer uma série de “ses” (“se” isso é assim, faça deste modo, etc.). Mas ela dificilmente vai ter essa sensibilidade para coisas que são, para nós, um pouco mais impressionistas. Acaba sendo um desafio de como é que eu penso o mundo e como é que eu teria que pensar o mundo de uma forma mais mecânica. Pensando nisso como um exercício pode ser interessante e até divertido. Não acho que todas as pessoas têm que saber programar. Boa parte das pessoas, dos historiadores, não vai precisar usar programação nas suas vidas. Mas sabe que talvez fosse interessante ter uma noção de saber ler programação? Por uma questão social inclusive, porque a gente vai vivendo um mundo cada vez mais dominado por isso. Não é a questão de ser historiador ou não. É a questão de como as máquinas pensam. Como é que o algoritmo calcula. Começar inclusive para poder se safar de problemas. Começar a antecipar o que a máquina vai fazer. Ou entender por que deu aquele resultado. É a questão de uma vida cívica digna e em história não é menos importante. Vejo muita gente usando inteligência artificial de uma forma muito acrítica, “ah, me resolve o problema, me resolve o problema, eu dei aqui umas fontes e ele conseguiu separar os nomes para mim”. Ok, ele vai fazer isso. Acho que o maior problema, primeiro e grande problema disso, é que nós estamos usando a inteligência artificial para resolver ambições, desejos e fetiches empiristas do século XIX. Estamos alimentando uma sanha, uma vontade empirista de ter todos os documentos possíveis e imagináveis usando a tecnologia de ponta. O tipo de história que a gente está fazendo é alimentar o que ainda tem dentro de nós de século XIX. Olha a contribuição que a tecnologia está nos dando. Está nos ajudando a voltar ao passado. Até uma coisa que eu não falei antes, que acho importante, a cartografia digital em história, ela não é boa para responder perguntas, mas para fazer novas perguntas, para colocarmos, como eu falei antes, a geografia como uma variável a ser considerada. E não para resolver, responder, “olha, aqui é a prova da coisa”. Não, não tem prova nenhuma. Quando a gente começa a trabalhar com cartografia digital, a gente fica com todas as sensações possíveis, menos a certeza. Então, acho que ela é boa para fazer perguntas, para colocar novas perguntas e repensar questões, não para

responder coisas. Só que o que eu tenho visto, é que as pessoas têm usado tecnologia para ter grandes respostas. Outro dia um amigo falou: “Ah, eu tenho 300 mil páginas transcritas”. Aí eu respondi: “E o que você concluiu com isso?” “Tal coisa”, disse ele. “Mas você já sabia disso por outras pesquisas!”, retruquei. Aí ele: “Mas agora está provado.”, concluiu o amigo. Péssimo, penso eu. Melhor antes do que era como hipótese! Agora está provada alguma coisa. Por quê? Porque a gente tem um corpus massivo, gigantesco. Outro exemplo: Tem uma ferramenta chamada *Transkribus*⁶. É uma ferramenta que transcreve automaticamente. Você treina ele e ele transcreve para você. O que é uma coisa interessante, não deixa ele ser interessante, mas a propaganda que eles fazem é “Unlock the past”, que é desbloquear o passado. Como se o passado tivesse desbloqueado por uma falta empírica, por uma falta de fontes e não por problemas de interpretação, que cada geração tem para interpretar o que aconteceu. Agora, quando nós tivermos todas as fontes do mundo, a gente vai descobrir o que foi a história! Não, não vai descobrir! Vai seguir sendo polêmica, vai seguir sendo política, vai seguir sendo disputada, palmo a palmo, por diferentes leituras do presente. Então é inútil ter tanta fonte, é inútil. Melhor seria ter melhores perguntas. Mas o que eu estou vendo é isso, essa tecnologia que está nos levando ao que restava entre os historiadores de empirismo. Eu sou uma pessoa que vai muito para o Arquivo. Eu me definiria como um empirista, que é muito de ver fonte e vai muito para o Arquivo. Se tivesse um passaporte dos arquivos, o meu ia estar bem carimbado. Mas porque eu trabalho com pessoas comuns, com pessoas pobres, desconhecidas. Sempre trabalhei com pessoas que eram as mais marginais das marginais. Contrabandistas pé-de-chinelo no século XVIII, no Rio Grande do Sul, e agora trabalhando com fiandeiras do Brasil colonial, que eram mulheres muito pobres. Eu preciso de muita fonte para encontrar essas senhoras. Preciso de muita fonte. Tem tantas mil páginas ali. Mas para descartar 89%, porque é um eterno “não é ela”, “não é ela”, “não é ela”, “achei ela”! E então eu junto três ou quatro caquinhos de cada uma delas. No fim, eu olho muita fonte para descartar a imensa maioria e ficar com pouquíssimas fontes, que é o que eu tenho delas. Mas eu tenho visto isso para gente que trabalha com objetos sobre os quais há muita fonte. É um empirismo perigoso.

- **Anita Lucchesi: Deixa eu aproveitar, Tiago, para engatar a próxima pergunta que tem muito a ver com isso que você está comentando, que é falar do impacto do componente digital na compreensão histórica. Eu achei que você enveredou por esse caminho, desse pensamento, dessa perspectiva empirista que a gente está revisitando, que é muito interessante. É uma coisa do tudo salvado, de tudo transcrever, de acumular, uma atitude muito voluntarista. Aí, como você poderia desenvolver mais um pouco esse ponto, que eu achei super interessante, mas**

⁶ Disponível em: <https://www.transkribus.org>.

também indicando como você acha que isso está aparecendo nas nossas publicações, nos resultados de pesquisa, se isso está já chegando para as universidades e vai chegar para a sociedade?

Antes de ir para esse ponto, queria só finalizar algo que não finalizei. Acho que era a coisa central da pergunta anterior, a interdisciplinaridade. No meu modo de ver, precisamos ser interdisciplinares. Não basta trabalhar em equipe. Ok, legal, trabalhar em equipe. Legal que tenha um geógrafo, um programador, etc. Mas eu sempre incentivei eles a aprenderem história e eu tentava entender geografia, tentava entender a programação, porque não sendo assim, a gente não entende o que o outro está falando. E às vezes parece que a gente está se entendendo e não está. Com o geógrafo, isso é mais fácil ainda, porque a gente parece que se entende, mas acaba que não. Temos que fazer muito exercício de ler a bibliografia básica uma do outro. Todo mundo precisa ser um pouco interdisciplinar. E nesse ponto, acho que é importante os historiadores conhecerem um pouco de programação. Não para fazer, não porque tenham que fazer, mas para se proteger. O Pierre Bourdieu dizia que as ciências sociais deviam ser tomadas como se fossem artes marciais, para a autodefesa. E entendo que ela tem essa função, as ciências sociais, a história inclusa, têm que ser uma arma de defesa. Ainda mais hoje em dia, por exemplo, pegando grupos que são vulneráveis, que foram vítimas de aparatos normativos, vamos pensar machismo, racismo. Acho que grupos que são vítimas desses sistemas normativos devem usar a história para se proteger, no mínimo, para se proteger. A história é uma ferramenta muito importante nisso. E nesse ponto, acho que saber programação é uma forma de a gente se proteger não só como historiadores, mas também com cidadãos. Será importante cada vez mais no futuro. Será importante a gente entender como as coisas funcionam. Não significa saber programar, saber digitar código. Significa entender a lógica que a máquina opera. Acho que seria seguro, um pouco mais seguro para as pessoas. Mas voltando à pergunta sobre o componente digital e a compreensão histórica. Primeiro, eu acho que não estou muito seguro se isso está muito disseminado. As pessoas têm muita rejeição por vários fatores. Por um lado, assusta, ver aquele monte de código, o banco de dados, que é uma coisa bem mais usada por historiadores há muito tempo, já assusta. Então, acho que está muito longe ainda. E se pensar, por exemplo, que a cartografia digital também está bem longe. As pessoas usam pouco. Até comentei, há pouco, que os dados cartográficos do Atlas foram usados por pouquíssimas pessoas. E não sou só eu quem se queixa disso. Tem um pesquisador austríaco, trabalhando na École, na França, que criou um Atlas da América Espanhola, o HGIS de Índias⁷. Ele reconstruiu todo o Império espanhol nas Américas, e em um artigo que ele fala: “Eu consigo contar nos dedos as

⁷ Disponível em: <https://www.hgis-indias.net/>.

peessoas que usaram os dados”. Ele se queixa que ninguém usa os dados dele. Eu uso os dados dele em História da América. Mas esse uso não fica registrado em lugar nenhum. Não sei se alguém usa o Atlas por aí. Alguns me dizem que usam, mas eu nunca sei até que ponto isso é uma coisa muito comum. Acho que é muito residual. E é interessante isso. Por que tem essa distância? Estou muito convencido que a geografia pode ser uma variável explicativa importante em história. E eu acho que isso é uma coisa que era muito forte nos anos 1930, 40, 50, 60 até 70. Por alguma razão as pessoas parecem que desconectaram, todas parecem que desconectaram da geografia. E não é que os geógrafos se afastaram da gente, eles nunca estiveram muito próximos, nós que éramos mais ligados a eles. Depois que os historiadores abraçaram a antropologia, parece que a geografia não tem mais espaço nenhum. Pensa no Duby, por exemplo, que era um cara completamente ligado à geografia e produzia trabalhos incríveis. Eu fico pensando por que a gente abandonou isso. E foi a história que deu as costas para a geografia. Estou muito convencido disso.

- **Monica Ribeiro de Oliveira: É Braudel, né?**

Claro, toda a geração deles. Enfim, por que isso aconteceu? E o que tem me assustado, que é mais perigoso, que é a história global. Quando eu leio sobre história global, muitas vezes, a impressão que eu tenho é que a noção de geografia que eles estão trabalhando, não é a geografia do século XX, é a do século XIX. É a geopolítica, são os grandes impérios. É que eles não estão pensando no global como Milton Santos pensaria. Eles estão pensando no global como Ratzel pensaria. É uma filosofia geográfica muito polêmica. É algo que me assusta muito, porque está muito em voga agora e com ares de ser uma história mais progressista. Porque não tem essa discussão. Não se discute com que geografia se está pensando. E Braudel, que admiro muito, aprendeu com La Blache, e La Blache ok, é o pai da geografia humana, todo mundo fala disso, mas La Blache também não rompeu tanto assim com a velha geografia. Também tem ali a noção de império, um pouco diferente do Ratzel. Mas não é Milton Santos. Está muito longe de Milton Santos. Milton Santos deu um passo muito além da geografia europeia-americana. Temos que levar um pouco isso em conta. Respondendo, acho que a gente tem que ser um pouco interdisciplinar. Mas eu não sei, não vejo muito o componente digital presente entre historiadores. E quando eu vejo, vejo ele muito, muito ingênuo. Um exemplo, que gosto muito de dar é a busca do Google - ele é muito baseado no algoritmo, que vai trazer resultados de acordo com o local que a pessoa está, a faixa etária que ela tem, uma série de variáveis demográficas. Então, a busca não vai ser igual para todo mundo. Não é, digamos, auditável. Os resultados que as pessoas vão chegar vão ser outros que vão sempre reproduzir o que elas já sabem. Porque o Google vai trazer resultados que

são bons para aquela pessoa pelo que ela já sabe. Vai aumentar a tendência às bolhas, as bolhas sociais e etárias e ninguém se questiona disso em história. Pessoas usam o Google normalmente para buscar dados, para buscar informações, só que esses resultados vão ser muito tendenciosos. Sempre. E ninguém discute isso. Pessoas usam normalmente, ok que use, mas acho que deveria ter um pouco mais de reflexão sobre esse uso. Ou se a gente deveria, talvez, criar outras ferramentas que não tivessem esses vieses. Porque a gente está sempre vendo aquilo que já sabemos no Google. E aquilo que o Google quer que a gente veja. Então, não tem nada de neutro nisso aí. E a usamos. Poucos, na história, não usam o Google. Eu sei porque tanto na academia.edu, quanto no Atlas, eu vejo as estatísticas de quem abre as coisas. E o Google tem um índice de uso, entre historiadores, superior ao uso normal geral. Os historiadores usam mais o Google que qualquer outro ser humano. É impressionante que as pessoas sejam tão críticas de tanta coisa e tão ingênuas no consumo do digital.

- **Monica Ribeiro de Oliveira: Você teria ainda, dentro dessa questão ligada à colaboração e compartilhamento, algumas plataformas que você recomendaria? Você está falando de Google, mas quais outras plataformas que a gente teria para acesso, para aprendizado? E vinculado também à questão da cartografia, do geoprocessamento.**

Tá, eu vou dar duas indicações. O primeiro é um projeto internacional que é o *Programming Historian*⁸, que é muito interessante. Também tem o Eric Brasil que é um grande pesquisador de digital também que está fazendo conteúdo para esse projeto. Tem a versão brasileira que está traduzindo e criando artigos novos sobre digital para historiadores. O nome pode assustar, *Programming Historian*, porque parece que é programação, mas tem aulas, lições, de ferramentas digitais em geral, inclusive tem uma aula sobre o QGIS que está ali disponível. Então acho que é uma boa ferramenta. Outra boa ferramenta, agora puxando a brasa para a minha sardinha, é uma página que a gente criou aqui na UnB. Na verdade, criei para os meus alunos, mas está aberta. Chama-se *Cliomática*⁹. *Clio* da musa, *mática* de automático. É uma ferramenta que é um site que, inclusive, é bilíngue, tem português e italiano. Tem o pessoal da Itália que fez a versão italiana. Tem um monte de conteúdo lá, algumas traduções dos nossos, outros são deles porque em algumas coisas, por exemplo, os nossos eram muito pensados para o pessoal do Brasil. A ideia é ter em outras línguas também. Mas tem um monte de conteúdo sobre cartografia digital, bancos de dados, programação, além de Sistemas de referência bibliográfica. Tem uma aula sobre o *Zotero*¹⁰. Dá para

⁸ Disponível em: <https://programminghistorian.org/>

⁹ Disponível em: <http://lhs.unb.br/cliomatica/>

¹⁰ Disponível em: <https://www.zotero.org>

o pessoal ter meio que um auto aprendizado, poder ir se guiando por conta própria. São plataformas de aprendizado bem interessantes. E vai sair agora, em breve, um Google de história do Brasil colonial. Vai ser de Brasil colonial e império. Vai se chamar *Oxóssi*, que é o orixá das caçadas. O *Oxóssi* vai ser uma ferramenta onde você busca palavras-chave. Procura por uma temática. Pode especificar, inclusive só um assunto, mas apenas no século XVI. E que cite Gilberto Freyre, por exemplo, ou que não cite Gilberto Freyre. Então vai dar para fazer esse tipo de busca, assim, bem complexa. E os resultados são só de trabalhos acadêmicos.

- **Anita Lucchesi: O banco de dados do *Oxóssi*, o que há nele? São teses, dissertações?**

Teses, dissertações, artigos, monografias... Tudo que tem no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), né? No repositório OASIS¹¹, portal brasileiro de publicações e dados científicos em acesso aberto do IBICT. São 16 mil produtos, 16 mil itens biográficos. E aí vai ser pesquisável. A gente já fez uma versão prévia anterior com 600 trabalhos. E agora estamos escalando para 16 mil. Então... vai mudar um pouco. Vamos ter que fazer adaptações para poder dar conta dessa escala. O banco de dados que se usa para 600 é um, quando é 16 mil é outro. A gente estava usando a SQLite, não vai dar mais para usá-la e teremos que usar um banco de dados mais robusto. Então essa é a questão, mas vai sair em breve. A ideia é que ele seja como Google acadêmico para a pesquisa em história do Brasil Colônia... Colônia e Império. Brasil até 1850, vamos dizer assim, até a Lei de Terras.

- **Monica Ribeiro de Oliveira. Então você está dando uma boa nova para nós?**

Eu prefiro controlar a minha ansiedade e sempre partir da pergunta para a técnica, pois a minha grande crítica às humanidades digitais é essa. É a técnica pela técnica. Eu acho que a gente tem que partir da pergunta e depois achar, mesmo que a gente tenha que inventar, a técnica. Temos que inventar a técnica para responder à pergunta, não o contrário. Mas assim, já agora pegando para esse lado, é uma ferramenta que vai sair em breve: o *Oxóssi*, que eu mencionei. E tem uma outra ferramenta que a gente está desenvolvendo, que já estou usando direto, mas ainda não consegui fazer ela ficar amigável, porque ela só usa programação por enquanto, que é uma ferramenta que não transcreve, mas ela faz buscas em manuscritos. Ela vai em imagens de manuscritos, se você pega um pedacinho do manuscrito, uma palavra que você quer, e você quer

¹¹ Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/>

encontrar iguais àquela e saber em que páginas, em que imagens, tem aquela palavra. Você dá para o software e ele traz o resultado. Aí ele vai, inclusive, pintando um retângulo ao redor da palavra para você. Porque, às vezes, a gente não sabe se o documento que vamos ler, manuscrito, fala de um assunto que a gente quer tratar. Então, abre esse documento, lê ele inteiro ou não? Será que vale a pena? Aí você usa essa ferramenta e descobre que o documento menciona essa palavra. Será que ele usa mais vezes essa palavra? Aí você procura. Ele usa mais, em tais e tais páginas. Ele é um buscador de palavras, um “ctrl + F” de manuscritos. Só que ao invés de dar para ele a palavra escrita, a gente tem que dar pra ele uma amostra da imagem daquela palavra. Então, tem uma limitação que tem que encontrar essa palavra. Vou dar um exemplo, uma palavra que eu já busquei, o contrabando. Eu procurei “contrabando” e ele me trouxe dois casos. Então pensei “acho que tem mais casos”. Aí eu procurei “contra” e ele trouxe vários contras, inclusive outros contrabandos que não estavam, não tinha encontrado anteriormente. Porque estava quebrado, né? Chegava no fim da linha contra, tracinho, bando (contra-bando). Então, tem que ter esse cuidado, mas ele ajuda nisso, né? A vantagem, em relação aos programas de transcrição automática, que nem o *Transkribus*, é que essa ferramenta não precisa treinar. Só precisa encontrar um caso e aí ele traz para você. O *Transkribus* você tem que treinar com no mínimo cinco mil palavras. Cinco mil palavras, às vezes tem documento que nem tem cinco mil palavras, né? Ou tem oito mil. E você vai treinar cinco mil para aplicar em outras três mil. Não é vantajoso, né? Nesse caso, só precisa ter uma palavra. E ele traz para você. Eu já usei para várias pesquisas isso. Alunos meus precisavam de uma coisa assim, eu usei para eles, usei pra mim. Mas ainda não é amigável, então o nosso esforço agora é transformar isso em uma ferramenta amigável.

- **Anita Lucchesi: Como ele chama?**

Ele não tem nome ainda, não sei, eu tinha pensado em “script ctrl+F”. Um dos nomes era esse: “script ctrl+F”. Cheguei a fazer até um loguinho, assim, mas não sei, o Oxóssi pegou mais, as pessoas estão usando. Mas o “script ctrl+F” não está colando. Enfim, não sei se vamos dar um outro nome mais *rocambolésco* para ele. Eu já estou usando bastante e me ajuda bastante. Por exemplo, uma aluna minha estava trabalhando com batismos da Bahia, século XX, mas era manuscrito e ela reparou que as crianças eram batizadas em fazendas. E ela queria saber quais eram as fazendas que tinham mais batizados. Então, a gente pegou e mandou achar a palavra “fazenda”, mas apenas para coletar a palavra seguinte. Aí ele trouxe um monte de registros de imagem com os nomes das fazendas. Depois mandou aproximar por semelhança. Esse aqui é igual a esse, esse aqui é igual a esse, e ela trouxe a pontuação para cada fazenda, quantas vezes ela aparecia. Depois

ela revisou. Assim, ela chegou a um número de quais eram as fazendas onde tinha mais gente sendo batizada. Ela usou esse dado para estimar o tamanho da fazenda, supondo que mais batismos a fazenda seria maior. E isso foi bom, não para ela chegar à lista de fazendas que eram as mais importantes da cidade dela, mas para ela questionar a lista de fazendas que a historiografia tratava com as mais importantes, porque a historiografia tinha lá 15 fazendas que eram as fazendas da cidade onde o poder se negociava. E o que ela viu é que era muito mais complicado que isso, que tinha umas fazendas ali que não apareciam na lista e que eram expressivas. Ela está tentando entender por que isso era assim. Então a questão é essa: o uso de tecnologia é bom nem tanto pra chegar a uma resposta, mas para complicar, para azedar as respostas anteriores, digamos assim.

- **Anita Lucchesi: Só uma correção, né? Eu não sou do *Programming Historian* não, é o Eric Brasil mesmo que está lá, mas eu também divulgo bastante a iniciativa porque eu sou muito partidária disso que você falou, que a gente tem que entender a lógica das coisas. Para conseguir ir adiante, conseguir comunicar com as outras pessoas, até pra saber o que pedir pro colega programador. Se a gente não souber o que é possível fazer, por exemplo, não tem nem como sonhar com essa ferramenta que você descreveu, o CTRL-F dos manuscritos.**
- **Monica Ribeiro de Oliveira: Bom, muito obrigada, Tiago, pelas dicas todas, e por esse exemplo super rico, ilustrativo, do trabalho da sua aluna. Pensando nisso também, numa reflexão mais geral, que a gente conversou até agora, para onde você acha que a gente está andando nesse caminho do cruzamento, não só com a cartografia digital e a história, mas a história digital como um todo. Em termos do trabalho do nosso ofício, como que a gente vai se preparar? E aí você falou tanta coisa hoje, acho que algo que ficou aqui é como a gente lida com a formação desse profissional que vai lidar com esses desafios do futuro? Você falou em autodidatismo e tal, mas e para o futuro, assim, qual é a sua visão de como a gente vai se preparar para enfrentar esse mundo digitalizado?**

Primeiro que estamos fugindo desse assunto, os historiadores estão fugindo desse assunto. Já era a hora para a gente estar tendo formação nas universidades. Uma disciplina optativa, que fosse. Mas não tenho segurança se as disciplinas que são tradicionais são a melhor forma de fazer isso. Tem uma amiga que é muito inteligente, Enrica Salvatori, e ela resumiu muito bem isso. A melhor forma que se tem de ensinar tecnologia para a história, para os alunos de história, é como se fosse o ateliê “renascimental”. Como é que se fazia isso? Fazendo tudo junto. Todos trabalhando num mesmo espaço e um se mete no trabalho do outro. Então, olha, estou fazendo aqui tal coisa. Aí o colega do lado, que é de outra, dá palpite. Esses espaços de troca, de construção coletiva. Porque se você ensinar no modo tradicional, por exemplo “hoje vamos aprender hoje cartografia digital, aqui faz assim, assim, assado”, não vai funcionar. A pessoa vai esquecer na hora seguinte. Por quê? Porque não faz nenhum sentido. Ela tem que aplicar aquilo, ela tem que fazer aquilo, ela

tem que propor como um problema que ela quer resolver. Se não, não vai adiantar para ser eficiente, tem que ser objeto orientado e não a técnica que ensinar por ensinar. Ensinar, se dar um curso disso aqui, não dá certo. Não funciona. Não é eficiente. Tem que ter um objetivo, um desafio. Tem que ter alguma coisa para ser feita. E é bom que a pessoa defina o que ela quer fazer. É que nem aprender mecânica assim: “aqui tem a chave de boca, ela torce assim, aqui a chave de fenda, ela faz assim, aqui tem a serra, ela corta assim”. O que eu faço com essas coisas? Eu não sei o que eu faço com essas coisas. Aí tem que consertar esse carro aqui, esse problema aqui. Daí você vai começar a saber usar essas coisas. Mas se não, não adianta. Então, a oficina “renascimental”, como um ambiente de trabalho, é uma metáfora muito legal para a gente pensar nesse aprendizado. Eu acho que isso deveria ser em pequenos grupos com um objeto, um problema de pesquisa específico, não a técnica. É um problema de pesquisa. Só que isso é complicado, porque requer recursos humanos treinados, e não vai ter muita gente disponível. Requer ambientes de treinamento pequenos. E as universidades não construíram laboratórios de informática pequenos. Elas constroem sempre laboratórios de informática enormes. Seria melhor ter vários de cinco, dez de cinco do que um de cinquenta. Mas, em geral, o que temos é de cinquenta. Não sei como é que é em Juiz de Fora e outros lugares. Eu sempre vejo um monte de computadores.

- **Monica Ribeiro de Oliveira: E a tendência é até fechar esses espaços, porque as pessoas acham que elas podem resolver isso com o seu notebook, com o seu laptop, com o seu próprio celular. Então esses espaços estão bem vazios. Eles não são espaços de aula.**

É, e depois a instalar o software que a gente precisa nesse computador, porque, em geral, eles são travados. Mas, enfim, é uma coisa que se tem que pensar. Eu estou achando que, ainda que seja empobrecedor fazer de modo remoto, esse tipo de treinamento costuma ter sido mais eficiente em aulas remotas do que em espaços presenciais. Porque o presencial exige uma arquitetura muito diferente para funcionar. Eu acho, por exemplo, que o ideal seria uma sala que tivesse os micros nas paredes e alguém circulando entre as cadeiras. As pessoas circulando entre as cadeiras, olhando, podendo olhar o trabalho do outro. E não enfileirados. Essa arquitetura, ela faz diferença, né? Assim como a gente faz com um seminário em sala de aula... um seminário, a gente tem que fazer um círculo para ter um ambiente onde todos possam se ver. É diferente de uma aula expositiva que todo mundo está enfileirado olhando para o professor. Essa arquitetura faz diferença.

- **Monica Ribeiro de Oliveira: Como palavras finais, quais são os seus conselhos aos novos pesquisadores, aqueles que estão começando? Que você pudesse concluir**

para nós, para os nossos alunos, os nossos leitores, dentro da área, tanto da programação, do banco de dados, do geoprocessamento e o uso das tecnologias nas humanidades.

Bom, um conselho começaria dizendo o seguinte: guiem-se pelas perguntas, não pelas técnicas. A técnica é muito importante e acho que a gente precisa discutir mais as técnicas, porque as técnicas não são neutras. Partir de uma pergunta que tem uma base teórica X, e adotar uma técnica que não dialoga com essa base teórica X, é um problema que é muito comum quando a gente terceiriza para um programador fazer para a gente. Esse problema tem uma outra visão de mundo e quem vai aplicar a técnica, vai ter escolhas, decisões que ele vai tomar que não batem com a nossa visão de mundo e depois tem que fazer isso encaixar. Não vai dar certo. Orientam-se pela pergunta, e a partir da pergunta definem as técnicas necessárias para responder essa pergunta. As técnicas que eu estou falando, técnicas de pesquisa, técnicas de escrita, técnicas de leitura, paleografia, por exemplo, técnicas de leitura de documentos não-paleográficos, documentos que têm uma forma de escrita muito particular, relatórios diplomáticos são diferentes de cartas pessoais. Tem que ter técnicas para dominar essas escritas. Então, a questão é para responder a pergunta, temos que aprender técnicas. Inclusive, às vezes, técnicas de zoologia, por exemplo, já trabalhei com produção de mulas, e eu tive que ler um pouco sobre zoologia para entender como é que a mula era produzida. Correndo o risco de dizer besteira. Porque a mula é estéril. A mula não se reproduz. A mula é cruzada do burro com a égua. E o problema é que se eu não soubesse disso, lendo os manuais, eu ia supor que as mulas se reproduziam. Isso é uma besteira! E isso envolve um certo conhecimento que eles tinham na época, técnica de produção que eles tinham na época, e entender por que alguns tinham mais que outros, por exemplo. Um pouco de zoologia foi importante com essa pesquisa que eu fiz. A gente tem que aprender as técnicas das coisas que são importantes para nossa pergunta. Isso que orienta todo o resto. Então, eu insistiria por aí. Boas perguntas são melhores que muita técnica, mas boas perguntas demandam muita aprendizagem técnica. Precisamos discutir um pouco mais isso aí. E parar de achar que a técnica é uma coisa menor que qualquer sobrinho pode fazer. Não é verdade.

- **Monica Ribeiro de Oliveira: Ou que não faz parte do trabalho do historiador.**

O Certeau dizia isso: a história, a gente faz a partir de perguntas mediadas pela técnica. Ele insistia nessa parte, mediado pela técnica. O jeito que a gente vê na universidade parece que a técnica é uma coisa menor. Que as pessoas vão aprender por tentativa e erro. Ou que é uma coisa de iniciados. Que só quem é iniciado vai saber. Parece que é um jogo de gato e rato. Ninguém

ensina, mas todo mundo cobra. E aí fica aquela coisa do aluno que não sabe o que falta para ele fazer direito. Ele estuda, ele lê pra caramba e não entendeu o que tem que fazer. Sim, porque parece que é um culto dos mistérios a forma como — algumas vezes — a teoria é ensinada no Brasil. Tem uma pessoa que sabe, mas não conta para os outros como é que é. E aí as pessoas têm que adivinhar até acertar. Enfim, é perigoso isso. E a técnica faz parte, a técnica é uma coisa, é a prima pobre da metodologia que não é ensinada porque é uma coisa vulgar. Porém ela implica decisões teóricas, conseqüentemente, ela não pode ser negligenciada. É um pouco o que eu acho.

- **Monica Ribeiro de Oliveira: Agradecemos muitíssimo suas reflexões**

Recebida: 07 de julho de 2024

Aprovada: 15 de julho de 2024

Entrevista

<http://doi.org/10.34019/2594-8296.2024.v30.45718>

Sobre uma história que não poderia ser feita à mão. Entrevista com Keila Grinberg

About a story that could not be made by hand. Interview with Keila Grinberg

Sobre una historia que no podría ser hecha a mano. Entrevista con Keila Grinberg

Anita Lucchesi*

<https://orcid.org/0000-0002-8523-111X>

Mônica Ribeiro de Oliveira**

<https://orcid.org/0000-0001-7168-7653>

Como citar esta entrevista:

Lucchesi, Anita; Oliveira, Mônica Ribeiro de. “Entrevista com Keila Grinberg (Universidade de Pittsburgh)”. *Locus: Revista de História*, 30, n. 1(2024): 159-174.

Keila Grinberg é Professora Titular do Departamento de História e Diretora do Center for Latin American Studies da Universidade de Pittsburgh. É Professora Titular licenciada do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. É Doutora em História do Brasil (Universidade Federal Fluminense, 2000, com estágio (bolsa-sanduíche) na Universidade de Maryland at College Park, 1998-1999), com pós-doutorado pela University of Michigan (2011-2012) e pela New York University (2017-2018). É professora do Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História

* Pesquisadora na Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), onde coordena um projeto de divulgação científica com podcasts. É também co-investigadora do software de gestão de fontes primárias digitalizadas, Tropy. Área de atuação: Teoria da História, História da Historiografia e Ensino de História, com ênfase em História Pública Digital.

** Professora titular de História do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. É docente do PPGHistoria/UFJF e pesquisadora da Fapemig. Área de atuação: história de família, sociedades agrárias nos séculos XVIII e XIX e micro-história.

(PROFHISTORIA), do qual foi vice-coordenadora local e da rede nacional (2014-2017). Foi pesquisadora do CNPq entre 2004 e 2021 (bolsa de produtividade, nível 1) e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ (2018-2020). Foi Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ (2010-2012) e pesquisadora de várias edições do PRONEX (Faperj/CNPq). Foi pesquisadora visitante na University of Michigan (2007), Roberta Buffet Visiting Professor in International Studies na Northwestern University (2009), Tinker Visiting Professor na Universidade de Chicago (2015-2016) e Andrés Bello Chair in Latin American Cultures and Civilizations na New York University (Spring 2018). Seus principais campos de estudo são História do Brasil Imperial, Escravidão no Brasil e no Mundo Atlântico, Ensino de História, História Pública e Humanidades Digitais.

Entre seus principais livros estão “Liberata: a lei da ambiguidade” (RJ, Relume Dumará, 1994), O Fiador dos Brasileiros: escravidão, cidadania e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças (RJ, Civilização Brasileira, 2002) e Slavery, Freedom and the Law in the Americas, com Sue Peabody (Boston / NY, Bedford Books, 2007), e a organização da coleção Brasil Imperial (RJ, Civilização Brasileira, 2009), com Ricardo Salles.

Dedica-se à redação de livros de divulgação de História para o grande público e coordena, com Hebe Mattos e Martha Abreu, o projeto digital de História Pública Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil (www.passadospresentes.com.br).

A *Locus: Revista de História* apresenta uma entrevista exclusiva com a renomada historiadora e professora universitária Keila Grinberg, como uma contribuição especial para o dossiê temático “História digital: tecnologia e fazer historiográfico entre teoria e prática”. Esta entrevista foi conduzida pelas organizadoras do dossiê, Anita Lucchesi e Mônica Ribeiro, explorando a vasta experiência de Grinberg no campo da história digital e história pública, suas inspirações iniciais, desafios enfrentados e a evolução de suas metodologias ao longo dos anos.

Para melhor legibilidade da entrevista, a transcrição da gravação foi editada para remover alguns marcadores do registro oral e comentários paralelos relacionados aos preparativos e/ou encerramento da gravação, como testes de som e/ou ruídos externos, buscando preservar a integridade das perguntas e respostas em seus significados.

- **Anita Lucchesi: Bom, em primeiro lugar, Keila, queremos agradecer muito a você por ter topado o nosso convite. Estamos aqui, eu, Anita Lucchesi, a professora Monica Ribeiro de Oliveira e a professora Keila Grinberg para começar uma entrevista sobre o ofício do historiador e a história digital, que vai ser dedicada para esse dossiê da revista *Locus* sobre história, historiografia e os cruzamentos com a tecnologia. Para começar, gostaria de saber qual foi sua inspiração e o que marcou os seus primeiros passos nesse caminho? Você poderia compartilhar com a gente,**

o que te inspirou a começar a trabalhar com a história digital na sua pesquisa e na sua docência, especialmente pensando no contexto brasileiro?

Bom, primeiro, obrigada, eu estou superfeliz com essa entrevista. Pensando em história digital e pública juntas, o que me inspirou foi a sala de aula no ensino fundamental e médio, percebendo o fascínio que a tecnologia traz para os nossos alunos; trazia principalmente, acho que mais antes do que agora, porque era menos acessível, era uma novidade. Quando eu dava aula não tinha celular, quando dava aula na escola a internet era discada¹, eu acho que essas mudanças foram muito grandes no nosso tempo de atuação profissional, fizeram muita diferença. A internet, o World Wide Web, estava começando quando a gente começou. Eu digo a gente porque o meu primeiro projeto eu fiz com a Anita Almeida, minha colega da Unirio. E eu acho que foi um pouco isso, de tentar construir uma sala de aula mais eficaz e mais conectada com os alunos, foi o que inicialmente me fez seguir por esse caminho. Segundo, eu mesma sou fascinada pela tecnologia, então, foi também uma tentativa de entender essas mudanças, o que a tecnologia é, na verdade, começando pelo banco de dados, mas aí depois, pensando no ensino, e o que trazem para nossa própria forma de compreensão da história.

- **Monica Ribeiro: Pegando um gancho com essa sua fala, Keila, e trabalhando mais essa questão das ferramentas e métodos digitais, o que você julgou mais valioso na sua experiência de pesquisa e ensino? Como o componente digital te ajudou a repensar os resultados da sua pesquisa em formato inovador, um pouco diferente em relação àqueles resultados que você poderia ter obtido com métodos tradicionais? Como você vê isso?**

Eu acho que na pesquisa, pesquisa propriamente dita, foi a capacidade de lidar com um grande número de dados ao mesmo tempo. Eu acho que é importante [dizer] que quando eu comecei a pesquisa, ainda na iniciação científica, eu fui bolsista, trabalhei com Guilherme Pereira das Neves, na Universidade Federal Fluminense (UFF), que foi uma das primeiras pessoas, eu acredito, pelo menos aqui no Rio de Janeiro, que começavam a trabalhar com um banco de dados automatizado. Depois eu construí um banco de dados trabalhando com Hebe Mattos, e depois fiz os meus próprios, com várias experiências, as primeiras infrutíferas, mas várias experiências de

¹ Conforme a Wikipédia, a internet discada, ou simplesmente *dial-up*, é uma forma de acesso à internet que usa a rede pública de telefonia comutada para estabelecer uma conexão com um Provedor de acesso à internet através de um número de telefone para com uma linha telefônica. Para mais informações, ver o verbete Linha Discada, disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Linha_discada#:~:text=Linha%20discada%2C%20dial%20Dup%20internet,com%20uma%20linha%20de%20telefone.

tentar mesclar dados sobre escravidão no século XIX de maneiras diferentes. Então, do ponto de vista da pesquisa, se a gente for separar pesquisa e ensino, foi a computação e a elaboração de bancos de dados que me permitiu entender coisas que eu jamais poderia sem o banco. Por exemplo, eu fiz um banco de dados sobre as ações de liberdade do século XIX, que eram 400 ações, e para cada uma das ações, eu inseri os dados sobre os advogados que trabalhavam nessas ações. Então eu tinha dois mil nomes, mais ou menos, e desses dois mil nomes, o que eu queria saber na época, que era uma pergunta ingênua, mas era minha pergunta na época. Eu queria saber *quem*, quais desses advogados, defendiam senhores e quais advogados defendiam as pessoas escravizadas. E era uma pergunta ingênua porque eu percebi que não fazia sentido para o mundo dos advogados, eles defendiam igualmente senhores e escravos. Mas essa já foi uma resposta que o banco de dados me deu, e que eu não teria como fazer aquilo à mão. Eu sei que outros pesquisadores, principalmente da história econômica, tinham grandes planilhas que eles faziam à mão, mas eu não teria conseguido fazer essa discussão. Depois eu ajudei, pensando no meu banco, a trabalhar com os inventários que o Ricardo Salles fez para o Vale do Paraíba, que aí foi muito, um número muitíssimo maior, porque ele pegou todos os inventários do centro de documentação histórica de Vassouras entre 1822 e 1888, e lá pelo meio do banco, quando ele estava montando, ele se deu conta que ele não estava colocando os dados sobre a origem dos africanos. Então... eu me lembro bem, a gente se reuniu e voltou para trás para refazer o banco com essas características. Então foi nessa tentativa, era muita tentativa e erro – *dBase*, *Access* e depois *Excel* (softwares de suporte ao gerenciamento de dados e banco de dados) – de fazer esses bancos, eu acho, que alguns bancos de dados, e agora a possibilidade de colocar a própria imagem do documento, que antes não era possível, que transformou a pesquisa histórica na minha geração.

- **Anita Lucchesi: Fez muito sentido, muito obrigada, Keila. Inclusive, pensando no que você falou de tentativa e erro, eu queria pontuar um pouco as questões dos desafios técnicos, porque a gente fala de história digital e cada geração, cada instituição, cada contexto de atuação pode ter um desafio a depender do apoio que se tem de outras disciplinas. Como você vê isso hoje? Os historiadores precisam ser um pouco analistas para poder trabalhar com essa tecnologia, como é a tua experiência? Esse exercício de combinar essas perspectivas micro e macro ou de trabalhar com histórias conectadas? O historiador tem que maquinar tudo isso e pensar o técnico. Como é que você fala disso para a gente?**

Pensando hoje em dia, com os recursos que a gente tem, mudou muito. Muitíssimo. Eu acho que o desafio é trabalhar colaborativamente. Na verdade, eu acho que tem dois, vou falar dois desafios que eu venho encontrando. Eu imagino que não são exclusivamente... o primeiro é esse de como você vai trabalhar... Continuo trabalhando com bancos de dados e as escalas são cada

vez maiores. Então, como você constrói ferramentas que são colaborativas? E, do ponto de vista da pesquisa histórica, elas não são ainda totalmente fáceis. Acho que a gente não precisa ser programador, eu não sou. O meu conhecimento de banco de dados é um pouco intuitivo ainda, ou seja, sem a pessoa com quem eu trabalho, o programador, eu não consigo fazer nada, mas eu consigo, acho que com esses anos todos, pensar um pouco com a cabeça de quem programa um banco de dados. E o problema hoje é, eu acho, principalmente se a gente pega os bancos de dados sobre escravidão em larga escala, como construir dados que sejam passíveis de conversa com vários outros bancos? Então, como você constrói esses bancos de dados colaborativos? Como você constrói bancos e formas de divulgar os seus dados que sejam compreensíveis para outros historiadores? O que já era uma questão há 30 anos continua sendo uma questão importante. E o outro desafio é a automação, eu acho. Quer dizer, como a gente faz, por exemplo, para trabalhar em bancos de larga escala, pensando as viagens... Eu estou falando de escravidão porque é o meu campo, mas existem outros. Quando você pensa nas viagens transatlânticas, quando você pensa em um banco que eu venho trabalhando há um tempo, que é o do *Passados Presentes*², que é a automação da memória, é muito complicado. Qual é a fonte, entre aspas, que dá origem ao conhecimento, que vai ser quantificado e como a gente pode, se a gente pode, no futuro, automatizar a passagem, por exemplo, de uma entrevista para uma entrada num banco. Acho que esses são os desafios, os desafios dessa automação, que eu não estou plenamente convencida que é possível. Eu acho que isso é um dos grandes desafios. Um dos projetos que eu estou tentando fazer agora, se chama “Atlas das Injustiças Históricas”, que é pegar o *Passados Presentes* como modelo e outras formas de conectar a memória ao lugar, que é essa nova possibilidade de georreferenciamento. Então, conectar um dado de memória com um dado de lugar, com um acontecimento, entre aspas, com um processo histórico. No caso, pode ser a ditadura, pode ser o período da escravidão, e aí pensar como que essas memórias podem se superpor e a gente pode mapear em larga escala. Então, pensando nos projetos de memória da escravidão no Brasil, como piloto, eu estou tentando lá na Universidade de Pittsburgh, em parceria com outros colegas, criar isso que a gente chamou de “Atlas das Injustiças Históricas”... e aí é que vêm os desafios da automação. A gente precisa de alguém que vá fazer essa transferência e vá localizar os lugares a cada vez que alguém fala um lugar, ou a gente consegue fazer isso de maneira automatizada, como vocês estavam tentando fazer com as legendas (dessa entrevista)? Então, eu acho que isso é um

² O projeto *Passados Presentes: Memória da Escravidão no Brasil* é uma iniciativa da Rede de Pesquisa Passados Presentes (LABHOI/UFF – Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense e NUMEM/UNIRIO – Núcleo de Memória e Documentação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Disponível em: <http://www.passadospresentes.com.br>

dos grandes desafios, mas eu quero dizer só rapidamente outra coisa, que isso é uma ponta. Na outra ponta, a gente ainda tem o desafio do letramento digital, dos nossos alunos e dessa dificuldade, que é, se a gente tem uma dificuldade de qual software, qual banco a gente vai escolher lá na ponta, a outra é a dificuldade das máquinas, do acesso à internet, numa escala ampla para os nossos alunos. Então, são as duas pontas.

- **Monica Ribeiro: Um pouco dentro disso que você falou, Keila, sobre a questão ainda dos desafios, espremendo você um pouquinho mais para os nossos leitores, em relação aos desafios institucionais mesmo, você está numa universidade, duas universidades completamente diferentes, dois países em níveis diferentes em relação à tecnologia. Como você vê a cultura institucional brasileira? Dentro da sua universidade aqui, no Rio de Janeiro, você tem apoio institucional, existe uma clareza da instituição sobre o suporte que ela precisa te dar? E fora do Brasil, como está isso? Há alguma distinção entre os procedimentos institucionais?**

Olha, isso é engraçado, porque eu imaginei que eu iria para os Estados Unidos e encontraria uma situação completamente diferente. E não é. Então, para começar, aqui na Unirio, a gente não tem, e aí não acho que é só da Unirio, eu acho que a gente não tem suporte para realizar e elaborar projetos digitais, a gente não tem suporte para armazenar dados na universidade. E isso cria um problema muito grande, porque inclusive é um problema que a gente talvez devesse levar para as agências de fomento, porque quando a gente gera dados e quando a gente faz os projetos digitais, em muitos casos, os projetos acabam sendo localizados em servidores privados, que dependem do nosso pagamento pessoal, do nosso CPF, porque a gente não consegue armazenar, tanto em quantidade de dados, e eu acho que vocês na Federal de Juiz de Fora estão na ponta disso, quanto na capacidade do provedor de hospedar o tipo de projeto que a gente quer. Então, na Unirio, por exemplo, o formato do site tem que seguir uma plataforma super antiga, que é o Plone. Então, não é nem um projeto digital, é um site comum. Então, é complicado e eu acho que a questão mais complicada é que esses projetos são feitos com o financiamento público e as universidades não têm condições, acho que por vários motivos, mas as universidades públicas não têm condições de abrigar esses projetos na sua complexidade. Isso sem falar na parte de que a gente não tem a assistência técnica que a gente precisa. Então, esse programador vai ser sempre uma pessoa, tudo bem, que a gente pode contratar um terceirizado, mas ele não tem uma conexão com o projeto, que faça com que essa dimensão pública seja viabilizada. Então, eu acho que nesse ponto os desafios institucionais são imensos e que talvez fosse o caso do CNPq mesmo, pensar em como as universidades podem se preparar. Agora, chegando à Universidade de Pittsburgh, onde eu estou, eu achei que ia chegar lá e receber da biblioteca justamente o espaço e a estrutura. É verdade que

tem uma estrutura que a gente não tem aqui, principalmente para pensar a elaboração de bancos, a elaboração de sites. Eu estou criando um arquivo em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e com a Federal de Juiz de Fora (UFJF), que é um arquivo de memória também, mas o projeto, por exemplo, o “Passado Presentes”, que eu achei que a gente poderia hospedar, a gente não pôde também pelas mesmas razões, porque a universidade não tem espaço para abrigar projetos e acaba que os projetos de maior complexidade são pagos com financiamento dos professores em servidores privados. Então, é interessante pensar que essa virada, que é uma virada do ponto de vista da produção do conhecimento tão fundamental, não digo todas, claro, mas muitas universidades não acompanharam porque elas exigem uma estrutura de servidores, de provedores, de técnicos, que hoje em dia só com a obtenção do financiamento a partir dos projetos você consegue e ainda assim com a hospedagem privada. Eu fiquei chocada. Então, por um lado, a gente tem menos estrutura no Brasil, por outro, pensando na escala, ela não é tão diferente dos desafios que a gente encontra lá também.

- **Anita Lucchesi: Muito obrigada, Keila. Realmente, é interessantíssimo ouvir tua experiência vinda de fora. E eu me pergunto, se nesse sentido, para enfrentar esse desafio institucional também, além dos técnicos e da produção do conhecimento como um todo, a relação com outras disciplinas poderia ajudar. A gente fala muito de interdisciplinaridade como uma questão para a pesquisa, para o momento de desenvolver o software, responder perguntas. Mas com os gestores de dados, com o pessoal da ciência da informação mais diretamente, como você vê o trabalho da interdisciplinaridade para esse mundo da história digital? Pode ajudar nessa gestão?**

Ele é essencial. Ele é essencial, ele não existe, no sentido de que, principalmente aqui, onde a gente tem as áreas de formação definidas muito inicialmente, na formação dos alunos e nos nossos campos de ação que continuam muito disciplinares, diferentes dos Estados Unidos, onde a formação dos alunos permite que eles circulem mais. Então, muitos alunos, só para fazer essa comparação, muitos alunos lá estão aprendendo a usar softwares e se definem como pesquisadores na área de humanidades digitais porque eles têm um conhecimento técnico suficiente para, por exemplo, dar assessoria para professores que querem desenvolver projetos e não têm. Então, por exemplo, muitas chamadas de pós-doc pedem isso, alguém na área de humanidades digitais, que é uma pessoa que, vamos supor, fez um doutorado em história, mas ao fazer seu doutorado, construiu um banco, construiu um site, e essa pessoa sabe um pouco de programação, ela sabe usar o Arcgis, ela sabe usar programas que facilitam essa vida. Então, acho que nesse ponto, essa interdisciplinaridade lá é maior do que aqui. Aqui, a gente precisa de muito contato em todas as áreas, eu acho, das ciências sociais das humanidades com a ciência da informação, com a

computação e talvez até com a matemática, porque os professores não estão preparados para lidar com isso, tem muitos professores que não sabem, nem quais são as perguntas que podem fazer sobre a ligação com os dados. Os alunos também não estão preparados para desenvolver pesquisas nessa escala, então eu acho que a gente perde. E aí, eu fiquei pensando que a gente ainda tem, em muitos cursos, essas aulas, por exemplo, de método quantitativo. Aquilo que a gente chamava de método quantitativo mudou radicalmente por conta das ferramentas digitais. Então, como você trabalha com método quantitativo e história hoje, quando você pode fazer, por exemplo, curvas de preços ou trabalhar com censo de uma maneira muito mais rápida e muito mais eficaz, mas o aluno não tem esses instrumentos. Eu defendo, e eu já defendia antes, que a nossa formação disciplinar é muito problemática e acho que a gente perde muito não fazendo esses diálogos, que as pessoas das áreas de ciência da informação e de informática desses cursos também perdem. Não se conectando e pensando nessas perguntas mais amplas que nós, eu acho, das humanidades fazemos.

- **Anita Lucchesi: Muito bom. Parece que você já sabia mesmo o que a gente vinha perguntar depois, Keila. Você já falou de alunos e currículo, de ensino e formação. E acho que uma pergunta muito ampla agora, meio desafiadora, é pensar o impacto do componente digital na compreensão histórica, tanto para a nossa vida de pesquisador quanto para a nossa vida de formadores. Aí, eu queria voltar um pouquinho na tua experiência a Anita Almeida no projeto *Detetives do Passado*³. Vocês escreveram em 2012 na *Revista História Hoje* sobre a importância do objetivo do site que era, dentre outras coisas, *ensinar a investigar*⁴. E isso era pensando nos alunos mais jovens e até trabalhando com o método do paradigma indiciário⁵ para aquele público. Para você, qual seria hoje a tônica da história digital ou da história pública digital pensando o ensino de história? Obrigada.**

O *Detetives do Passado* ainda está no ar, com aquele formato antigo mesmo. O site envelheceu, mas a gente de vez em quando se surpreende como que o *Detetives do Passado* ainda é usado desse ponto de vista metodológico, não só como uma maneira de estudar a história da escravidão no Brasil, no século XIX, mas também entender o método. Eu acho que, do ponto de vista da formação dos nossos alunos, algumas das nossas questões, em história, nem diria que na

³ O projeto foi realizado no âmbito do Núcleo de Documentação, História e Memória (NUMEM) da Escola de História da UNIRIO. Foi financiado pela FAPERJ, através do Edital "Estímulo à produção e divulgação científica e tecnológica" de 2007, e obteve apoio da FAPERJ e do CNPq através do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX) "Dimensões da Cidadania no Oitocentos", edição 2006, liderado pelo Prof. Dr. José Murilo de Carvalho (UFRJ). Coordenadoras e autoras das oficinas Anita Correia Lima de Almeida e Keila Grinberg, ambas professoras do Departamento de Se a História da UNIRIO. Disponível em: <http://www.numemunirio.org/detetivesdopassado/>

⁴ Grinberg, Keila, e Ana Maria Esteves de Almeida. 2012. "Detetives do Passado no Mundo do Futuro: Divulgação Científica, Ensino de História e Internet." *Revista História Hoje*, n. 1: 315–326.

⁵ Ginzburg, Carlo. 1990. "Sinai: Raízes de um Paradigma Indiciário." In *Mitos, Emblemas e Sinai: Morfologia e História*, 143-179. São Paulo: Companhia das Letras.

história digital ou história pública, mas em História, permanecem as mesmas. São as mesmas agora agravadas pelo maior acesso que a gente tem ao mundo digital e pelo nosso contexto político contemporâneo. Quer dizer, eu acho que o nosso desafio, nossa questão, é lidar com a verdade, com a ideia de verdade, a ideia da validação do conhecimento nesse mundo em que se produz conhecimento falso com muita facilidade nesses meios digitais. Então, eu acho que o nosso grande ponto – que vai unir esse conhecimento histórico mais tradicional à nossa forma de dar aula e à nossa forma de publicizar, pensando na história pública, num conhecimento que você faz, compartilhado com grupos, com comunidades – é como a gente vai lidar com esse mundo contemporâneo, um mundo em que você tem o surgimento de grupos que questionam a ideia de verdade como nós historiadores ou pessoas da área de ciências sociais e humanidades construímos. E como a gente vai compartilhar novamente essa ideia de verdade e de confiança? Para o que acho interessante a utilização da palavra em inglês *trust*, porque eu acho que esse é o nosso desafio de hoje. E este desafio abrange o ensino nos níveis fundamental e médio e também no ensino no nível superior. E junta também, eu acho, essas iniciativas que a gente tem, como que a gente vai lidar, parece que a gente voltou para o século XIX, em certo sentido, mas eu acho que esse é o desafio contemporâneo. E eu tenho muita dificuldade de pensar essas formas, porque no fundo a gente vive um período em que a ciência, como resultado dessa produção do conhecimento, é tão questionada e é tão fácil criar formas de disseminação de informações em qualquer nível, que não sejam verdadeiras, que eu acho que o campo está perdido e com a inteligência artificial, mais ainda agora, porque justamente são formas de se produzir imagens, produzir textos que são baseados em pressupostos que nós não validamos como pressupostos verdadeiros. Então, eu acho que a gente está num cruzamento complicadíssimo, e que talvez a nossa única chance seja, nesse sentido, voltar aos espíritos dos detetives, que é o método indiciário, que é explicitar o método o tempo inteiro, ou o que a gente chama de “elogio da nota de pé de página”. Porque sem isso, quer dizer, mesmo do ponto de vista, quando a gente pensa em projetos digitais mais complexos, perder a produção do conhecimento, na medida em que você lê o conhecimento, eu acho que é onde a gente perde o controle sobre a forma como aquilo está construído e abre espaço para a disseminação de fake news, abre espaço para livros baseados em opiniões e tudo isso que a gente comenta. No fundo essas questões são as mesmas, mas elas estão hoje em dia agravadas pela complexidade, por um lado, dessa mudança política, pelo questionamento da ideia de ciência, pelo questionamento do conhecimento científico e pela facilidade com que a gente pode disseminar, facilidade e a rapidez com que a gente pode disseminar, com que as pessoas podem disseminar informações falsas por métodos digitais, incluindo redes sociais também.

- **Monica Ribeiro: Keila, obrigada, eu acho que você avançou em questões muito importantes sobre a história pública digital e a sua importância hoje para uma sociedade mais justa. Você oferece para nós historiadores humanistas, para a sociedade, para o mundo global, um material validado, investigado, mais atualizado e comprometido com os direitos humanos, com a verdade dos fatos, com uma sociedade mais justa e comprometida com a agenda 2030 da ONU. Mas eu queria que você falasse um pouco mais sobre a questão do compartilhamento de dados e a possibilidade da colaboração em história e falasse um pouquinho mais sobre o “Passado Presentes”. Você falou sobre que estão pensando até em georreferenciar memória. Como esse tipo de projeto pode promover uma cultura maior de intercâmbio na sociedade? Como você, trabalhando com novas epistemologias, pode usar a tecnologia e transformar esse conhecimento em um conhecimento mais validado, mais vasto? Como você pode entrecruzar essas dimensões todas?**

Eu acho que essas questões que você falou, são essas as questões que a gente está lidando, elas são fundamentais porque eu acho que a tecnologia é justamente o meio, o locus, onde esses conhecimentos vindos de várias partes, não só eles se integram, mas eles se tornam acessíveis para a população como um todo. Então, quando você tem, por exemplo, os trabalhos, o *Passados Presentes* tem várias facetas, mas essa faceta específica do banco de dados, qual é o nosso plano do banco de dados 2.0 do *Passados Presentes*, é que a gente permita, continuando a trabalhar em larga escala com comunidades quilombolas e eu acho que é importante dizer que a gente criou um sistema que não precisa ser só sobre quilombos, é um sistema que pode ser usado por qualquer grupo, qualquer memória. A ideia é que a gente possa georreferenciar a informação, e ao incluir essa informação num banco que é feito em parceria com pelo menos quatro elementos, que são os historiadores e a comunidade, a pessoa do design, que é fundamental porque estabelece como é que a gente mostra e o que cabe nesse conhecimento e o programador. Então, são os quatro campos. Como é que a gente pode, primeiro, produzir conhecimento novo e aí conhecimento georreferenciado a partir da memória e a partir do nosso conhecimento histórico convencional? Então, a gente produz conhecimento novo. Dois, a gente torna esse conhecimento acessível, e aí eu acho que é importante, acho que é óbvio, mas importante dizer, com todas as letras, que esse conhecimento produzido publicamente, ele tem que ser sempre de acesso público. Isso é conhecimento público, ele é financiado com dinheiro público. Então, é engraçado quando as pessoas falam dessa questão da história pública como uma coisa a mais que a gente faz, ou como um dado de que, como é que os historiadores estão trabalhando a serviço do público, por exemplo, a discussão sobre a reparação e o Banco do Brasil. Eu acho que é o contrário, é a nossa obrigação fazer isso. E como comunidade acadêmica, ainda fazemos pouco, ainda guardamos muito para nós os resultados dos nossos financiamentos e os resultados desse incentivo. Então, isso para as agendas dos financiamentos,

para a agenda da produção do conhecimento histórico, eu acho que a gente não está fazendo nada mais do que a nossa obrigação ao construir esse banco com todos os dados de acesso público. Acho que a gente tem que ser obrigado mesmo a fazer isso. E aí, nesse modelo, são três elementos: é a construção do conhecimento que eu já falei, é a disponibilização desse conhecimento numa maneira que seja acessível para todo mundo e por isso que, no nosso caso, a gente está agora trabalhando com a visualização em tela grande do computador e a visualização do celular, que é com os aplicativos que a gente construiu em 2015, quatro aplicativos de visitação, mas que hoje estão obsoletos e a gente agora está reconstruindo num outro formato. E o terceiro ponto é justamente o ponto do ensino, que é, e aí o ensino também larga escala, o ensino para estudantes, mas é o ensino de usar a visitação a esses lugares conforme a vontade das comunidades envolvidas de maneira que elas possam divulgar o seu conhecimento. Então, são três pernas, a perna da produção do conhecimento, a perna da divulgação ou de tornar esse acesso público e fácil. E o terceiro é de usar esse resultado para instrumentalização ou para fins educativos mais amplos. Essa conexão é fundamental. E acho que aí tem um ponto específico sobre o *Passados Presentes* que é muito importante, que é o da sustentabilidade, a memória da sustentabilidade das próprias comunidades que estão envolvidas. A memória é, nesse sentido, esses grupos, eles não são só guardiões da memória, eles são, mas eles também, de certa maneira, vivem dessa memória, aqueles que querem. Então, como é que a gente vai criar maneiras de devolver para esses grupos o conhecimento que eles estão compartilhando conosco e que estão possibilitando que nós avancemos e produzimos livros, produzimos artigos e produzimos sites? É tentar disponibilizar esse conhecimento num formato que seja útil para, por exemplo, ampliar a visitação, quando é a vontade que eles ampliem. Não é sempre o caso. Então, esses elementos podem ser, no caso do *Passados Presentes*, é isso que a gente está visualizando. Então, a gente criou um sistema, que não está totalmente disponível ainda, mas a gente espera que esteja em breve, que é da articulação do conhecimento, da disponibilização do conhecimento e de uma forma fácil de se construir roteiros e aplicativos de visitação, quando for o caso. Na verdade, é um desafio maior do que parece porque a gente tem justamente alguns obstáculos técnicos e também a parte da educação digital. Porque, no fundo, parte do que a gente faz agora é ficar treinando os nossos alunos, os nossos bolsistas, a gente quer treinar voluntários para colocar o maior número de dados online. E aí, a gente encontra coisas que a gente não sabia, por exemplo, uma referência de alguém que fala numa entrevista de algo que aconteceu, sei lá, no Bracuí e aí, muito tempo depois, alguém fala dessa mesma referência de alguma coisa que aconteceu em outro lugar, ou duas coisas diferentes, mas que aconteceram numa mesma situação. A gente avança. E acho que o exemplo do tráfico ilegal é muitíssimo importante com as comunidades que estão no litoral, mas a gente, hoje, sabe coisas que a gente

não sabia por conta desse conhecimento compartilhado pelas comunidades. É uma discussão ética fundamental no campo, não é só a história digital, mas no campo da história oral, mas na medida em que a gente torna mais fácil o compartilhamento, a gente tem que continuar contribuindo e ampliando essa discussão. A gente não pode colocar nenhum dado disponível sem a participação das pessoas que estão fornecendo esse dado.

- **Monica Ribeiro: Keila, em relação aos desenvolvimentos futuros agora e seu envolvimento com o mestrado profissional, o ProfHistória. Como você conseguiu, nessa sua experiência, reunir o compromisso do ensino com a utilização de tecnologias digitais? E o papel da tecnologia digital para a formação dos novos pesquisadores no ProfHistória tendo em vista sua relevância para o Brasil? E, principalmente, como o aluno, enquanto receptor? Vocês conseguem competir com outras iniciativas com apelos mais superficiais, mais fakes? Como vocês conseguem contribuir, de fato, para a formação de um profissional de história?**

Bom, a competição, acho que a gente perde. Mas agora falando sério, acho que os mestrados profissionais e, dentro deles, o ProfHistória, o mestrado profissional, agora que tem vários doutorados também, na área de ensino, já não é mais uma novidade com um programa que já tem 10 anos. Mas é certamente a experiência mais inovadora na pós-graduação brasileira, eu acho, recente. Na área de ensino, na área que é atrelada às licenciaturas, porque ela trouxe o que eu acho que a gente sempre queria, que é um pouco esse diálogo entre os professores da educação superior e os professores da escola, e essa conexão mais próxima com esses desafios. Inclusive, tem um efeito que é interessante, eu vejo pela experiência do nosso corpo docente da Unirio é que nem todos os professores hoje, do corpo docente do ProfHistória, têm a experiência da escola, de sala de aula, mas eles estão se aproximando do ProfHistória e querem dar aula no ProfHistória porque querem esse diálogo, trouxe uma relevância para a nossa disciplina, que, aliás, é interessante, porque, por exemplo, comparando de novo com casos de Estados Unidos, têm cada vez menos alunos nas disciplinas de história, nas disciplinas de humanidade, os cursos estão diminuindo. No nosso caso, a gente não vê isso porque a gente está no Brasil, esse conhecimento, ele está atrelado à universidade, ele está atrelado ao ensino através do ProfHistória. Então, eu acho que o ProfHistória é a nossa pérola, que a gente não pode abrir mão de jeito nenhum, e tem a perspectiva, eu acho que do digital, talvez sejam duas. Uma é do trabalho em rede, porque nos permitiu, desde o início, fazer um trabalho em rede que não seria possível antes. A gente deu disciplinas em conjunto, a gente trabalhou em escala nacional, o Brasil é um país imenso. E essa escala nacional, que a gente trabalha, só foi possível por conta desse desenvolvimento digital, das formas de comunicação e compartilhamento de dados. Agora, a outra parte que é mais complexa é como que

a gente pode pensar num programa em escala nacional pensando a formação tecnológica? Por um lado, é a tecnologia que torna possível. Tanto essas tecnologias de comunicação quanto você pensar que um aluno que está em situações muito isoladas, sem acesso a um arquivo, pode fazer isso através da internet, o que ele não podia antes. Então, o ProfHistória, como outros programas em rede, se beneficia do fato de que a gente pode compartilhar. Agora, o ponto, eu acho que mais importante, é pensar como esses alunos do ProfHistória, que são professores que estão em sala de aula, se inspiram e aprendem a fazer projetos digitais no programa que eles podem colocar em prática com seus alunos. Então, o fato de ser em rede e o fato de a gente usar a tecnologia para ensinar e que a gente também ensina, o modelo das *WebQuests*, que foi o modelo que a gente usou no *Detetives do Passado* e que ainda é tão usado, são modelos que usam da tecnologia sem necessariamente o acesso permanente a internet, que ainda é um problema em vários lugares do Brasil. Mas ela permite que mesmo sem ter acesso à rede o tempo todo, os alunos usem métodos digitais para trabalhar. Então, essa escala eu acho essencial. Eu dei aula com tecnologias e projetos digitais no ensino de história que foram incríveis, porque, por exemplo, a gente fazia visitas virtuais a museus do mundo inteiro com os professores da rede. E aí os professores pegavam os seus alunos e faziam eles mesmos, não só faziam a mesma coisa, então possibilitava: ‘olha, a gente não pode ir até o Louvre, mas vamos ver’, mas possibilitava também ‘então, vamos pensar, o que a gente pode fazer de uma exposição do nosso museu local e como é que esse museu local pode também ficar disponível para o mundo todo?’. Então, não é só que a gente vai consumir, mas a gente vai produzir e a gente vai disponibilizar. E esse pulo coloca o aluno do ProfHistória e depois esse aluno do ProfHistória como professor com os seus alunos, mas coloca o aluno no centro do processo de produção do conhecimento, que é o que a gente quer. E é o que possibilita que essa fórmula funcione, de novo, com os dois pés na realidade, sem a gente ficar elucubrando, a partir de problemas reais, de questões reais, dos desafios que se encontram na sala de aula. Eu acho que, apesar de todas as dificuldades e das complicações, a gente tem um programa como esse, que é um programa nacional, que é um programa em rede, que criou um diálogo sobre ensino que não existia no Brasil antes, que tirou um pouco dessa ideia de que você trabalhar com ensino é uma questão menor. Quando eu fiz o concurso para ensino de história na Unirio, tinha um monte de gente perguntando, mas você vai fazer? Você estuda império, estuda escravidão, está fazendo o que na área de ensino de história? E eu brincava e respondia: porque eu sinto saudade da escola. Mas não é só isso... eu sinto, o ensino, ainda hoje, é visto como um campo menor dentro da nossa formação. E a gente precisa acabar com isso, porque o ensino é justamente a nossa razão da existência. Tirou ensino, eu quero ver o que vai sobrar da gente.

- **Anita Lucchesi: Keila, muito, muito generosa sua fala, inclusive você avançou em inúmeros pontos aqui que a gente tinha imaginado de perguntar, porque essa questão do ensino estava muito forte, na nossa perspectiva, olhando para a sua contribuição até hoje. Então, é uma coisa coerente, com a tua atuação. E você falando do aluno no centro do processo de produção do conhecimento, me fez pensar como que o digital, mas não só o digital e o público, como que na sua visão, de uma forma mais geral, a gente pode fomentar mais projetos como o ProfHistória. O ProfHistória, o mestrado profissional de história é uma pérola, mas de que outras formas a gente pode, a partir da nossa atuação nas universidades, fomentar esse tipo de atitude dos alunos e de oportunidade, de possibilidade para eles trabalharem dessa forma?**

Eu acho que a gente tem várias formas, claro que eu acho que quando a gente estava discutindo ProfHistória no começo, a Marieta de Moraes Ferreira, eu e esse grupo que a gente formou, Marcelo Magalhães, Luís Reznik, um monte de gente que está envolvida nisso até hoje, ninguém, talvez a gente não imaginasse a dimensão que isso tomou, porque tomou uma dimensão muito maior do que na época, inclusive na época a origem era dispute as possibilidades de interação entre as universidades do Rio, e aos poucos foi crescendo. Eu acho que a gente precisa incluir na nossa, na formação dos nossos alunos, essa dimensão, a centralidade da dimensão pública do nosso conhecimento, do conhecimento que a gente produz. E é óbvio que nos dias de hoje essa dimensão pública se faz de maneira digital, não só, mas de maneira digital. O que eu gosto, só para voltar um pouquinho do *Passados Presentes*, quando a gente fez o aplicativo, a minha ideia do aplicativo, do celular, é que ele não separe, ele é uma forma de conexão entre as pessoas, não uma forma de separação das pessoas. Esse conhecimento que está sendo disponibilizado daquela forma digital, tem que ser uma maneira de aproximar as pessoas, eu continuo acreditando nisso. Mas como a gente faz isso? Eu acho que é não separando, como justamente vocês estão fazendo, não separando a história digital da história pública. Eu não acho que faz sentido a gente trabalhar, claro, que a história digital, os métodos digitais, os formatos, as plataformas digitais, a gente têm uma forma de conhecimento específico que a gente precisa enfrentar, claro, como também a gente precisa aprender a ler um documento escrito no século XVI. Então são formas de conhecimento. Mas é impossível hoje pensar a história pública sem a dimensão digital, e também é impossível, eu acho, pensar nossa formação de professores no Brasil, ou seja, com os nossos alunos, sem pensar a dimensão pública. Eu não sei se é o caso da aula de história pública, eu dou aula de história pública, dei aula aqui, de uma disciplina que eu transformei na Unirio, dou aula de história pública lá na Universidade de Pittsburgh, mas eu fico pensando se é o caso, acho que a gente tem que discutir isso, ou se todas as disciplinas a gente tem que pensar qual é a dimensão pública. E a dimensão pública tem que incorporar o ensino, porque também acho que em muitas situações existe essa

separação. A dimensão pública é o todo público, e aí é o público... isso aconteceu muito na pandemia, quando a gente estava dando aula pela internet, que os alunos, os pais, ouviam, não sei se tiveram essas experiências, a gente teve muito retorno dos pais, pela primeira vez a gente teve alguma interação com as famílias dos nossos alunos sem ser na formatura. Essa dimensão pública de que você identifica, ensina, aprende história o tempo inteiro, eu acho que ela tem que, ela faz parte da maneira como, pelo menos eu penso o conhecimento histórico hoje. Então pensar a história sem o público, ou a história sem a pública, é impossível para mim, e eu acho que esse que é o caminho que os projetos mais interessantes em várias temporalidades estão sendo feitos hoje em dia, é essa impossibilidade de dissociar aquilo que a gente faz do seu público, sabendo que o digital permeia tudo isso, a produção, a disseminação e esse consumo, do conhecimento. Acho que é isso.

- **Anita Lucchesi: Tem muita coisa. Bom, vou te perguntar aqui Keila numa condição de quem se formou também vendo a tua experiência. Quando eu comecei pesquisar a história digital, me marcou muito um debate que o Café História organizou com a ANPUH-Rio, você deve se lembrar, estava lá com a Lise Sedrez com o Fábio Heder da Fiocruz, da ANPUH-Rio, na época e a mediação do Bruno, e vocês discutiram o que a gente conversou aqui hoje, a história digital, ensino, divulgação e pesquisa. E eu me lembro que na época você chamou muita atenção para algo que você já disse hoje aqui, que é a gente explicitar o método o tempo inteiro. Na época você usou a expressão, “ênfatisar o caráter processual da história”. Me parece que você continua numa mesma, numa mesma linha de atuação e é muito bonito, assim, eu sou uma fã aqui ouvindo, a fã da história pública, assim, já tô doida pra reler a gente, mas queria te pedir, para fazer um fechamento, algo de inspirador que você gostaria de sublinhar, ou que você acredita que tem que estar no radar dos novos pesquisadores e professores de história.**

É, eu acho, pensando aqui, acho que tem uns 10 anos, isso, né, não me lembro bem. É, eu acho que esses 10 anos, não estou nem pensando só na história, pensando na ciência e na construção da ciência, disseminação, foram, estão sendo anos muito difíceis, por conta justamente dessa ideia, da conexão entre verdade e confiança, que a população mundial vem passando. A gente, eu acho que é nosso dever reconstruir isso e eu continuo sendo essa pessoa que acredita no método, na explicitação do método, que significa também uma honestidade em relação aquilo que a gente faz. Não tem segredo na prática, e isso também tem a ver com a disponibilidade dos dados. Mas o que eu queria falar é que dentro desse quadro de pessimismo, um mundo em que, onde a gente tem eleições decididas por testes à ciência, eleições, populações inteiras que são afetadas por essas questões que tem a ver com o conhecimento, e especialmente em história, eu acho que o que a gente vê também é que as pessoas querem saber, né? As pessoas querem conhecer. As pessoas

querem ler os livros de história. Ao mesmo tempo em que tem tanta gente questionando o que a gente faz, a gente também nunca teve, por exemplo, um consumo de livros de história enorme no Brasil, o Brasil tem um mercado imenso, um mercado no sentido amplo. E, aliás, em parte esse interesse e o fato de que a gente não ocupa esses espaços, plenamente, que a gente tem tanto consumo de material de baixa qualidade. Então, se é pra gente pensar na formação dos nossos alunos, no que essas gerações vão mostrar, eu acho que a gente precisa continuar produzindo material, continuar fazendo as discussões difíceis, porque a gente tem muitos desafios no Brasil que é justamente o de falar sobre os nossos traumas históricos, os nossos silêncios, os nossos silêncios do passado. Porque, embora existam forças contrárias, acho que a maioria das pessoas no Brasil e fora do Brasil, estão interessadas em conhecer, elas querem conhecer. Então, a gente não pode abdicar desse nosso papel, que é um papel público, é o papel dos intelectuais públicos de produzir esse conhecimento, de disseminar e de tornar acessível. Então, é isso, os desafios são muitos, mas é um papel importante demais, e a gente precisa continuar fazendo isso. Se a geração que está se formando agora, pegar esse desafio e agarrar, eu acho que a gente continua fazendo o que é, aliás, o que se faz no Brasil, que é produção de conhecimento histórico de ponta. A Anita também tem uma experiência no exterior, e agora eu. O que a gente faz no Brasil é de uma qualidade imensa e uma qualidade reconhecida no exterior, em grande parte por causa da solidez da nossa formação e em grande parte porque o público nos leva a isso, o público nos desafia. Então, eu acho que a gente tem que continuar fazendo isso, continuar ouvindo. A gente fala muito, mas a gente tem que continuar nesse papel de ouvir, e, ao ouvir e ao interagir com as comunidades, a gente continua avançando [em busca de] uma sociedade melhor.

- **Anita Lucchesi: Nós agradecemos, professora Keila!**

Maravilha, que bom!

Recebida: 07 de julho de 2024
Aprovada: 15 de julho de 2024

Infância, Raça e Classe Social: As Políticas de Assistência a Menores no Brasil (1920-1960)

Childhood, Race, and Social Class: Policies for Minors in Brazil (1920-1960)

Infancia, Raza y Clase Social: Políticas de Asistencia a Menores en Brasil (1920-1960)

Fabiola Amaral Tomé de Souza*

<https://orcid.org/0000-0002-2048-4968>

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar as ações e os discursos em relação à assistência social da população infanto-juvenil na primeira metade do século XX, na qual podemos observar a construção da categoria “menor”. A partir de um estudo baseado em fontes documentais e em uma importante bibliografia sobre raça e pós-abolição, trabalhismo e institucionalização do atendimento ao menor, pretende-se discutir a questão de raça e classe em relação ao menorismo e à criminalidade. Analisar a visão higienista da época e a implantação de um ideário do saneamento moral, focalizando nos grupos com risco social, nesse caso os menores que, de acordo com as fontes pesquisadas, precisariam, de alguma forma, ser protegidos e amparados para uma profilaxia urbana e não causar nenhum problema para a sociedade, incluindo nessas ações o recolhimento dessas crianças e adolescentes a instituições ligadas ao SAM – Serviço de Assistência a Menores.

Palavras-chave: raça e classe, menorismo e institucionalização do menor.

ABSTRACT: This article aims to analyze the actions and discourses in relation to social assistance for children and adolescents in the first half of the 20th century, in which we can observe the construction of the “minor” category. Starting from a study based on documentary sources regarding an important bibliography on race and post-abolition, labor and institutionalization of care for minors, we intend to discuss the issue of race and class in relation to minorism and criminality. Analyze the hygienist view of the time and the implementation of an ideal of moral

* Doutora em História pela UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestra em História Social pela USS - Universidade Severino Sombra - Bolsista CAPES. Graduada em História Licenciatura pelo Centro Universitário de Barra Mansa (2007). É, também, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Política e História Social e Grupo de Estudos Mundos do Trabalho e o Pós Abolição da UFRRJ. Pesquisadora do Observatório da Educação Superior do UniFOA. Atualmente é Professora Assistente do UNIFOA - Centro Universitário de Volta Redonda - RJ. Fabiola_tome@hotmail.com

sanitation, focusing on groups at social risk, in this case Theo minors who, according to the researched sources, would somehow need to be protected and supported to improve hygiene in cities and did not cause any problem for society, including in these actions the collection of these children and adolescents to institutions linked to the SAM – Assistance Service for Minors.

Keywords: race and class, minorism, institutionalization of the minor.

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo analizar las acciones y discursos relacionados con la asistencia social a la población infantil y juvenil en la primera mitad del siglo XX en Brasil, donde se puede observar la construcción de la categoría “menor”. A través de un estudio basado en fuentes documentales y una bibliografía relevante sobre raza, posabolición, trabajo e institucionalización de la atención al menor, se pretende abordar la cuestión de la raza y la clase en relación con el menorismo y la criminalidad. Se analiza la visión higienista de la época y la implementación de un ideal de saneamiento moral, centrándose en los grupos en riesgo social, en este caso, los menores que, según las fuentes investigadas, necesitaban ser protegidos y respaldados de alguna manera para la profilaxis urbana, evitando así que causaran problemas a la sociedad. Esto incluye acciones como el internamiento de estos niños y adolescentes en instituciones vinculadas al SAM - Servicio de Asistencia a Menores.

Palabras clave: raza y clase, menorismo e institucionalización del menor.

Como citar este artigo:

Souza, Fabiola Amaral Tomé de. “Infância, Raça e Classe Social: As Políticas de Assistência a Menores no Brasil (1920-1960)”. *Locus: Revista de História*, 30, n. 1 (2024): 175-200.

Introdução

Este artigo tem como finalidade examinar as iniciativas e os discursos concernentes à assistência social direcionada ao público infanto-juvenil na primeira metade do século XX, período no qual se observa a formação da categoria menor. Mediante a análise de fontes documentais e um extenso referencial bibliográfico sobre raça e pós-abolição, trabalhismo e a institucionalização do cuidado aos menores, busca-se explorar as intersecções de raça e classe no contexto do menorismo e da criminalidade. Será discutida a perspectiva higienista da época e a adoção de uma ideologia de saneamento moral, concentrando-se nos grupos socialmente vulneráveis, especialmente os menores.

A análise é relevante, visto que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos ou os adolescentes que praticavam atos contra a

lei e a “ordem” tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas (Rizzini e Rizzini 2004, 13). O atendimento de crianças e adolescentes pobres ou em conflito com a lei existiu, desde o século XIX, no estado brasileiro, mas não era uma política do Estado até a quarta década do Séc. XX.

A assistência dada no final do século XIX mantinha os moldes da caridade do século anterior, abrigando crianças e adolescentes, em locais organizados e mantidos por particulares sem uma organização técnica que garantisse proteção, educação e dignidade para os abrigados, mesmo havendo clamores de elementos da sociedade para a especialização do atendimento.

Já nas primeiras décadas do século XX, a preocupação com as crianças e adolescentes baseava-se na preocupação com o desenvolvimento do país. O Brasil passava por diversas alterações no cenário político, econômico e social, pós-Proclamação da República e pós-abolição, assim como a entrada de imigrantes no país, promovendo um aumento no contingente de homens, mulheres e crianças nos centros urbanos (Rizzini 2004, 23).

As cidades cresceram rapidamente incentivando o interesse de especialistas em compreender as mudanças produzidas pelo desenvolvimento industrial. A industrialização proporcionou,

transformações tecnológicas, econômicas e demográficas, novos conceitos, valores e subjetividades inseria-se em inquietações eugênicas que pregavam que sua população deveria ser de gente saudável e, para que o Brasil pudesse se tornar uma grande nação, era preciso criar mecanismos de regulação social, principalmente para dar conta das “classes inferiores” e “portadoras de degenerescências”, cujos problemas eram de ordem social e moral. De acordo com os preceitos eugênicos, “Purificando a raça” galgaríamos importantes degraus na “escala evolutiva” (Silva Junior e Garcia 2010, 2).

O pensamento higienista¹ da época implantou um ideário do saneamento moral, com foco em pobres, *menores*², loucos, prostitutas, entre outros que, conforme esses pensadores, precisariam, de alguma forma, serem protegidos e amparados para que melhorassem a higiene nas cidades e não causar nenhum problema para a sociedade (Silva Junior e Garcia 2010, 2). Neste momento, os discursos sobre a infância eram especificamente discursos de prevenção e profilaxia (Rizzini e Rizzini 2004).

¹ O higienismo brasileiro pode ser definido como o estabelecimento de normas e hábitos para conservar e aprimorar a saúde coletiva e individual. Contudo, foi um movimento complexo visto sua generalidade difusa e heterogênea, tanto no âmbito político quanto no científico. O “movimento higienista” era altamente heterogêneo sob o ponto de vista teórico (nos seus fundamentos biológicos e raciais) e ideológico (liberalismo e antiliberalismo). Sobre isso ver: Hochman 2012. Pilotti e Rizzini 2007. Junior 2007, 5-12.

² É importante informar ao leitor que utilizei a terminologia “menor” encontrada nas fontes documentais desta pesquisa, contudo é importante salientar que não é o nosso entendimento sobre as crianças e adolescentes. Para um melhor entendimento disto escolhi trabalhar com essa categoria de forma destacada para evitar uma possível confusão do leitor entre fontes e análises.

O higienismo e a eugenia no Brasil no início do século XX estavam intimamente relacionados, ambos fundamentados na crença de que a saúde pública e a higiene eram essenciais para a melhoria da “qualidade” da população. Enquanto o higienismo focava na prevenção de doenças e na promoção de práticas saudáveis através de medidas de saneamento e educação sanitária, a eugenia utilizava esses mesmos princípios com o objetivo de melhorar geneticamente a população (Alves & Pizolati 2019). Essa intersecção é evidente na forma como médicos e sanitaristas da época, como Belisário Penna, advogavam por uma abordagem que combinasse higiene com eugenia, visando a regeneração física e moral da nação. Esse enfoque é detalhadamente discutido por Nancy Stepan em seu livro “The Hour of Eugenics: Race, Gender, and Nation in Latin America” (1991), em que ela analisa como as políticas de higienismo e eugenia se entrelaçavam e influenciavam as políticas públicas em países latino-americanos, incluindo o Brasil. Essa fusão entre higienismo e eugenia moldou significativamente as políticas de saúde pública e educação, promovendo uma visão de que melhorias ambientais e pessoais poderiam contribuir para um futuro mais saudável e “aperfeiçoado” da população (Alves & Pizolati 2019 apud Stepan 1991).

O período compreendido de 1920 a 1960 foi de muitas transformações sociais e políticas no Brasil, como dito anteriormente, afetando as políticas públicas, as visões sociais e as experiências de crianças e adolescentes, especialmente aqueles de origem negra e pobre. Portanto, pensar como as políticas de assistência à infância e juventude no Brasil, nesse período, contribuíram para a perpetuação da desigualdade racial e social, especialmente em relação às crianças e adolescentes negros e pobres é relevante, analisando como as visões sociais e raciais influenciaram essas políticas e como os legados desse período continuam a afetar a sociedade brasileira.

Essas transformações ajudaram a construir o conceito de menor, visto crianças e adolescentes necessitados serem vistos por muitos setores da elite brasileira como um desafio social, cuja resolução era essencial para a afirmação da ordem política republicana emergente, marcada pelo lema “ordem e progresso”. Essas crianças eram frequentemente discutidas em uma variedade de contextos sociais como símbolos de abandono, miséria, desorganização e ameaça à sociedade, sendo alvo de políticas estatais que enfatizavam a necessidade de disciplinar, controlar e educar os menores (Rizzini 2006 e Marcilio 2006).

Conforme Rizzini (2011), a designação ‘menor’ transcende uma mera classificação por idade. Ela identifica uma infância específica, nascida da pobreza e do desamparo, distinta de outros grupos infantis da mesma época, sempre vista com a desconfiança de potencialmente tornar-se corrupta e delinquente. A autora destaca que há uma ambivalência na maneira como essa questão era tratada, em que o menor podia tanto representar a criança carente e merecedora de piedade quanto simbolizar a infância desviante, vista como uma ameaça à sociedade. Essa dualidade é

evidente nos documentos daquele período, que retratam a infância como “[...] ora em perigo, ora perigosa” (Rizzini, 2006, 5).

Diante disso, esse artigo possui a finalidade de investigar como as políticas de assistência à infância no Brasil durante as décadas de 1920 e 1960 foram influenciadas por fatores raciais, econômicos e sociais, com foco na experiência das crianças negras e empobrecidas, a fim de compreender como a interseção entre raça, classe e infância impactou a construção das políticas públicas e as experiências destas nesse período.

A análise das políticas de assistência à infância permite uma reflexão mais profunda sobre como a sociedade brasileira percebia e tratava suas crianças. Isso ajuda a contextualizar a história das crianças no Brasil e a examinar como as políticas públicas afetaram suas vidas.

Destarte, esse artigo foi elaborado através de uma abordagem interdisciplinar e multidimensional, combinando elementos da história, sociologia, antropologia e política, enriquecendo o entendimento das políticas sociais e suas implicações em diferentes esferas da sociedade e utilizando diversos documentos históricos, como documentos do Arquivo da Câmara dos Deputados, como legislações e discursos, o Código Penal de 1890, Relatório das Atividades do Exercício de 1942 e 1946 do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), a Revista Brasileira de Cartografia, assim como, obras de autores renomados que pesquisam o tema.

O uso da metodologia do paradigma indiciário, proposto por Carlo Ginzburg (1989), foi central para esta investigação, permitindo a identificação e interpretação de indícios e sinais aparentemente marginais, mas reveladores de dinâmicas sociais e políticas profundas. Dessa forma foi possível identificar padrões, tendências e informações relevantes para o estudo. Isso inclui a análise de discursos e argumentos presentes nos documentos que foram corroborados por análises bibliográficas sobre o tema. O uso das imagens, como fotografias de crianças internadas em instituições de assistência à infância, foi importante, primeiro como evidência histórica e segundo como comprovação do que está ausente nas fontes documentais, como a falta de referências à raça em documentos oficiais. Demonstrando a importância de analisar o silêncio sobre a raça nas políticas de assistência à infância e, sobretudo, como esse fato contribuiu para a manutenção de preconceitos raciais.

Esse texto pretende levar a uma compreensão das raízes históricas das desigualdades raciais nas políticas de assistência à infância, sendo relevante para os debates contemporâneos sobre igualdade e justiça social no Brasil e está dividido em duas partes, sendo que na primeira parte analisaremos a construção do conceito de “menor” no contexto da infância no Brasil, destacando que esse termo não se refere apenas à idade, mas também à falta de direitos e recursos. Essa categorização desigual influenciou as políticas públicas para crianças e adolescentes, com ênfase

nas desigualdades de classe e raça. Destacando como a sociedade brasileira foi moldada pela violência, afetando especialmente a população negra e pobre. Já a segunda parte do texto aborda como o termo “menor” estava associado a crianças e adolescentes pobres e negros, refletindo uma perspectiva de classe e raça e que as políticas estatais tratavam esses menores de forma discriminatória, com práticas racistas subjacentes, a partir da análise do discurso do ex-diretor do Serviço de Atendimento a Menores (SAM), Meton de Alencar Neto, em relação às causas da delinquência dos menores, a influência do meio social e as características psicológicas. Destacando o uso de testes de coeficiente intelectual na avaliação dos menores e como isso estava relacionado às ideias racialistas.

Finalmente, que esse diagrama inicial realizado para apresentar o percurso feito neste artigo sirva como convite à leitura.

Política menorista

Ao pensar na construção da narrativa do período estudado acerca da infância, é preciso pensar a categoria menor. Adriana Viana escreveu em sua tese que a construção da terminologia menor desempenha um papel simbólico, ao desagrupar e depois reagrupar certos indivíduos presentes em uma representação coletiva de infância. Analisamos que o termo favorecia a consolidação da desigualdade de acesso e a direitos estabelecidos no período, em decorrência de um processo mais abrangente de hierarquização social (Vianna 1999, 17).

A construção do termo apresenta-se como forma de diferenciar os indivíduos de acordo com os direitos e deveres que eles deveriam possuir ou seriam obrigados a seguir como brasileiros. Observando as principais leis sobre o assunto, chamou-nos a atenção a representação histórica de pensar estes indivíduos a partir de uma idealização menorista³. Entendendo o menor não somente como menor de idade, mas como menor em direitos. Dessa forma a relação entre “maiores e menores” era definida pela desigualdade de recursos oferecidos nas mais diversas situações sociais (Vianna 1999, 17).

É importante observar a partir de um enfoque integrado a classificação menor, sendo necessário pensar as questões sobre raça e classe, e que apesar de categorias distintas, sua interação produzem e reproduzem as desigualdades sociais e a desigualdade de oferta de políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes no período.

³ Categoria também pensada por Irene Rizzini, que a partir dessa concepção, analisa o atual processo de criminalização da pobreza, ademais dividindo a política de atendimento à criança em: política para a criança rica e política para criança pobre. Para fins de aprofundamentos a partir da categoria socioeconômica, ver Rizzini e Rizzini 2004.

Um ponto importante, defendido por Adriana Viana, é o termo menor estar, também, relacionado à atuação policial no período, implicando uma forma particular de poder policial que diferenciava os indivíduos e os classificava a partir de critérios próprios do aparelho repressor estatal. Esses indivíduos ou seus representantes legais, no entanto, não possuíam meios para combater essa classificação e as consequências que ela trazia. Isto posto, o poder policial acabava por atribuir um caráter inferiorizado aos responsáveis desses menores, estabelecendo um processo de desautorização destes⁴.

Ressaltam, no plano das ideias, o movimento higienista associado aos médicos e filantropos, o positivismo dos militares, com imperativos de “ordem e o progresso” e a sociologia evolucionista, como determinantes da constituição e da consolidação do espaço social destinado à infância, por meio de mecanismos conhecidos como “escala da moralidade” ou da “profilaxia da criminalidade”, que discriminavam as crianças desvalidas, classificadas como “menores”, daquelas que possuíam infância ou eram parte da infância concebida como produtiva. Essa estratégia estatal prolongou-se nas décadas posteriores e marcou os primeiros passos da infância e juventude como objeto de atenção das instituições do Estado. A matriz que orientou as primeiras intervenções referentes ao público infante-juvenil no início do Brasil republicano expressava um projeto manifesto de proteção à infância que, em última instância, visava mais à defesa da sociedade (Perez e Passone 2010).

A prisão ou detenção do indivíduo era o que o caracterizava como menor, assumindo integralmente outros aspectos da categoria, para além da faixa etária ou aparência.

Sendo assim. É possível pensar como a administração (no sentido do aparato estatal que viabiliza o controle de determinadas populações compreendidas como nacionais); seria capaz de produzir significados e identidades e não apenas de obedecer, sob forma de uma determinada organização burocrática, a significados e identidades que lhe fossem supostamente anteriores (Perez e Passone 2010).

A população infante-juvenil social e economicamente necessitada era associada à uma concepção de risco social e moral para a parcela privilegiada da sociedade, por consequência era necessário um tratamento diferenciado a esses menores, assemelhado ao tratamento dado aos criminosos.

O acirramento das tensões sociais foi acompanhado por uma especialização dos aparatos de controle e vigilância, bem como da profissionalização da polícia das técnicas que lançaram mão, com base no cientificismo da época, na identificação e repressão dos criminosos, a partir do início do século XX (Câmara 2010, 78).

Práticas repressivas, punitivas e autoritárias, com vieses assistencialistas, revitimadoras, estigmatizantes e excludentes eram comuns no período. Não havia o pensamento de promoção da igualdade de condição a todas as crianças e adolescentes, acentuando a desigualdade de tratamento, reforçada pelas decisões discricionárias do poder judiciário e do poder policial (Rizzini e Rizzini 2004).

⁴ Adriana Viana não propõe que os agentes policiais escolhessem prender pessoas por estereótipo ou condição financeira. A autora cita que tomou essa identificação “como a condição de existência desses menores. Se era possível existir uma unidade para além do estoque de classificações empregadas e das diferentes histórias de vida, é justamente porque a ação policial criava *menores* ao identificar indivíduos dessa forma”. *Op. cit.*, p. 18.

Era corrente, à época, a prisão de crianças que circulassem ociosas pelas ruas, ou as que nelas desenvolvesse ocupações ocasionais, não sendo preciso apresentar motivos que as implicassem legalmente, além da suposta vadiagem que a sua presença na rua representava. A prática da vadiagem equivalia a uma ameaça à moral e aos bons costumes, onde a associação entre ociosidade e indigência, provocada pela miséria dava, como resultado final, os pervertidos morais, capazes de cometer crimes contra a ordem e a propriedade. Transformada em crime, desde a promulgação do Código Criminal de 1890, a vadiagem foi, assim, configurada com o objetivo de prevenir a desordem na cidade (Camara 2010, 55).

É meritório pensarmos de forma mais aprofundada em relação à população infanto-juvenil, analisar transversalmente que a formação da sociedade brasileira foi baseada na violência, com raízes profundas na forma como foi a escravização de africanos e seus descendentes e a dizimação de nativos americanos.

Diante disso, para a organização política construída no Brasil não existia diferenciação entre uma pessoa adulta e uma criança. À população infanto-juvenil negra e pobre dos períodos pré e pós-abolição havia uma diferenciação de tratamento em relação a outras crianças (Faleiros, 1995, 205). “A criança escrava não era, pois, objeto de proteção por parte da sociedade. Sua sina estava traçada como prioridade individual do senhor seu dono, como patrimônio e mão de obra” (Idem, 206).

A população negra estava, no período compreendido entre a abolição e o da experiência democrática, relacionada diretamente ao desenvolvimento político, econômico e estrutural da sociedade brasileira. A vida de negros, no pós-abolição, estava associada à de outros indivíduos que compunham classes e grupos sociais hierarquicamente inferiores. Conseqüentemente, os negros eram submetidos a mesma engenharia de dominação de classe que atingiam outros grupos subordinados. No entanto, estes, também, enfrentavam dificuldades relacionadas à sua condição racial (Hasenbalg 2005, 20).

Sidney Chalhoub (2011) analisou o significado da liberdade para os africanos e os seus descendentes nascidos aqui antes de 1888 e a conceituou como precária, a qual pode, também, ser analisada observando as condições cotidianas em que eles viveram no período pós-Abolição. A quase ausência de trabalhos formais, a não salvaguarda dos direitos civis de negros, assim como a falta de acesso aos direitos e benefícios públicos, como escolarização e saúde de qualidade, foram importantes causas de desigualdade social.

Destarte, Carlos Hasenbalg, defende em sua Tese de Doutorado, que a estratificação racial não é fruto do escravismo, mas sim do racismo e da discriminação que provocam uma “subordinação social de não-brancos e seu recrutamento a posições sociais inferiores” (Hasenbalg 2005).

Esse pensamento racista foi, também, responsável pelas políticas de saúde pública e reforma urbana, como a remoção das favelas, na cidade do Rio de Janeiro, a qual homens, mulheres

e crianças negras sofreram negativamente a essas campanhas (Chalhoub 1996). Dessa forma, percebemos que o direito e as instituições brasileiras eram racialmente desiguais no período pré e pós-abolição.

Com a remodelação da cidade do Rio de Janeiro ocorrida no início do Séc. XX não só a grande massa de popular que moravam ou trabalhavam no centro da cidade foram atingidas, mas, também, os moradores dos subúrbios cariocas. Alterando, dessa forma, práticas culturais, econômicas já entranhadas nas comunidades que lá estavam estabelecidas antes da reforma (Benchimol 1992, 277).

Existia na proposta e execução da reforma urbana razões sanitárias e políticas/ideológicas, econômicas e fiscais, estas favorecendo a elite e o capital, já que havia a proibição do comércio de rua, com aplicação de multas a quem desrespeitasse essas medidas. Dessa forma a receita do município aumentou e os estabelecimentos comerciais passaram a vender mais (Benchimol 1992, 278).

Para isso, reformas foram concebidas visando a efetuar, durante a dec de 1920, a imposição de projetos que, ancorados na tônica civilizadora, confrontassem uma diversidade de agentes modeladores do espaço urbano e das relações sociais das classes populares. Buscando inscrever os referenciais de Ordem e de Progresso, esses projetos instituíram uma identidade unificada e previsível para a cidade capital. Esses reformadores sociais estiveram envolvidos com projetos de reformas urbanas, educacionais e jurídicas a partir das quais inscreveram novas relações sociais no espaço da cidade (Camara 2010, 77).

Essas medidas demonstravam que políticos e a elite considerando os problemas da urbanização e modernização prejudicaram diretamente a heterogênea classe pobre carioca. Os decretos do prefeito proibiram o comércio de diversos produtos e encampou uma luta contra os ambulantes. Segundo o próprio Pereira Passos relatava,

comecei por impedir a venda pelas ruas de vísceras de reses, expostas em tabuleiros, cercados pelo voo contínuo de insetos, o que constituía espetáculo repugnante. Aboli, igualmente, a prática rústica de ordenharem vacas leiteiras na via pública, que iam cobrindo com seus dejetos, cenas estas que, ninguém, certamente, achara dignas de uma cidade civilizada (Passos apud Benchimol 1992, 278).

As ações atingiram inúmeras famílias que dependiam desse tipo de comércio para viver, em se tratando de um complexo cenário de recessão, o qual gerou desemprego e empurrava uma massa para as categorias de subempregos. Esses indivíduos desempregados somavam-se, naquele momento, aos prejudicados pelos decretos de Pereira Passos criando um contingente de necessitados, ampliando as desigualdades sociais.

Segundo Benchimol (1992), havia uma grande quantidade de mendigos e desocupados nas ruas da capital, o que era sempre associado aos índices de criminalidade urbana. A reforma Passos encarregou-se de acabar com a presença desses indivíduos das ruas proibindo a mendicância em 1903. Contudo, podemos analisar que tais ações são de restrição de circulação e permanência de

uma parcela da população negra e pobre, sem trabalho e sem moradia nas ruas centrais da capital. Pereira Passos afirmava: “[...] muito me preocupei com a extinção da mendicância pública, o que mais ou menos tenho conseguido, de modo humano e equitativo, punindo os falsos mendigos e eximindo os verdadeiros da contingência de exporem pelas ruas sua infelicidade” (Passos *apud* Benchimol 1990, 278).

Esse fenômeno foi observado na capital havia muito tempo e constitui contradições estruturais na formação da sociedade brasileira, baseada em um capitalismo tardio. No final do séc. XIX, antes da abolição da escravidão, o trabalho desenvolvido por negros e negras, libertos ou não, era considerado indigno pela elite. Com o fim da escravidão e o desenvolvimento da indústria e comércio na cidade, o conceito de desocupação foi alterado, visto as mudanças de características do que era considerado trabalho e emprego.

O processo migratório e o contingente de pessoas que já viviam na capital fluminense, não foram absorvidos nos trabalhos formais, na indústria e no comércio, sobretudo em um contexto de recessão econômica (Benchimol 1990). Os trabalhadores informais, em sua maioria negros, carregavam os estigmas do período escravista de que tais serviços não eram dignos, ou seja, eram considerados desocupados e, conseqüentemente, deveriam ser retirados das ruas da cidade.

Não eram mais os escravos de ganho que coloriam as ruas com seu alarido, mas negros e mulatos tão “livres” quanto os imigrantes estrangeiros, especialmente os portugueses, já incorporados à linguagem anedótica, depreciativamente, como “burros de carga” (afeitos a todo tipo de trabalho pesado ou desqualificado) (Benchimol 1992, 280).

Na realização da profilaxia urbana a população indesejada foi enviada para outros bairros, os mendigos eram recolhidos e passavam por exames, os inábeis ao trabalho eram enviados para o asilo. Os considerados aptos para o trabalho eram classificados como vadios, incluindo nessa análise os menores de idade, sendo entregues para o aparelho repressor e enquadrados no código penal de 1890.

Tal fato está atrelado a um discurso racista produzido no século XIX, a partir de experiências científicas europeias, que chegou ao século XX e afetou o trato com essa minoridade.

A assimilação desses ideais fora qual uma epidemia entre os homens letrados principalmente do final do século e início do que muitos pensavam sobre a construção de uma identidade do elemento brasileiro e a própria formação da sua nacionalidade. Estes ideais – o darwinismo social, o positivismo de Comte e o evolucionismo de Spencer – informavam aos cientistas brasileiros os perigos da constituição racial existente no país, o que, em última instância, impediria a construção de uma nação civilizada (leia-se, branca, desenvolvida, ilustrada, industrializada). Estas verdadeiras bases teóricas em muito ajudaram autoridades públicas e cientistas na arquitetura de planos que visavam solucionar os “males” que os africanos e seus descendentes poderiam gerar na constituição do “povo” desejado para o país (Nascimento 2001, 60).

A ação da polícia e dos juristas da época foram, de modo intenso, influenciados pela escola de criminologia italiana “positivista,” que acreditava que as características físicas dos indivíduos

determinavam sua propensão ou não a cometer crimes. E, segundo esse pensamento o aparelho repressor agia como um higienizador da sociedade, recolhendo menores, com base nas características raciais, culturais e psicossociais (Fry 1985 *apud* Fischer, Grinberg e Mattos 2018, 181–82).

Entre os aspectos capazes de construir a localização de um “tipo social comum” para a infância desvalida enunciaram-se as marcas de identificação das identidades, mediante as quais essa infância foi percebida como outra. Demarcar as diferenças constituía-se como pedra de toque de um pensamento científico e moderno que tinha, na individualidade e na independência dos sujeitos, a referência, paradoxalmente a um esforço empedernido dos setores encarregados manter a ordem, em excluir das relações sociais estabelecidas o que não era o seu igual. Ao esforço em estigmatizar as “classes perigosas” por seu estado de pobreza, associou-se a composição étnica da população como mais um ingrediente justificador da matização dessas camadas sociais como deflagradora do seu atraso (Camara 2010, 68).

Na formação policial havia uma preocupação com a identificação de criminosos natos, conforme citado antes, inspirados nos estudos científicistas europeus, isto posto não há como não reconhecer que a atividade policial e a criação da categoria menor estivessem perpassadas por princípios raciais (Vianna 1999, 103-105).

Ao analisar os castigos físicos na Marinha de Guerra, no início do século XX, Álvaro Pereira do Nascimento discorre sobre a questão racial ser um dos fatores desses castigos. A maioria dos marinheiros eram negros e tal fato era reconhecido como um dos grandes males da Marinha.

E boa parte dos que foram influenciados pelas ideais raciais do final do século XIX a “preguiça”, a “incapacidade de progredir”, os vícios do jogo, do alcoolismo, das brigas, das violências sexuais, dos sambas, do desperdício sem a previdência e tantos outros costumes reprovados pelo jovem oficial branco, eram males inatos (ou “contingentes”) aos negros, que influenciavam os marinheiros de outras raças — mulatos, caboclos, brancos e quase brancos (Nascimento 2001, 62).

O interessante é observar que o alistamento desses marinheiros, por diversas vezes, era realizado compulsoriamente a partir da atuação policial, inclusive enviando menores para os quadros das escolas de aprendizes. Ou seja, o indivíduo era detido ou preso e encaminhado para a Marinha de Guerra para que ele fosse reeducado, reformado e pudesse se transformar em alguém produtivo para o país (Nascimento 2001, 64–70).

De fato, desde as últimas décadas do século XIX, o pobre e o negro passaram a ser cada vez mais alvos de políticas públicas truculentas e autoritárias. Nos discursos eram apontados como membros das “classes perigosas” e, por isso mesmo, ameaças à segurança e ao bem-estar do cidadão e de suas propriedades. Daí a criação de instituições que ao bem-estar do cidadão e de suas propriedades. Daí a criação de instituições que intervinham nas habitações populares, na reurbanização da cidade, no controle das doenças etc. De certo, à polícia restava a exclusão de certos indivíduos do espaço público, já que, segundo os discursos destas autoridades, por serem pobres e/ou negros estariam mais propensos ao crime e à proliferação de outros males (Nascimento 2001, 66).

Observando a legislação do período pós-abolição não encontramos uma terminologia racial, contudo, é evidente que a prática policial revelava o contrário. Mesmo os códigos afirmando a igualdade de todos perante a lei, na prática percebemos o tratamento diferenciado entre indivíduos, principalmente relativos à raça.

Não é mero acaso o fato de as primeiras medidas jurídico-policiais, como o incremento dos sistemas de identificação e a preocupação com a reincidência, serem simultâneas ao início das discussões sobre supostas causas hereditárias e orgânicas da vagabundagem através das ideias criminológicas (Cunha 2002, 382).

Contudo, é possível observar avanços legais em relação ao menor, um tratamento jurídico diferenciado a crianças e adolescentes e que aos poucos “foi sendo incorporado à legislação, com repercussão na esfera da ação, sendo o Estado chamado a intervir” (Rizzini e Pilotti 2011, 99). Por exemplo, o Código Penal de 1890 estabeleceu a inimputabilidade absoluta para as crianças até 9 (nove) anos. De 9 (nove) aos 14 (quatorze) anos, havia uma liberdade decisória por parte do juiz para reconhecer a inimputabilidade, analisando se o menor havia ou não agido por vontade própria⁵.

Percebemos que assim como ocorre na atualidade, as ações positivas dos legisladores em relação à infância, figuravam muito mais no papel do que na prática, ou seja, os benefícios não eram efetivados. Até mesmo porque a norma não refletia o comportamento da sociedade do período, ademais diante das fontes analisadas, percebemos que o tratamento dispensado ao menor era bem pior ao que se encontrava na letra da lei. As instituições assistenciais do período, religiosas ou não, a partir da percepção do menor como um ser carente e abandonado, guiavam suas ações em torno de uma prática assistencialista e repressiva.

Na segunda década do século XX, foi promulgado o primeiro Código de Menores, que acresceu o controle sobre crianças e adolescente a partir de uma centralização de poder e ação nas mãos do juiz.

Apresentando o padrão dos menores abandonados e órfãos, em completa ou parcial ausência dos pais/responsáveis; os inadaptados, que se encontravam em dificuldade de adaptação familiar e comunitária; e os infratores, autores de violação penal, como aqueles que representavam um perigo moral para a sociedade e conseqüentemente reforçando que “a concepção menorista resume a criança sem família como incapaz, perigosa, marginal, delinquente, enfim um ‘menor’” (Anjos e Rebouças 2014, 9).

A ideia de proteção à infância foi intensificada a partir da segunda década do século XX, quando ocorreu a tentativa de uma normatização de condutas, domesticando corpos e “delimitando fronteiras entre o normal e o patológico” (Silva Junior 2010). Segundo os pensadores na época, as famílias deveriam ser formadoras de cidadãos capazes de fazer o país prosperar social e economicamente, qualquer desvio desse “objetivo maior” acarretava a responsabilização dessas

⁵ BRASIL. Código Penal. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm Acessado em 10/05/2019

famílias, justificando a intervenção do Estado. “O lar burguês tornou-se referencial e modelo sanitário, moral e arquitetônico das condições de existência na cidade” (Silva Junior e Garcia 2010).

Isto posto, ao longo das três primeiras décadas do século XX “surgiram os reformatórios e as escolas premonitórias e correccionais, para onde foram distribuídos ‘menores abandonados e viciosos’” (Rizzini e Pilotti 2011, 223). Essas denominações substituindo o termo asilo indicam mudanças na concepção da assistência, destinada, a prevenir as desordens e recuperar os desviantes.

Menor quase sempre negro e quase sempre pobre.

Ao estudar as instituições que abrigavam esses menores através dos processos administrativos de pedidos de subvenção, que as instituições filantrópicas solicitavam ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores — MJNI, de 1940 a 1956, um livro denúncia do ex-diretor do Serviço de Atendimento a Menores — SAM⁶ e documentos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de 1952, sobre irregularidades do SAM juntamente com a bibliografia sobre o assunto foi possível perceber que o termo menor possuía, e ainda possui, como foi assinalado já algumas vezes nesse texto, uma perspectiva de classe e raça, já que era utilizado, na maioria das vezes, para se referir as crianças e adolescentes pobres e negros.

Há nos documentos oficiais como: leis, decretos, etc., informações muito importantes para a construção histórica sobre as crianças e os adolescentes no Brasil e a ausência de referências em relação à cor e à origem é relevante para compreendermos a política menorista do Estado, o qual recolhia jovens em instituições asilares, premonitórias e correccionais a partir de um discurso de “higiene pública”, mas, que percebemos práticas racistas nas políticas assistenciais no Estado.

[...] ao estarmos atentos a estas estruturas institucionais que se voltam para a infância sabemos que não surgem numa perspectiva de proteção da criança, mas sim de proteger a sociedade de crianças tidas como desviantes, perigosas e violentas. As vidas de nossas crianças negras sempre foram referidas e vistas como “infâncias perigosas”. Quando o Estado brasileiro larga a sua condição de Colônia passa a pensar em medidas para a infância, não porque tinha como intenção proteger a infância, mas sim de proteger a si mesmo dos perigos causados pelo crescimento de uma população negra e pobre que estava vivendo em completo estado de marginalidade (Nunes 2016, 10).

Na publicação Arquivos do Serviço de Atendimento a Menores, divulgada pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), em 1942, o diretor da referida instituição, o Dr. Meton de

⁶ Atendendo a reivindicação da sociedade e a política de controle social instituída no país, em 1941, foi criado o SAM – Serviço de Atendimento a Menores. Getúlio Vargas sancionou o Decreto-lei nº 3.799 de 05 (cinco) de novembro, em que transformava o Instituto Sete de Setembro, antigo Abrigo de Menores, em SAM — Serviço de Assistência a Menores. Um órgão burocrático e técnico, que sistematizava, fiscalizava, regulamentava as verbas orçamentárias destinadas à Assistência Social e orientador técnico e pedagógico das instituições oficiais e privadas de atendimento ao menor. O SAM ficava subordinado ao MJNI e ao Juizado de Menores do Distrito Federal. Instituições oficiais de assistência ao menor já existiam no Distrito Federal e em outros Estados. Contudo, o Serviço de Assistência a Menores (SAM) pode ser considerado o primeiro órgão nacional de regulação, fiscalização e assistência técnica e material de atendimento ao menor.

Alencar Neto escreveu um artigo em que fez uma análise sobre a delinquência dos menores internados nas instituições vinculadas ao SAM.

Em seu texto, o diretor fez importantes ponderações sobre as causas da delinquência afastando-se, mas não deixando de usá-las em determinados momentos, das ideias racialistas e cientificistas do final do séc. XIX e início do XX e argumentava que o comportamento desviante desses menores se dava pelo fato de que o desenvolvimento cognitivo e as percepções de conceitos abstratos, de justiça e de responsabilidade era um processo paulatino e que somente na fase adulta esse processo estaria completo. Outras características próprias de um corpo em crescimento e em transformação, também foram apontadas por ele como fatores de comportamentos desviantes, como a questão hormonal, por exemplo (Neto 1942, 57).

Arelado a questões físicas e psicológicas, Meton Alencar Neto atribuiu, também, a influência do meio social a que essas crianças e adolescentes eram expostas e às características psicológicas de aceitação social vivenciadas por todos os jovens, sendo considerados, por exemplo, imitativos e sugestionáveis (Neto 1942, 59). Havia, segundo o autor, uma “classificação padrão” do coeficiente intelectual dos “menores delinquentes”. Sendo, na maioria das vezes crianças e adolescentes com um coeficiente baixo, “dos 802 delinquentes que frequentaram os serviços médicos, psicotécnicos e sociais do Serviço de Assistência a Menores, procedeu-se a apuração do Q.I. em 476. Tão só 16,07% apresentam Q.I. acima de 80.” (Idem, 61). E o diretor apresentou, inclusive, estudos que demonstravam que existiam diferenças entre o coeficiente intelectual e o tipo de crime cometidos.

Os resultados de estudos experimentais destinados a esta comprovação não bastam ainda. Parece, todavia, que os delinquentes de nível alto se especializam em roubo, furto, contrafações, chantagens, ao passo que aqueles de nível baixo, nos atentados contra pessoas, tais como assassinio, homicídio, violência carnal (Idem, 60).

O autor expunha em seu texto que considerava que muito dos déficits cognitivos dessas crianças se dava pela falta de formação educacional ou por um curso primário deficiente. Informando, inclusive, que o Distrito Federal possuía uma carência de escolas primárias para atender essas crianças. Ele estabeleceu em seu texto uma equivalência entre menores delinquentes e desvalidos na questão de desenvolvimento cognitivo, ou como demonstrava no artigo o “coeficiente intelectual (Q.I)” dos jovens em situação de pobreza, abandonados ou órfãos e os em conflito com a lei eram igualmente baixos.

É importante discutirmos que do final do século XIX e até a década de 1960 os testes de inteligência foram amplamente utilizados para corroborar o discurso e as políticas racialistas em várias partes da Europa e nos EUA.

No início do séc. XX foi proposto a aplicação dos testes em milhares de indivíduos durante a primeira guerra mundial o que gerou dados em massa e uma pesquisa inédita *A Study of American Intelligence* (1923), do psicólogo Carl Brigham, professor da Universidade de Princeton, que desempenhou um importante papel na consolidação das interpretações racialistas para a variação da capacidade mental. “Interessado no estudo da associação entre hereditariedade e inteligência, Brigham estava convencido da superioridade cognitiva da raça branca ou “nórdica” frente aos demais grupos raciais que se faziam presentes na sociedade norte-americana” (Keyles *apud* Maio e Maio 2017).

O Psicólogo social e antropólogo canadense radicado nos EUA, Otto Klineberg (1899-1992) fez críticas a utilização dos testes de inteligência, pois os considerava uma ferramenta para legitimar hierarquias raciais. A partir de diversos estudos realizados sobre as relações entre negros, brancos, indígenas e imigrantes nos EUA e posteriormente no Brasil como professor da Universidade de São Paulo, entre 1945 e 1947, investigando a relação dos testes de inteligência e condições socioeconômicas em escolas do Rio de Janeiro, o autor apresentou a teoria de que fatores ambientais eram preponderantes no aprendizado formal e informal dos indivíduos, não considerando que a inteligência estivesse atrelada a questão racial. Contudo, Klineberg concordava, através de suas pesquisas, com as pesquisas de autores brasileiros, como: Arthur Ramos e Gilberto Freyre sobre a positividade da miscigenação para as relações sociais no Brasil.

Meton Alencar Neto procurava com seu artigo explicar a criminalidade de crianças e adolescentes a partir das pesquisas realizadas por ele dentro do Serviço de Atendimento a Menores e diante da realidade vivenciada neste, embora apontasse em seu estudo o quociente intelectual como fator do baixo rendimento escolar e dificuldades de aprendizagem de meninos e meninas no SAM, fez, também, análises sobre as questões econômicas do período, os índices de desigualdades sociais e a densidade demográfica como indicadores que contribuíam com o aumento da criminalidade e, até mesmo do abandono desses jovens, sendo estes enviados às instituições que compunham o SAM.

Contudo, é interessante observar que Meton entendia que fatores endógenos se sobressaíam em relação aos exógenos quando se tratava de criminalidade (Neto 1942, 71), relativizando a questão econômica como determinante para que jovens cometessem crimes, pois segundo ele: “Entre os menores delinquentes tanto se encontram os que procedem de famílias

pobres, como os de pais abastados ou ricos. Quanto aos últimos não se podem desprezar a influência exercida pela criadagem, tantas vezes prejudicial” (Neto 1942, 64) (Grifo meu)⁷.

A discussão a respeito do menor é importante pois, estamos, também, analisando a totalidade da realidade social que ocupa a sociedade. Ao analisar a criança e o adolescente atendido por instituições asilares, premonitórias ou correccionais, estamos analisando “[...] categoria social do tipo geracional socialmente construída” e “[...] relativamente independente dos sujeitos empíricos que a integram, dado que ocupa uma posição estrutural” (Sarmiento s.d., 3), analisando o menor sob o aspecto de um objeto que reflete a sociedade.

Para entendermos as crianças como atores sociais em toda a sua potencialidade e diversidade, é essencial observar as diferenças, sejam elas estruturais, subjetivas, materiais, ou de qualquer outra natureza, na forma como vivenciam a infância e onde essa vivência ocorre, especialmente ao analisamos a situação das crianças no Brasil, em particular no contexto da capital federal, o Rio de Janeiro. Nesse sentido, o relatório de Meton Alencar Neto fornece subsídios sólidos para respaldar essa afirmação.

O ex-diretor do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) continua a mencionar, no texto, que no período de 1936 a 1941, foram examinados 805 menores em situação de transgressão no laboratório de Biologia Infantil, esse número não representa a totalidade das crianças e adolescentes internados nos institutos do SAM, uma vez que o autor realizou uma análise amostral. Neste estudo, Meton de Alencar Neto estava investigando a incidência de crimes praticados por menores, com foco na faixa etária e na localidade onde esses crimes ocorreram. No que se refere aos tipos de crimes investigados, ele evidenciou uma grande proporção relacionada aos danos, que podem variar de níveis a graves, totalizando 22% dos crimes registrados. Meton categorizou os delitos em: a) Ferimentos; b) Furtos; c) Vadiagem; d) Atentados ao pudor; e) Contravenções; f) Roubos; g) Assassinatos; h) Homicídios; i) Abortos (Neto 1942, 91).

Outro ponto levantado pelo autor diz respeito ao local da ocorrência de crimes cometidos por menores, o que se torna um aspecto crucial para a análise do silenciamento em relação à questão racial. Ao examinarmos os índices de criminalidade por localidade na cidade do Rio de Janeiro, podemos compreender os processos de desigualdades raciais, que são amplificados pelas diversas reformas urbanísticas. Entretanto, no relatório, o Diretor do Serviço de Assistência ao Menor

⁷ É importante analisarmos a criminalização do serviço doméstico no Rio de Janeiro nas primeiras cinco décadas do séc. XX e a questão racial atrelada a essa criminalização. No processo do fim da escravidão havia muitas preocupações em relação ao negro livre e como citado em parágrafos anteriores em relação ao mercado de trabalho e a mão de obra negra nesse mercado. Existia, segundo analisou Célia Maria Marinho de Azevedo (1987) no livro *Onda Negra, Medo Branco*, um processo de constituição do medo em relação ao negro e isso conduziu a agenda política e a construção de um imaginário ratificado por um discurso cientificista que atribuía ao negro a preponderância ao ócio e ao crime (Azevedo 1987).

(SAM) não conduz uma análise da criminalidade com base na cor, mas sim com base no espaço urbano.

Mesmo que a cor não tenha sido explicitamente abordada na fonte, o silêncio não apaga a disparidade racial evidente nos padrões de vida que podem ser identificados como resultado de um racismo institucional claramente estruturado.

Uma pesquisa realizada por Meton de Alencar Neto utilizou a distribuição da criminalidade no Distrito Federal, com base na divisão dos Distritos Sanitários da Saúde Pública, considerando-a mais adequada para a pesquisa, uma vez que a amostragem foi obtida no laboratório de biologia infantil do Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Para fornecer uma compreensão mais precisa dos bairros onde esses distritos sanitários estavam localizados, elaboramos um mapa que identifica os distritos sanitários e os bairros correspondentes àquela época.

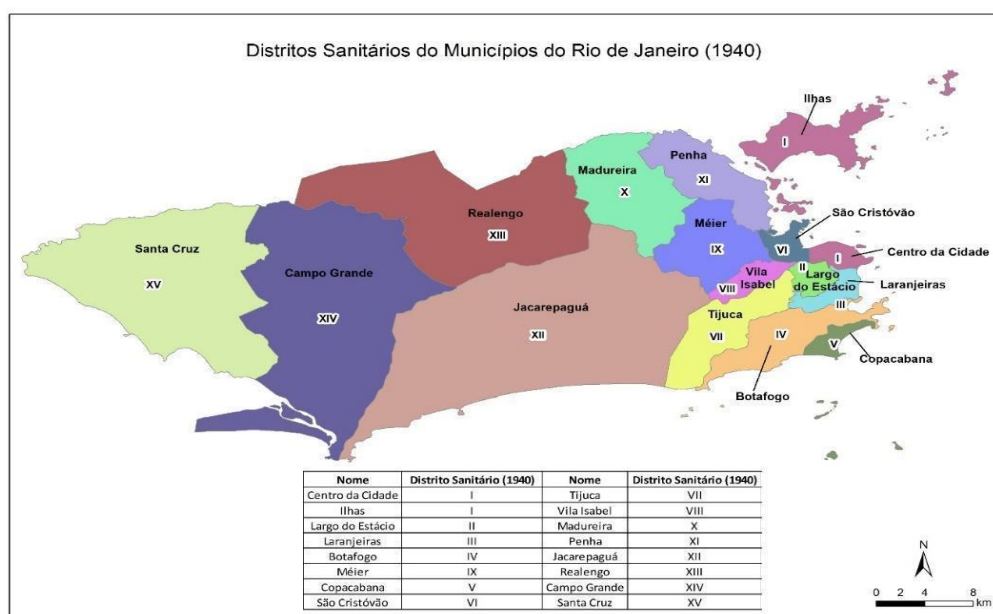


Figura 1 — Mapa dos Distritos Sanitários e seus respectivos bairros - Ano 1940
 Fonte dos dados e digitalização: Santos K. S. et al, 2015. Estruturação: Julia Novaes de Barros Peixoto

Classificação de crimes	Incidência de Distritos Sanitários	Percentual (%)	Total de Crimes (amostra)
Primeiro	I	23,3	179
Segundo	IX	13,0	105
Terceiro	X	10,4	84
Quarto	XI	6,8	56
Quinto	II	5,4	43
Sexto	IV	5,3	40
Sétimo	VIII	4,0	33

Oitavo	XIII	3,8	31
Nono	III e VII	3,2 (cada)	26 (cada)
Décimo	V e XII	1,8 (cada)	15 (cada)
Décimo primeiro	XV	0,8	7
Décimo segundo	XIV	0,7	6
Décimo terceiro	S/R	15	122

Tabela 1 — Densidade da Criminalidade de Menores no Distrito Federal, segundo os Distritos Sanitários
Fonte: NETO, Meton de Alencar. Arquivos do Serviço de Atendimento a Menores. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Volume I. Junho/1942

De acordo com os dados apresentados no relatório identificamos que havia uma maior quantidade de crimes que ocorriam no 1º Distrito Sanitário, 23.3% da criminalidade de menores no Rio de Janeiro, que abrangia a área do Centro, cais do porto, Saúde, Gamboa, parte do Mangue, as esplanadas do Castelo e do Senado, Mercado, sopés de Santa Teresa, Lapa e as ilhas de Governador e Paquetá. Segundo o autor nesse distrito ocorreram os maiores números de ferimentos e furtos seguido pelos roubos, vadiagem, atentados ao pudor e contravenções (Neto 1942, 72).

Nessa área, havia sete escolas primárias, como referência pelo diretor do Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Além disso, o autor notificou a presença de “templos protestantes e muitos centros espíritas” (Neto 1942, 72). Ele descreveu que no 1º distrito se concentrava a maior parte do comércio do Rio de Janeiro, o que resultava em uma circulação significativamente maior de pessoas durante o dia.

Mas, há numerosas residências de família nos sobrados das casas comerciais e em apartamentos; são inúmeros os hotéis, pensões e hospedarias; abundam as “vilas”, “avenidas” e as habitações coletivas, monturos humanos, que o vulgo apelida de “casas de cômodos”, “cortiços” e “cabeças de porco”. As pensões estão abertas a estudantes e empregados no comércio. Exceto em determinados apartamentos e em certos altos de loja, habitados por famílias, tanto da chamada alta sociedade como da classe média ou pequena burguesia (Neto 1942, 75).

É possível imaginar que havia naquele espaço uma diversidade de pessoas que movimentavam a área do centro urbano da capital e que, em razão disso, ocorria a maior parte dos delitos, praticados por adultos ou menores, explicada por um número maior de crimes contra a propriedade, como os furtos. Podemos analisar, também, que por ser um centro comercial, em que circulavam o capital e os comerciantes a presença da polícia era mais significativa, assim como sua ação mais ostensiva.

O autor analisava que a população daquela região era

um amontoado sortido de gente vária, de famílias exalando decomposição moral, algumas em vias de desintegração, vivendo em condições agudas de miséria e numa promiscuidade que dilue os caracteres mais peregrinos. A vida noturna também fervilha de rixas e um mercadejar suspeito a agita incessantemente: ao lado de muitas de suas ruas alinham-se aquelas alamedas esconsas dos

“destinos desgraçados, onde o vício estruge e ouvem-se os brados da danação carnal” (Neto 1942, 75).

Explicando que este distrito sanitário, conforme demonstra o mapa apresentado, compreendia os bairros da Saúde e Gamboa que eram considerados

antros de capoeiras e capadócius, gente de arrelia, dextra na navalha e dada a vícios; hoje é moradia de estivadores e operários, mas, ainda acoita muito malandro amigo da jogatina e da gatunice. Atinge uma nesga do Mangue, onde fermenta o meretrício mais sórdido, preferido pela marujada internacional”. A esplanada do Senado, salpicada de casas de “rendez-vous”, e a Lapa, coalhada de alcouces e lupanares, botequins e casas de batota, lugares em que a virtude fenece sem abrigo. Um bochorno quente se escôa das casas, tresanda nas ruas e becos, irritando as pituitárias e excitando a imaginação já de si exaltada, de adolescentes dos dois sexos. Seus moradores revezam o álcool, o deboche e o bismuto; e é daí a maior parte da gente que atulha as enfermarias e ambulatórios da Fundação Gaffrée e Guinle, para sífilis e doenças da pele. Verdadeira universidade de desmando, corrupção e malandragem, cujas aulas se ministram na via pública e em calão (Neto 1942, 75).

Ao tratar o local como mal frequentado e justificando o alto índice de criminalidade, o autor da fonte nos apresenta mais uma vez o 'não dito racial' que permeia a fonte, não sendo explícito que os bairros citados eram frequentados por homens, mulheres e crianças negras, todavia ele nos dá pistas quando, por exemplo, cita que aquele distrito sanitário era “antros de capoeiras”. Um excerto da obra de Eduardo Silva corrobora nosso argumento:

... os moradores da Travessa Onze de Maio, no Centro, queixavam-se dos “meninos desocupados” que proferiam palavrões e apedrejavam as pessoas. Maltas de menores desocupados cometiam toda a sorte de desatinos, ainda, no Bulevar 28 de Setembro, em Vila Isabel. O mesmo acontecia no subúrbio de Irajá e nas ruas transversais à Avenida Salvador de Sá, no Centro. Também nas ruas do Sanatório e Guanabara, e no Beco João Pereira, na Glória, “vagabundos” reuniam-se para promover desordens e desprezitar a moralidade das famílias. O mesmo acontecia no Bulevar São Cristóvão e nas ruas Barão de Iguatemi, Saldanha da Gama e, por fim, nas travessas Araújo e Soledade, no Engenho Velho. Zona norte, zona sul e centro: por toda parte os subterrâneos transbordam à luz do sol. Conforme avançamos no tempo, contudo, a ênfase vai se deslocando dos “bandos de capoeiras” para as “maltas de menores desocupados”. O período das grandes reformas urbanísticas além da atuação do Senhor Sampaio Ferraz — parece ser, também aqui, um divisor de águas (Silva 2002, 122).

No panorama social do período, os hábitos e as virtudes surgiram como distintivos que delineavam as origens e linhagens sociais dos indivíduos, justificando intervenções externas para moldar uma nova identidade nacional alinhada ao progresso e à civilização. Diversos elementos, como aspectos genéticos, raciais, sociais, morais, psicológicos e econômicos, foram apontados como influências para o surgimento de comportamentos patológicos e desvios, caracterizando aqueles considerados atrasados, imorais, desviados, prostitutas, malandros, além de crianças rotuladas como delinquentes, abandonadas e vagabundas. Esses delineamentos estabeleceram os limites nos quais as disparidades e exclusões sociais foram reiteradas por meio de iniciativas governamentais e da sociedade civil. Nesse contexto, foi concebido um novo nacionalismo fundamentado em aspectos culturais e políticos, no qual a educação e o cuidado com a infância assumiram papéis proeminentes em diversas esferas discursivas da época, como as médicas, jurídicas, urbanísticas e educacionais. Com esse propósito, propuseram-se e referenciaram-se

mecanismos de intervenção e controle como elementos contribuintes para a preservação da ordem social e da transformação do país. Através de práticas de higienização, medicalização, controle e organização dos corpos e do ambiente urbano, buscou-se fomentar a modernidade associada a conceitos como limpeza, beleza, planejamento, educação, saúde e trabalho (Câmara 2010, 72).

Os mapas da segregação social demarcam claramente a sobreposição entre a ascendência afro e as muitas periferias urbanas do Brasil. Favelas e mocambos geralmente têm suas origens nos quilombos, nas emancipações, na abolição, e em processos de gentrificação que expulsaram afrodescendentes desproporcionalmente dos centros urbanos. Uma geração pioneira de ativistas afro-brasileiros emergiu dos movimentos sociais urbanos do país. Os corpos vitimados pela violência nas favelas são majoritariamente negros. As estatísticas só reforçam o que é óbvio para quem presta a menor atenção: os afrodescendentes ocupam desproporcionalmente os espaços urbanos pobres e informais do Brasil. Até mesmo os moradores brancos das favelas, que são uma minoria significativa, acabam transformados em “quase pretos de tão pobres” (Fischer 2020, 3).

O silêncio sobre a cor garantia uma falsa ideia de equidade racial, permitindo que o preconceito racial pudesse existir sem provocar agitações sociais, ou seja, “representou um compromisso profundamente enraizado e estratégico com a ética do silêncio racial, que abarcava os sonhos de real igualdade ao mesmo tempo em que reafirmava preconceitos raciais” (Fischer, Grinberg e Mattos 2018, 177).

As teorias racistas ganharam crescente notoriedade, levando a uma percepção cada vez mais difundida de que os indivíduos negros eram considerados como tendo características negativas que os colocavam em categorias estigmatizadas, perpetuando a ideia de que faziam parte de grupos socialmente marginalizados (Chalhoub 2021, 88).

Essa operação permitiu que as classes mais influentes transformassem crenças racistas em padrões aceitos pela sociedade, estabelecendo, desse modo, uma segregação de funções sociais ao rebaixar e restringir a igualdade de participação das comunidades negras na sociedade. Essa base ideológica deu origem a um processo de ocultação da presença negra na sociedade brasileira, criando 'um determinado ponto de vista que nega o reconhecimento de sua existência', um mecanismo de rejeição do outro, manifestando-se como um meio de bloquear e permeabilizar as relações individuais, coletivas e institucionais, promovendo e perpetuando o racismo dissimulado que é característico das dinâmicas étnico-raciais em nosso país.

Com base no positivismo evolucionista da época e na psiquiatria, os grupos dominantes europeizados não apenas reivindicaram um território físico, mas também uma supremacia simbólica, materializada em um ambiente construído que exaltava a racionalidade instrumental, o código moral e os costumes europeus. Esse processo resultou na diluição da herança cultural, educacional e histórica do país, impactando de forma particularmente prejudicial as comunidades negras, devido à perseguição e à estigmatização de suas maneiras de vida e seu rico patrimônio cultural, relegando suas lembranças ao limbo do desrespeito e da negligência (Luz 2020);

Como podemos ver a seguir nas fotos analisadas na pesquisa muitas das crianças internadas nas unidades do SAM eram negras, corroborando a discussão sobre a construção da categoria menor pelo aparelho estatal, a invisibilidade da categoria raça na documentação oficial e o modo como essas crianças eram tratadas nas quatro primeiras décadas do século XX⁸.



Figura 2 — Internos da Escola João Luiz Alves durante Festa de Natal. Ilha do Governador, Rio de Janeiro, RJ. 19/12/1954 – Autor não informado
Fonte: Arquivo Digital. Arquivo Nacional⁹

⁸ Analisamos muitas reportagens e dossiês que continham fotos das instituições ligadas ao SAM. Dentre as várias fotos há a percepção visual de que havia uma quantidade maior de crianças negras do que brancas. Alguns estudos nos ajudaram, como: (Vianna 1999) CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942, Rio de Janeiro (RJ): Presidência da República, Arquivo Nacional, 2002.

⁹ Foto: Almoço dos internos do Instituto Premonitório XV de Novembro. Quintino, Rio de Janeiro, RJ. 19/12/1954 – Autor não informado. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos CODAC- Arquivo Digital do Arquivo Nacional - Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1467118&v_aba=2 Acessado em: 24/05/2019



Figura 3 — Festa de Natal na Escola João Luiz Alves. Ilha do Governador, Rio de Janeiro, RJ. 19/12/1954 – Autor não informado
Fonte: Arquivo Digital. Arquivo Nacional¹⁰



Figura 4 — Almoço dos internos do Instituto Premonitório XV de Novembro. Quintino, Rio de Janeiro, RJ. 19/12/1954 – Autor não informado.

¹⁰ Foto: Almoço dos internos do Instituto Premonitório XV de Novembro. Quintino, Rio de Janeiro, RJ. 19/12/1954 – Autor não informado. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos CODAC- Arquivo Digital do Arquivo Nacional - Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1467118&v_aba=2 Acessado em: 24/05/2019

Fonte: Arquivo Digital. Arquivo Nacional¹¹

Portanto, ao explorarmos as políticas e práticas relacionadas a crianças e adolescentes no Brasil, com ênfase nas décadas de 1940 a 1956 por meio das fontes históricas aqui apresentadas, bem como evidências visuais das crianças internadas nas unidades do Serviço de Atendimento a Menores (SAM), é a clara evidência de que o termo “menor” estava intrinsecamente ligado a perspectivas de classe e raça. Era frequentemente usado para se referir a crianças e adolescentes pobres e negros, revelando uma discriminação sistêmica enraizada no sistema. Essa realidade revela a existência de um racismo institucional que influenciou as políticas de assistência à infância no Brasil.

A falta de referências explícitas à cor e à origem nos documentos oficiais era, na realidade, uma estratégia que perpetuava a falsa ideia de equidade racial, enquanto o preconceito racial persistia silenciosamente. A sociedade brasileira foi moldada por ideologias racistas que estigmatizavam e marginalizavam as comunidades negras, relegando-as a um estado de desigualdade e exclusão. “Como entender os processos pelos quais as desigualdades raciais se perpetuaram no Brasil quando os registros oficiais muitas vezes silenciaram a questão da raça e quando a disparidade racializada nos padrões de vida raramente se deveu a um racismo institucional explicitamente articulado?”

Conquanto essa análise não só lança luz sobre a histórica desigualdade racial no tratamento de crianças e adolescentes, mas também destaca a importância de uma abordagem crítica para entender como a sociedade lida com a infância e a juventude. Já que as implicações das políticas e práticas analisadas neste capítulo não se limitam ao passado, mas têm relevância contemporânea. Promover a igualdade racial e eliminar o racismo institucional continua sendo um desafio vital para a sociedade brasileira.

Considerações Finais

Ao explorar as práticas e políticas relacionadas a crianças e adolescentes no Brasil durante as décadas de 1920 a 1956, evidenciamos uma conexão intrínseca entre o termo “menor” e perspectivas de classe e raça. O uso recorrente desse termo revelou uma discriminação sistêmica profundamente enraizada, destacando a prevalência do racismo institucional que permeou as políticas de assistência à infância no país.

¹¹ Foto: Almoço dos internos do Instituto Premonitório XV de Novembro. Quintino, Rio de Janeiro, RJ. 19/12/1954 – Autor não informado. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos CODAC- Arquivo Digital do Arquivo Nacional - Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1467118&v_aba=2 Acessado em: 24/05/2019

A análise dos documentos oficiais, mesmo com a ausência de referências explícitas à cor e origem, revelou uma estratégia que perpetuava a falsa ideia de equidade racial. Esse silêncio estratégico permitiu a existência silenciosa do preconceito racial, contribuindo para a construção de uma narrativa que ocultava as disparidades e exclusões sociais. Uma sociedade, influenciada por ideologias racistas, estigmatizava e marginalizava as comunidades negras, perpetuando um estado de desigualdade e exclusão. A discriminação racial, embora não explicitamente articulada nos registros oficiais, era evidente nos padrões de vida e nas políticas adotadas, contribuindo para a construção de um ideal de uma infância racializada como “perigosa” e desviante.

A análise dessas práticas históricas destaca a importância de uma abordagem crítica para entender como a sociedade lida com a infância e a juventude. As implicações dessas políticas perduram, reforçando a necessidade urgente de promover a igualdade racial e eliminar o racismo institucional. O desafio persistente reside em reconhecer e desconstruir as estruturas que historicamente perpetuaram a desigualdade racial, garantindo que as futuras políticas e práticas não apenas reconheçam, mas também combatam as disparidades raciais na infância e adolescência brasileiras.

Referências bibliográficas:

Azevedo, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 2a ed. São Paulo, SP, Brasil: Annablume. 2004.

Alves, A., & Pizolati, A. R. da C. (2019). Eugenia, educação e saber médico: o discurso eugênico na I Conferência Nacional de Educação (1927). *História & Ensino*, 25(1), 427–451. <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2019v25n1p427>

Benchimol, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Biblioteca carioca, v. 11. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. 1990.

Câmara, Sônia. *Sob a guarda da república: A infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Quartet. 2010.

Chalhoub, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. Companhia das Letras. 2021.

Cunha, Olivia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa-1999. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, Arquivo Nacional. 2002.

Draibe, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930 - 1960*. 2a. ed. Santa Ifigênia: Paz e Terra. 2004.

Fischer, Brodwyn. *A ética do silêncio racial no contexto urbano: políticas públicas e desigualdade social no Recife, 1900-1940*. *Anais do Museu Paulista, Nova Série*, 28: 1–45. 2020.

Fischer, Brodwyn, Keila Grinberg, e Hebe Mattos. *Direito, Silêncio e Racialização das Desigualdades na História Afro-Brasileira. Em Estudos afro-latino-americanos: uma Introdução*, 163–215. 2018.

- Hasenbalg, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Ed. UFMG ; IUPERJ. 2005.
- Guinzburg, Carlos. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad, de Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras 1989, p. 281.
- Hochman, Gilberto. *A Era do Saneamento: As bases da política de Saúde Pública no Brasil*. 2012.
- Junior, Edivaldo Góis. *Movimento Higienista e o Processo Civilizador*. X Simpósio Internacional Processo Civilizador - Unicamp, abril, 9. 2007.
- Luz, Marco Aurélio. *Agadá: dinâmica da civilização Africano-Brasileira*. 5o ed. Salvador, BA: Edufba. 2020.
- Maio, Marcos Chor, e Marcos Chor Maio. *A Crítica de Otto Klineberg aos testes de inteligência. O Brasil como laboratório racial*. Varia Historia 33 (61): 135–61. 2017.
- Marcílio, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo, SP: Editora Hucitec. 2006.
- Nascimento, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 14. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, Arquivo Nacional. 2001.
- Neto, Dr. Meton de Alencar. *Arquivos do Serviço de Assistência a Menores*. Volume 1. Distrito Federal - Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332798&PagFis=2428&Pesq=Servi%0c3%a7o%20de%20Assist%0c3%aancia%20a%20menores>. 1942.
- Nunes, Míghian Danae Ferreira. *Cadê as crianças negras que estão aqui?: o racismo (não) comeu*. Latitude 10 (2). 2016.
- Rizzini, Irene, e Irma Rizzini. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro, RJ: Brasília, DF. São Paulo, SP: Editora PUC-Rio: CIESPI ; UNICEF ; Edições Loyola. 2004.
- Rizzini, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil* (3a ed.). São Paulo, SP: Cortez. 2011.
- Rizzini, Irene & Pilotti, Francisco. Org. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (2a ed.). São Paulo, SP: Cortez.c2011.
- Sarmento, Manuel Jacinto. s.d. *Sociologia da Infância: Correntes e Confluências*. Estudos da Infância: educação e práticas sociais, 31.
- Santos, Kairo da Silva, Alan José Salomão Graça, e Paulo Marcio Leal de Menezes. 2019. “Evolução dos limites distritais da cidade do rio de janeiro, um recorte do século xx”. *Revista Brasileira De Cartografia* 67 (junho):1733-47. 2015. <https://doi.org/10.14393/rbcv67n0-49253>.
- Silva, Eduardo. *As Queixas Do Povo*. Paz E Terra. 2002.
- Silva Junior, Nelson Gomes de Sant’Ana e; e Renata M. Garcia. *Moncorvo Filho e algumas histórias do Instituto de Proteção e Assistência à Infância*. Estudos e Pesquisas em Psicologia 10 (1): 613–39. 2010.
- Vianna, Adriana de Resende Barreto. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional. 1999.

Fontes

Arquivo da Câmara dos Deputados. Coordenação de Comissões Temporárias – Brasília/DF

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro/RJ

BRASIL. Código Penal. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890

Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório das Atividades do Exercício de 1942 – Biblioteca Nacional

Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório das Atividades do Exercício de 1946 – Biblioteca Nacional

Revista Brasileira de Cartografia

Recebido: 09 de novembro de 2023

Aprovado: 10 de março de 2024

Cirurgiões militares e seus requerimentos à esfera régia: o uso dos regimentos militares como espaço de mobilidade social na capitania de Minas Gerais (1771/1807)*

Military surgeons and their requirements to the royal sphere: the use of military regiments as a space for social mobility in the captaincy of Minas Gerais (1771/1807)

Cirujanos militares y sus demandas en la esfera real: el uso de los regimientos militares como espacio de ascensión social en la capitania de Minas Gerais (1771/1807)

Ana Paula Pereira Costa**

<https://orcid.org/0000-0002-8008-1650>

Pâmela Campos Ferreira***

<https://orcid.org/0000-0002-8179-103>

RESUMO: O presente artigo busca levantar requerimentos e petições de cirurgiões de distintos Regimentos Militares na capitania de Minas Gerais, que foram encaminhados à esfera monárquica entre o período de 1771 a 1807. Primeiramente, é preciso destacar que o acervo documental a ser utilizado é composto por requerimentos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Trabalharemos, portanto, com a chave empírica representada por esses requerimentos/petições, pois acreditamos na hipótese de que cirurgiões ligados às hierarquias militares se utilizavam desse espaço como meio de ascenderem socialmente.

Palavras-chave: Cirurgiões. Regimentos Militares. Requerimentos. Saúde.

ABSTRACT: This article seeks to raise requests and petitions from surgeons from different Military Regiments in the captaincy of Minas Gerais, which were sent to the monarchical sphere between the period 1771 and 1807. Firstly, it is necessary to highlight that the documentary collection to be

* Pesquisa financiada pela Fapemig e pela Capes.

** Professora Adjunta da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em História Social (UFRJ). E-mail: apccosta18@gmail.com.

*** Professora no Instituto Federal do Mato Grosso, Campus São Vicente. Doutora em História Política e Social (UFJF). E-mail: pamelacamposf@hotmail.com.

used is composed of requests existing in the Overseas Historical Archive (AHU). We will therefore work with the empirical key represented by these requests/petitions, as we believe in the hypothesis that surgeons linked to military hierarchies used this space as a means of social advancement.

Keywords: Surgeons. Military Regiments. Requirements. Health.

RESUMEN: Este artículo busca suscitar pedidos y peticiones de cirujanos de diferentes Regimientos Militares en la capitania de Minas Gerais, que fueron enviados al ámbito monárquico entre el período de 1771 a 1807. existentes en el Archivo Histórico de Ultramar (AHU). Por tanto, trabajaremos con la clave empírica que representan estas solicitudes/peticiones, ya que creemos en la hipótesis de que los cirujanos vinculados a las jerarquías militares utilizaron este espacio como medio de ascenso social.

Palabras clave: Cirujanos. Regimientos Militares. Requisitos. Sanidad.

Como citar este artigo:

Costa, Ana Paula Pereira; Ferreira, Pâmela Campos. “Cirurgiões militares e seus requerimentos à esfera régia: o uso dos regimentos militares como espaço de mobilidade social na capitania de Minas Gerais (1771/1807)”. *Locus: Revista de História*, 30, n. 1 (2024): 201-220.

Introdução

O presente artigo busca analisar requerimentos e petições de cirurgiões de distintos Regimentos Militares na capitania de Minas Gerais, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), presentes na Biblioteca Nacional Digital Brasil, e que foram encaminhados à esfera monárquica entre o período de 1771 a 1807. Como hipótese central defendemos a ideia de que cirurgiões ligados às hierarquias militares se utilizavam desse espaço como meio de ascenderem socialmente.

Em relação ao quadro documental aqui elencado, utilizamos o número de dez requerimentos trocados entre a esfera régia e os atores históricos situados na capitania de Minas Gerais (demandantes de determinadas questões). Dentre esses dez requerimentos, cinco pertencem às décadas finais do século XVIII, e os outros cinco ao início do XIX. Tais documentos estão inseridos no Arquivo Histórico Ultramarino e configuram o enquadramento empírico do presente artigo.

O recorte temporal leva em conta os anos de 1771 a 1807, momento em que mapeamos diversos requerimentos de distintos homens que atuaram como cirurgiões (nas categorias *ajudante* e *mor*, como a frente se verá). Esses sujeitos exerceram seus ofícios em Regimentos militares existentes na capitania de Minas Gerais. O número integral de regimentos, unidades militares e praças, bem como unidades de infantaria que existiram na América Portuguesa entre finais do século XVIII e início do XIX, não foi aqui computado.

Entretanto, tendo em vista o levantamento e análise dos manuscritos presentes no Arquivo Histórico Ultramarino, conseguimos identificar títulos que conferiam patentes a variados cirurgiões. Dentre eles, segue: cirurgiões de Regimento de Cavalaria Regular de Minas Gerais, Regimento de Cavalaria de Linha, Regimento de Cavalaria Paga, Regimento das Minas, Tropas Pagas de Dragões, Regimento de Cavalaria Auxiliar.

Neste sentido, o artigo busca contribuir com um campo de abordagem que tem se tornado cada vez mais profícuo na historiografia brasileira nos últimos anos, a saber, a “nova história militar”. Durante algum tempo, a história militar foi marginalizada devido sua rotulação de história factual e, portanto, não problematizadora do social. No contexto de renovação historiográfica implementado pelo movimento dos *Annales* na primeira metade do século XX, a história militar perdeu o atrativo temático. Como se sabe, a partir desse movimento, o estudo das esferas econômica e social passaram a se sobrepujar ao político. Pela sua associação a esfera política, verificada desde o século XIX, as críticas dirigidas a este campo foram também direcionadas ao estudo dos fenômenos militares (Restier e Loureiro 2012, 93).

Todavia, nas últimas décadas do século XX, os temas militar e político retornaram às pesquisas nas ciências humanas e na história. Em finais do século XX, houve o que René Rémond chamou de “retorno da história política”. Esta história social do político e do militar emergiu adjetivada pela expressão “nova”, ou seja, uma nova história militar e uma nova história política (Restier e Loureiro 2012, 104-105). Assim, a reboque dessas transformações, desde os anos de 1990, até o presente momento, estamos assistindo ao incremento da historiografia militar alicerçada no paradigma da nova história. Entre os especialistas em história militar no Brasil, existe certo consenso de que a área passou por uma significativa renovação nos últimos anos. Grande foco passou a ser dado as diferentes formas de se viver e pensar a experiência militar e suas relações com a sociedade e com os poderes políticos (Mello 2006). Atualmente, tem se definido, inclusive, distinções entre o que chamam de “historiografia militar tradicional” e uma “nova história militar” (Hespanha 2003). Essa fronteira tem sinalizado as mudanças ocorridas nas pesquisas nesse campo de estudo. Os historiadores que assumem esse ponto de vista censuram uma história militar

considerada “tradicional”, cuja narrativa, sobremaneira memorialista, estava pautada na descrição densa de batalhas, sem a busca de uma problematização analítica ou reflexão central. Criticam também o culto de grandes heróis. Outra crítica é a de que a historiografia militar tradicional naturalizava o comportamento humano e as instituições militares, tornando-os, em última instância, ahistóricos (Moreira e Loureiro 2012, 16). Renato Restier e Marcello Loureiro ressaltam que a principal crítica com relação à historiografia militar tradicional reside na forma estante em que o militar e as instituições militares eram tratadas. Ou seja, eram retratados “fora” dos “contextos social, cultural, psicológico e geográfico. Não eram entendidos como receptores e agentes de transformação social” (Restier e Loureiro 2012, 92-93).

A nova história militar, conforme destacado por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay, não tem por foco aquilo que geralmente se entende por “História Militar” – o estudo das batalhas, táticas e principais figuras militares. O objetivo é mostrar que os militares brasileiros não se encontram isolados da sociedade abrangente, embora possam guardar uma relativa autonomia em alguns aspectos e épocas específicas (Castro, Izecksohn e Kraay 2004, 12). Portanto, a nova história militar tem avançado no sentido de problematizar a ação dos sujeitos atuantes nessa esfera, colocando seus comportamentos e iniciativas como sendo moldados ou como parte integrante da sociedade em que se inseriam.

A partir do que foi exposto, o presente texto investiga uma questão pouquíssimo abordada na historiografia sobre o período colonial e que dialoga com as inovações vivenciadas pelo campo da história militar mencionadas, a saber, os cargos dos cirurgiões ligados à postos militares. Através do mapeio feito nas comunicações instituídas entre essas figuras (cirurgiões) e o rei em meados do século XVIII, muitos foram os casos encontrados em que se solicitavam novas patentes entre outros temas por ele levantados.

Em relação à História da Medicina no século XVIII há que se considerar que este campo era deveras fragmentado, e que os ofícios que ajudavam os médicos (também conhecidos como físicos) eram vistos como inferiores. O trabalho do presente artigo estabelece um diálogo com a tese de Monique Palma *Cirurgiões, práticas e saberes cirúrgicos na América Portuguesa no século XVIII*, uma vez que seguimos as trilhas deixadas por esses atores históricos, nomeadamente, os cirurgiões (neste caso em específico os ligados à Regimentos Militares)¹. A autora fez o mapeamento da

¹ Os resultados apresentados neste artigo foram obtidos a partir da pesquisa levada a cabo pela tese de doutorado *A polícia médica como atribuição das câmaras municipais: instituições, agentes, relações de poder e jurisdições de saúde em Minas Gerais (1770/1850)*. Portanto, na sobredita tese (defendida em 2023) foram mapeados cirurgiões ligados à outras esferas tais como às municipalidades, exercendo assim, seus ofícios junto ao município. Ver: Ferreira 2023.

distribuição geográfica desses cirurgiões pelas capitanias da América Portuguesa como um todo. Nosso intuito, por outro lado, foi o de focar especificamente na capitania de Minas Gerais e nos circuitos estabelecidos – via requerimentos – com a esfera régia de poder (Palma 2021). De todo modo, reconhecemos a importância de sua tese na medida em que expôs o percentual de cirurgiões presentes em cada capitania da América portuguesa, bem como os vínculos institucionais a que estavam enquadrados.

Embora, a tese de Palma defenda parte do que trabalhamos neste artigo, deve-se considerar que nos pautamos por uma análise específica sobre a capitania de Minas Gerais, e num recorte temporal (1771/1807) em que a saúde enquanto tema e/ou pauta passou a ganhar decisiva relevância para os Estados Nacionais europeus². Neste sentido, a saúde até meados do século XVIII – pensada enquanto área – estava ligada às concepções da tradição hipocrático galênica³, que entendiam que a função última dos oficiais da saúde (fossem médicos, cirurgiões, e boticários, cada um dentro de seu ramo evidentemente) era restituir a saúde perdida de um corpo enfermo. Foi o que disse o padre Raphael Bluteau em seu dicionário publicado em 1739, ao definir a medicina como “a arte de excogitar e apontar os remédios para conservar no corpo humano a saúde que tem e para lhe restituir a que perdeu” (Bluteau 1739, 387).

Refletindo assim sobre os ofícios das “artes de curar”, podemos considerar os três principais níveis como sendo: o trabalho dos médicos (de caráter doutrinal), o dos boticários (estes eram os responsáveis pela aplicação dos medicamentos aos doentes), e, finalmente, os cirurgiões (que poderiam atuar ligados aos municípios, os chamados médicos de partido, ou aos Regimentos militares, ou a ambos). Pela tradição galênica, ao cirurgião caberia a atuação efetivamente prática, ou seja, era esperado toda uma atuação direta sobre o corpo doente que incluía: sangrias, amputações e cirurgias.

Neste sentido na clássica distinção existente entre as competências do cirurgião e a do médico, como destacado por Márcia Ribeiro, aos segundos era “facultado a cura das chamadas moléstias internas, enquanto aos cirurgiões cabia o exercício das funções mais simples como as sangrias, a cura de ferimentos, a extração de balas, a aplicação de ventosas e sanguessugas, cirurgias de um modo geral”⁴.

² Neste tópico em específico, observa-se a alteração de paradigmas vivenciados nos territórios europeus ao longo dos séculos XVII e XVIII, a transição de uma sociedade de Antigo Regime para uma nova lógica, pautada numa maior racionalidade do Estado, de um Estado que assume para si funções que eram tradicionalmente de outras corporações. Ver: Subtil 2013; Foucault 2008.

³ Para um aprofundamento sobre a tradição hipocrático-galênica, ver: Furtado 2011.

⁴ No que tange à distinção existente entre as funções de médicos e cirurgiões, Ribeiro pontua: “A separação social entre médicos e cirurgiões assentava-se inicialmente na formação que ambos recebiam. Enquanto os médicos

Os cirurgiões tanto podiam se vincular institucionalmente às câmaras municipais (cirurgiões de partido), como aos hospitais, conventos, ou aos Regimentos Militares. Seja ocupando o cargo de “ajudante” ou de “cirurgião-mor” – e claro que no segundo patamar eles teriam acesso a maiores honrarias – essas figuras se vinculavam aos Regimentos para obterem ascensão social. Se considerarmos a estigmatização social que sofriam, pois, quando comparados aos médicos, seu ofício era considerado inferior por ser *mecânico*, viam na estrutura militar brechas para obterem reconhecimento e maiores condições de ascensão.

Para além dos pontos esboçados anteriormente, no que concerne à historiografia militar, serão também levantados os requerimentos de cirurgiões ligados à determinados regimentos militares existentes na capitania de Minas Gerais. Pretende-se, assim, verificar os temas por eles levantados e encaminhados à esfera régia, bem como sua inserção no meio militar, pois embora, não fossem soldados, tinham entre suas obrigações marchar com eles, usar suas insígnias e receber seus soldos. Eram homens estabelecidos em circuitos de interesses que acumulavam funções atuando como cirurgião, funcionário da câmara municipal e se inserindo, também, na estrutura militar.

Ademais, não se deve ignorar o fato de serem personagens importantes, tendo em vista suas funções: restabelecer a vida aos lesionados ou feridos por bala. Em relação, portanto, a essas figuras, buscando pensar em termos de suas interações com as dinâmicas locais, suas adaptações a ela e suas contribuições para sua transformação, é forçoso considerar que, embora a Coroa buscasse tutelá-los, estes continuavam a reger-se por leis próprias, como se verá no presente artigo. Por fim, é válido que apontemos o diálogo entre a historiografia militar e a da saúde pública, visto que os atores em questão eram profissionais de saúde atuando, nesse caso em específico, num espaço militar.

Cabe sublinhar o fato de os cirurgiões serem profissionais que compunham ao lado (ou abaixo na hierarquia existente entre eles) dos médicos – também designados como *físicos* – os agentes oficiais da área da saúde pública, embora existisse também a figura dos boticários. Neste sentido, algumas breves considerações a esse respeito devem ser feitas.

frequentavam a universidade, os cirurgiões limitavam-se ao aprendizado prático, adquirido sobretudo no Hospital Real de Todos os Santos, em Lisboa. O terremoto de 1755 destruiu o hospital que ainda continuou funcionando até 1755, quando Pombal resolveu transferi-lo para outro prédio, então mudando seu nome para Hospital Real de São José. Terminado o estágio no hospital, os alunos eram submetidos a exames perante a mestres capacitados e, alcançando bons resultados, recebiam carta de cirurgião aprovado, a qual era passada pelo cirurgião-mor do Reino. Tal documento facultava o exercício da profissão tanto na metrópole como nos seus domínios, permitindo também que os cirurgiões exercessem a medicina onde não residissem médicos, situação esta muito corriqueira na América Portuguesa do século XVIII”. Ver: Ribeiro 2005.

O regimento do Físico-mor data de carta outorgada por D. Manuel em 25 de fevereiro de 1521 (Sousa 1521, 338-343), tendo sido novamente regimentada em 28 de junho de 1611 (Portugal 1611). Mais antigo que o regimento do físico era o do cirurgião, cujo regimento era oriundo de 8 de junho de 1430 e a quem competia “examinar todas as pessoas que quizessem usar de física”. Nesse mesmo regimento, traçava-se uma linha de divisão no que tange aos ofícios do cirurgião e do físico, quando se proibia expressamente “os cirurgiões de tratarem de medicina e os médicos de cirurgia” (Subtil 2013, 44).

Como colocado por Luís de Pina: “Se a medicina é uma ciência e uma arte, a cirurgia começa por ser essencialmente uma arte, uma técnica, uma prática manual individualizada” (Pina 1998). Em total distinção dos médicos, os cirurgiões eram vistos socialmente como inferiores por exercerem ofícios mecânicos, tais como “curativo de feridas, fraturas, luxações, extrações de tumores, abscessos e pequenas intervenções operatórias” (Subtil 2013, 43). Por ter uma formação de caráter prático, dispensando o saber intelectualizado dos médicos, os cirurgiões eram muito mais facilmente encontrados. Poderiam vir dos grupos de sangradores, barbeiros, e tantos outros que andavam a curar nos municípios.

Como lembrado por Laurinda Abreu, os cirurgiões se inscreviam em “representações que entroncavam na medieva distinção entre o exercício da medicina, erudito e contemplativo, e as práticas curativas que pressupunham a manipulação dos corpos e do sangue” (Abreu 2010, 111). Portanto, e exatamente por desempenharem um ofício manual, foram penalizados socialmente por muitos séculos⁵.

Tendo levantado tais apontamentos, acreditamos na possibilidade de determinados cirurgiões se utilizarem das estruturas hierárquicas militares como forma de buscarem ascensão social, o que dificilmente ocorreria fora dessas instâncias. Dentre os cirurgiões encontrados nos municípios mineiros, verificamos a existência de duas categorias: os de partido e os ligados à Regimentos Militares. Os cirurgiões com enquadramento institucional poderiam estar ligados aos quadros de instituições como as câmaras municipais, bem como a hospitais, conventos, e aos espaços militares (Palma 2020, 500).

Cabe sublinhar que, no contexto abordado por este trabalho, tratamos de uma sociedade que se estruturava pelas noções de Antigo Regime português, portanto, permeada pelos valores de honra, prestígio, privilégios, desigualdade e hierarquização. Neste cenário no qual a busca por

⁵ Essa penalização social duraria até, pelo menos, as reformas instituídas na medicina quando da virada paradigmática. Partindo de Portugal, isso ficaria especialmente claro quando da reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772.

distinção social era algo que movia os indivíduos em suas ações e interações, se vincular a esfera militar a partir da ocupação de postos constituía-se em potente estratégia para atingir tal propósito.

A estrutura formal da organização bélica lusitana se constituía a partir de três tipos de forças: os corpos regulares (conhecidos também por tropa paga ou de linha), as milícias ou corpos de auxiliares e as ordenanças ou corpos irregulares. Existiam ainda outras formas de tropas militares mais específicas que subdividiam as forças de acordo com as hierarquias sociais (indígenas, pretos, pardos e brancos). Possuir uma patente militar de qualquer uma destas forças mencionadas era um fator de prestígio, já que o exercício das armas era um fator nobilitante (Rodrigues 2003, 247), além de permitir usufruir de prerrogativas e isenções atinentes aos postos.

Nesta esteira, e buscando contribuir para uma reflexão que aborde as diferentes formas de se viver e pensar a experiência militar e suas relações com a sociedade e com os poderes políticos, partiremos agora para a análise dos requerimentos feitos por cirurgiões ajudantes solicitando à condição de serem alçados à mor, o que denota um patamar superior do segundo em relação ao primeiro.

Entre Requerimentos e Representações: os cirurgiões militares em Minas Gerais, suas demandas ao rei e o desejo de mobilidade social (1771/1807)

Os casos que aqui serão analisados foram colhidos na documentação do AHU, tendo o Conselho Ultramarino como intermediador das demandas dos povos da América Portuguesa e a esfera régia capitaneada pela figura do rei. O monarca era por excelência o destinatário mais comum a quem se endereçavam os requerimentos, petições e pedidos de mercê. Ainda que a Coroa portuguesa contasse com centros decisórios plurais, o rei seguia representando, simbolicamente, o papel de instância superior responsável por instituir normas e resolver conflitos (Raminelli 2017, 374-375).

Uma vasta historiografia aponta para a importância dos requerimentos e petições enquanto práticas institucionais no interior das monarquias corporativas de Antigo Regime, isto é, nas monarquias ibéricas era clara e legítima a ideia de que “todo o mundo pode apelar aos distintos tribunais reais [...], aos quais estavam sujeitos o próprio vice-rei” (Pagden 1997, 180). Neste sentido, muitos eram os encaminhamentos levados à presença do rei, requerimentos e petições que poderiam ser individuais ou coletivos, ou ainda partindo de instituições como as câmaras municipais (Fernandes 2022). Cabe lembrar que a concessão era um mecanismo recorrentemente utilizado para agraciar fiéis vassalos e, deste modo, conseguir auxílio na manutenção da ordem e da governabilidade de territórios ultramarinos.

Num contexto como esse em que todos podiam requerer e/ou peticionar ao rei enquanto súditos, vislumbramos personagens que exerciam o ofício de cirurgia, curando e tratando os soldados feridos, a saber, os cirurgiões (seja na condição de ajudante, seja na de mor). Os temas mais encontrados nessas comunicações em específico se referem à cirurgiões ajudantes que almejam ser elevados à mor. Neste sentido, havia uma obrigação (por determinação régia), segundo Monique Palma, de que os Regimentos tivessem um cirurgião-mor e que os demais integrantes dessas instâncias devessem honrar, estimar e reconhecer o cirurgião designado para esse posto, como expressado no trecho abaixo:

Mando aos officiaes superiores e mais officiaes do dito Regimento assim de Patente como inferiores, por tal o reconheção honrem e estimem, e o deixem exercêr o mencionado pôsto na forma que lhe hé permitido: e ordeno ao Ouvidor desta Comarca como Auditôr geral della, que na forma do Cap^o 19§.1. do Regulamento de cavallaria, lhe difira o juramento de fidelidade, e lhe dê posse do dito pôsto de Cyrurgião mór na prezença do Coronel do dito Regimento de que se fará assento pôsto na forma das Reaes Ordens (Palma 2020, 196).

Portanto, para além da obrigação dos Regimentos militares contarem com a posição de cirurgião-mor, estes deveriam ser tratados com especial deferência. Por tal apontamento não é de se estranhar encontrarmos pedidos nesse sentido, ou seja, de elevação de posto. Tal seria o caso de Caetano José Cardoso que, em requerimento datado de 7 de agosto de 1801, pedia para que “se lhe declarasse praça de cirurgião-mor” do Regimento em que atuava.⁶

Cardoso alegava já possuir atuação como cirurgião ajudante, asseverando a D. João VI:

Sim soberano e augusto senhor, no continente de Paracatu onde reside um grosso destacamento de soldados, inda sem praça declarada e se por uma Portaria da Junta da Fazenda curando e assistindo-lhes nas suas enfermidades no hospital ali estabelecido para os militares [...] nas moléstias ou justos impedimentos do cirurgião-mor do dito Regimento igualmente na do médico do partido, sempre o suplicante supriu a falta daqueles com zelo e caridade cumprindo exatamente as suas obrigações.⁷

Este não seria caso isolado, pois, José Antônio de Almeida, em junho de 1806, solicitou ao príncipe regente a “mercê de o despachar como cirurgião-mor agregado ao Regimento de Cavalaria de Minas Gerais”.⁸ Almeida dizia ser cirurgião ajudante de Regimento de Infantaria, tendo sido aprovado pela Real Junta do Protomedicato em cirurgia, anatomia, partos, medicina operatória, e ligaduras. Além disso, asseverava servir há nove anos “voluntário sem capitulação do partido”.⁹

⁶ BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 158, Doc. 35. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=79501

⁷ Idem.

⁸ BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 180, Doc. 55. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=90620

⁹ Ele dizia, ainda, “que ele suplicante depois de ter com aproveitamento estudado as gramáticas latina e francesa os conhecimentos cirúrgicos que pode permitir uma terra aonde não há salas de tal faculdade, sem empregou no serviço de V. A. R. com todo zelo e eficácia fazendo vários destacamentos e diligências não só que lhe pertençam pela

Sua formação não apenas em cirurgia, como em anatomia, partos e medicina operatória, foi possível por ter sido enviado por “Sua Alteza Real” para estudar na Corte, na qual, em dois anos, aprendeu matérias na praça onde atuava. Seu desejo era, portanto, o de ser “útil ao Estado pela sua profissão”, em um objeto “tam interessante como a saúde dos povos”.¹⁰

Vicente Ferreira Rodrigues de Sousa, cirurgião ajudante do Regimento das Minas, estaria numa situação próxima a de José Antônio de Almeida e Caetano José Cardoso¹¹. Sousa requereria em 1786, à Dona Maria I, a patente de cirurgião-mor do Regimento ao qual estava vinculado.¹² Uma fala, em específico, presente em seu requerimento é digna de nota, pois tece uma crítica ao saber médico livresco e teórico:

A falta de cirurgiões peritos, e desembaraçados que ignoram não só a base principal da cirurgia qual anatomia, mas ainda alguns pontos interessantes da mesma cirurgia, e juntamente a falta de médicos que há naquele país, sendo preciso ainda para a conservação do mesmo corpo militar, e demais gente da mesma cidade livrar bastantes abusos que os mesmos cirurgiões conservam [...] informações os quais por falta de conhecimento não fazem senão darem livros na saúde e aproximarem sua morte mais abreviada.¹³

Vicente Ferreira se colocava, assim, na condição de “hábil e examinado” cirurgião a quem, todavia, faltava “a graça que a Sua Magestade tem feito a vários cirurgiões de o condecorar com uma patente de cirurgião-mor daquele Estado com o soldo compreendente a este emprego”. O cirurgião-mor do Regimento de Vicente, Pedro Antônio Celestino, confirmou em carta de 22 de agosto de 1786 a atuação do suplicante, que também seria enviada à Dona Maria I¹⁴. A rainha, então, acabou por confirmar o requerente Vicente Ferreira no posto solicitado, e, em sua resposta, ela ressaltava o papel da Junta do Protomedicato como a instância responsável pelo exame e

ordem regimentar, mas este oferecendo-se para as mais arriscadas e consideráveis como foi nos pretéritos campanha na qual se ofereceu para acompanhar as tropas que da sua praça partiu para os assentamentos dos [?] aonde curou não só os enfermos do seu Regimento, mas também dos diferentes corpos de milícia”. Ver: idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ Os três possuíam algo em comum, que de certa forma os distinguia dos demais, eles eram cirurgiões ajudantes solicitando a condição de cirurgião-mor. Seus requerimentos não versavam sobre a necessidade de serem confirmados nos respectivos ofícios, mas sim de serem elevados na hierarquia interna dos Regimentos militares.

¹² BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 125, Doc. 22. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=62024

¹³ Idem.

¹⁴ Pela sua carta, lia-se: “Certifico que Vicente Ferreira Rodrigues de Sousa cirurgião ajudante, em todo o tempo que tem servido comigo me tem dado constantes provas não só da bem decidida distribuição entre os mais [?] meus ajudantes, mas tão bem de ser muito hábil assim na prática, como na teoria da cirurgia e anatomia, o que me tem sido confirmado nas repetidas ocasiões em que é empregado já em registros dos doentes, já e curativo no Hospital Real Militar”. Ver: idem.

subsequente aprovação (ou não) do cirurgião, bem como dos médicos no contexto de extinção da Fisicatura-mor¹⁵. Neste sentido, a monarca apontaria:

Vicente Ferreira Rodrigues de Sousa, filho de João Rodrigues, natural desta cidade de Lisboa, me representou que ele pretendendo uzar da arte de cirurgia nestes meus Reinos e Seus Senhorios, pela ter aprendido e praticado como mostram por certidão que foi vista e examinada pelos meus deputados da Junta do Protomedicato, o qual foi examinado de cirurgia e anatomia na presença dos mesmos deputados, pelos examinadores Antônio Francisco e Caetano José de Figueiredo, cirurgiões da Casa Real, que o deram por aprovado para exercitar a dita arte por bem da qual me pediu lhe mandasse expedir carta, para que livremente pudesse uzar da dita arte.¹⁶

As evocações que eram mobilizadas, podiam variar de sujeito a sujeito, mas de um modo geral giravam em torno dos que já tinham atuado como ajudantes (como no exemplo de Caetano José Cardoso) e dos que já tinham assistido os soldados enfermos, suprimindo a falta do cirurgião-mor com “zelo e caridade”. Outras alegações podiam ser elencadas – mais pragmáticas – como as esboçadas por José Antônio Almeida que alegava uma formação que extrapolava o campo cirúrgico, chegando à medicina operatória, à anatomia, e a “arte de partejar” (argumentando ter certificação do Protomedicato para tanto). No segundo caso, os argumentos mobilizados iam de encontro ao desejo de ser “útil ao Estado” em uma “matéria tão interessante aos povos como era a saúde pública”. Importante pontuar que eram feitas referências distintas, isto é, por certos sujeitos seria evocada a lógica de que atuaram com *caridade* e, portanto, eram merecedores de alcançar o posto desejado. Já outros, evocavam a noção de que era preciso ser *útil* ao Estado, *útil* pela profissão, o que os colocava na condição de terem deferidas suas solicitações¹⁷.

Argumentos como o fato de ser hábil e examinado, “faltando apenas a condecoração de uma patente de cirurgião-mor com o soldo compreendente a este emprego”¹⁸, foram também

¹⁵ Tradicionalmente a Fisicatura-mor era a instituição que, em terras portuguesas, se responsabilizava por passar carta à cirurgiões e médicos. Era uma antiga instituição formada pelo médico da Câmara Real, designado como “Físico-mor”, e o “Cirurgião-mor”. Tal instância foi extinta quando da criação da Junta do Protomedicato, fato que se deu no reinado de Dona Maria, pela lei de 17 de julho de 1782. De todo modo, a Fisicatura seria “reativada” quando a família brigantina aportou no Rio de Janeiro em 1808, pois D. João VI refundou os lugares de físico e cirurgião-mor. Sobre a Fisicatura-mor, ver: Subtil 2013; Pimenta 1997.

¹⁶ BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 125, Doc. 22. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=62024.

¹⁷ Interessante pontuar que essas duas noções, *caridade* e *utilidade*, se referem a mundos distintos, a paradigmas diferentes. A ideia relacionada ao trabalho como prática de caridade, em especial, ao trabalho ligado à área da saúde, sendo o médico e o cirurgião aqueles que prestam assistência ao enfermo, assistência essa que deveria ser prestada na chave da caridade e zelo, é uma noção muito própria de uma sociedade de Antigo Regime. Por outro lado, o vocábulo *utilidade* nos remete à uma dimensão outra do social, ou seja, nos informa de uma organização paradigmática voltada à um governo de ativos e executivos, à um governo que deve entoar como máxima a felicidade da população e que, para ser alcançada, depende dos objetos que sejam uteis ao Estado, e um deles seria a saúde pública. Lógicas distintas que nos informam sobre paradigmas igualmente diferentes, e que foram mobilizados como argumentos por esses cirurgiões para terem seus pedidos aceitos. Sobre os temas aqui levantados, ver: Abreu 2014; Abreu 2010; Lopes 2018.

¹⁸ Como justificado por Vicente Ferreira, exemplo já referido.

encontrados. Estes são alguns dos exemplos de discursos empregados por esses homens como meio de justificativa de suas demandas ao rei.

Para além de pedidos de elevação entre os postos, de ajudante à cirurgião-mor, outro caso que aqui será elencado diz respeito à busca por confirmação de um posto já ocupado. Esse é o exemplo de Domingos Gonçalves da Cruz, cirurgião-mor das Tropas Pagas da Guarnição de Minas, solicitando a Dom José I confirmá-lo neste cargo.¹⁹ Segundo Cruz, ele tinha sido provido como cirurgião-mor das Tropas Pagas pelo então governador de Minas, Conde de Valadares. Ele enviou ao rei a patente em que constava a sua aprovação em cirurgia, devendo o monarca confirmá-la para que tivesse validade. O rei confirmou o requerimento de Cruz em 6 de agosto de 1771, despachando sua resposta pelo Conselho Ultramarino.

O soldo estabelecido pelo governador foi o de 250 mil réis “em cada ano pago pela Real Fazenda desta Capitania”²⁰. Além de prever a garantia de todas as “prerrogativas, graças, e isenções”, próprias ao cargo de cirurgião-mor. Compreendendo os reinados de Dom José I, Dona Maria I e Dom João VI, os requerimentos afluíam com certa frequência no que se refere às solicitações de confirmação do ofício. Dona Maria I confirmou as cartas patentes de Francisco Mendes Coelho e João Ferreira Paes, nos respectivos anos de 1788 e 1789. O primeiro atuava como cirurgião-mor do Regimento de Cavalaria Auxiliar do arraial de Santa Luzia do Sabará.²¹

Em moldes semelhantes aos anteriores pedidos, Francisco Mendes Coelho argumentava ter sido provido como cirurgião-mor pelo governador de Minas – Luís da Cunha Meneses – em 25 de dezembro de 1786. De todo modo, se fazia necessário (como de costume) a confirmação pela via régia, e ele demandava nesse sentido. A confirmação veio em 10 de janeiro de 1788, na qual a monarca lhe conferia “mercê de o confirmar como por esta confirmo no posto de cirurgião-mor do Regimento de Cavalaria Auxiliar criado, formado e aquartelado no Arraial de Santa Luzia do

¹⁹ BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 101, Doc. 21. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=50210

²⁰ Esse foi o valor fixado pelo governador em documento datado de 18 de novembro de 1768 – mesmo período em que Domingos Gonçalves da Cruz foi provido como cirurgião-mor das ditas tropas – onde se lia: “Hei por bem fazer mercê de o nomear, e eleger cirurgião-mor das tropas pagas da guarnição destas Minas e Auxiliares delas com o soldo de 250 mil réis em cada ano pago pela Real Fazenda desta Capitania, e na qual o Desembargador Provedor dela, remandara abrir assentos na folha militar a que pertence, quando nela não esteja incluído com a graduação que lhe compete do posto de capitão, com uso de insígnia, e uniforme dele, e as mais prerrogativas, graças e isenções que aos mesmos são facultados [...]”. Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, feita pelo escrivão Francisco Alexandrino ditado pelo Conde de Valadares em 18 de novembro de 1768. Ver: *idem*.

²¹ BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 128, Doc. 6. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=63233

Sabará [...]”,²² garantindo ao suplicante o gozo de “todas as honras, privilégios, liberdades, isenções, e franquezas que em razão dele lhe pertencerem”.²³

Em relação à João Ferreira Pais, os encaminhamentos foram quase os mesmos. Se pensarmos num *modus operandi* ou padrão, o requerente faz uma solicitação, que neste caso é levado à presença de Dona Maria I em 1789, e recebe dela sua confirmação. A distinção, todavia, é que ele atuava como cirurgião-mor de um outro Regimento, o de Cavalaria Auxiliar do arraial do Inficionado, na cidade de Mariana.²⁴ Muitos foram os casos de cirurgiões vinculados à Regimentos militares “pedindo carta patente de confirmação do posto de cirurgião-mor”²⁵ dessa ou daquela tropa. O que variava eram os agentes, os Regimentos, os lugares e os anos, por isso encontramos desde a década de 1770 até os idos dos anos 1801, 1802, e 1803, por exemplo. Geralmente eles eram providos pelo governador, como apontado nesses requerimentos, mas necessitavam, ainda, da confirmação da esfera régia, para serem validados nos cargos.

Entendemos então, que o meio militar oferecia uma oportunidade de mobilidade social que esses cirurgiões dificilmente encontrariam em outras dimensões em que pudessem atuar, já que seriam preteridos em detrimento dos médicos²⁶. Os debates relacionados a ascensão e a promoção social em espaços coloniais sob poder português, mediante mercês, privilégios e políticas de graça,

²² BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 128, Doc. 9. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=63244

²³ Idem.

²⁴ BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 131, Doc. 90. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=65311

²⁵ Além dos cirurgiões já citados, em nosso levantamento documental, foram encontrados: Domingos Fernandes Chaves, cirurgião-mor da Cavalaria de Milícias, tendo sido provido pelo governador Bernardo José de Lorena neste posto, buscando a confirmação de seu cargo junto à esfera régia; Florêncio Francisco Franco dos Santos que em 27 de outubro de 1807 requeria à Dom João VI confirmá-lo como cirurgião-mor do 2º Regimento de Cavalaria de Milícias da comarca de Ouro Preto; José Joaquim Vieira Botelho, cirurgião-mor do Regimento de Cavalaria de Milícias do Serro Frio, que em 24 de julho de 1804 solicitava a confirmação de seu ofício; e, finalmente, Manuel Pereira da Mata Portugal, que em 14 de junho de 1806, requeria ao príncipe regente a confirmação de seu posto como cirurgião-mor agregado ao 1º Regimento de Cavalaria de Milícias da Comarca do Serro Frio. Ver, respectivamente: BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 149, Doc. 22. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=74186

BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 186, Doc. 60. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=93722

BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 171, Doc. 28. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=85707

BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 180, Doc. 68. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=90682

²⁶ Embora já tenhamos tratado tal assunto, para mais leituras sobre a penalização social infringida aos cirurgiões, ver: Furtado 2011.

não é novo na historiografia²⁷. O que se intenta no presente artigo, é refletir sobre a figura dos cirurgiões com enquadramento institucional militar. Neste sentido, e considerando os requerimentos que estamos a levantar, as possíveis promoções sociais envolviam (como se verifica) os *cirurgiões* e não a matéria *cirurgia*²⁸. Em outros termos, pelo que a documentação nos possibilitou aferir, essa elevação implicava em um tratamento *digno* a partir do posto ocupado. Honras, privilégios, isenções e toda uma série de prerrogativas pareciam vir a reboque do cargo almejado, como já sugerido. Além disso, o cirurgião-mor possuía direito à um soldo, o que em boa parte justifica os pedidos dos ajudantes para que fossem alçados à condição de mor. Como apontado por Monique Palma, em relação à figura do cirurgião-mor (obrigatória nos Regimentos), era esperado que se honrasse, estimasse e reconhecesse o cirurgião designado para esse posto (Palma 2020). Numa sociedade de Antigo Regime, tal reconhecimento faria toda diferença, o ser tratado com deferimento, com a *dignidade* própria do posto que se ocupa.

Esses homens podiam também buscar alcançar outros postos ou condições no interior dos Regimentos, como exemplificado pelo caso de Antônio José Vieira de Carvalho. Este é um exemplo que destoa dos demais até aqui apresentados, pois esse personagem já atuava como cirurgião-mor, almejando, assim, o posto de capitão.²⁹ Em carta de Bernardo José de Lorena – então governador de Minas – datada de 20 de setembro de 1801, e dirigida a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, era comentado o fato de Carvalho ter solicitado soldo e a graduação de capitão em seu exercício de cirurgião-mor.³⁰ Por algumas atestações levantadas por Carvalho, foi possível identificar, segundo o tenente coronel comandante Pedro Afonso Galvão, que o cirurgião “assentou praça de ajudante de cirurgia em 15 de junho de 1781, passando a cirurgião-mor em 9 de agosto de 1781, por ordem do governador Dom Rodrigo José de Menezes”.³¹ Este cirurgião buscava, assim, a graduação de capitão junto ao Regimento ao qual estava ligado, destacando

²⁷ Ver estudos como: (Cabral 2001; Krause 2012; Raminelli 2015; Stumpf 2014).

²⁸ Nesses requerimentos, como é possível perceber, a matéria cirurgia não seria apontada como central, pois esse código documental (os requerimentos à esfera régia) não nos permite visualizar tal questão. Se por outro lado, analisássemos tratados médico-cirúrgicos existentes ao longo do século XVIII, então certamente perceberíamos as matérias medicina e cirurgia emergindo com protagonismo.

²⁹ BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 159, Doc. 19. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=79745

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

atestações³², entre as quais, por exemplo, pontuava enfaticamente determinadas jornadas por ele empreendidas, que distavam de muitas léguas de distância³³.

Através da comunicação colocada entre o governador Bernardo José Lorena e o secretário de Estado Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, tendo em vista o requerimento de Carvalho em que pede a graduação para o posto de capitão, verifica-se que todas as atestações levantadas pelo cirurgião atestam a defesa de sua “perícia, zelo e capacidade” enquanto cirurgião-mor. Ele precisava provar sua excelente atuação como cirurgião para conseguir alcançar o objetivo, que neste caso era o de ser graduado como capitão³⁴.

Novamente, em 1807, ele requereu o posto de capitão do dito Regimento.³⁵ Neste outro requerimento ele argumentou que tinha feito a “aplicação de drogas indígenas, com o que forrou de certo, graves despesas a Fazenda Real”³⁶. Este pedido foi encaminhado à D. João VI em maio de 1807 e, em junho do mesmo ano, ele enviou outro, dessa vez “solicitando a mercê de se averbar a sua patente à graduação que tem os tenentes dos Regimentos”,³⁷ o que denota uma possível afirmação de seu requerimento anterior, no qual pedia ser alçado à condição de capitão.

Pelo teor dessas comunicações endereçadas ao poder régio, é possível, assim, considerá-las como uma tentativa de mobilidade dentro de uma hierarquia existente nas corporações militares.

³² Ao todo foram contabilizadas dez atestações. A primeira, já comentada, tratava do tenente de seu Regimento confirmando o exercício dele em sua Cavalaria; na segunda atestação emerge a figura do governador Dom Rodrigo José de Menezes (1783) atestando que Carvalho serviu com “zelo e perícia”; na terceira temos o governador Luís da Cunha Meneses (1788) asseverando no mesmo sentido; na quarta Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça (1797) atesta nos mesmos moldes dos governadores anteriores; na quinta atestação seria a vez do governador Bernardo José de Lorena asseverar que “em todo o tempo do meu governo tem desempenhado excelentemente as suas obrigações tratando aos doentes com muito amor e cuidado, tanto no Hospital Militar, como no da Misericórdia [...] ter introduzido no mesmo hospital o uso de vários gêneros do país, com bom sucesso”; na sexta atestação o juiz de fora da cidade de Mariana confirmava a capacidade de Carvalho como cirurgião-mor; na sétima atestação Manoel Antônio de Carvalho, almoxarife dos armazéns reais da capitania de Minas Gerais, atesta no mesmo sentido dos anteriores; na oitava o próprio requerente justifica seu pedido; na nona novamente o tenente coronel de seu Regimento, Pedro Afonso Galvão, certifica sobre sua boa atuação; e, finalmente, na décima Luís Beltrão de Gouveia de Almeida, conselheiro das Fazenda do Ultramar e chanceler da relação do Rio de Janeiro, atesta a utilidade do desempenho do cirurgião Carvalho. Todas essas atestações estão em: BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 159, Doc. 19. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=79745

³³ Essa justificava dada pelo próprio Carvalho aparece na atestação de número 8, entre as 10 atestações incluídas no requerimento. Ver: idem.

³⁴ Para um aprofundamento sobre a dimensão militar nas minas setecentistas, ver: Costa 2006; Cotta 2000; Mendes 2004.

³⁵ BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 184, Doc. 6. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=92346

³⁶ Ainda neste sentido, ele diria: “[...] bem como por sua conduta moral, tem merecido a geral estima de todas as pessoas gratas daquele país, e particularmente a dos governadores e capitães gerais que tem sido desde o ano de 1780, em que assentou praça [...]”. Ver: idem.

³⁷ BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 184, Doc. 32. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=92791

Já foi indicado que as patentes eram um instrumento de nobilitação visto que o oficial com o posto “não vencerá soldo algum, mas gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções, e franquezas que em razão dele lhe pertencem”, conforme vinha estipulado nas cartas patentes concedidas pelo Rei.

Como colocado pelo último caso aqui analisado – o de Antônio José Vieira de Carvalho – é evidente que ocupando a condição de capitão, o então cirurgião-mor teria acesso a privilégios e honrarias, que não obteria atuando apenas como cirurgião. A depender dos postos ocupados essas “honras” – que numa sociedade ainda fundada nas balizas próprias do Antigo Regime eram de extrema importância (Monteiro 2005) – tendiam a variar e, evidentemente, quanto mais “degraus” hierárquicos ele subisse, mais honras e privilégios viriam a reboque da posição ocupada, gerando assim produção ou reprodução de prestígio e posição de comando, bens não negligenciáveis no Antigo Regime. Ser capitão-mor, capitão, sargento-mor, era uma forma de identificação que muitos indivíduos assumiam, e essa identificação definia seu lugar social na hierarquia. Em outros termos, a partir da influência das formas de hierarquização e relações de poder dadas pelo Antigo Regime, a incorporação em tropas militares poderia ter significativo peso, pontuando lugares no corpo social, denotando a qualidade³⁸.

Considerações finais

Dadas as questões ora apresentadas, os dois pontos mais comuns no que concerne aos temas levantados por esses cirurgiões e encaminhados à esfera régia, são: pedidos de mudança de posto (do posto de cirurgião ajudante ao mor) e solicitações buscando a confirmação monárquica de uma provisão já obtida. Como apontado por Laurinda Abreu – e concordamos com tal assertiva –, “presente-se que, para muitos dos nomeados, o simples pedido da patente à Coroa funcionava como uma pré-confirmação do ofício” (Abreu 2018, 507). Frente às urgências cotidianas, e a demora em obter resposta, muitos dos nomeados entendiam os requerimentos como pré-autorizações, ainda que, na prática, fossem pedidos iniciais de um processo a ser concluído com a resposta régia.

Assim sendo, entendemos ser possível a validação da hipótese de que os cirurgiões que se ligavam às estruturas militares, o faziam com o objetivo³⁹ de galgarem novos degraus de prestígio

³⁸ Para esclarecimentos sobre as noções de mobilidade, Antigo Regime e qualidade ver: (Fragoso, Gouvêa e Bicalho 2000).

³⁹ É evidente que poderiam existir outros objetivos e, certamente esse processo de ascensão (ou desejo de) se dava de forma inconsciente, além do de melhorar as condições de vida. Todavia, é inegável que em uma sociedade como a de Antigo Regime, profundamente hierarquizada, era sempre interessante ocupar uma posição superior quando tal possibilidade existia, pois com ela toda uma notabilidade viria.

social. Os pedidos para serem alçados à condição de “mor”, e até mesmo a capitão do Regimento, apontam para um desejo de ascensão, movimento este que traria como consequência uma plêiade de honras, privilégios e benesses. Grande parte dos requerimentos giravam em torno de tal questão, isto é, da elevação de posição no interior desses espaços militares.

Tendo em vista essas considerações, acreditamos na possibilidade desses homens utilizarem da hierarquia militar como meio de alcançar mais altos postos, o que seria mais difícil em outros espaços em que atuavam. Destacamos tal questão, pontuando, sobretudo, o fato de o ofício da cirurgia ter sido desmerecido ao longo dos séculos, em detrimento do trabalho do médico graduado na universidade⁴⁰. Neste sentido, e como apontado pelos temas dos requerimentos, esses cirurgiões que atuaram na capitania de Minas Gerais viam na estrutura militar dos Regimentos uma brecha para obter de mobilidade social, pois tratava-se de uma sociedade estratificada, na qual o trabalho mecânico era estigmatizado.

Deve-se considerar ainda o fato de nos pautarmos no enquadramento institucional por eles adotados. Neste caso, o vínculo específico que tinham com os Regimentos militares, e o que buscavam em seu interior, era a elevação social através das hierarquias militares. Por outro lado, como apontado em momentos anteriores, eles podiam também buscar percursos de mobilidade profissional fora dos espaços militares, atuando, por exemplo, como cirurgiões da câmara com partido⁴¹.

Referências bibliográficas:

Abreu, Jean Luiz Neves. “Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII. *Topoi*, v. 8, n.º. 15 (2007): 80-104, .

Abreu, Laurinda. “A institucionalização do saber médico e suas implicações sobre a rede de curadores oficiais na América portuguesa”. *Tempo*, v. 24, n. 3 (2018): 494-524.

Abreu, Laurinda. “A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados”. Em *Arte médica e imagem do corpo: De Hipócrates ao final do século XVIII*, org. Adelino Cardoso, António Braz de Oliveira, Manuel Silvério Marques, p. 97-122. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2010.

⁴⁰ Porém, vale ressaltar que a cirurgia (enquanto área) ganharia um importante relevo quando das reformas dos Estatutos da Universidade de Coimbra na década de 1770 em Portugal, momento em que se teciam severas críticas à separação existente entre os campos da cirurgia e o da medicina. Figuras como o médico cristão-novo, António Nunes Ribeiro Sanches e o clérigo português, Luís António Verney seriam alguns dos nomes a condenar tal separação e, neste sentido, valorizando o saber cirurgião, pois era o cirurgião o profissional que dominava o saber anatômico. Ver: (Abreu 2007, 80-104)

⁴¹ Dentre os nomes citados como cirurgiões de regimento militar, mas que também atuaram como cirurgião de partido de câmara, citamos a figura de Antônio José Vieira de Carvalho que, além de trabalhar como cirurgião do Regimento de Cavalaria Regular de Minas, também possuía vínculo com a câmara de Vila Rica. Ver: BRASIL. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 135, Doc. 58. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=67500

Abreu, Laurinda. “Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII – continuidades e alteridades”. *Varia História*, vol. 26, n° 44 (2010): 347-371.

Abreu, Laurinda. *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Gradiva, 2014.

Cabral, Gonçalo de Aguiar de Vasconcelos. *O cartório da nobreza no período de 1700-1755*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade do Porto, 2001.

Castro, Celso, Izecksohn, Vitor, e Kraay, Hendrik, org. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Costa, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica (1735-1777)*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

Cotta, Francis Albert. “Para além da desclassificação e da docilização dos corpos: organização militar nas Minas Gerais do século XVIII”. *Mneme, Revista de humanidades*, v. 1, n. 1 (2000): 1-23.

Fernandes, Renata Silva. “O Conselho Ultramarino e as queixas e agravos do Ultramar português (Minas Gerais, 1750/1808)”. *Revista de História*, n.181 (2022): 1-34.

Ferreira, Pâmela Campos. “A polícia médica como atribuição das câmaras municipais: instituições, agentes, relações de poder e jurisdições de saúde em Minas Gerais (1770/1850)”. Tese de doutoramento, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2023.

Foucault, Michel. *Segurança, Território e População. Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fonseca, 2008.

Fragoso, João, Gouvêa, Maria de Fátima, e Bicalho, Maria Fernanda. “Uma leitura do Brasil colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império”. *PENÉLOPE*, n. 23 (2000), 67-88.

Furtado, Júnia Ferreira. “A medicina na época moderna”. Em *Medicina: História em exame*, org. Heloísa Maria Murgel Starling, Lígia Beatriz de Paula Germano, e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p-23-75.

Gomes, José Eudes. *As milícias d’el rey: tropas militares no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Hespanha, António Manuel, org. *Nova história militar de Portugal. Séculos XVI-XVII*. Lisboa: Círculo de Leitores, v. 2, 2003.

Krause, Thiago Nascimento. *Em busca da honra*. São Paulo: Annablume, 2012.

Lopes, Maria Antónia, e Sanglard, Gisele. “Pobreza e assistência: debates historiográficos”. *Tempo*, vol. 24, n° 2 (2018): 280-284.

Mello, Christiane F. Pagano de. “Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII As capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-Sul da América”. Tese de doutoramento, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2002.

Mendes, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”. Em *Nova História Militar Brasileira*, org. Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Monteiro, Nuno. “Notas sobre nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime”. *Ler História*, n.10 (1987): 15-51.

Monteiro, Nuno. “O “Ethos” Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. *Almanack braziliense*, n. 2 (2005): 4-20.

Moreira, Luiz Guilherme S., e Loureiro, Marcello José G. “A nova história militar e a América portuguesa: balanço historiográfico”. Em *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*, org. Paulo Possamai. São Leopoldo: Oikos, 2012.

Pagden, Anthony. *Señores de todo el mundo. Ideologias del Imperio en España, Inglaterra y Francia em los siglos XVI, XVII e XVIII*. Barcelona: Ed. Península, 1997.

Palma, Monique. “Cirurgiões, práticas e saberes cirúrgicos na América portuguesa no século XVIII”. Tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019.

Palma, Monique. Da prática da cirurgia à pesca da baleia – modos de fazer no Brasil colonial. Em *Modos de Fazer= Ways of making*, editado por Jorge Vitor Oliveira, 497-509. Porto: FLUP-CITCEM, 2020.

Pereira, Marcos Aurélio de Paula. “Redes de Intrigas: Ethos nobiliárquicos e intrigas na corte de D. João V sobre as mercês e cargos no Império”. Anpuh – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

Pimenta, Tânia Salgado. “Artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-Mor no Brasil do começo do século XIX”. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 1997.

Pina, Luís de. “Cirurgia” e “Cirurgião”. Em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Vol. VI*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1998.

Possamai, Paulo, org. *Conquistar e defender. Estudos de História militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

Raminelli, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

Raminelli, Ronald. “O poder político das câmaras”. Em *Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, org. João Fragoso e Nuno Monteiro, 374 - 375. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Restier, Renato Jorge Paranhos, e Loureiro, Marcello José Gomes. “História Política, História Social e História Militar: três histórias em busca de um eixo teórico e metodológico comum”. *Revista Brasileira de História Militar*, Ano III, n 8 (2012): 85-105.

Ribeiro, Márcia Moisés. “Nem nobre, nem mecânico: A trajetória social de um cirurgião na América Portuguesa do século XVIII”. *Almanack braziliense*, n. 02, (2005): 64-75.

Stumpf, Roberto Glannubilo. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

Subtil, Carlos. *A saúde pública e os enfermeiros entre o vintismo e a regeneração (1821-1852)*. Tese de Doutorado, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2013.

Subtil, José. *Actores, Territórios e Redes de Poder, entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Curitiba: Juruá, 2013.

Fontes

Alvará de 22 de janeiro de 1810. Dá regimento aos delegados do físico-mor e estabelece providências sobre a saúde pública. *Coleção das leis do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7-17, 1891.

Brasil. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) Disponível em: <http://resgate.bn.br/doctreader/docmulti.aspx?bib=resgate>

Brasil. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, AHU_ACL_CU_011, Cx. 35.

Brasil. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 180, Doc. 55. Disponível em: http://resgate.bn.br/doctreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=90620

Brasil. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 125, Doc. 22. Disponível em: http://resgate.bn.br/doctreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=62024

Brasil. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 101, Doc. 21. Disponível em: http://resgate.bn.br/doctreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=50210

Brasil. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 128, Doc. 6. Disponível em: http://resgate.bn.br/doctreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=63233

Brasil. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 128, Doc. 9. Disponível em: http://resgate.bn.br/doctreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=63244

Brasil. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 131, Doc. 90. Disponível em: http://resgate.bn.br/doctreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=65311

Brasil. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 159, Doc. 19. Disponível em: http://resgate.bn.br/doctreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=79745

Brasil. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 184, Doc. 6. Disponível em: http://resgate.bn.br/doctreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=92346

Brasil. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: AHU_ACL_CU_011, Cx. 184, Doc. 32. Disponível em: http://resgate.bn.br/doctreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=92791

BLUTEAU, Raphael. Verbete: medicina. In: BLUTEAU, Raphael. Dicionário da língua portuguesa, p. 387, 1739. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412>

Recebido: 24 de abril de 2024

Aprovado: 04 de julho de 2024

Os ecos dos movimentos estudantis latino-americanos

The echoes of Latin American student movements

Los ecos de los movimientos estudiantiles latinoamericanos

Danielle Barreto Lima*

<https://orcid.org/0000-0002-9470-3780>

Resenha do livro: Dip, Nicolás. *Movimientos estudiantiles en América Latina: Interrogantes para su historia, presente y futuro*. Buenos Aires: CLACSO-IEC-CONADU, 2023.

Como citar esta resenha:

Lima, Danielle Barreto. “Resenha do livro *Movimientos estudiantiles en América Latina: Interrogantes para su historia, presente y futuro*, de Nicolás Dip”. *Locus: Revista de História*, 30, n.1 (2024): 221-226.

O título da obra – *Movimientos estudiantiles en América Latina: Interrogantes para su historia, presente y futuro* – já orienta o leitor sobre o seu objetivo – como se espera de bons textos: apresentar um panorama dos movimentos estudantis latino-americanos que, a partir da discussão da história e análise do presente, possa também pensar o futuro, considerando as diferentes perspectivas de análise do movimento estudantil em diversos períodos e locais da América Latina, tais como Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México e Uruguai, tendo como base os diferentes repertórios e debates que mobilizam os movimentos estudantis.

* Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP (FCLAr – Campus de Araraquara/SP). Mestre em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Autora do livro *CCC – Comando de Caça aos Comunistas: Do estudante ao terrorista (1963-1980)*, publicado pela Editora Almedina (Lima 2021). Membro da Red de Estudios sobre Conflictos Universitarios y Movimientos Estudiantiles (RECUME) e do Grupo de Estudios Sobre Movimientos Estudiantiles de América Latina y el Caribe (GEMEALC). E-mail: danielle.b.lima@unesp.br.

O autor do livro, Nicolás Dip, é doutor em História e sociólogo pela Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidade Nacional de La Plata (UNLP). Hoje, atua como investigador no Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET) e é professor na graduação e pós-graduação na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e tem se dedicado à investigação dos movimentos estudantis, aos estudos sócio-históricos das esquerdas e à história recente das universidades e intelectuais da América Latina, com vasta e relevante produção acadêmica a respeito do tema, sendo, inclusive, um dos articuladores da Red de Estudios sobre Conflictos Universitarios y Movimientos Estudiantiles (RECUME) e do Grupo de Estudios Sobre Movimientos Estudiantiles de América Latina y el Caribe (GEMEALC), grupos que reúnem pesquisadores da área oriundos de diversas nacionalidades, incluindo acadêmicos brasileiros.

Por meio de interrogações que têm como principal objetivo suscitar reflexões, para além de serem respondidas exaustivamente, o autor analisa historicamente os movimentos estudantis latino-americanos, estabelecendo conexões entre a sua atuação no começo do século XX e o que agora se afigura. Para esta tarefa, dialoga com pesquisadores como Andrés Donoso (2020), Denisse Cejudo (2019), Marialice Foracchi (1969; 1972) e Ordorika (2022), entre outros. Sobre este aspecto, ainda que não se desconsidere a proposta e o que se espera de um livro de bolso, muito menos a qualidade e relevância da obra, importa apontar a dificuldade em atingir o objetivo de realizar um diálogo completo com a bibliografia produzida nos países latino-americanos. Pode-se citar, por exemplo, que, apesar de o Brasil ter vasta produção sobre o movimento estudantil em geral e sobre o ano de 1968 em particular, somente a obra de uma pesquisadora brasileira, Marialice Foracchi (1969; 1972), é citada.

Partindo da premissa básica que é determinar a natureza dos movimentos estudantis, o autor analisa sua importância, tomando como ponto de partida a Reforma Universitária de Córdoba de 1918. Em sequência, analisa o emblemático ano de 1968, com suas repercussões em diferentes países, tais como México e Brasil, sobretudo questionando se existiu um “68” latino-americano. Sua análise chega às experiências feministas contemporâneas dentro dos movimentos estudantis, ainda que também aponte a efetiva participação das mulheres em outros momentos da história.

Conceituar o que é movimento estudantil implica pensar que a sua existência depende de “organización política de los estudiantes con la finalidad de enfrentar problemáticas o enarbolar demandas que los inquietan como colectivo” (Dip 2023, 17). Para Nicolás Dip, ainda que os ativismos estudantis possam surgir de ações mais ou menos espontâneas, a consolidação como movimento estudantil depende de um certo grau de organização, coordenação e institucionalização, o que aponta para a necessidade de abandonar a ideia de uma educação despolitizada.

Discussão que atravessa os estudos sobre os movimentos estudantis é o duplo entre as dimensões política e educativa de sua atuação, já que as problemáticas estudantis unem demandas educacionais com outras que carregam fortes elementos políticos e sociais (Dip 2023, 19). Importa dizer que essa dita dicotomia entre a atuação política e estudantil foi bastante presente nos movimentos estudantis que atuaram contra o regime militar brasileiro (1964-1985), questão que existia, inclusive, entre os ativistas estudantis (Valle 2008).

Apresentando as posturas divergentes dentro das discussões feitas na academia sobre a importância, no âmbito acadêmico e além dele, dos movimentos estudantis – de um lado, há as que neguem a influência dos estudantes nos processos políticos; de outro, há as que enaltecem os movimentos com rituais que buscam a autocelebração –, o autor propõe que os estudos dos movimentos estudantis tenham como premissa uma análise que não se atenha a somente um dos pontos de vista, de forma a fomentar o debate a respeito do tema, explorando zonas menos conhecidas.

Exemplificando a importância de lançar luz a aspectos ainda pouco explorados sobre os movimentos estudantis, o autor reflete sobre os antecedentes da Reforma Universitária de Córdoba de 1918, destacando a importância do Primeiro Congresso de Estudantes Americanos, ocorrido em Montevideu em 1908, que exigia publicamente o direito dos estudantes de participar dos órgãos de governo universitário. Segundo Nicolás Dip, o encontro repercutiu sobremaneira no país anfitrião que, inclusive, acabou por aprovar uma lei orgânica universitária que reconhecia um conselheiro estudantil.

Outro grande marco dos movimentos estudantis analisado pelo autor é o “emblemático” ano de 1968. Para Nicolás Dip, ainda que essa data ainda seja utilizada para contar a história de um protagonismo estudantil ligado quase que com exclusividade ao “Maio francês”, estudos recentes mostraram que houve um “68” próprio, dentro da especificidade latino-americana. Surgindo de protestos estudantis, se uniu a outros setores da sociedade recebendo como resposta a repressão do Estado. Como exemplo, pode-se citar o ocorrido no México em 2 de outubro de 1968, em que estudantes foram massacrados pela polícia na Praça das Três Culturas de Tlatelolco, sem que a identidade dos agressores e a quantidade de vítimas tenham sido, até o momento, determinadas (Dip 2023, 33). Ainda que tal fato não seja mencionado pelo autor, importa dizer que, no mesmo dia deste massacre, ocorria, no Brasil, um evento que ficou conhecido como a “Batalha da Maria Antônia”, protagonizado pelo movimento estudantil e que terminou com a morte de um estudante e a destruição do prédio de uma faculdade que era uma espécie de reduto do movimento estudantil de oposição ao regime militar que vigorava no país (Lima 2021). Por fim, o autor entende o ano de

1968 como um marco que sintetiza a atuação dos movimentos estudantis nas duas décadas seguintes.

Com o olhar mais fincado no presente e no futuro dos movimentos estudantis, Nicolás Dip discorre sobre se, na atualidade, os movimentos estudantis estão vivos e se há “lugares-comuns” na história e no presente dos ativismos estudantis.

O autor, com a preocupação de não destacar de forma acrítica os movimentos estudantis, menciona que os exemplos trazidos por ele têm como objetivo questionar a ideia de parte da academia que aponta a apatia e a perda de vitalidade dos movimentos estudantis. Nicolás Dip contrapõe a perspectiva que, especialmente a partir dos anos 1990, declarou a “morte” do ativismo estudantil – ideia que guarda relação com o avanço do neoliberalismo – com exemplos de atuação dos movimentos estudantis, tais como a greve e a ocupação de uma das maiores instituições de ensino superior latino-americana, a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), entre os meses de abril de 1999 e fevereiro de 2000. Ainda que o protesto tenha terminado com a prisão de estudantes, o objetivo dos ativistas estudantis foi atingido: a instituição permanece gratuita até os dias atuais.

Todavia, apesar da relevância da “Greve de 99 na UNAM”, o autor assinala a importância de não entender o evento como algo isolado: para tanto, exemplifica relatando o caso ocorrido entre outubro de 1986 e fevereiro de 1987, em que um movimento estudantil encabeçado pelo Conselho Estudantil Universitário (CEU) deteve as tentativas de reforma propostas por Jorge Carpizo, então reitor da UNAM, que tinham como objetivo aumentar os valores para matrícula, dificultar os critérios de ingresso e permanência, entre outras alterações. Depois deste feito, o movimento estudantil em questão conseguiu realizar, em 1990, um congresso universitário para a discussão de outras mudanças mais profundas, tais como a participação estudantil nos órgãos universitários. Todavia, por ter perdido a sua força, não foi capaz de levar a contento suas propostas de democratização da universidade (Dip 2023, 41).

Passando pela irrupção de movimentos estudantis da década de 1980 que enfrentaram governos militares e autoritários na Argentina, Brasil, Chile, Guatemala, El Salvador, entre outros, e um dito enfraquecimento dos movimentos estudantis da década de 1990 – motivado também pelos ataques à educação pública que vinham ocorrendo –, o autor chega ao século XXI, em que movimentos estudantis tais como a “Revolución Pingüina”, organizada em 2006 por estudantes secundários no Chile, conseguiu instituir a chamada Assembleia Nacional de Estudantes Secundários (ANES), que retomou os debates sobre o direito à educação após os processos de privatização e tarifação impostos pela ditadura de Augusto Pinochet. Nicolás Dip aponta que, anos depois, em 2011 e novamente no Chile, a Confederação de Estudantes Chilenos (CONFECH)

conseguiu tornar gratuita a educação e extinguir as instituições com fins de lucro. Neste ponto, é importante mencionar o apoio popular que, segundo o autor, o movimento estudantil recebeu. Apoio que, inclusive, “generó condiciones para el triunfo de la izquierda en las elecciones presidenciales de 2013” (Dip 2023, 44).

Além do caso chileno, o autor discorre sobre um grande protesto estudantil ocorrido na Colômbia, em 2011, em que estudantes universitários conseguiram impedir alterações na legislação que regulava a educação superior do país, uma vez que estas, além de apresentarem tendência privatista, impunham restrições ao autogoverno universitário. Segundo Nicolás Dip, os movimentos estudantis chileno e colombiano “se desarrollaron contemporáneamente a un conjunto de movimientos de escala global y con un fuerte componente juvenil” (Dip 2023, 46).

Destaque, no México, para o movimento “#YoSoy132”, em 2012, por “su capacidad de criticar el vínculo entre el autoritarismo del régimen político y el monopolio informativo de los grandes medios de comunicación” (Dip 2023, 47) e o movimento que surgiu em 2014, após o ataque violento a estudantes da Escola Normal Rural de Ayotzinapa, em 26 de setembro deste mesmo ano, que resultou na morte de 6 pessoas – uma delas estudante – e o sequestro e desaparecimento de 43 estudantes – dos quais não se sabe o paradeiro até então.

Ao tratar dos “lugares-comuns” que rondam o estudo sobre os movimentos estudantis, Nicolás Dip discorre sobre a importância de explorar outros períodos, atores e temáticas sobre o tema, tais como a participação das mulheres no ativismo estudantil. Segundo o autor, desde a segunda década do século XXI, o movimento feminista vem ganhando força nas universidades de toda região, denunciando a violência contra a mulher e as questões de gênero no interior das instituições escolares.

Outra zona que merece atenção refere-se à atuação dos estudantes alinhados politicamente às pautas da direita política e que também atuam nos espaços estudantis. Por fim, o autor assinala a importância de analisar a história dos movimentos estudantis para além dos eixos regionais que recebem o foco nas pesquisas, quais sejam, Brasil, Argentina, Chile, México e suas capitais.

O autor usa a metáfora dos ecos – “grandes temáticas y debates que se van deshilvanando en múltiples controversias” (Dip 2023, 65) – para iniciar seu livro e retoma a questão ao finalizá-lo. Como ecos, as perguntas que orientam, organizam e finalizam cada um dos capítulos do livro, ressoam como aporte para que se olhe de maneira holística para os movimentos estudantis latino-americanos, para que se pense a sua importância e protagonismo não só no âmbito universitário, mas além dele.

Nicolás Dip adverte, logo no início do seu texto, que sua obra é um “libro de bolsillo”, por sua característica de condensar, em poucas páginas, os temas que busca tratar (Dip 2023, 15). O

que se sente ao final da leitura, entretanto, é mais que isso: o livro pode ser denominado assim não só pela quantidade de páginas – e pela árdua tarefa de discorrer sobre um tema tão relevante em tão curto espaço –, mas pelo fato de, mesmo após seu término, seguir acompanhando o leitor – como um bom “libro de bolsillo” –, por meio dos ecos das interrogações que ele propõe e das reflexões que suscita, elementares para quem se interessa e pesquisa o tema.

Referências bibliográficas:

- Cejudo Ramos, Denisse. “Para analizar los movimientos estudiantiles”. *Revista Conjeturas Sociológicas*, n. 20 (2019): 134-153.
- Donoso, Andrés. “Movimientos sociales y teoría sociológica en América Latina: Conversación con Breno Bringel”. *Cuadernos Americanos*, 1, n. 171 (2020): 109-126.
- Foracchi, Marialice. “1968: El movimiento estudiantil en la sociedad brasileña”. *Revista Mexicana de Sociología*, 31, n. 3 (1969): 609-620.
- Foracchi, Marialice. *A juventude na sociedade moderna*. San Pablo: Ed. de São Paulo, 1972.
- Lima, Danielle Barreto. *CCC – Comando de Caça aos Comunistas: Do estudante ao terrorista (1963-1980)*. São Paulo: Edições 70, 2021.
- Ordorika, Imanol. “Student movements and politics in Latin America: A historical reconceptualization”. *Higher Education*, 83, n. 2 (2022): 297-315.
- Valle, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência: Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

Recebido: 18 de março de 2024

Aprovado: 24 de junho de 2025